



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

**RELATÓRIO DAS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO**  
**DO PREFEITO MUNICIPAL DE VALE DE SAO DOMINGOS**  
**EXERCÍCIO 2024**

PROCESSO N.º:	1849271/2024
PRINCIPAL:	PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SAO DOMINGOS
CNPJ:	04.215.993/0001-70
ASSUNTO:	CONTAS ANUAIS DE GOVERNO MUNICIPAL
PREFEITO MUNICIPAL:	GERALDO MARTINS DA SILVA
RELATOR:	GUILHERME ANTONIO MALUF
MUNICÍPIO DO FISCALIZADO:	VALE DE SAO DOMINGOS
NÚMERO OS:	4218/2025
EQUIPE TÉCNICA:	EDICARLOS LIMA SILVA



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>2. INFORMAÇÕES GERAIS DO MUNICÍPIO</b>	<b>13</b>
2. 1. CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO	13
2. 2. PARECER PRÉVIO PELO TCE-MT DE 2019 A 2023	13
2. 3. IGF-M - ÍNDICE DE GESTÃO FISCAL DOS MUNICÍPIOS - 2020 a 2024	14
2. 4. GESTORES E RESPONSÁVEIS	16
2. 5. PERFIL DA ENTIDADE PÚBLICA	16
<b>3. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO</b>	<b>17</b>
3. 1. PROCESSO ORÇAMENTÁRIO (Dados Consolidados do Município)	18
3. 1. 1. PLANO PLURIANUAL - PPA	18
3. 1. 2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO	18
3. 1. 3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA	24
3. 1. 3. 1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	26
<b>4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>36</b>
4. 1. RECEITA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA	36
4. 1. 1. CONSISTÊNCIA ENTRE O VALOR DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E OS VALORES INFORMADOS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS	36
4. 1. 1. 1. PRINCIPAIS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DO ESTADO	36
4. 1. 2. EVOLUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	40
4. 1. 3. RECEITA TRIBUTÁRIA PRÓPRIA	42
4. 1. 4. GRAU DE AUTONOMIA FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS	45
4. 2. DESPESA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA	46
4. 2. 1. EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA	47
<b>5. ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS</b>	<b>48</b>
5. 1. CONVERGÊNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	49
5. 1. 1. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	51
5. 1. 2. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO FINANCEIRO	54
5. 1. 3. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL	57
5. 1. 3. 1. CONSISTÊNCIA ENTRE O ATIVO E O PASSIVO	59
5. 1. 3. 2. APROPRIAÇÃO DO RESULTADO PATRIMONIAL	60



5. 1. 3. 3. RESULTADO FINANCEIRO	61
5. 1. 4. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÇÕES PATRIMONIAIS	63
5. 1. 5. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	64
5. 1. 6. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS E ASPECTOS GERAIS	65
5. 2. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS	67
5. 2. 1. PROVISÕES DE OBRIGAÇÕES - PRECATÓRIOS	68
5. 2. 2. ESTOQUES DE BENS E MATERIAIS	72
5. 2. 3. AJUSTE PARA PERDAS DAS DÍVIDAS ATIVAS	75
5. 2. 4. CONTABILIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES ATUARIAIS DO RPPS	77
5. 2. 5. APROPRIAÇÃO DE 13º SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA) E FÉRIAS	83
5. 3. SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	85
5. 3. 1. RESULTADO DA ARRECADAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA	85
5. 3. 1. 1. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA (QER) - EXCETO INTRA	85
5. 3. 1. 2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA CORRENTE (QERC) - EXCETO INTRA	86
5. 3. 1. 3. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA DE CAPITAL (QRC) - EXCETO INTRA	86
5. 3. 2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA	87
5. 3. 2. 1. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA (QED) - EXCETO INTRA	87
5. 3. 2. 2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA CORRENTE (QEDC) - EXCETO INTRA	88
5. 3. 2. 3. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA DE CAPITAL (QDC) - EXCETO INTRA	89
5. 3. 3. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	89
5. 3. 3. 1. REGRA DE OURO (Art. 167, III, CF)	90
5. 3. 3. 2. QUOCIENTE DO RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (QREO)	91
5. 4. SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL	93
5. 4. 1. QUOCIENTE DE RESTOS A PAGAR	93
5. 4. 1. 1. QUOCIENTE DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA PARA PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR	94
5. 4. 1. 2. QUOCIENTE DE INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR	96



5. 4. 1. 3. QUOCIENTE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA (QSF) - EXCETO RPPS	97
6. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	98
6. 1. DÍVIDA PÚBLICA	98
6. 1. 1. QUOCIENTE DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO (QLE)	98
6. 1. 2. QUOCIENTE DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA (QDPC)	100
6. 1. 3. QUOCIENTE DE DISPÊNDIO DA DÍVIDA PÚBLICA (QDDP)	101
6. 2. EDUCAÇÃO	102
6. 2. 1. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB	105
6. 2. 1. 1. FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO UNIÃO	109
6. 3. SAÚDE	111
6. 4. DESPESAS COM PESSOAL	113
6. 4. 1. PESSOAL - LIMITES LRF	113
6. 4. 1. 1. LIMITE PRUDENCIAL E LEGAL DO PODER EXECUTIVO	115
6. 5. LIMITES DA CÂMARA MUNICIPAL	115
6. 6. LIMITE - DESPESAS CORRENTES/RECEITAS CORRENTES - Art. 167-A CF	117
7. REGIME PREVIDENCIÁRIO	121
7. 1. NORMAS GERAIS	122
7. 1. 1. ÍNDICE DE SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA - ISP	122
7. 1. 2. PRÓ-GESTÃO RPPS	125
7. 1. 3. ANÁLISE DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA - CRP	127
7. 1. 4. UNIDADE GESTORA ÚNICA	128
7. 1. 5. ADIMPLÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E PARCELAMENTOS	130
7. 1. 5. 1. ADIMPLÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS, SUPLEMENTARES E DOS SEGURADOS	130
7. 1. 5. 2. ADIMPLÊNCIA DE PARCELAMENTOS DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	130
7. 2. GESTÃO ATUARIAL	134
7. 2. 1. REFORMA DA PREVIDÊNCIA	134
7. 2. 2. AVALIAÇÃO ATUARIAL	137
7. 2. 2. 1. RESULTADO ATUARIAL	140
7. 2. 3. RESULTADO CORRENTE DOS RPPS	143
7. 2. 4. ÍNDICES DE COBERTURA	144





7. 2. 4. 1. ÍNDICE DE COBERTURA DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	144
7. 2. 4. 2. ÍNDICE DE COBERTURA DAS RESERVAS MATEMÁTICAS	146
7. 2. 5. PLANO DE CUSTEIO	147
7. 2. 5. 1. DA COMPATIBILIDADE DO PLANO DE CUSTEIO COM A AVALIAÇÃO ATUARIAL	149
7. 2. 5. 2. DEMONSTRAÇÃO DA VIABILIDADE DO PLANO DE CUSTEIO	152
8. CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS	155
8. 1. RESULTADO PRIMÁRIO	155
9. POLÍTICAS PÚBLICAS	160
9. 1. INDICADORES DE EDUCAÇÃO	160
9. 1. 1. ALUNOS MATRICULADOS	161
9. 1. 2. IDEB	162
9. 1. 3. FILA EM CRECHES E PRÉ-ESCOLA EM MT	164
9. 2. INDICADORES DE MEIO AMBIENTE	166
9. 2. 1. DESMATAMENTO	167
9. 2. 2. FOCOS DE QUEIMA	169
9. 3. INDICADORES DE SAÚDE	171
9. 3. 1. INDICADORES ESTRATÉGICOS DE SAÚDE	172
9. 3. 1. 1. TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL - TMI	173
9. 3. 1. 2. TAXA DE MORTALIDADE MATERNA	174
9. 3. 1. 3. TAXA DE MORTALIDADE POR HOMICÍDIO	174
9. 3. 1. 4. TAXA DE MORTALIDADE POR ACIDENTE DE TRÂNSITO - TMAT	176
9. 3. 2. INDICADORES ESTRATÉGICOS DE ACESSO E COBERTURA	177
9. 3. 2. 1. COBERTURA DA ATENÇÃO BÁSICA - CAB	177
9. 3. 2. 2. COBERTURA VACINAL	178
9. 3. 2. 3. NÚMERO DE MÉDICOS POR HABITANTES - NMH	179
9. 3. 3. INDICADORES DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	
9. 3. 3. 1. PROPORÇÃO DE INTERNAÇÕES POR CONDIÇÕES SENSÍVEIS À ATENÇÃO BÁSICA - ICSAP	180
9. 3. 3. 2. PROPORÇÃO DE CONSULTAS PRÉ-NATAIS ADEQUADAS	182
9. 3. 4. INDICADORES EPIDEMIOLÓGICOS	183
9. 3. 4. 1. PREVALÊNCIA DE ARBOVIROSES	183
9. 3. 4. 2. TAXA DE DETECÇÃO DE HANSENÍASE	185
9. 3. 4. 3. TAXA DE DETECÇÃO DE HANSENÍASE EM MENORES DE 15 ANOS	186



9. 3. 4. 4. PERCENTUAL DE CASOS DE HANSENÍASE COM GRAU 2 DE INCAPACIDADE	187
9. 3. 5. CONCLUSÃO TÉCNICA GERAL	188
9. 3. 6. FONTES E METODOLOGIA DE APURAÇÃO DOS DADOS EM SAÚDE	189
9. 3. 6. 1. REFERÊNCIA TÉCNICA PARA CLASSIFICAÇÃO DOS INDICADORES DE SAÚDE	190
9. 3. 6. 2. CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO GERAL DOS INDICADORES	192
10. REGRAS FISCAIS DE FINAL DE MANDATO	192
10. 1. COMISSÃO DE TRANSIÇÃO DE MANDATO	193
10. 2. OBRIGAÇÃO DE DESPESAS CONTRAÍDA NOS ÚLTIMOS QUADRIMESTRES DO ANO DE FINAL DE MANDATO	193
10. 3. CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO NOS 120 DIAS ANTERIORES AO FINAL DE MANDATO	196
10. 4. CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA NO ÚLTIMO ANO DE MANDATO	197
10. 5. AUMENTO DE DESPESAS COM PESSOAL REALIZADO NOS 180 DIAS ANTERIORES AO FINAL DE MANDATO	197
11. PRESTAÇÃO DE CONTAS	198
11. 1. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO AO TCE	199
12. RESULTADO DOS PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO	202
13. CUMPRIMENTO DAS DECISÕES TCE/MT	203
13. 1. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA	207
13. 2. PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES (Decisão Normativa n.º 10/2024)	208
13. 3. ACS E ACE (Decisão Normativa n.º 07/2023)	210
13. 4. OUVIDORIA	212
14. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS DE GOVERNO	214
14. 1. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO	214
14. 2. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DESTE RELATÓRIO TÉCNICO	219
14. 3. APÊNDICES	222
Anexo: 1 - ORÇAMENTO	224
Quadro: 1.1 - Créditos Adicionais - por Fonte de Financiamento (Agrupados por Destinação de Recursos)	224
Quadro: 1.2 - Créditos Adicionais do Período por Unidade Orçamentária	227
Quadro: 1.3 - Superávit Financeiro Exercício anterior X Créditos Adicionais Financiados por Superávit	233



<b>Quadro: 1.4 - Excesso de Arrecadação X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação/Operação de Crédito</b>	<b>239</b>
<b>Quadro: 1.5 - Resultado da Execução Orçamentária X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação</b>	<b>243</b>
<b>Quadro: 1.6 - Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias</b>	<b>249</b>
<b>Quadro: 1.7 - Alterações Orçamentárias - Leis Autorizativas/Fontes de Financiamento</b>	<b>250</b>
<b>Anexo: 2 - RECEITA</b>	<b>255</b>
<b>Quadro: 2.1 - Resultado da arrecadação orçamentária - Origem de recursos da receita</b>	<b>255</b>
<b>Quadro: 2.2 - Resultado da arrecadação orçamentária - Origem de Receitas (Valores Líquidos)</b>	<b>256</b>
<b>Quadro: 2.3 - Receita Corrente Líquida (RCL)</b>	<b>256</b>
<b>Quadro: 2.4 - Deduções da Receita Corrente (Exceto deduções para FUNDEB)</b>	<b>257</b>
<b>Quadro: 2.5 - Receita Tributária Própria (Valores Líquidos)</b>	<b>257</b>
<b>Anexo: 3 - DESPESA</b>	<b>259</b>
<b>Quadro: 3.1 - Despesa por Categoria Econômica</b>	<b>259</b>
<b>Quadro: 3.2 - Despesa por Função de Governo</b>	<b>260</b>
<b>Quadro: 3.3 - Programas de Governo - Previsão e Execução</b>	<b>262</b>
<b>Anexo: 4 - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>264</b>
<b>Quadro: 4.1 - Resultado da Execução Orçamentária Ajustado - Poderes e Órgãos Integrantes do OFSS</b>	<b>264</b>
<b>Quadro: 4.2 - [AUXILIAR] - Resultado Orçamentário</b>	
<b>Quadro: 4.3 - Execução Orçamentária por Fonte X Superávit Financeiro (Exercício Corrente) - Inclusive RPPS</b>	<b>266</b>
<b>Anexo: 5 - RESTOS A PAGAR</b>	<b>278</b>
<b>Quadro: 5.1 - Restos a Pagar Processados e Não Processados</b>	<b>278</b>
<b>Quadro: 5.2 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder Executivo - Exceto RPPS (Inclusive Intra)</b>	<b>279</b>
<b>Quadro: 5.3 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - RPPS (Inclusive Intra)</b>	<b>288</b>
<b>Quadro: 5.4 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder Legislativo (Inclusive Intra)</b>	<b>289</b>
<b>Anexo: 6 - DIREITOS E OBRIGAÇÕES</b>	<b>290</b>



<b>Quadro: 6.1 - Dívida Ativa</b>	290
<b>Quadro: 6.2 - Superávit/Déficit Financeiro - Total - Exceto RPPS</b>	290
<b>Quadro: 6.3 - Quociente da Situação Financeira por Fonte - Exceto RPPS</b>	291
<b>Quadro: 6.4 - Quociente da Situação Financeira por Fonte - RPPS</b>	296
<b>Quadro: 6.5 - Dívida Consolidada Líquida (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") Exceto RPPS</b>	297
<b>Quadro: 6.6 - Quociente de Dispendio da Dívida Pública (QDDP) - Exceto RPPS</b>	298
<b>Quadro: 6.7 - Dívida Pública Contratada (art. 7º, I, da Resolução do Senado nº 43/2001)</b>	298
<b>Quadro: 6.8 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (Consolidado) - Restos a Pagar</b>	299
<b>Quadro: 6.9 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (Consolidado) - Depósitos / Consignações/ ARO</b>	299
<b>Quadro: 6.10 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (Consolidado) - RESUMO</b>	300
<b>Anexo: 7 - EDUCAÇÃO</b>	302
<b>Quadro: 7.1 - Receita base para Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art.212, CF)</b>	302
<b>Quadro: 7.2 - Receita do FUNDEB</b>	302
<b>Quadro: 7.3 - [AUXILIAR] FUNDEB - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS</b>	303
<b>Quadro: 7.4 - Despesas com Recursos do FUNDEB</b>	304
<b>Quadro: 7.5 - Despesas Custeadas com Receitas do FUNDEB Recebidas no Exercício</b>	305
<b>Quadro: 7.6 - Indicadores do FUNDEB</b>	306
<b>Quadro: 7.7 - [AUXILIAR] FUNDEB - RECEITA BASE - PROFISSIONAIS ED. BÁSICA</b>	307
<b>Quadro: 7.8 - FUNDEB - Receita Recebida e não aplicada no Exercício</b>	307
<b>Quadro: 7.9 - [AUXILIAR] FUNDEB - DESPESA EMPENHADA X RECEITA DO EXERCÍCIO</b>	308
<b>Quadro: 7.10 - Despesas provenientes de Superávit Financeiro aplicado até o 1º quadrimestre - FUNDEB</b>	308
<b>Quadro: 7.11 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar dos Recursos do Fundeb e MDE no final do exercício</b>	309



<b>Quadro: 7.12 - Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino</b>	<b>311</b>
<b>Quadro: 7.13 - Apuração da Despesas Com Ações Típicas de MDE para Fins de Limites Constitucionais</b>	<b>312</b>
<b>Quadro: 7.14 - Despesas não consideradas como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino</b>	<b>312</b>
<b>Quadro: 7.15 - Despesas Empenhadas que se enquadram como MDE classificadas em outras funções</b>	<b>312</b>
<b>Anexo: 8 - SAÚDE</b>	<b>314</b>
<b>Quadro: 8.1 - Receita base para verificação da aplicação mínima de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde</b>	<b>314</b>
<b>Quadro: 8.2 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar dos Recursos Base de Aplicação em ASPS</b>	<b>315</b>
<b>Quadro: 8.3 - Demonstrativo de cálculo da aplicação de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)</b>	<b>316</b>
<b>Quadro: 8.4 - Despesas não consideradas como Ações e Serviços Públicos de Saúde</b>	<b>317</b>
<b>Quadro: 8.5 - Outras despesas Empenhadas que se enquadram como ASPS. Fonte/ destinação de Recursos 500 e 502</b>	<b>318</b>
<b>Anexo: 9 - PESSOAL</b>	<b>319</b>
<b>Quadro: 9.1 - Gastos com Pessoal - Poderes Executivo e Legislativo (Arts. 18 a 22 da LRF)</b>	<b>319</b>
<b>Quadro: 9.2 - Gastos com Pessoal - Poder Executivo (Arts. 18 a 22 LRF)</b>	<b>319</b>
<b>Quadro: 9.3 - Apuração do Cumprimento do Limite Legal Individual - MCASP - STN</b>	<b>320</b>
<b>Quadro: 9.4 - Gastos com Pessoal - Detalhado</b>	<b>322</b>
<b>Anexo: 10 - REPASSE A CÂMARA</b>	<b>324</b>
<b>Quadro: 10.1 - Limite de repasse para a Câmara Municipal. Receita Base (art. 29-A, CF)</b>	<b>324</b>
<b>Quadro: 10.2 - Índices e Limites Câmara Municipal (Artigo 29-A da CF)</b>	<b>324</b>
<b>Quadro: 10.3 - Despesa com Folha de Pagamento do Poder Legislativo (Art. 29-A, §1º, da CF/88)</b>	<b>325</b>
<b>Quadro: 10.4 - Auxiliar – Gastos com Inativos</b>	<b>325</b>
	<b>325</b>



**Quadro: 10.5 - Auxiliar – Valor Gasto pela Câmara Municipal -  
Art. 29-A, CF/88**

<b>Anexo: 11 - METAS FISCAIS</b>	<b>327</b>
<b>Quadro: 11.1 - Receitas Primárias (Exceto RPPS)</b>	<b>327</b>
<b>Quadro: 11.2 - Despesas Primárias (Exceto RPPS)</b>	<b>327</b>
<b>Anexo: 12 - LIMITE CONSTITUCIONAL ART. 167-A</b>	<b>328</b>
<b>Quadro: 12.1 - Relação entre Despesas e Receitas Correntes - Art. 167-A CF</b>	<b>328</b>
<b>Anexo: 13 - REGRAS FINAL DE MANDATO</b>	<b>329</b>
<b>Quadro: 13.1 - Disponibilidade Líquida Pagamento de Restos a Pagar em 31/12/2024 - Poder Executivo (Art. 42 LRF)</b>	<b>329</b>
<b>Quadro: 13.2 - Disponibilidade Líquida em 30/04/2024 - (ART. 42 – LRF)</b>	<b>337</b>
<b>Apêndice A - Divergências: APLIC x Decretos de Abertura de Créditos Adicionais</b>	
<b>Apêndice B - art. 42 da LRF.</b>	
<b>Apêndice C - Alimentação Escolar</b>	
<b>Apêndice D - BO x Restos a Pagar</b>	
<b>Apêndice E - Precatórios Não Contabilizados</b>	



## 1. INTRODUÇÃO

Em atendimento aos arts. 31, 71, inciso I e 75 da Constituição Federal, ao art. 210 da Constituição Estadual, bem como aos arts. 1º, inciso I e 26 da Lei Complementar Estadual n.º 269/2007 e ao art. 1º, incisos I e X da Resolução Normativa n.º 16/2021/TCE-MT, apresenta-se o Relatório Preliminar de Instrução de Contas com o resultado do exame das contas anuais do Município de Vale de São Domingos - exercício financeiro de 2024 - com o objetivo de subsidiar a emissão do Parecer Prévio sobre as Contas de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

O ano de 2024 representa uma fase de transição nas administrações municipais no Brasil. Nesse contexto, a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Senado Federal estabelecem normas para garantir o equilíbrio das contas públicas, prevenindo ações que possam comprometer a sustentabilidade fiscal. Este relatório inclui a análise do cumprimento das disposições sobre o encerramento de mandato, conforme os artigos 42, parágrafo único, da LRF; 15, caput, da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001; 38, IV, "b" da LRF em consonância com o artigo 15, §2º da Resolução do Senado n.º 43/2001; e 21, II da LRF.

A análise das contas considerou as informações e os documentos apresentados nas prestações de contas mensais encaminhadas pelos responsáveis dos Poderes Executivo e Legislativo, assim como dos demais órgãos da Administração Indireta que prestam contas individualmente ao TCE-MT, e a carga especial de Contas de Governo, encaminhadas por meio do Sistema Auditoria Pública Informatizada de Contas - APLIC, em atendimento à Resolução Normativa n.º 03/2020 /TCE-MT/TP.

Destaca-se, ainda, que nos casos em que a equipe técnica detectar irregularidades nos registros contábeis de receitas e/ou despesas, poderá haver alterações dos valores para efeito de todos os cálculos dos limites constitucionais e legais, prevalecendo o valor retificado após a fiscalização realizada, conforme detalhamento que será apresentado em cada tópico deste Relatório.



## 2. INFORMAÇÕES GERAIS DO MUNICÍPIO

Nos tópicos seguintes são apresentadas informações próprias e caracterizadoras do Município de Vale de São Domingos.

### 2.1. CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO

Data de Criação do Município	28/12/1999
Área Geográfica	1901,545 km²
Distância Rodoviária do Município à Capital	433 km
População do Município - IBGE - 2024	2.907

[https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm\\_source=ibge&utm\\_medium=home&utm\\_campaign=portal](https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal)

### 2.2. PARECER PRÉVIO PELO TCE-MT DE 2019 A 2023

O quadro seguinte demonstra a situação das apreciações das Contas Anuais de Governo realizadas anualmente pelo TCE-MT para o Município, no período de 2019 a 2023.

Exercício	Protocolo/Ano	Decisão /Ano	Ordenador	Relator	Situação
Parecer Prévio					
2019	88030/2019	68/2021	GERALDO MARTINS DA SILVA	VALTER ALBANO DA SILVA	Favorável
2020	100412/2020	187/2021	GERALDO MARTINS DA SILVA	VALTER ALBANO DA SILVA	Favorável
2021	412082/2021	61/2022	GERALDO MARTINS DA SILVA	VALTER ALBANO DA SILVA	Favorável
2022	89281/2022	88/2023	GERALDO MARTINS DA SILVA	VALTER ALBANO DA SILVA	Favorável
2023	537144/2023	31/2024	GERALDO MARTINS DA SILVA	GUILHERME ANTONIO MALUF	Favorável

[https://www.tce.mt.gov.br/resultado\\_contas/tjur/tipo\\_jur/prefeituras](https://www.tce.mt.gov.br/resultado_contas/tjur/tipo_jur/prefeituras)

Ressalta-se que a síntese da análise quanto à verificação do cumprimento das recomendações/determinações propostas nos Pareceres Prévios dos exercícios de 2022 e 2023 está apresentada no Tópico 13 deste Relatório Técnico Preliminar.





## **2. 3. IGF-M - ÍNDICE DE GESTÃO FISCAL DOS MUNICÍPIOS - 2020 a 2024**

O Índice de Gestão Fiscal dos Municípios - IGF-M trata-se de indicador que permite mensurar a qualidade da gestão pública dos municípios de Mato Grosso o qual é subsidiado pelos dados recebidos pelo TCE via Aplic durante a análise das Contas Anuais de Governo Municipal.

É importante ressaltar que os índices apresentados neste relatório para os exercícios anteriores podem ter sofrido alterações, quando comparados aos índices apresentados nos relatórios técnicos e pareceres prévios dos respectivos exercícios, devido à possível correção dos dados após apontamentos feitos durante as análises das contas anuais.

A análise da evolução do IGF-M nos últimos cinco anos permite compreender qual é o cenário da gestão fiscal do município, bem como averiguar se houve ou não melhoria do índice.

Portanto, o indicador final é o resultado da média ponderada dos seguintes índices:

1. Índice da Receita Própria Tributária: Indica o grau de dependência das transferências constitucionais e voluntárias de outros entes.
2. Índice da Despesa com Pessoal: Representa quanto os municípios comprometem da sua receita corrente líquida (RCL) com o pagamento de pessoal.
3. Índice de Investimentos: Acompanha o valor investido pelos municípios em relação à receita corrente líquida.
4. Índice de Liquidez: Revela a capacidade da Administração de cumprir com seus compromissos de pagamentos imediatos com terceiros.
5. Índice do Custo da Dívida: Avalia o comprometimento do orçamento com pagamentos de juros, encargos e amortizações de empréstimos contraídos em exercícios anteriores.
6. IGFM Resultado Orçamentário do RPPS: Avalia o quanto o fundo de previdência do município é superavitário ou deficitário.

Os índices e o indicador do Município serão classificados nos conceitos A, B, C e D, de acordo com os seguintes valores de referência:



- a) Conceito A (GESTÃO DE EXCELÊNCIA): resultados superiores a 0,80 pontos.
- b) Conceito B (BOA GESTÃO): resultados compreendidos entre 0,61 e 0,80 pontos.
- c) Conceito C (GESTÃO EM DIFICULDADE): resultados compreendidos entre 0,40 e 0,60 pontos.
- d) Conceito D (GESTÃO CRÍTICA): resultados inferiores a 0,40 pontos.

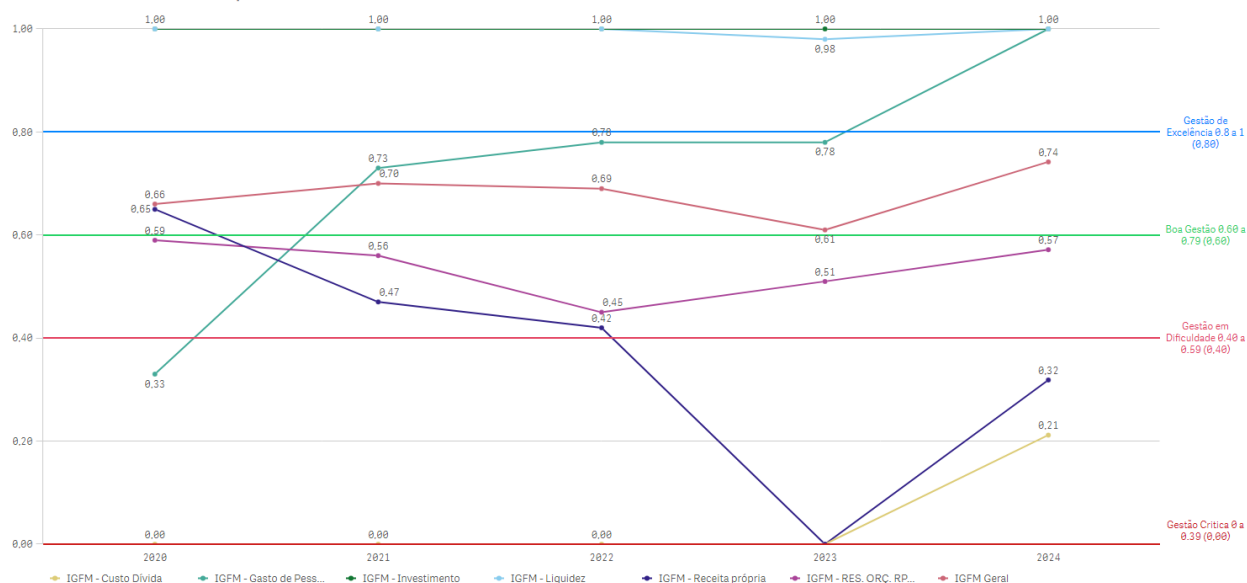
Destaca-se que o detalhamento dos índices e classificação dos conceitos deste indicador encontram-se no endereço eletrônico: < <https://srvradar.tce.mt.gov.br/sense/app/93929870-720f-45ba-9695-2c5bd12b5edc> >.

Seguem quadro e gráfico que apresentam a série histórica dos resultados do IGF-M para o Município de Vale de São Domingos, considerando-se os últimos 5 (cinco) exercícios:

Exercício	IGFM - Receita própria	IGFM - Gasto de Pessoal	IGFM - Investimento	IGFM - Liquidez	IGFM - Custo Dívida	IGFM - RES. ORÇ. RPPS	IGFM Geral	Ranking
O município possui RPPS							SIM	1
2020	0,65	0,33	1,00	1,00	0,00	0,59	0,66	50
2021	0,47	0,73	1,00	1,00	0,00	0,56	0,70	56
2022	0,42	0,78	1,00	1,00	0,00	0,45	0,69	76
2023	0,00	0,78	1,00	0,98	0,00	0,51	0,61	82
2024	0,31	1,00	1,00	1,00	0,21	0,57	0,74	-

<https://srvradar.tce.mt.gov.br/sense/app/93929870-720f-45ba-9695-2c5bd12b5edc>

IGFM - Índice de Gestão Fiscal dos Municípios





De acordo com as informações apresentadas acima, observa-se que, em 2024, o Município obteve IGFM Geral de 0,74 pontos, superior àqueles obtidos em exercícios anteriores. Assim, em 2024, considerando-se o conjunto de índices que compõem o IGFM, pode-se classificar a gestão do Município de Vale de São Domingos no conceito B: 'Boa Gestão'.

## 2. 4. GESTORES E RESPONSÁVEIS

No exercício de 2024, as contas do Município de Vale de São Domingos estiveram sob gestão dos seguintes agentes públicos responsáveis:

ENTIDADE	CARGO	NOME	PERÍODO
GESTORES E RESPONSÁVEIS			
PREFEITURA MUNICIPAL	CONTROLADOR INTERNO	MARIA LUISA FERRARI	17/04/2018 a 31/12/2024
PREFEITURA MUNICIPAL	ORDENADOR DE DESPESAS	GERALDO MARTINS DA SILVA	01/01/2017 a 31/12/2024
PREFEITURA MUNICIPAL	RESPONSÁVEL CONTÁBIL	LUCIANO BALBINO DE OLIVEIRA	01/01/2019 a 31/12/2024
CÂMARA MUNICIPAL	ORDENADOR DE DESPESAS	SONIA RUBIO DA ROCHA	01/01/2023 a 31/12/2024
CÂMARA MUNICIPAL	RESPONSÁVEL CONTÁBIL	TARLEY WESLEY DAMASCENO	01/01/2015 a 31/12/2024

Sistema Control-P

Registra-se que o atual Prefeito Municipal é o Sr. Leandro Azevedo da Cunha, eleito para o cargo no pleito eleitoral municipal realizado no mês de outubro de 2024 e para exercício na legislatura 2025-2028.

## 2. 5. PERFIL DA ENTIDADE PÚBLICA

Em 2024, a estrutura administrativa do Município foi composta pelos seguintes órgãos e entidades:



ENTIDADE
PODER EXECUTIVO
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DE VALE DE SAO DOMINGOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SAO DOMINGOS
PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE VALE DE SAO DOMINGOS
Sistema APLIC

### 3. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

O processo de planejamento consiste em procedimentos permanentes e dinâmicos utilizados pelos Entes Federativos para demonstrar quais planos e programas de trabalho, definidos para um período determinado, serão necessários para atender objetivos previamente estabelecidos. O processo orçamentário refere-se à manutenção das atividades dos Entes e viabiliza a execução dos projetos estabelecidos no processo de planejamento.

A Constituição Federal de 1988 definiu em seu art. 165 os seguintes instrumentos de planejamento e de orçamento (peças de planejamento):

- Plano Plurianual - PPA;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO;
- Lei Orçamentária Anual - LOA.

Essas peças de planejamento formam uma cadeia lógica de procedimentos que se complementam e devem ser elaboradas em sintonia para que se tenha uma gestão orçamentária de qualidade.

Ressalta-se que as peças de planejamento (PPA, LDO, LOA e suas alterações) são encaminhadas ao TCE-MT conforme estabelecido no art. 171, incisos I e II, da Resolução Normativa TCE-MT n.º 16/2021-TP, para subsidiar a emissão do parecer prévio sobre as Contas Anuais de Governo.

Assim, foram realizados exames nas informações contidas nos textos legislativos, e anexos, que aprovaram as referidas peças de planejamento para o exercício de 2024 do Município de Vale de São Domingos, a fim de confrontar as



situações encontradas com os critérios estabelecidos pelas normas gerais que regem a matéria.

### **3. 1. PROCESSO ORÇAMENTÁRIO (Dados Consolidados do Município)**

A seguir, serão descritas as informações de interesse à emissão do futuro Parecer Prévio sobre essas contas anuais, bem como as eventuais irregularidades e seus respectivos achados resultantes dos exames efetuados.

#### **3. 1. 1. PLANO PLURIANUAL - PPA**

O Plano Plurianual - PPA, conforme determina a Constituição Federal de 1988, no art. 165, § 1º, é instituído por lei a cada quatro anos, para vigor no quadriênio subsequente. Este instrumento de planejamento estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

O PPA do Município de Vale de São Domingos para o quadriênio 2022-2025 foi instituído pela Lei n.º 629, de 29/06/2021, a qual foi protocolada no TCEMT sob n.º 2.160/2022, em 05/01/2022.

Em 2024, conforme publicações consultadas no veículo oficial de imprensa do Município (Jornal Oficial AMM-MT), foram constadas as edições das Leis Municipais n.ºs. 747 e 750/2024, as quais incluíram novas programações orçamentárias no PPA 2022-2025, por meio de alterações no respectivo 'Anexo de Ações'.

#### **3. 1. 2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO**

A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, conforme determina a Constituição Federal de 1988, no art. 165, § 2º, é uma peça de planejamento que dispõe sobre as metas e prioridades da administração pública federal, estabelece as



diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orienta a elaboração da lei orçamentária anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Em complemento à Constituição, a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF dispõe, no § 1º do artigo 4º, que o Anexo de Metas Fiscais - AMF integrará o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. Neste sentido, o Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, 13ª edição, páginas 62-64, dispõe que, para fins de atendimento às referidas disposições da LRF, o “Demonstrativo 1 – Metas Anuais” deve integrar o AMF dos projetos de LDO anuais, e nele serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

Além do citado Demonstrativo 1 - Metas Anuais, o MDF também orienta quanto ao preenchimento de outros Demonstrativos que, visando atender demais prescrições da LRF, também devem integrar o AMF dos projetos de LDO, são eles: o Demonstrativo 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior (inciso I do § 2º do art. 4º da LRF); o Demonstrativo 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores (inciso II do § 2º do art. 4º da LRF); o Demonstrativo 4 - Evolução do Patrimônio Líquido (inciso III do § 2º do art. 4º da LRF); o Demonstrativo 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos (inciso III do § 2º do art. 4º da LRF); o Demonstrativo 6 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS (inciso IV, alínea "a", do § 2º do art. 4º da LRF); o Demonstrativo 7 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita (inciso V do § 2º do art. 4º da LRF); e, o Demonstrativo 8 – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (inciso V do § 2º do art. 4º da LRF).

Adicionalmente aos termos do art. 4º, § 3º, da LRF, o projeto de LDO deve conter, ainda, o Anexo de Riscos Fiscais - ARF, o qual deve demonstrar os principais riscos capazes de influenciar no alcance das metas fiscais propostas e informar as opções escolhidas para enfrentar.

Nesse contexto, constata-se que as Diretrizes Orçamentárias do Município de Vale de São Domingos para o exercício de 2024 foram estabelecidas



pela Lei Municipal nº 730, de 01/09/2023, conforme publicação verificada junto à Imprensa Oficial do Município (Jornal AMM, edição nº 4.314 de 06/09/2023). O texto normativo e os anexos da LDO-2024 foram encaminhados a este Tribunal de Contas sob protocolo nº 78.704-3/2023, em 29/12/2023.

Assim, tomando-se o texto normativo publicado pela Lei Municipal nº 730 /2023, segue a análise das principais informações constantes da LDO-2024 do Município de Vale de São Domingos.

1) As metas fiscais de resultados nominal e primário foram previstas na LDO (art. 4º, §1º da LRF).

Por meio de documento apresentado ao Sistema APLIC (APLIC>2024>Vale de São Domingos>UG: Prefeitura>Prestação de Contas>Documentos LDO>Código Tipo: 46) a gestão do Município de Vale de São Domingos apresentou o Anexo de Metas Fiscais (AMF) vinculado à LDO-2024, contendo projeções para resultados primário e nominal do exercício de 2024.

Observa-se que o cumprimento da meta do Resultado Primário prevista na LDO-2024 é objeto de cálculo e análise realizados no tópico “8” deste Relatório Técnico. Esse resultado fiscal é avaliado pela metodologia “Acima da Linha”.

2) A LDO-2024 estabelece as providências que devem ser adotadas caso a realização das receitas apuradas bimestralmente não comporte o cumprimento das metas de resultado primário e nominal (art. 4º, I, b e art. 9º da LRF).

O Artigo 15 da Lei Municipal n. 730/2023 (LDO-2024) prevê como providência à eventual desequilíbrio bimestral entre receitas e despesas: a promoção de limitações de empenhos e de movimentação financeira para os Poderes Executivo e Legislativo municipais.

3) O texto normativo e os anexos da LDO-2024 foram regularmente divulgados no Portal Transparência do Município, em obediência aos arts. 48, II, 48-A da Lei Complementar nº 101/2000.

Em consulta ao Portal Transparência do Município, endereço eletrônico:  
< <https://valedesaodomingos.mt.gov.br/uploads/publicacoes/1201/anexos>





[/1201\\_lvcoJWlrN117kv3.pdf](#) >, acesso em 11/08/2025, constatou-se a divulgação do texto normativo e dos anexos da Lei Municipal nº 730/2023 (LDO-2024).

4) O texto normativo da LDO-2024 foi publicado no veículo oficial de imprensa do Município, conforme exigência dos arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49 da Lei Complementar nº 101/2000.

O texto normativo da Lei Municipal nº 730/2023 (LDO-2024) foi publicado na edição nº 4.314 do dia 06/09/2023 no Jornal AMM.

Todavia, a publicação do referido texto normativo não está acompanhado pelos anexos exigidos pelas disposições ínsitas no incisos e parágrafos do artigo 4º da LRF.

Neste sentido, considerando-se que os mencionados anexos foram divulgados no Portal Transparência do Município, conforme evidenciado no item anterior, sugere-se ao Conselheiro Relator que expeça a seguinte Determinação ao atual Chefe do Poder Executivo do Município de Vale de São Domingos:

Determine à área competente na Prefeitura para que, conjuntamente com a publicação do texto legal das LDO anuais no veículo de imprensa oficial, seja indicado/referenciado o endereço eletrônico do Portal de Transparência em que os quadros anexos obrigatórios dessas leis possam ser consultados/obtidos pela sociedade em geral. **Prazo de Implementação: até a publicação da LDO para o exercício de 2026.**

5) O Anexo de Riscos Fiscais integrante da LDO-2024, com a avaliação dos passivos contingentes e outros Riscos, foi elaborado e apresentado ao Tribunal de Contas, obedecendo aos termos ínsitos no artigo 4º, §3º da LRF.

O Anexo de Riscos Fiscais (ARF) integra a LDO-2024 e foi apresentado a este Tribunal de Contas via Sistema APLIC (APLIC>2024>Vale de São Domingos>UG: Prefeitura>Prestação de Contas>Documentos LDO>Código Tipo: 47), bem como foi divulgado no Portal Transparência do Município por meio do endereço eletrônico: < [https://valedesaodomingos.mt.gov.br/uploads/publicacoes/1201/anexos/1201\\_lvcoJWlrN117kv3.pdf](https://valedesaodomingos.mt.gov.br/uploads/publicacoes/1201/anexos/1201_lvcoJWlrN117kv3.pdf) >, acesso em 11/08/2025





6) A LDO-2024 contém previsão quanto à definição do montante da Reserva de Contingência para o exercício (artigo 5º, III, da LRF). Contudo, a forma de definição apresenta-se inconsistente.

Nos termos do artigo 11 da Lei Municipal n. 769/2023, consta autorização para a constituição de Reserva de Contingência na LOA-2024 no patamar de, no mínimo, até o equivalente a 1,5% (um e meio por cento) da Receita Corrente Líquida projetada para o exercício de 2024. Na Lei Municipal n. 736/2023 (LOA-2024) o valor da Reserva de Contingência foi fixado em R\$ 451.000,00, exceto o valor considerado como Reserva do RPPS.

Neste sentido, é importante salientar que na apreciação das Contas Anuais de Governo do Município de Vale de São Domingos do exercício de 2022 (processo TCE-MT nº 8.928-1/2022 - Parecer Prévio nº 88, de 17/10/2023) foi exarada a seguinte Determinação do Chefe do Poder Executivo municipal:

VII) defina, nas próximas leis de diretrizes orçamentárias, percentual máximo e não um percentual mínimo, para a Reserva de Contingências e assim possa servir de subsídio à elaboração da LOA.

Desse modo, constata-se que a gestão municipal ao elaborar a LDO-2024 (LM nº 730, de 06/09/2023), definindo a forma de determinação da Reserva de Contingência ainda em percentual mínimo e não em percentual máximo da RCL, não atendeu a Determinação contida no Parecer Prévio TCE-MT nº 88/2023.

Todavia, considerando-se que a Lei nº 730/2023 (LDO-2024) foi publicada em 06/09/2023, ou seja, antes da emissão do Parecer Prévio TCE-MT nº 88 /2023 (publicação em 17/10/2023), constata-se ser inoportuno o apontamento de irregularidade quanto ao descumprimento da referida Determinação neste exercício de 2024, haja vista que não houve tempo hábil para a aplicação da Determinação exarada por parte da gestão municipal. Devendo, então, a situação ser novamente analisada nas Contas Anuais de Governo para o exercício de 2025, para fins de verificação do cumprimento da Determinação ou de reincidência da impropriedade constatada nas contas de 2022.



7) Ausência de apresentação de memória e metodologia de cálculo para o Anexo de Metas Fiscais.

Na análise procedida ao Demonstrativo “1” do Anexo de Metas Fiscais (AMF) da LDO-2024 ( < [https://valedesaodomingos.mt.gov.br/uploads/publicacoes/1201/anexos/1201\\_lvcoJWlrN117kv3.pdf](https://valedesaodomingos.mt.gov.br/uploads/publicacoes/1201/anexos/1201_lvcoJWlrN117kv3.pdf) >), acesso em 12/08/2025, restou constatado que não houve a inclusão/apresentação de memória e de metodologia de cálculo para as Metas Fiscais projetadas no exercício, contrariando o art. 4º, § 2º, II da LRF e impossibilitando a comprovação da consistência dos resultados fiscais pretendidos e da conformidade das metas com a política fiscal do município.

É importante salientar que a obrigação de que nas projeções das Metas Anuais devam ser evidenciadas as respectivas memória e metodologia de cálculos está plasmada no inciso II do § 2º do artigo 4º da LRF desde a sua publicação, ou sejam desde 4 de maio de 2000.

Quanto à essa necessidade de evidenciação das referidas memória e metodologia dos cálculos inseridos no Demonstrativo 1 do Anexo de Metas Fiscais da LDO, registra-se que sempre estiveram dentre as orientações contidas nas várias publicações dos Manuais de Demonstrativos Fiscais (MDF) já editados pela STN, neste sentido citam-se os trechos do MDF, 13ª edição, página 67:

O art. 4º, § 2º, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF acrescenta que o demonstrativo das metas anuais deverá ser instruído com a memória e metodologia de cálculo, visando esclarecer a forma de obtenção dos valores relativos a receitas, despesas, Resultado Primário, Resultado Nominal, e montante da Dívida Pública. Dessa forma, cada ente deverá demonstrar os parâmetros e cálculos que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-os com os fixados nos três anos anteriores, e evidenciando a consistência deles com as premissas e os objetivos da política econômica nacional. A forma de apresentação da metodologia poderá variar de acordo Poderão com a análise feita por cada ente. ser adicionadas fórmulas de cálculos, descrição de cenários, tabelas evolutivas bem como qualquer material subsidiário. (grifou-se)



Nesse contexto, observa-se que a apresentação de memórias e metodologias de cálculos vai muito além do que apenas se preencher os quadros cujos modelos são definidos no MDF. A forma, as variáveis, os parâmetros, o método e a consistência dos cálculos com as premissas e os objetivos da política fiscal pretendida também devem ser evidenciadas e detalhados no Anexo.

Assim, sugere-se ao Conselheiro Relator que expeça a seguinte Determinação ao Chefe do Poder Executivo do Município de Vale de São Domingos:

Faça determinação à área de Planejamento da Prefeitura para que, nos anexos de projeções das Metas Fiscais constantes das propostas anuais de LDO, sejam apresentadas, detalhadas e explicadas as respectivas memórias e metodologias dos cálculos que justificam os resultados fiscais pretendidos, conforme instruções previstas no Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, editado anualmente pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN. **Prazo de Implementação: Próximas elaborações de PLDO.**

### 3. 1. 3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA

A Constituição Federal, no art. 165, inciso III e § 5º, determina que lei de iniciativa do Poder Executivo estabeleça o orçamento anual, o qual compreenderá os Orçamentos Fiscal, de Investimento e da Seguridade Social, abrangendo as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

O Orçamento Anual do Município de Vale de São Domingos para o exercício de 2024 foi aprovado por meio da Lei nº 736, de 06/12/2023. O texto e anexos da LOA-2024 foram protocolados neste TCE-MT sob número 78.703-5/2023, via Sistema APLIC em 29/12/2023.

A LOA-2024 estimou a receita e fixou a despesa no montante igual de R\$ 31.075.620,00, conforme dispõe o art. 1º da Lei, sendo este valor desdobrado nos seguintes topos de orçamentos:

- Orçamento Fiscal: R\$ 21.276.692,00
- Orçamento da Seguridade Social: R\$ 9.798.928,00

Sobre a elaboração da LOA-2024 apresenta-se, a seguir, as seguintes conclusões:



1) O texto normativo da LOA-2024 destacou os recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social (art. 165, § 5º da CF).

2) O texto normativo e os anexos da LOA-2024 foram regularmente divulgados no Portal Transparência do Município, em obediência aos arts. 48, II, 48-A da Lei Complementar nº 101/2000.

Em consulta ao Portal Transparência do Município, endereço eletrônico: < [https://valedesaodomingos.mt.gov.br/uploads/publicacoes/1200/anexos/1200\\_Q1Wqh2wD5p6NnnB.pdf](https://valedesaodomingos.mt.gov.br/uploads/publicacoes/1200/anexos/1200_Q1Wqh2wD5p6NnnB.pdf) >, acesso em 12/08/2025, constatou-se a divulgação do texto normativo e dos anexos da Lei Municipal nº 736/2023 (LOA-2024).

3) O texto normativo da LOA-2024 foi publicado no veículo oficial de imprensa do Município, conforme exigência dos arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49 da Lei Complementar nº 101/2000.

O texto normativo da Lei Municipal nº 736/2023 (LOA-2024) foi publicado na edição nº 4.375 do dia 07/12/2023 no Jornal AMM. Todavia, a publicação do referido texto normativo não está acompanhado pelos anexos exigidos pelas disposições ínsitas na Lei 4.320/64.

Neste sentido, considerando-se que os mencionados anexos foram divulgados no Portal Transparência do Município, conforme evidenciado no item anterior, sugere-se ao Conselheiro Relator que expeça a seguinte Determinação ao atual Chefe do Poder Executivo do Município de Vale de São Domingos:

Determine à área competente na Prefeitura para que, conjuntamente com a publicação do texto legal da LOA anual no veículo de imprensa oficial, seja indicado/referenciado o endereço eletrônico do Portal de Transparência em que os quadros anexos obrigatórios dessas leis possam ser consultados/obtidos pela sociedade em geral. **Prazo de Implementação: até a publicação da LOA para o exercício de 2026.**

4) Não consta na LOA-2024 autorização para transposição, remanejamento e transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, obedecendo assim, ao princípio da exclusividade (art. 165, §8º, CF /1988).



### 3. 1. 3. 1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

O inciso I do artigo 4º da Lei Municipal nº 736/2023, LOA-2024, autorizou, inicial e previamente, a abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 6% (seis por cento) do total da Despesa Fixada para o exercício de 2024, cujo valor foi de R\$ 31.075.620,00.

Registra-se, ainda, que a gestão municipal, mediante a edição ilegal das Leis Municipais genéricas nºs. 738/2024 e 739/2024, também abriu créditos adicionais suplementares no exercício de 2024. A ilegalidade que atinge essas leis será abordada em item próprio adiante apresentado.

A tabela seguinte, elaborada a partir dos dados/informações enviadas pela gestão municipal ao Sistema APLIC e que são evidenciadas no Quadro 1.7 deste Relatório Técnico Preliminar, demonstra os totais das alterações promovidas no Orçamento municipal no decorrer do exercício de 2024. Esses totais são demonstrados por tipos de movimentação de créditos adicionais.

ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSP.	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
	SUP.	ESP.	EXTRA.				
R\$ 31.075.620,00	R\$ 14.423.726,11	R\$ 5.764.541,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.431.236,56	R\$ 45.832.651,50	47,48%
Percentual de alteração em relação ao orçamento inicial	46,41%	18,55%	0,00%	0,00%	17,47%	147,48%	-

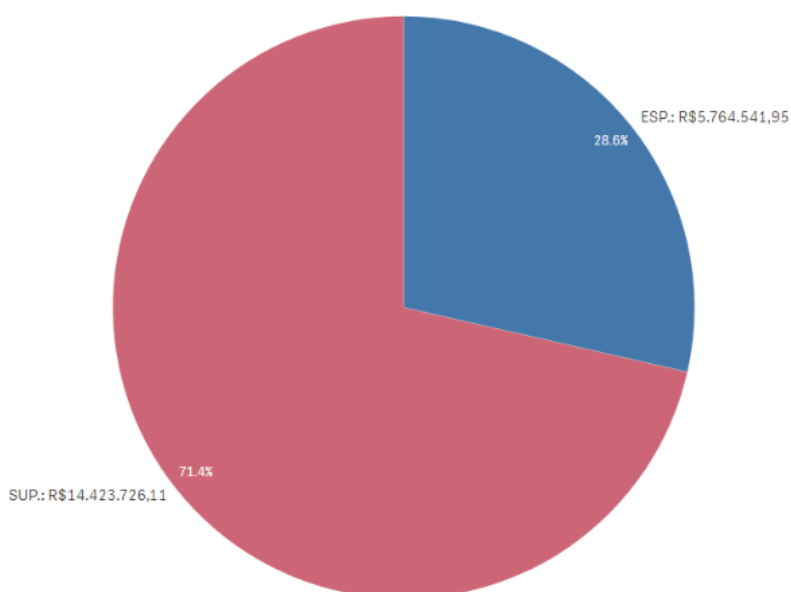
Relatório Contas de Governo > Anexo: Orçamento > Quadro - Créditos Adicionais do Período por Unidade Orçamentária.

Conforme o quadro acima, após as alterações orçamentárias, o valor total do Orçamento Final (OF) autorizado foi elevado para R\$ 45.832.651,50, evidenciando um acréscimo líquido efetivo de 47,48% sobre o Orçamento Inicial - OI. Vale salientar que esse valor de OF está convergindo com a totalização apresentada na coluna de Dotação Atualizada do quadro de Despesas Orçamentárias do Balanço Orçamentário Consolidado de 2024, que reflete o valor idêntico de R\$ 45.832.651,50 (publicado no Jornal Oficial Eletrônico da AMM, edição n. 4.723, de 25/04/2025).



A seguir apresenta-se, de forma gráfica, a participação de cada um dos tipos de créditos adicionais abertos no exercício (Suplementares e Especiais), considerando-se o total bruto de R\$ 20.188.268,06 informado ao Sistema APLIC.

Créditos Adicionais do Período



De acordo com o quadro abaixo, constata-se que o total bruto das alterações orçamentárias em 2024 representou 64,96% do Orçamento Inicial previsto na LOA do exercício (todos os tipos de créditos).

Ano	Valor Total LOA Município	Valor Total das Alterações do Município	Percentual das Alterações
2024	R\$ 31.075.620,00	R\$ 20.188.268,06	64,96%

Relatório Contas de Governo > Anexo: Orçamento > Quadro - Créditos Adicionais do Período por Unidade Orçamentária.

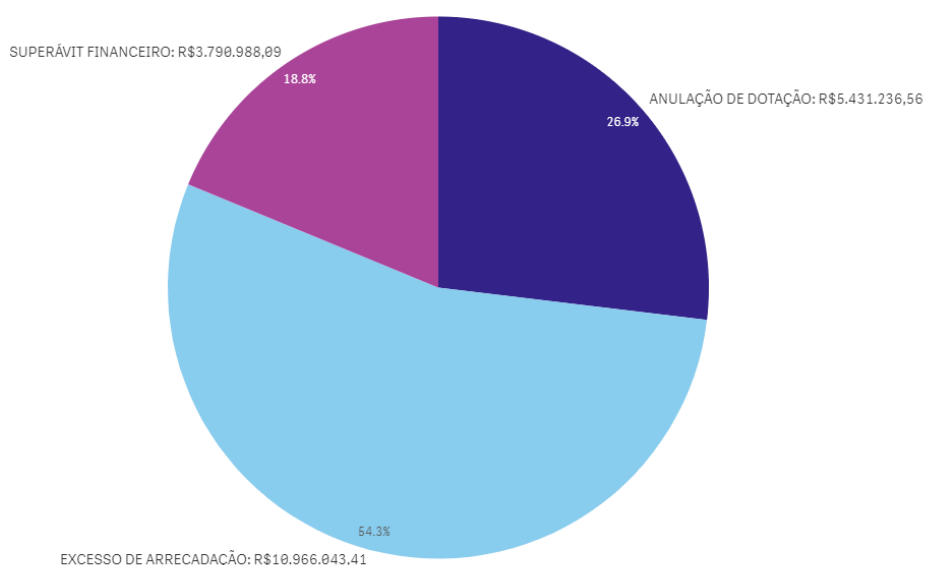
Na tabela e no gráfico a seguir apresentados, constam os detalhamentos das fontes de financiamento dos créditos adicionais abertos no exercício em análise, conforme descritos nos parágrafos anteriores:



RECURSOS / FONTE DE FINANCIAMENTO	TOTAL
ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	R\$ 5.431.236,56
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	R\$ 10.966.043,41
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	R\$ 0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	R\$ 3.790.988,09
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 0,00
RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES	R\$ 0,00
<b>TOTAL CRÉDITOS ADICIONAIS</b>	<b>R\$ 20.188.268,06</b>

Relatório Contas de Governo > Anexo: Orçamento > Quadro - Créditos Adicionais por Fonte de Financiamento (Agrupados por Destinação de Recursos).

Créditos Adicionais por Fonte de Financiamento



Das informações evidenciadas acima, constata-se que o montante de acréscimo efetivo ao orçamento inicialmente previsto na LOA-2024 foi de R\$ 14.757.031,50 (47,48%), considerando-se que o equivalente a R\$ 5.431.236,56 de créditos abertos tiveram como fontes de financiamento as anulações de dotações já constantes da própria LOA.

Do exame às informações sobre as alterações orçamentárias realizadas pela gestão do Município de Vale de São Domingos no exercício de 2024 (informadas ao Sistema APLIC), são apresentadas as seguintes conclusões:





1) Não houve a abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de excesso de arrecadação, (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. II da Lei nº 4.320/1964).

De acordo com as informações combinadas apresentadas nos Quadros 1.4 e 1.5 deste Relatório Técnico Preliminar, constata-se que no exercício de 2024 não houve a abertura de créditos orçamentários adicionais, por excesso de arrecadação, sem a existência de fontes de financiamento excedentes (recursos disponíveis).

2) Não houve a abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de operações de crédito (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. IV da Lei nº 4.320/1964).

De acordo com as informações combinadas apresentadas nos Quadros 1.4 e 1.5 deste Relatório Técnico Preliminar, constata-se que no exercício de 2024 não houve a abertura de créditos orçamentários adicionais, por excesso de arrecadação de operações de crédito (fonte/destinação de recursos n. 754 - Recursos de Operações de Crédito).

3) Não houve a abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de Superávit Financeiro (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. I da Lei nº 4.320/1964).

Conforme informações apresentadas no Quadro 1.3 deste Relatório Técnico Preliminar, no exercício de 2024 houve a abertura de créditos orçamentários adicionais, por superávit financeiro de exercícios anteriores, sem a existência de fontes de financiamento superavitárias (recursos disponíveis). Todavia, a situação foi verificada apenas na fonte/destinação de recursos n. '569 - Outras Transferências de Recursos do FNDE', e no diminuto valor de R\$ 169,26.

Assim, considerando-se a baixa materialidade do evento, e que ao final do exercício de 2024 a fonte/destinação de recursos n. 569 apresenta um saldo financeiro superavitário de R\$ 67.472,85 (Quadro: 4.3 deste Relatório Técnico Preliminar), defende-se a desnecessidade de apontamento de irregularidade, neste caso específico.





4) Não houve abertura de créditos adicionais sem indicação de recursos orçamentários objeto da anulação parcial ou total de dotações. (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, inc. III da Lei nº 4.320/1964)

5) Divergências nas informações encaminhadas ao Sistema APLIC MC05.

Houve divergências entre as informações orçamentárias encaminhadas por meio do Sistema APLIC e aquelas constantes dos respectivos atos legais/normativos primários.

### Dispositivo Normativo:

Resoluções Normativas TCE-MT n. 21/2018 e n. 03/2020.

5.1) *Divergências entre as informações sobre a abertura de créditos adicionais encaminhadas no Sistema APLIC e os respectivos atos legislativos/normativos embaixadores editados. - MC05*

Foram constatadas divergências entre as informações sobre abertura de créditos adicionais enviadas ao Sistema APLIC e aquelas obtidas a partir da análise dos respectivos atos legislativos/normativos autorizadores, conforme evidenciado nos quadros abaixo:

Divergências de Informações das aberturas de créditos adicionais - Fontes de Financiamento – Vale de São Domingos – 2024					
Lei	Decreto	Valores por Espécies de Fontes – R\$			
		Superávit	Excesso	Anulação	Op. Crédito
Informações conforme os Atos Legislativos/Normativos					
738/2024	00059/2024	-	-	242.042,59	-
738/2024	00074/2024	-	-	2.289.243,07	-
738/2024	00075/2024	-	-	237.307,62	-
Totais		0,00	0,00	2.768.593,28	-
Informações enviadas ao Sistema APLIC (divergentes)					
738/2024	00059/2024	-	-	273.034,35	-
738/2024	00074/2024	-	-	2.290.443,07	-
738/2024	00075/2024	-	-	292.307,62	-
Totais		0.00	0.00	2.855.785.04	-

Fonte: Apêndice "A" deste Relatório Técnico Preliminar



Divergências de Informações das aberturas de créditos adicionais – Tipos de Crédito – Vale de São Domingos – 2024					
Lei	Decreto	Valores por Espécies de Crédito – R\$			
		Suplementares	Especiais	Extraordinários	Transposições
Informações conforme os Atos Legislativos/Normativos					
738/2024	00039/2024	11.775,51	-	-	-
738/2024	00041/2024	78.305,90	-	-	-
738/2024	00051/2024	27.308,54	-	-	-
Totais		117.389,95	0,00	0,00	-
Informações enviadas ao Sistema APLIC (divergentes)					
738/2024	00039/2024	-	11.775,51	-	-
738/2024	00041/2024	-	78.305,90	-	-
738/2024	00051/2024	-	27.308,54	-	-
Totais		0,00	117.389,95	-	-

Fonte: Apêndice "A" deste Relatório Técnico Preliminar

Esses quadros evidenciam divergências relevantes entre as informações de alterações orçamentárias prestadas ao Sistema APLIC e os respectivos atos legais/normativos originários, mormente quanto ao aspecto qualitativo (Apêndice 'A'). Neste sentido, os quadros demonstram informações divergentes nos aspectos qualitativo e quantitativo (natureza e valor da informação).

Ressalta-se que dos quadros constam decretos examinados por amostra aleatória simples, assim, tais divergências, eventualmente, podem ter ocorrido para um número maior de decretos de abertura de créditos adicionais editados no exercício de 2024.

Vale salientar que a apresentação de prestação de contas em divergência com o teor dos respectivos documentos e atos legais ou normativos, além de configurar flagrante desrespeito às normas expedidas por este Tribunal de Contas, impede ou dificulta o efetivo exercício do controle externo.

#### 6) Transparência e Publicidade - Decretos Orçamentários NB05.

Houve a abertura de créditos orçamentários adicionais sem as tempestivas publicações e divulgações dos respectivos decretos na imprensa oficial e no Portal Transparência.



### Dispositivo Normativo:

Art. 37, caput, CF; art. 6º, inc. XIII, L. 8.666/93; Lei 12.527/011 - Lei de Acesso à Informação.

6.1) *Houve a abertura de créditos orçamentários adicionais sem as tempestivas publicações e divulgações dos respectivos decretos na imprensa oficial e no Portal Transparência do Município. - NB05*

A partir de consultas realizadas junto ao veículo oficial de imprensa do Município de Vale de São Domingos (Jornal AMM) e do seu Portal Transparência foi constatado, mediante verificação de amostra extraída das informações constantes do Quadro: 1.7 deste Relatório Técnico Preliminar, que a gestão está emitindo Decretos Orçamentários, mas não os está publicando na imprensa oficial e divulgando-os de forma tempestiva. Foi testada a seguinte amostra:

Nº Decretos	Valor	Publicado em 2024 (Sim/Não)	Veículo de Imprensa Oficial/Edição	Divulgado/Portal Transparência (Sim/Não)
00025/2024	204.516,88	Não	-	Não
00027/2024	693.417,35	Não	-	Não
00028/2024	1.000.000,00	Não	-	Não
00087/2024	25.770,45	Não	-	Não
00088/2024	997.672,42	Não	-	Não
00089/2024	250.479,91	Não	-	Não
00090/2024	333.185,54	Não	-	Não
00091/2024	1.076.302,08	Não	-	Não
00092/2024	292.257,18	Não	-	Não
00093/2024	22.977,48	Não	-	Não
00094/2024	14.643,20	Não	-	Não
00095/2024	23.987,38	Não	-	Não
00096/2024	1.757,60	Não	-	Não
00099/2024	535.281,48	Não	-	Não

Fontes: Amostra retirada do Quadro: 1.7 deste Relatório Técnico Preliminar; e, consultas ao Jornal AMM e no Portal Transparência do Município de Vale de São Domingos.]



Registra-se que a omissão e/ou retardamento da publicação /divulgação de atos administrativos oficiais, a exemplo de Decretos, fragiliza a validade jurídica desses documentos e inviabiliza o exercício do concomitante controle social e Externo, e evidencia que não foram observados os princípios da publicidade e da transparência (Art. 37, caput, CF/88; art. 6º, inc. XIII, L. 8.666/93; Lei 12.527/011 - Lei de Acesso à Informação).

#### 7) Autorizações genéricas para abertura de créditos adicionais FB99.

Houve autorizações para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais por leis municipais que previram especificações genéricas e importâncias ilimitadas.

#### Dispositivo Normativo:

Artigos 7º, I, 42 e 43 da Lei 4.320/64.

*7.1) Proposição e sanção de leis municipais que requeriam autorizações legislativas para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais com especificações genéricas e importâncias ilimitadas, em desconformidade com as disposições inseridas nos artigos 7º, I, 42 e 43 da Lei 4.320/64. - FB99*

As alterações orçamentárias realizadas no decorrer do exercício de 2024 foram autorizadas por 03 (três) leis municipais, quais sejam: a LM nº 736/2023 (LOA-2024), a LM 738/2024, e a LM 739/2024. O quadro abaixo demonstra os totais de créditos adicionais abertos autorizados por cada uma dessas leis.

**Leis Municipais Autorizadoras para abertura de Créditos Adicionais – 2024 -R\$**

Descrições	Créditos adicionais abertos por tipos e totais		Total aberto
	Suplementares	Especiais	
LM 736/2023 (LOA-2024)	1.370.456,06	0,00	1.370.456,06
LM 738/2024	12.875.427,96	1.996.531,34	14.871.959,3
LM 739/2024	177.833,09	3.768.010,61	3.945.843,7
<b>Total Geral</b>	<b>14.423.717,11</b>	<b>5.764.541,95</b>	<b>20.188.259,06</b>

Fonte: Quadro 1.7. deste Relatório Técnico Preliminar

No que pertine aos créditos adicionais suplementares abertos autorizados pela LM 736/2023 (LOA-2024), constata-se que a autorização legal foi concedida em estrita observância às disposições contidas no artigo 7º, I, da Lei 4.320/64, que permite que na LOA possa haver uma autorização prévia e inicial



para a abertura exclusivamente de créditos do tipo suplementares até determinada importância (direta: definição de montante; ou indireta: percentual sobre determinada base de cálculo, total das Despesas Fixadas na LOA, por exemplo).

Todavia, no caso dos créditos adicionais autorizados pelas LM 738/2024 e 739/2024 observa-se que as autorizações, na forma requerida pelo Poder Executivo, são ilegais. Isso porque trata-se de autorizações prévias e genéricas tanto para a abertura de créditos adicionais quanto para a abertura de créditos especiais, que não estão abarcadas pelas disposições contidas no artigo 7º, I, da Lei 4.320/64.

A afirmação contida no parágrafo anterior refere-se às seguintes disposições contidas nas LM 738/2024 e 739/2024:

#### **LM 738/2024**

Artigo 2º - Fica o poder executivo municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares e especiais à conta de excesso de arrecadação, através de Decreto, até o limite dos valores efetivamente apurados ou com base na tendência do exercício, nos termos do Inciso II do § 1º e § 3º do Artigo 43 da Lei 4.320/64, devendo ser observadas as vinculações das fontes dos recursos financeiros em excesso disponíveis.

#### **LM 739/2024**

Artigo 1º - Fica o poder executivo municipal autorizado a abrir créditos adicionais especiais e suplementar à conta de superávit financeiro, através de Decreto, até o limite dos valores efetivamente apurados no balanço financeiro do exercício anterior, nos termos do Inciso I do § 1º e § 2º do Artigo 43 da Lei 4.320/64, devendo ainda ser observadas as vinculações das fontes dos recursos financeiros superavitários disponíveis.

No caso das autorizações para os créditos adicionais suplementares, observa-se que esta hipótese de autorização prévia não se enquadra nas disposições contidas no artigo 7º, I, da Lei 4.320/64, haja vista que as LM 738/2024 e 739/2024 não se referem a alteração do percentual definido na LM 736/2023,



tratando-se de autorizações genéricas dissociadas da LOA-2024 e sem determinar limite específico.

Quanto às autorizações prévias para aberturas de créditos adicionais Especiais, vale mencionar que autorizações em importância determinada (direta) para abertura de créditos adicionais, ou na forma indireta mediante fixa de percentuais sobre base de cálculo específica, encontra previsão no artigo 7º da Lei 4.320/64, contudo, refere-se exclusivamente a créditos do tipo Suplementares e na LOA ou em alteração desta. Esse dispositivo da Lei 4.320/64 não abarca os créditos do tipo Especial. Aliás, não há nenhuma outra norma geral de finanças públicas que autorize a fixação prévia e genérica para abertura de créditos Especiais.

As autorizações para abertura de créditos adicionais do tipo Especial não podem ser genéricas, requerendo especificações de valores e detalhamentos das categorias de programação e dotações para as novas despesas que se pretende incluir no Orçamento vigente, bem como a definição de fontes de financiamento (créditos disponíveis).

Em face do exposto, conclui-se que os créditos adicionais abertos lastreados nas LM 738/2024 e 739/2024, são genéricos e ilimitados e que as autorizações contidas nessas LM não estão de acordo com as disposições contidas no artigo 7º, I, da Lei 4.320/64.



## 4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Neste tópico são apresentadas e analisadas informações acerca das execuções de receitas e despesas orçamentárias do Município de Vale de São Domingos no exercício financeiro de 2024.

### 4. 1. RECEITA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA

Conforme as informações prestadas ao Sistema APLIC, evidenciadas no Quadro 2.1 deste Relatório Técnico Preliminar, a receita total prevista atualizada para o exercício de 2024 no Município de Vale de São Domingos, após as deduções e considerada a receita INTRA, foi de **R\$ 42.041.663,41**, sendo arrecadado o montante de **R\$ 46.005.594,93**

#### 4. 1. 1. CONSISTÊNCIA ENTRE O VALOR DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E OS VALORES INFORMADOS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Para verificação da consistência dos montantes das principais receitas de Transferências Constitucionais e Legais auferidas no exercício de 2024 e informados no Sistema APLIC pela gestão do Município de Vale de São Domingos, foram utilizados procedimentos de confrontos dos valores com as informações públicas externas divulgadas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN e também aquelas disponibilizadas pelo Banco do Brasil.

##### 4. 1. 1. 1. PRINCIPAIS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DO ESTADO

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e o Banco do Brasil disponibilizam consultas aos valores repassados pela União e pelo Estado aos municípios como transferências constitucionais e legais pelos links abaixo:

- Transferências Constitucionais <http://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2600:1>





- Demonstrativo DAF: <https://demonstrativos.apps.bb.com.br/arrecadacao-federal>

O total dos valores repassados no decorrer do exercício foram comparados com os valores registrados como receita arrecadada:

### Transferências da União:

Descrição	Informações Externa (A)	Demonstrativo da receita realizada (B)	Diferença (A-B)
Cota Parte FPM	R\$ 11.631.967,95	R\$ 11.631.967,95	R\$ 0,00
Cota-Parte ITR	R\$ 1.261.739,88	R\$ 1.261.739,88	R\$ 0,00
IOF-Ouro	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Transf. da Comp. Fin. pela Exploração de Rec. Naturais (União)	R\$ 1.034.582,76	R\$ 1.034.582,76	R\$ 0,00
Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAT	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAF	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAR	R\$ 82.386,99	R\$ 41.428,91	R\$ 40.958,08

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária (valores Líquidos) > Consulta Parametrizada > Mês de referência: dezembro > Dados Consolidados do Ente

### Transferências do Estado:

Descrição	Fonte Externa (A)	Demonstrativo da receita realizada (B)	Diferença (A-B)
Cota-Parte do ICMS	R\$ 9.009.842,13	R\$ 9.009.842,13	R\$ 0,00
Cota-Parte do IPVA	R\$ 310.837,05	R\$ 310.837,05	R\$ 0,00
Cota-Parte do IPI - Municípios	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Cota-Parte da CIDE	R\$ 21.626,14	R\$ 21.626,14	R\$ 0,00
Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Hídricos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Cota-Parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Cota-Parte Royalties - Compensação Financeira pela			





Descrição	Fonte Externa (A)	Demonstrativo da receita realizada (B)	Diferença (A-B)
Produção do Petróleo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita de Transferências do Fundeb	R\$ 4.081.223,02	R\$ 4.122.181,10	-R\$ 40.958,08

APLIC > APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária (valores Líquidos) > Consulta Parametrizada > Mês de referência: dezembro > Dados Consolidados do Ente

Das informações apresentadas nos quadros anteriores, pode-se apresentar as seguintes conclusões:

1) As Transferências Constitucionais e Legais não foram adequadamente contabilizadas.

Os quadros anteriores evidenciam divergências entre os valores de receitas contabilizados pela gestão municipal e as suas respectivas fontes de confirmação externa (STN e BB), especificamente para o FUNDEB/Principal e para o FUNDEB/Complementação-VAAR.

Todavia, essas diferenças numéricas são idênticas e compensáveis entre si no valor de R\$ 40.958,08, portanto não há omissão no registro/contabilização das receitas, mas evidencia falhas na correta classificação contábil-orçamentária das receitas, ou seja, houve confusão na utilização da adequada Natureza de Receitas (NR) aplicável a cada origem de receita.

A fim de evidenciar as referidas divergências, foram consultados os lançamentos contábeis analíticos realizados pela gestão municipal e informados ao Sistema APLIC na conta contábil nº '62120000000 - Receita Realizada' no exercício de 2024, a partir disso foram encontrados erros de registros (classificações incorretas) que explicam as divergências apresentadas, conforme o quadro abaixo:



Origem	Mês Ref.	Naturezas de Receitas		Valor – R\$
		Correta	Errada/Utilizada	
VARR	Jan./24	1.7.1.5.52.0.1.00.00.00 – VAAR	1.7.5.1.50.0.1.00.00.00 – FUNDEB	5.104,80
VARR	Fev./24	1.7.1.5.52.0.1.00.00.00 – VAAR	1.7.5.1.50.0.1.00.00.00 – FUNDEB	5.615,28
VARR	Mar./24	1.7.1.5.52.0.1.00.00.00 – VAAR	1.7.5.1.50.0.1.00.00.00 – FUNDEB	6.125,76
VARR	Abr./24	1.7.1.5.52.0.1.00.00.00 – VAAR	1.7.5.1.50.0.1.00.00.00 – FUNDEB	6.636,24
VARR	Mai./24	1.7.1.5.52.0.1.00.00.00 – VAAR	1.7.5.1.50.0.1.00.00.00 – FUNDEB	7.240,75
VARR	Jun./24	1.7.1.5.52.0.1.00.00.00 – VAAR	1.7.5.1.50.0.1.00.00.00 – FUNDEB	7.754,43
VARR	Jul./24	1.7.1.5.52.0.1.00.00.00 – VAAR	1.7.5.1.50.0.1.00.00.00 – FUNDEB	7.754,43
VARR	Ago./24	1.7.1.5.52.0.1.00.00.00 – VAAR	1.7.5.1.50.0.1.00.00.00 – FUNDEB	8.218,96
Ajuste realizado entre NR	Dez./24	1.7.1.5.52.0.1.00.00.00 – VAAR	1.7.5.1.50.0.1.00.00.00 – FUNDEB	-13.492,57
<b>Total líquido apropriado incorretamente na NR do FUNDEB/Principal que deveria ter sido contabilizado na NR do FUNDEB/Complementação-VAAR</b>				<b>40.958,08</b>

Fonte: Sistema APLIC; Razão da conta contábil nº '62120000000 – Receita Realizada' no exercício de 2024

Dessa forma, evidencia-se que o valor total correto arrecadado a título de FUNDEB/Complementação-VAAR em 2024 foi de R\$ 82.386,99, e o valor arrecadado do FUNDEB/Principal foi de R\$ 4.081.223,02, conforme fontes externas. Observa-se que os valores considerados nos cálculos apresentados nos Quadros 7.2 a 7.9 deste Relatório Técnico Preliminar serão alterados para refletir esses respectivos valores.

Ademais, com a finalidade de sanear erros futuros na escrituração contábil das receitas orçamentárias, sugere-se ao Conselheiro Relator que expeça a seguinte determinação ao atual Chefe do Poder Executivo do Município de Vale de São Domingos:

Determine às áreas de Planejamento, Tesouraria e de Contadoria da Prefeitura para que observem/utilizem - para previsão e registros das receitas orçamentárias arrecadadas, sobretudo das Transferências Intergovernamentais - as Naturezas de Receitas próprias instituídas/aprovadas por meio da "Especificação de Receitas" constante dos leiautes anuais aprovados para o Sistema APLIC, considerando-se cada identificação/desdobramento de receita por origem específica. **Prazo de Implementação: Imediato.**



#### 4. 1. 2. EVOLUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

A série histórica das receitas orçamentárias no período de 2020/2024, revela crescimento significativo e constante da arrecadação no Município de Vale de São Domingos, conforme demonstrado no quadro e gráfico a seguir apresentados:

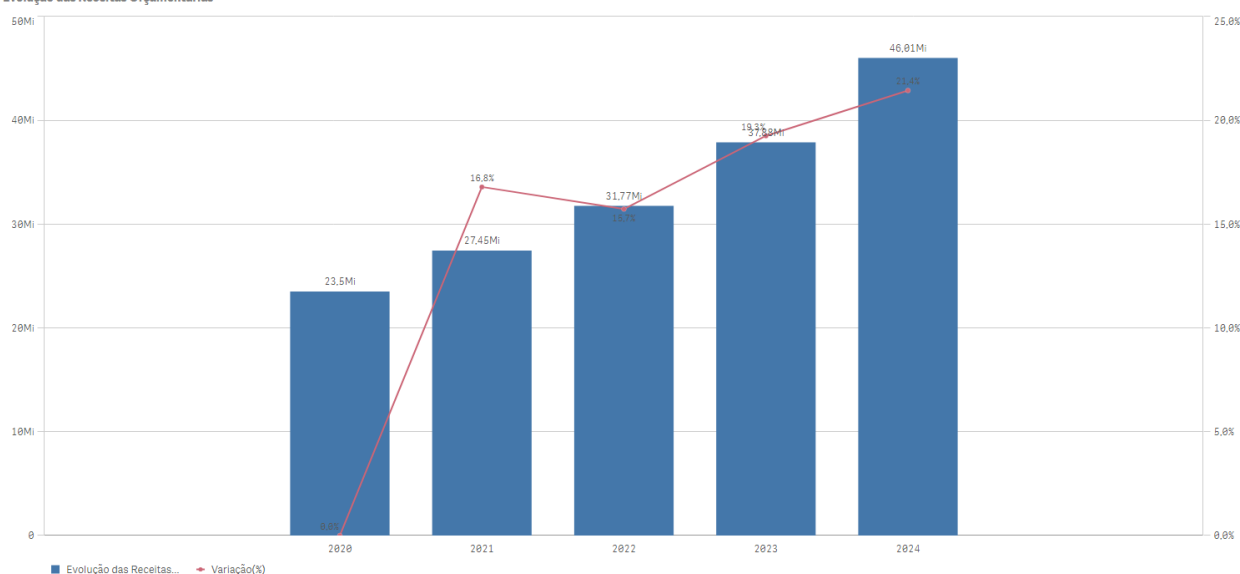
Origens das Receitas	2020	2021	2022	2023	2024
<b>RECEITAS CORRENTES (Exceto intra)</b>	<b>R\$ 22.438.180,24</b>	<b>R\$ 26.669.066,59</b>	<b>R\$ 31.328.033,47</b>	<b>R\$ 34.346.119,22</b>	<b>R\$ 43.170.409,93</b>
Receitas de Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	R\$ 1.790.375,41	R\$ 1.510.369,02	R\$ 1.577.113,04	R\$ 1.846.417,80	R\$ 1.633.343,34
Receita de Contribuição	R\$ 624.623,66	R\$ 874.759,22	R\$ 922.436,85	R\$ 1.194.242,12	R\$ 1.296.790,84
Receita Patrimonial	R\$ 9.258,67	R\$ 104.744,15	R\$ 353.374,21	R\$ 546.863,47	R\$ 945.706,14
Receita Agropecuária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Receita de serviço	R\$ 8.771,15	R\$ 39.183,50	R\$ 55.628,00	R\$ 46.880,96	R\$ 39.488,50
Transferências Correntes	R\$ 19.998.513,37	R\$ 24.131.939,66	R\$ 28.230.126,74	R\$ 30.115.710,25	R\$ 38.804.776,37
Outras Receitas Correntes	R\$ 6.637,98	R\$ 8.071,04	R\$ 189.354,63	R\$ 596.004,62	R\$ 450.304
<b>RECEITAS DE CAPITAL (Exceto intra)</b>	<b>R\$ 2.497.908,18</b>	<b>R\$ 3.113.226,46</b>	<b>R\$ 3.291.854,10</b>	<b>R\$ 6.401.311,66</b>	<b>R\$ 6.766.113,91</b>
Operações de crédito	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.545.000,00	R\$ 0,00
Alienação de bens	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Amortização de empréstimos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Transferências de capital	R\$ 2.497.908,18	R\$ 3.113.226,46	R\$ 3.291.854,10	R\$ 4.856.311,66	R\$ 6.766.113,91
Outras receitas de capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS (Exceto Intra)</b>	<b>R\$ 24.936.088,42</b>	<b>R\$ 29.782.293,05</b>	<b>R\$ 34.619.887,57</b>	<b>R\$ 40.747.430,88</b>	<b>R\$ 49.936.523,84</b>
DEDUÇÕES	-R\$ 2.260.579,58	-R\$ 3.110.884,77	-R\$ 3.691.384,11	-R\$ 3.922.078,74	-R\$ 5.221.225,84
<b>RECEITA LÍQUIDA (Exceto Intra)</b>	<b>R\$ 22.675.508,84</b>	<b>R\$ 26.671.408,28</b>	<b>R\$ 30.928.503,46</b>	<b>R\$ 36.825.352,14</b>	<b>R\$ 44.715.298,00</b>
Receita Corrente Intraorçamentária	R\$ 827.687,32	R\$ 778.456,38	R\$ 838.363,05	R\$ 1.057.970,11	R\$ 1.290.296,93
Receita de Capital Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



Origens das Receitas	2020	2021	2022	2023	2024
<b>Total das Receitas Orçamentárias e Intraorçamentárias</b>	<b>R\$ 23.503.196,16</b>	<b>R\$ 27.449.864,66</b>	<b>R\$ 31.766.866,51</b>	<b>R\$ 37.883.322,25</b>	<b>R\$ 46.005.594,93</b>
Receita Tributária Própria	R\$ 1.790.375,41	R\$ 1.510.369,02	R\$ 1.577.113,04	R\$ 1.846.417,80	R\$ 1.633.343,34
% de Receita Tributária Própria em relação ao total da receita corrente	7,97%	5,66%	5,03%	5,37%	3,78%
% Média de RTP em relação ao total da receita corrente	5,56%				

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores) , Sistema Aplic (exercício atual) OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores) e Sistema Aplic.

Evolução das Receitas Orçamentárias



O quadro e gráfico anteriores demonstram a evolução da arrecadação total das receitas orçamentárias no período de 2020/2024, inclusive INTRA, do qual se constata uma arrecadação crescente ano a ano, sendo que, de 2023 para 2024, a arrecadação aumentou o equivalente 21,44%, propiciada, sobretudo, pelas receitas de Transferências Correntes e de Capital.

Das informações acima evidenciadas, verifica-se que a soma das receitas de Transferências Correntes e de Capital representou a maior origem de recursos na composição da receita municipal em 2024, totalizando o valor de R\$



45.570.890,28, o que corresponde a 91,26% do total bruto da receita orçamentaria arrecadada pelo Município, cujo montante foi de R\$ 49.936.523,84 (Exceto a INTRA).

#### 4. 1. 3. RECEITA TRIBUTÁRIA PRÓPRIA

Em 2024, a receita tributária própria do Município de Vale de São Domingos, já deduzida da contribuição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), atingiu o percentual de **3,78%**

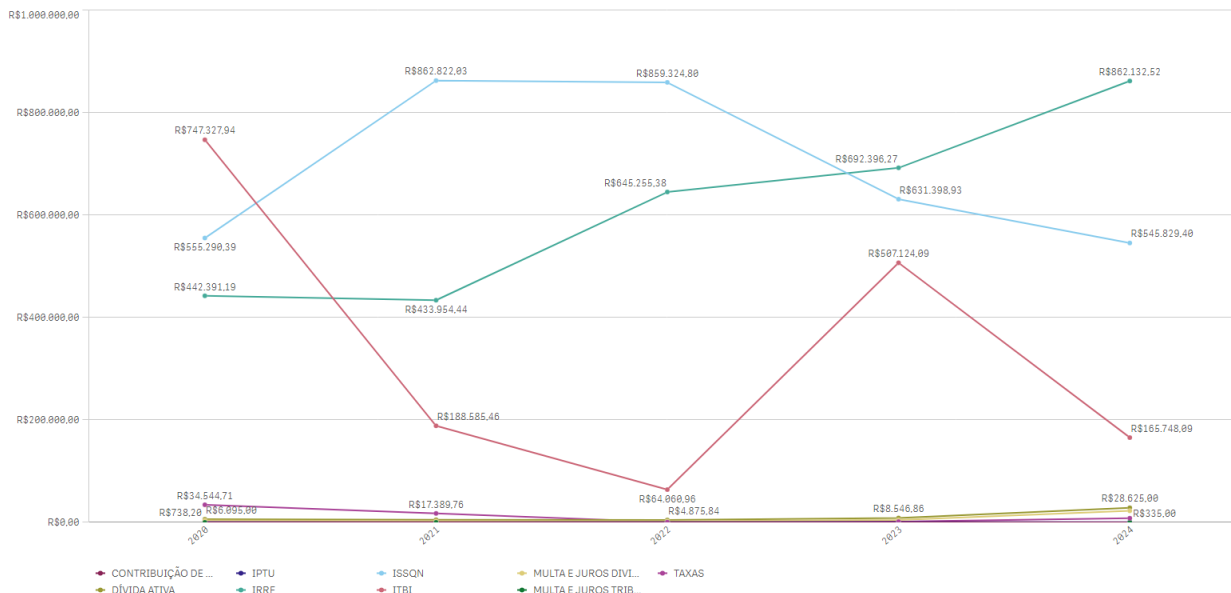
A tabela e o gráfico a seguir apresentam a evolução e a composição da receita tributária própria arrecadada no período de 2020 a 2024, destacando-se, individualmente, por espécies tributárias:

Origens das Receitas	2020	2021	2022	2023	2024
IPTU	R\$ 738,20	R\$ 285,00	R\$ 613,81	R\$ 605,00	R\$ 335,00
IRRF	R\$ 442.391,19	R\$ 433.954,44	R\$ 645.255,38	R\$ 692.396,27	R\$ 862.132,52
ISSQN	R\$ 555.290,39	R\$ 862.822,03	R\$ 859.324,80	R\$ 631.398,93	R\$ 545.829,40
ITBI	R\$ 747.327,94	R\$ 188.585,46	R\$ 64.060,96	R\$ 507.124,09	R\$ 165.748,09
TAXAS	R\$ 34.544,71	R\$ 17.389,76	R\$ 558,00	R\$ 1.472,00	R\$ 8.056,13
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA +CIP	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
MULTA E JUROS TRIBUTOS	R\$ 8,88	R\$ 49,84	R\$ 32,93	R\$ 111,65	R\$ 106,22
DÍVIDA ATIVA	R\$ 6.095,00	R\$ 5.077,00	R\$ 4.875,84	R\$ 8.546,86	R\$ 28.625,00
MULTA E JUROS DIVIDA ATIVA	R\$ 3.979,10	R\$ 2.205,49	R\$ 2.391,32	R\$ 4.763,00	R\$ 22.510,98
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.790.375,41</b>	<b>R\$ 1.510.369,02</b>	<b>R\$ 1.577.113,04</b>	<b>R\$ 1.846.417,80</b>	<b>R\$ 1.633.343,34</b>

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Aplic) OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores) e Sistema Aplic.



Série Histórica da Receita Tributária Própria por Tributo



De acordo com as informações acima, no ano de 2024, em relação a 2023, o total das receitas tributárias próprias reduziram em 11,54%. Em 2024, os únicos tributos que apresentaram crescimento na arrecadação em relação a 2023 foram o IRRF (24,51%) e as Taxas (447,29%), também houve elevação da arrecadação das Dívidas Ativas tributárias e suas respectivas Multas e Juros, que variaram positivamente em 284,20%, conjuntamente.

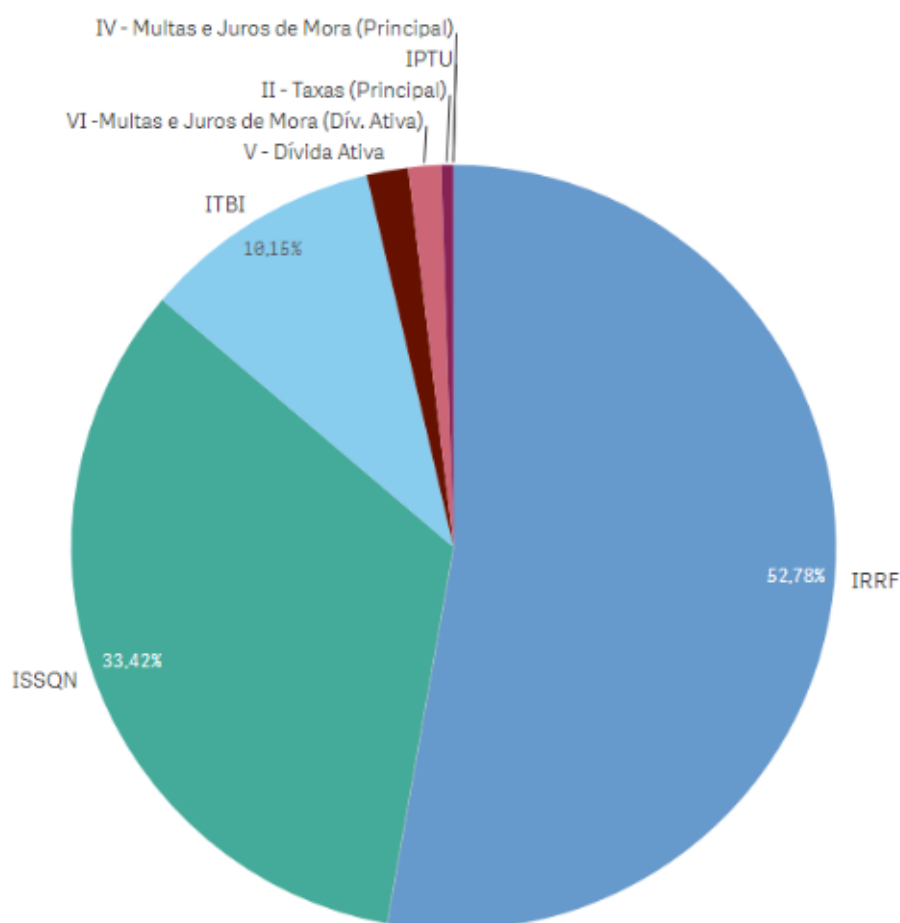
Observa-se que em 2024, em relação a 2023, os principais tributos da competência instituidora e de cobrança do Município apresentaram significativas reduções: IPTU reduziu em 44,63%; o ISSQN foi menor em R\$ 13,55%; e, o ITBI diminuiu em 67,32%.

Destaca-se que em todos os anos do período de 2020-2024 os valores arrecadados do IPTU foram ínfimos (inferiores a R\$ 738,20), sendo que em 2024 foi de R\$ 335,00. Isso revela a necessidade de identificação e solução de problemas na efetividade da cobrança do IPTU, tendo em vista que este, conjuntamente com o ISSQN, deveria ser uma das maiores fontes de receita própria do Município.

O gráfico abaixo apresenta a composição percentual da receita tributária própria no exercício de 2024:



% Composição da Receita Tributária Própria



Conforme o gráfico, percebe-se que a participação percentual do IPTU (0,021%) na composição da Receita Tributária Própria do Município de Vale de São Domingos é extremamente baixa, inclusive se comparado com as Taxas (0,493%). Isso salienta ainda mais a necessidade de providências a serem adotadas pela gestão municipal visando a correta instituição e cobrança do tributo.





#### 4. 1. 4. GRAU DE AUTONOMIA FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS

O art. 30, III, da Constituição Federal, estabelece a competência dos Municípios em instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas. Além disso, os municípios dispõem do recebimento das receitas não tributárias as quais se somam ao montante de recursos arrecadados pelo município para a consecução de seus objetivos.

Por outro lado, a previsão constitucional de repasses financeiros da União e do Estado para o Município garante uma receita mínima independentemente de sua capacidade financeira de arrecadação própria, podendo fazer com que os municípios dependam de recursos externos para manutenção de sua estrutura político-administrativa.

O Grau de Autonomia Financeira do Município é caracterizada pelo percentual de participação das receitas próprias do município em relação à receita total arrecadada. Em outras palavras, a autonomia financeira é a capacidade do município de gerar receitas, sem depender das receitas de transferências.

As tabelas e o gráfico a seguir apresentam o grau de dependência financeira do Município de Vale de São Domingos no período de 2020 a 2024:

Descrição	Valor - R\$
Receita Orçamentária Executada (Exceto Intra) (A)	R\$ 49.936.523,84
Receita de Transferência Corrente (B)	R\$ 38.804.776,37
Receita de Transferência de Capital (C)	R\$ 6.766.113,91
<b>Total Receitas de Transferências D = (B+C)</b>	<b>R\$ 45.570.890,28</b>
<b>Receitas Próprias do Município E = (A-D)</b>	<b>R\$ 4.365.633,56</b>
<b>Índice de Participação de Receitas Próprias F = (E/A)*100</b>	<b>8,74%</b>
<b>Percentual de Dependência de Transferências G = (D/A)*100</b>	<b>91,25%</b>

Relatório Contas de Governo >Anexo: Receita> Quadro: Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de recursos da receita.

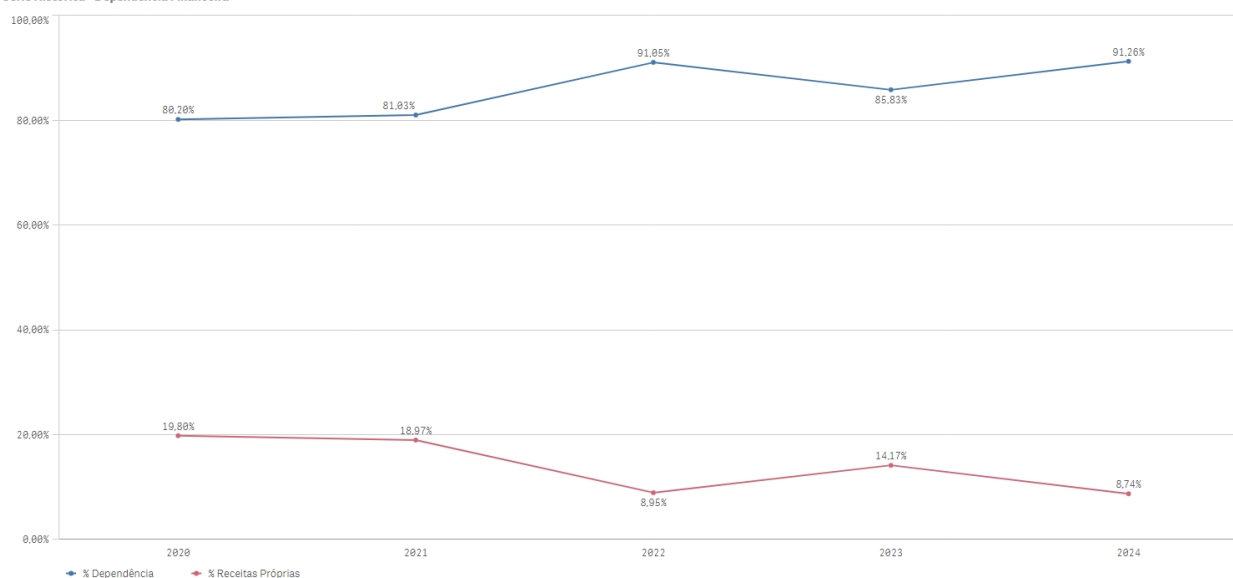
Dependência de Transferência					
Descrição	2020	2021	2022	2023	2024
Percentual de Participação de Receitas Próprias	19,80%	18,97%	8,94%	14,17%	8,74%
Percentual de					



Dependência de Transferência					
Descrição	2020	2021	2022	2023	2024
Dependência de Transferências	80,19%	81,02%	91,05%	85,82%	91,25%

Fonte: Relatórios Contas de Governo - Tópico: Grau de Autonomia Financeira.

Série Histórica - Dependência Financeira



Das informações evidenciadas acima, constata-se que a autonomia financeira obtida no percentual de 8,74% indica que, para cada R\$ 1,00 arrecadado pela gestão do Município de Vale de São Domingos em 2024, a receita própria contribuiu com aproximadamente R\$ 0,09 (nove) centavos. Assim, o grau de dependência do município em relação às receitas de transferência foi da ordem de 91,25%.

## 4. 2. DESPESA ORÇAMENTÁRIA CONSOLIDADA

Para o exercício de **2024**, de acordo com as informações evidenciadas no Quadro 3.2 deste Relatório Técnico Preliminar, a despesa autorizada, inclusive INTRA, foi de **R\$ 45.832.651,50**, sendo realizado (empenhado) o montante de **R\$ 43.910.351,02**, liquidado **R\$ 43.525.523,87** e pago **R\$ 43.275.274,93**.



#### 4. 2. 1. EVOLUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

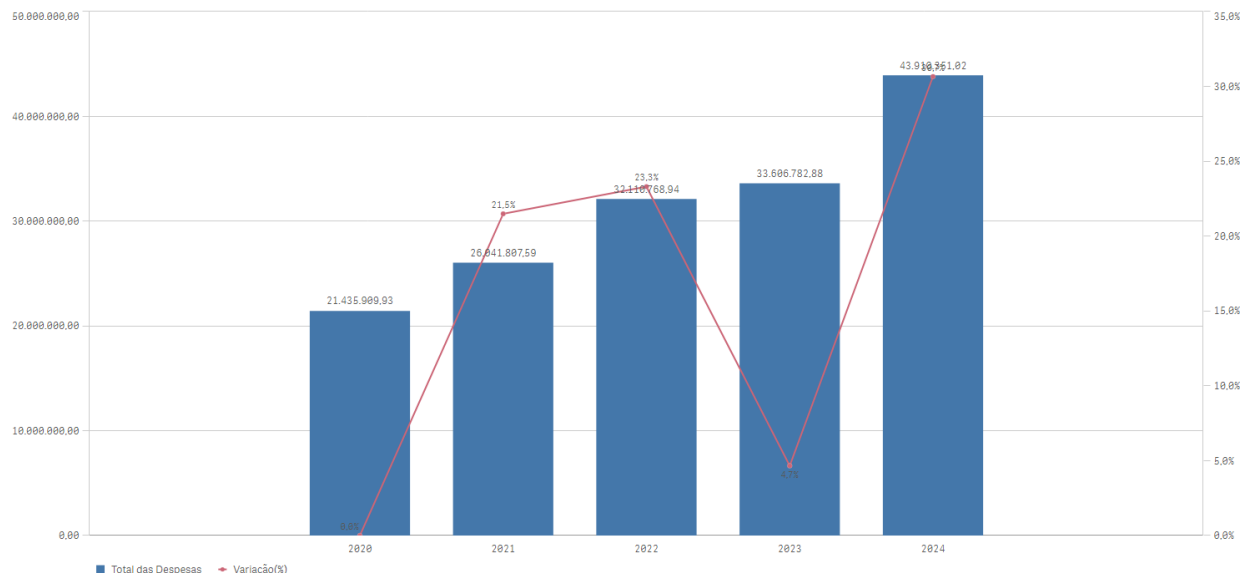
A série histórica das despesas orçamentárias do Município de Vale de São Domingos nos últimos 5 (cinco) exercícios revela que houve crescimento constante, ano a ano, no período de 2020-2024, sendo apresentado significativo incremento de 2023 para 2024 (30,65%), conforme demonstrado no quadro e gráfico a seguir colacionados:

Grupo de despesas	2020	2021	2022	2023	2024
<b>Despesas correntes</b>	<b>R\$ 16.951.836,36</b>	<b>R\$ 20.353.938,24</b>	<b>R\$ 24.142.584,02</b>	<b>R\$ 27.306.198,57</b>	<b>R\$ 31.101.888,60</b>
Pessoal e encargos sociais	R\$ 9.542.862,47	R\$ 10.118.747,00	R\$ 11.760.173,03	R\$ 13.139.665,97	R\$ 14.186.161,64
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outras despesas correntes	R\$ 7.408.973,89	R\$ 10.235.191,24	R\$ 12.382.410,99	R\$ 14.166.532,60	R\$ 16.915.726,96
<b>Despesas de Capital</b>	<b>R\$ 3.737.989,28</b>	<b>R\$ 5.008.001,31</b>	<b>R\$ 7.210.136,46</b>	<b>R\$ 5.491.938,12</b>	<b>R\$ 11.690.849,67</b>
Investimentos	R\$ 3.394.827,94	R\$ 4.512.461,67	R\$ 6.790.477,46	R\$ 5.041.935,87	R\$ 11.113.481,40
Inversões Financeiras	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Amortização da Dívida	R\$ 343.161,34	R\$ 495.539,64	R\$ 419.659,00	R\$ 450.002,25	R\$ 577.368,27
<b>Total Despesas Exceto Intra</b>	<b>R\$ 20.689.825,64</b>	<b>R\$ 25.361.939,55</b>	<b>R\$ 31.352.720,48</b>	<b>R\$ 32.798.136,69</b>	<b>R\$ 42.792.738,27</b>
<b>Despesas Intraorçamentárias</b>	<b>R\$ 746.084,29</b>	<b>R\$ 679.868,04</b>	<b>R\$ 758.048,46</b>	<b>R\$ 808.646,19</b>	<b>R\$ 1.117.612,75</b>
<b>Total das Despesas</b>	<b>R\$ 21.435.909,93</b>	<b>R\$ 26.041.807,59</b>	<b>R\$ 32.110.768,94</b>	<b>R\$ 33.606.782,88</b>	<b>R\$ 43.910.351,02</b>
Variação - %	Variação_2020	21,48%	23,30%	4,65%	30,65%

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores), sistema Aplic (exercício atual) OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores) e Sistema Aplic.



Série Histórica - Despesas Orçamentárias



Do quadro e gráfico acima apresentados, verifica-se que 2024 o Município executou o maior montante financeiro de despesas nos últimos 5 anos. Consta-se, ainda, que o grupo de natureza de despesa que teve maior participação na composição da despesa orçamentária municipal no ano de 2024 foi o de Outras Despesas Correntes, que totalizou o valor de R\$ 16.915.726,96, o que corresponde a 39,53% do total da despesa orçamentária (Exceto a INTRA) contabilizada pelo Município, cujo montante foi de R\$ 42.792.738,27.

## 5. ANÁLISE DOS BALANÇOS CONSOLIDADOS

As análises aprestadas neste tópico têm por objetivo fornecer um diagnóstico acerca da situação quanto à forma e a estrutura de apresentação das Demonstrações Contábeis levantadas pela gestão do Município de Vale de São Domingos referentes ao exercício de 2024.

O desenvolvimento das análises tomou por base as informações constantes das Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas apresentadas nesta prestação de contas, Processo TCE-MT nº 184.927-1/2024 - Doc. Digital nº 598302 /2025, bem como dos documentos republicados pela gestão municipal no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios da AMM na edição nº 4.723 do dia 25/04/2025.



No que se refere aos procedimentos de apresentação, publicação e divulgação dessas Demonstrações Contábeis, seguem as seguintes conclusões:

1) As Demonstrações Contábeis do exercício de 2024 encontram-se regularmente divulgadas no Portal Transparência do Município.

Conforme pesquisa realizada no Portal Transparência do Município de Vale de São Domingos (endereço eletrônico: < [https://valedesaodomingos.mt.gov.br/uploads/publicacoes/1360/anexos/1360\\_AWx9N953Agj8ADI.pdf](https://valedesaodomingos.mt.gov.br/uploads/publicacoes/1360/anexos/1360_AWx9N953Agj8ADI.pdf) >), acesso em 22/08/2025, foram encontradas divulgações válidas referentes às Demonstrações Contábeis Consolidadas do exercício de 2024.

2) As Demonstrações Contábeis Consolidadas levantadas pela gestão do Município de Vale de São Domingos para o exercício de 2024, e respectivas Notas Explicativas, foram publicadas na edição nº 4.723, de 25/04/2025, no Jornal AMM.

3) As Demonstrações foram apresentada/publicadas de forma consolidada.

Inobstante a afirmação acima apresentada, registra-se que houve equívoco por parte da administração municipal quanto à publicação do 'Quadro do Superávit/Déficit Financeiro' que é anexo obrigatório do 'Quadro Principal' do Balanço Patrimonial, haja vista que o Quadro publicado se refere às informações individuais do Poder Executivo e não daquelas na forma Consolidada.

Considerando-se tratar de ocorrência isolada, registra-se que o evento mencionado no parágrafo anterior será objeto de sugestão para expedição de Determinação, conforme a análise no tópico 5.1.3.

4) As Demonstrações Contábeis apresentadas na Carga Especial de Conta de Governo, no Sistema APLIC, estão assinadas pelo Prefeito Municipal e pelo contador habilitado.

## 5. 1. CONVERGÊNCIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Portaria n.º 184, de 25/08/2008, do Ministério da Fazenda dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos



procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

O aumento da globalização dos negócios exige transparência das demonstrações financeiras em uma jornada rumo à harmonização contábil, uma vez que cada país possui regulamentação própria e entendimentos específicos quanto às técnicas contábeis, o que gera, assim, divergência em muitos aspectos.

A existência de padrões contábeis uniformes e consistentes eleva a qualidade da informação contábil para fins de avaliação e comparação do desempenho e da eficiência orçamentária, financeira e patrimonial do órgão, bem como facilita a compreensão dos dados e promove a transparência. No cenário atual, as demonstrações contábeis assumem papel fundamental, por representarem importantes evidenciações de informações geradas para prestações de contas, responsabilização, desempenho e transparência dos resultados da gestão.

A Secretaria do Tesouro Nacional, com o objetivo de padronizar os procedimentos contábeis no âmbito da federação sob a mesma base conceitual, publica regularmente o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP. Este manual, é de observância obrigatória para todos os entes da Federação e está alinhado às diretrizes das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBC T SP e das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - IPSAS, assim como está de acordo com a legislação que dá embasamento à contabilidade patrimonial no setor público e à normatização da Contabilidade Aplicada ao Setor Público por parte da Secretaria do Tesouro Nacional e do Conselho Federal de Contabilidade.

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei n.º 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN n.º 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A convergência das demonstrações contábeis refere-se à conciliação das práticas contábeis aos padrões internacionais visando diminuir as diferenças dos procedimentos da área e com isso viabilizar a comparação de informações em



qualquer lugar do mundo. Já a consistência contábil se trata da verificação da uniformização dos critérios contábeis de modo a atingir a convergência das demonstrações contábeis.

Dessa forma, foi verificada a consistência na elaboração das Demonstrações Contábeis publicadas e apresentadas no Sistema APLIC, referentes ao exercício de **2024**, considerando a Portaria do STN n.º 877/2018 e as Instruções de Procedimentos Contábeis - IPCs n.ºs. 04, 05, 06, 07 e 08 expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Abaixo são apresentados os quesitos analisados, bem como o relato de eventuais inconsistências e omissões verificada na análise.

### 5. 1. 1. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
1 Inclui no quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômica, origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar e separadas: receitas correntes, receitas de capital, recursos arrecadados em exercícios anteriores, subtotal das receitas, operações de créditos/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, déficit e saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais).	A estrutura de apresentação do quadro principal de receitas do BO obedeceu a forma prescrita na IPC - 07.	ATENDIDO
2 Inclui no quadro principal da despesa orçamentária, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação e separadas em: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, reservas de RPPS, subtotal das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento e superávit.	A estrutura de apresentação do quadro principal de despesas do BO obedeceu a forma prescrita na IPC - 07.	ATENDIDO
3 Composto por um quadro principal; um quadro da execução dos Restos a Pagar não Processados e um quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados e não processados liquidados e inclui no quadro de execução dos Restos a Pagar não Processados: inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo.	A estrutura de apresentação dos quadros auxiliares dos Restos a Pagar do BO obedeceu parcialmente a forma prescrita na IPC - 07.	ATENDIDO PARCIALMENTE





Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
4 Inclui no quadro de execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados: inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, pagos, cancelados e saldo.	A estrutura de apresentação dos quadros auxiliares dos Restos a Pagar do BO obedeceu parcialmente a forma prescrita na IPC - 07.	ATENDIDO PARCIALMENTE
5 Demonstra em caso de desequilíbrio orçamentário o déficit decorrente da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais ou pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior.	O quadro principal das receitas apresenta o valor utilizado para abertura de créditos adicionais por superávit financeiro de exercícios anteriores.	ATENDIDO
6 Há consistência na conferência de saldos do Demonstrativo - Equação: S das contas filhas = S das contas mães.	Não foram detectadas divergências nas totalizações das linhas/colunas da Demonstração.	ATENDIDO

Além das situações acima evidenciadas, apresenta-se as seguintes outras conclusões sobre o Balanço Orçamentário de 2024 levantado pela gestão do Município de Vale de São Domingos.

1) O Balanço Orçamentário Consolidado de 2024 apresentado/publicado não está integralmente de acordo com as normas e orientações expedidas pela STN.

Inobstante a constatação acima evidenciada, defende-se que as falhas encontradas na elaboração/publicação do BO de 2024 podem prescindir do apontamento de irregularidade, sendo necessárias, contudo, a expedição das Determinações abaixo sugeridas. A seguir, expõe-se/explica-se as falhas verificadas.

Em complemento às situações apresentadas no quadro acima acerca da análise da estrutura e forma de apresentação do Balanço Orçamentário Consolidado (BO) levantado pela gestão do Município de Vale de São Domingos para o exercício de 2024, registra-se que os anexos do BO: Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados e Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados, apesar de elaborados e publicados, apresentaram o preenchimento equivocado da coluna 'INSCRITOS' de ambos os anexos.

Isso porque, em ambos os quadros, na coluna de INSCRITOS, as informações deveriam se subdividir em outras duas colunas: 'Em Exercícios Anteriores' e 'Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior', contudo no BO essas colunas foram assim grafadas e preenchidas: 'Em Exercícios Anteriores' e 'Em 31 de Dezembro do Exercício'. Essa diferença parece ser sutil, apenas de nomenclatura,



todavia levou ao preenchimento equivocado dos valores expressos nos quadros do BO de 2024, esses quadros não devem exprimir os Restos a Pagar inscritos do próprio exercício de execução, que no caso é 2024. Isso aconteceu erroneamente. A evidência dessa ocorrência está demonstrada no Apêndice 'D' deste Relatório Técnico Preliminar.

Apesar da ocorrência do erro no preenchimento do quadro, observa-se que não foram encontradas inconsistências nos valores, apesar de que não deveriam ali estar apresentados (as inscrições de RP do exercício são evidenciadas no Balanço Financeiro). Dessa forma sugere-se a expedição da seguinte Determinação ao atual Chefe do Poder Executivo:

Determine à Contadoria Municipal para que, na elaboração/publicação dos quadros anexos de Restos a Pagar do Balanço Orçamentário anual, especificamente quanto às informações das colunas de INSCRITOS, seja observado a forma e o conteúdo informacional prescrito nos termos da IPC – 07. **Prazo de implementação: até a publicação do Balanço Orçamentário da competência do exercício de 2025.**

Noutro ponto, registra-se que dentre as Notas Explicativas integrantes do BO de 2024 publicado não foram apresentados notas/quadros evidenciando: o detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias (Operações INTRA); o detalhamento dos créditos adicionais abertos no exercício, por tipos de créditos (suplementar, especial ou extraordinário) e por fontes de financiamento (superávit financeiro, excessos de arrecadação ou anulações), e por fontes de recursos.

Registra-se que a obrigatoriedade da apresentação dessas "notas /quadros" apresentando os referidos detalhamentos estão prescritos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 11ª Edição, páginas 553-554, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Assim, sugere-se ao Conselheiro Relator que expeça a seguinte Determinação ao Prefeito Municipal de Vale de São Domingos:

Faça expedir determinação à Contadoria Municipal para que, na elaboração/publicação de Balanços Orçamentários dos exercícios futuros, sejam integradas notas explicativas ou quadros auxiliares detalhando também: as receitas e despesas intraorçamentárias (Operações INTRA); e, os créditos adicionais abertos no exercício, especificando por tipos de créditos (suplementar, especial ou extraordinário), por fontes de financiamento (superávit financeiro, excessos de arrecadação ou anulações), e por fontes/destinações de recursos. **Prazo de implementação: até a publicação do Balanço Orçamentário do exercício de 2025 e seguintes.**



## 5. 1. 2. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO FINANCEIRO

Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
1 Demonstra a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recurso discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte ("caixa e equivalente de caixa" e "depósitos restituíveis e valores vinculados").	O BF de 2024 apresenta o Quadro Principal com os detalhamentos exigidos pela IPC 06.	ATENDIDO
2 Apresenta informações do exercício anterior e do exercício atual.	O BF de 2024 apresenta colunas contendo saldos e valores do exercício anterior.	ATENDIDO
3 Há consistência na conferência de saldos do Demonstrativo - Equação: Sdas contas filhas= S das contas mães.	No BF apresentado, o somatório das linhas filhas corresponde aos Saldos das linhas mães. Contudo, há divergência nas totalizações das colunas de Ingressos e Dispendios.	ATENDIDO PARCIALMENTE

Em complemento às situações acima evidenciadas, pode-se, ainda, apresentar a seguinte conclusão acerca do Balanço Financeiro de 2024.

1) No que tange à estrutura de elaboração e à forma de apresentação, o Balanço Financeiro apresentado/publicado de 2024 **não** está compatível com as normas e orientações expedidas pela STN.

Inobstante a constatação acima evidenciada, defende-se que as falhas encontradas na elaboração/publicação do Balanço Financeiro (BF) de 2024 podem prescindir do apontamento de irregularidade, sendo necessárias, contudo, a expedição das Determinações abaixo sugeridas. A seguir, expõe-se/explica-se as falhas verificadas.

O quadro abaixo apresenta o resumo da composição do BF de 2024, bem como evidencia a integridade numérica do Resultado Financeiro apurado no exercício:



**Balanco Financeiro – Resumo – 2024 – Município de Vale de São Domingos**

Ingressos (Receitas)		Dispêndios (Despesas)	
Descrições	Valores (R\$)	Descrições	Valores (R\$)
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	46.005.594,93	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	43.910.351,02
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.500.005,60	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.500.005,60
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	3.762.084,75	PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	4.207.927,96
		Perdas de Investimentos do RPPS	0,00
Subtotal dos Ingressos	51.267.685,28	Subtotal dos Dispêndios	49.618.284,58
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	18.763.460,49	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	20.666.733,70
Total dos Ingressos	70.031.145,77	Total dos Dispêndios	70.285.018,28
Resultado Financeiro			
Descrições			Valores (R\$)
Subtotal dos Ingressos (I)			51.267.685,28
Subtotal dos Dispêndios (II)			49.618.284,58
Resultado Financeiro (III) = (I-II)			1.649.400,70
Balanco Financeiro (BF) x Balanco Patrimonial (BP)			
Descrições			Valores (R\$)
Saldo Caixa e Equivalente de Caixa de 2023 (I)			18.763.460,49
Resultado Financeiro de 2024 (II)			1.649.400,70
Saldo Caixa e Equivalente de Caixa de 2024 (III) = (I+II)			20.412.861,19
Saldo Caixa e Equivalente de Caixa de 2024 (BP) (IV)			20.666.733,70
Diferenças (III-IV)			-253.872,51

Fonte: Balanços Financeiro e Patrimonial Consolidados de 2023 e 2024.

O quadro anterior evidencia uma divergência numérica de R\$ 253.872,51 entre as disponibilidades de caixa evidenciadas no BF e no Balanco Patrimonial de 2024.

Essa divergência também está refletida na própria composição interna do BF de 2024 apresentado pela gestão, acarretando ausência de equilíbrio dos saldos finais da Demonstração Contábil, conforme figura abaixo:



PREFEITURA MUN. VALE DO SAO DOMINGOS

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Dezembro(31/12/2024)

CONSOLIDADO

Exercício de 2024

Pág.: 2

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA - RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO		12.275.580,39	9.646.568,43	APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL - RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO		218.469,66	252.011,58
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL - RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO		252.011,58	209.399,15	TOTAL		70.285.018,28	57.085.213,19
TOTAL		70.031.145,77	55.722.008,90				

Divergência de R\$  
253.872,51

Observa-se que, buscando explicar a divergência o serviço de contabilidade apresentou a seguinte Nota Explicativa:

Há uma diferença de R\$ - 253.872,51 nos totais comparados entre ingressos e dispêndios, onde o total de ingressos estão totalizados em R\$ 70.031.145,77 em contraponto aos dispêndios totalizam R\$ 70.285.018,28. Tal diferença deu-se no momento da consolidação dos dados contábeis e financeiros do Fundo Municipal de Previdência Social, mais especificamente acerca dos seguintes registros, conforme segue:

(INGRESSOS) Remuneração de Aplicações Financeiras	(+)	R\$ 750.861,88
(DISPÊNDIOS) Redução do Valor Recuperável de Investimentos	(-)	R\$ 496.989,37
Diferença Apurada		R\$ 253.872,51

Ressaltamos, que a diferença em questão se dá pelo fato de que o sistema informatizado Fiorilli, trata os lançamentos contábeis que registra os reconhecimentos das remunerações ou perdas de investimentos como sendo movimentações do ativo ou passivo permanente, e não do tipo financeiro, conforme considera o Sistema informatizado do RPPS, portanto tais movimentações não são contempladas pelo Anexo 13 Consolidado e por conseguinte geram o desequilíbrio nos valores totais dos Ingressos e Dispêndios.

Essa Nota atribui a divergência a conflitos quanto à forma de reconhecimento contábil dos ganhos/perdas dos investimento do RPPS, considerando-se que o processo de consolidação das contas municipais deve considerar informações fornecidas por 2 (dois) Sistemas de Informática (Softwares) distintos. Registra-se que com o mesmo fundamento, o BF de 2023 também registrou desequilíbrio de R\$ 1.363.204,29.

Observa-se que essa Nota também revela que o Município ainda não utiliza o Sistema de Informática único e integrado exigido pelo Decreto Federal nº 10.540/2020 (sobre esse fato, apresenta-se análise no item 11.1. deste Relatório Técnico Preliminar.

Pois bem, conclui-se que a Nota explica a divergência, mas não justifica a apresentação/publicação de uma Demonstração Contábil com flagrante desequilíbrio nos totais das suas colunas de fechamento. Caberia ao Serviço de Contabilidade do Município, neste caso, providenciar registros contábeis de ajustes manuais a fim de evitar a apresentação/publicação do BF de 2024 com grave divergências de totalizações.



Vale salientar que as formas corretas de registros contábeis das valorizações e/ou desvalorizações dos investimentos do RPPS estão definidas nos subitens do item 133 da IPC nº 14.

Considerando-se o exposto, sugere-se ao Conselheiro Relator que expeça a seguinte Determinação ao atual Chefe do Poder Executivo do Município:

Determine à Contadoria do Município que, para fins de correta consolidação das contas municipais, promova, quando necessário, ajustes contábeis manuais devidamente fundamentados objetivando evitar a apresentação/publicação de Demonstrações Contábeis com saldos finais/totais desequilibrados, independentemente de haver necessidade de expedição de Nota Explicativa.  
**Prazo de Implementação: Na apresentação/publicação do Balanço Orçamentário do exercício de 2025, e seguintes.**

Noutro ponto, ainda quanto à apresentação/publicação do BF de de 2024, constata-se que dentre as Notas Explicativas publicadas e que integram a Demonstração (Jornal AMM, edição 4.723, de 25/04/2025), não foram detalhadas as receitas e as despesas orçamentárias por fontes/destinações de recursos, segregadas em destinações não vinculadas (livres) e vinculadas, bem como o detalhamento das deduções das receitas, conforme requer o MCASP 11a edição e a IPC 06.

Neste sentido, sugere-se ao Conselheiro Relator que expeça seguinte Determinação ao atual Chefe do Poder Executivo do Município:

Determine à Contadoria do Município para que, na apresentação/publicação anual do Balanço Financeiro, apresente notas explicativas ou quadros auxiliares detalhando as receitas e as despesas orçamentárias por fontes/destinações de recursos, segregadas em destinações não vinculadas (livres) e vinculadas, bem como o detalhamento das deduções das receitas, conforme requer o MCASP 11a edição e a IPC 06. **Prazo de Implementação: Na apresentação/publicação do Balanço Orçamentário do exercício de 2025, e seguintes.**

### 5. 1. 3. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL

Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
1 Composto por quadro principal dos Ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a	A estrutura do quadro principal do Ativo do	





Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado, Intangível).	BP está compatível com a forma de apresentação prescrita na IPC-04.	ATENDIDO
2 Composto por quadro principal dos Passivos, incluindo na coluna do Passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, provisões a curto prazo, demais obrigações a curto prazo) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido).	A estrutura do quadro principal do Passivo do BP está compatível com a forma de apresentação prescrita na IPC-04.	ATENDIDO
3 Inclui no quadro principal na coluna do Patrimônio Líquido no mínimo o Patrimônio Social, Capital Social e Resultados Acumulados.	A estrutura do quadro principal do Patrimônio Líquido do BP está compatível com a forma de apresentação prescrita na IPC-04.	ATENDIDO
4 Inclui no quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes: ativo financeiro, ativo permanente, passivo financeiro, passivo permanente e saldo patrimonial.	O quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes foi apresentado.	ATENDIDO
5 Inclui no quadro das contas de compensação: atos potenciais ativos e atos potenciais passivos.	O quadro foi apresentado.	ATENDIDO
6 Inclui no quadro de Superávit/Déficit Financeiro: Código, descrição e saldos das fontes de recursos.	O quadro foi apresentado/publicado. Contudo, evidencia os saldos (superávits /déficits financeiros) do Poder executivo, não os consolidados.	ATENDIDO PARCIALMENTE
7 Apresenta informações comparáveis com o exercício anterior.	Houve compatibilidade numérica entre as informações (Saldos) do BP de 2024 com o de 2023.	ATENDIDO
8 Há consistência na conferência de saldos do Demonstrativo - Equação: Soma das contas filhas = Soma das contas mães.	Não foram constatados erros nas somas das linhas e colunas do BP de 2024.	ATENDIDO

Em complemento às situações acima evidenciadas pode-se, ainda, apresentar as seguintes conclusões acerca do Balanço Patrimonial de 2024.

1) No que tange à estrutura de elaboração e à forma de apresentação, o Balanço Patrimonial apresentado/publicado de 2024 está compatível com as normas e orientações expedidas pela STN, exceto pela apresentação do Quadro do Superávit /Déficit Financeiro.

Inobstante a conclusão acima evidenciada, ressalva-se que sobre a estrutura de elaboração e a forma de apresentação do Balanço Patrimonial (BP) de 2024, constatou-se que o 'Quadro do Superávit/Déficit Financeiro', anexo obrigatório que deve integrar o BP, não foi apresentado/publicado na sua forma 'Consolidada',





conforme publicação na imprensa oficial do Município (Jornal AMM, edição n. 4.723 de 25/04/2025). Ademais, registra-se que o referido Quadro consolidado também não foi encaminhado ao Sistema APLIC (APLIC>2024> Vale de São Domingos>UG: Prefeitura > Prestação de Contas>Contas de Governo>Código Tipo: 19).

Registra-se, ainda, que inobstante a omissão da apresentação/publicação do referido quadro com os saldos consolidados, no Quadro 4.3 deste Relatório Técnico Preliminar, que considera informações contábeis encaminhadas ao Sistema APLIC, constata-se ao final de 2024 o saldo total da apuração de Superávit/Déficit Financeiro foi de R\$ 19.924.709,38, estando este valor compatível com aquele apresentado no 'Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes' também anexo obrigatório do BP de 2024.

Em face disso, sugere-se ao Conselheiro Reator que expeça a seguinte Determinação ao atual Chefe do Poder Executivo:

Determine às áreas competentes na Prefeitura para que, ao fazerem a elaboração/publicação anual do Balanço Patrimonial Consolidado do município, assegurem-se de que todos os Anexos/Quadros Auxiliares exigidos pela IPC-04 também sejam elaborados/publicados na forma/valores consolidados. **Prazo de Implementação: Na elaboração/publicação do Balanço Patrimonial do exercício de 2025, e seguintes.**

### 5. 1. 3. 1. CONSISTÊNCIA ENTRE O ATIVO E O PASSIVO

Neste item e seguintes, são apresentados quadros que resumem a situação patrimonial do Município de Vale de São Domingos evidenciada no Balanço Patrimonial (BP) levantado e publicado pela gestão municipal referente ao exercício de 2024. Também são apresentados quadros de verificação de comparabilidade e integridade numérica entre o quadro principal do BP e seus anexos auxiliares (Quadros), bem como com o Resultado Patrimonial evidenciado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) do mesmo exercício.

O quadro abaixo apresenta o resumo da situação patrimonial do Município levantada ao final do exercício de 2024:



Resumo da Posição Patrimonial – 2024 – PM de Vale de São Domingos			
Ativos		Passivos e Patrimônio Líquido (PL)	
Descrições	Valores (R\$)	Descrições	Valores (R\$)
Ativo Circulante (I)	24.493.514,62	Passivo Circulante	669.112,87
Caixa e Equiv. De Caixa	6.176.111,47	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	173.353,18
Créditos e Valores a Curto Prazo	3.826.780,92	Empréstimos de Curto Prazo	170.352,70
Investimentos de Curto Prazo	14.490.622,23	Fornecedores e Contas a Pagar	240.135,33
Estoques	0,00	Demais obrigações	85.271,66
Ativo Não Circulante (II)	50.075.305,01	Passivo Não Circulante	21.201.621,86
Créditos e Valores a Longo Prazo	2.148.990,36	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	519.830,62
Investimentos	868.582,15	Empréstimos L. P.	1.332.964,53
Imobilizado	47.057.732,50	Provisões Matemáticas RPPS	19.348.826,71
Total dos Ativos (III) = (I+II)	74.568.819,63	Patrimônio Líquido	52.698.084,90
		Reservas e Resultados Acumulados	52.698.084,90
		Total dos Passivos e PL (IV) = (I+II+III)	74.568.819,63

Fonte: Balanço Patrimonial de 2024, publicado no Jornal AMM na edição nº 4.723 do dia 25/04/2025.

A partir desse quadro, pode-se apresentar a seguinte conclusão:

- 1) Na conferência de saldos do Balanço Patrimonial Consolidado de 2024 foi verificado que o total do Ativo e o total do Passivo são iguais entre si.

### 5. 1. 3. 2. APROPRIAÇÃO DO RESULTADO PATRIMONIAL

O quadro seguinte demonstra a composição da variação do Patrimônio Líquido (PL) evidenciado no Balanço Patrimonial levantado pela gestão do Município de Vale de São Domingos para o exercício de 2024:



### Composição da Variação do Patrimônio Líquido (PL) em 2024

Descrições	Valores R\$
Patrimônio Líquido de 2023 (BP) (I)	42.466.858,04
Patrimônio Líquido de 2024 (BP) (II)	52.698.084,90
<b>Variação do PL (III) = (II-I)</b>	<b>10.231.226,86</b>
Saldo Líquido de Ajustes de Exercícios Anteriores registrados em 2024 (IV)	116.750,00
Reversão de Reservas (V)	480.000,00
Resultado Patrimonial evidenciado na Demonstração das Variações Patrimoniais de 2024 (DVP) (VI)	10.827.976,86
<b>Diferenças (VI) = (III+IV+V-VI)</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Balanço Patrimonial e DVP de 2024, publicados no Jornal AMM na edição nº 4.723 do dia 25/04/2025.

De acordo com as informações apresentadas no quadro acima colacionado, é possível apresentar a seguinte conclusão:

1) O total do Patrimônio Líquido (PL) do exercício de 2023, adicionado com o Resultado Patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) do exercício de 2024, converge com o total do PL apurado para o exercício de 2024.

### 5. 1. 3. 3. RESULTADO FINANCEIRO

As informações apresentadas abaixo, tem por objetivo evidenciar a convergência do Resultado Financeiro apurado no 'Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros/Permanentes' e o apurado no 'Quadro de Superávit/Déficit Financeiro' por fontes de recursos:

#### Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – R\$ - 2024

Financeiro	2024	2023	% (24/23)
Ativo Financeiro	20.666.733,70	18.763.460,49	10,14%
( - ) Passivo Financeiro	742.024,32	1.233.817,29	-39,86%
<b>Resultado Financeiro (Déficit) (I)</b>	<b>19.924.709,38</b>	<b>17.529.643,20</b>	<b>13,66%</b>
<b>Permanente</b>			
Ativo Permanente	53.902.085,93	41.460.217,90	30,01%
( - ) Passivo Permanente	21.493.184,86	16.802.043,56	27,92%
<b>Resultado Permanente (II)</b>	<b>32.408.901,07</b>	<b>24.658.174,34</b>	<b>31,43%</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL (III)=(I+II)</b>	<b>52.333.610,45</b>	<b>42.187.817,54</b>	<b>24,05%</b>

Fonte: Balanço Patrimonial – 2024 (Anexo B) – Aspectos Orçamentários da Lei 4.320/64.



Conforme o Quadro acima, constata-se que o Resultado Financeiro apurado para o exercício de 2024 (aferido pelo Aspecto Orçamentário da Lei 4.320/64) foi de R\$ 19.924.709,38. Registra-se que esse Resultado Financeiro deve ser detalhado por fontes/destinações de recursos e demonstrado no 'Quadro do Superávit/ (-) Déficit Financeiro'.

A seguir apresenta-se a seguinte conclusão quanto à validação do referido Resultado Financeiro.

1) Foi verificado que o total do Resultado Financeiro demonstrado no 'Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes' é convergente com o total do Superávit Financeiro obtido a partir de informações constantes do Sistema APLIC.

Conforme já analisado no tópico 5.1.3. deste Relatório Técnico Preliminar, em 2024, o 'Quadro do Superávit/Déficit Financeiro', anexo obrigatório que deve integrar o Balanço Patrimonial, não foi elaborado/apresentado/publicado na forma consolidada. Neste sentido, para fins de validação do Resultado Financeiro demonstrado no 'Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes' foi adotado o saldo detalhado por fonte/destinação de recursos informado no Sistema APLIC (Quadro 4.3. deste Relatório Técnico Preliminar).

Assim, o quadro abaixo demonstra que há integridade entre o saldo numérico do 'Quadro do Superávit/Déficit Financeiro' com o saldo do detalhamento apresentado no Sistema APLIC:

**Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes x Quadro do Superávit/ (-) Déficit Financeiro – 2024 – R\$**

Descrições	Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes	Quadro do Superávit/(-) Déficit Financeiro (salos retirados do Sistema APLIC)	Diferenças
Resultado Financeiro 2023	17.529.643,20	17.529.643,20	0,00
Resultado Financeiro 2024	19.924.709,38	19.924.709,38	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial – 2024 (Anexos B) – Aspectos Orçamentários da Lei 4.320/64; Quadros 1.3 e 4.3 deste Relatório Técnico Preliminar.



No tópico 5.1.3. deste Relatório Técnico Preliminar foi apresentada sugestão de Determinação para evitar futura falha semelhante referente à elaboração /apresentação/publicação dos Anexos/Quadros integrantes do Balanço Patrimonial.

#### 5. 1. 4. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
1 Compõe a VPA: (Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria; Contribuições; Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos; Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras; Transferências e Delegações Recebidas; Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos; Outras Variações Patrimoniais Aumentativas).	A estrutura do quadro principal da DVP, quanto às Variações Patrimoniais Aumentativas, está compatível com a forma descrita na IPC 05.	ATENDIDO
2 Compõe a VPD: (Pessoal e Encargos; Benefícios Previdenciários e Assistenciais; Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo; Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras; Transferências e Delegações Concedidas; Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos; Tributárias; Outras Variações Patrimoniais Diminutivas).	A estrutura do quadro principal da DVP, quanto às Variações Patrimoniais Diminutivas, está compatível com a forma descrita na IPC 05.	ATENDIDO
3 Apresenta o resultado patrimonial do período.	A estrutura do quadro principal da DVP apresenta linha de evidenciação do Resultado Patrimonial.	ATENDIDO
4 Apresenta informações do exercício anterior e exercício atual.	O quadro principal da DVP apresenta informações/saldos do exercício anterior.	ATENDIDO
5 Há consistência na conferência de saldos do Demonstrativo - Equação: Sdas contas filhas = S das contas mães.	Na DVP examinada, o somatório das linhas filhas corresponde aos saldos das linhas mães.	ATENDIDO

Sobre as situações evidenciadas acima, pode-se apresentar a seguinte conclusão:

1) A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) consolidada de 2024 apresentada/publicada está compatível com as normas e orientações expedidas pela STN.



## 5. 1. 5. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
1 Composta por quadro principal; quadro de transferências recebidas e concedidas; quadro de desembolsos de pessoal e demais despesas por função; e quadro de juros e encargos da dívida.	A estrutura da DFC de 2024 está compatível com a forma de apresentação definida na IPC-08.	ATENDIDO
2 Inclui no quadro principal: Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais (ingressos e desembolsos); Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos (ingressos e desembolsos); e Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (ingressos e desembolsos) e a geração líquida de caixa e equivalente de caixa.	A estrutura da DFC de 2024 está compatível com a forma de apresentação definida na IPC-08.	ATENDIDO
3 Há consistência na conferência de saldos do Demonstrativo - Equação: Sdas contas filhas= S das contas mães.	Não foram constatados erros de soma entre as linhas/colunas da DFC. Contudo, há divergência nas totalizações das linhas de 'Geração líquida de Caixa' e de 'Caixa e Equivalente de Caixa Final'.	ATENDIDO PARCIALMENTE

Sobre as situações evidenciadas acima, pode-se apresentar a seguinte conclusão:

1) No que tange à estrutura e à forma de apresentação, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) de 2024, apresentada e publicada, está compatível com as normas e orientações expedidas pela STN.

Inobstante a conclusão acima apresentada, registra-se que conforme relatado na análise apresentada no item 5.1.2. deste Relatório Técnico Preliminar, o Balanço Financeiro de 2024 apresentou uma divergência de R\$ 253.872,51. Essa divergência também está refletida na DFC de 2024, conforme evidencia o quadro abaixo:





**Análise de Integridade Interdemonstracional: Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) – 2024**

Descrições/Rubricas	Valores – R\$		
	BF/BP (A)	DFC (B)	Diferenças C = (A-B)
Caixa e Equivalente de Caixa Final de 2023	18.763.460,49	18.763.460,49	0,0
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa 2024	1.903.273,21	1.649.400,70	253.872,51
Caixa e Equivalente de Caixa Final de 2024	20.666.733,70	20.412.861,19	253.872,51

Fonte: Demonstrações Contábeis de 2024, publicadas no Jornal AMM na edição nº 4.723 do dia 25/04/2025.

Conforme a análise item 5.1.2. deste Relatório Técnico Preliminar a divergência foi explicada, sendo apresentada sugestão de Determinação para evitar futura falha semelhante.

**5. 1. 6. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS E ASPECTOS GERAIS**

Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
1 As notas explicativas apresentam informações gerais da entidade; Resumo das políticas contábeis significativas; Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis e outras informações relevantes.	Em 2024, foram emitidas Notas Explicativas para as Demonstrações Contábeis levantadas no exercício.	ATENDIDO
2 As notas explicativas foram apresentadas de forma sistemática e cada quadro ou item nas demonstrações contábeis a que uma nota se aplique teve referência cruzada com a respectiva nota explicativa.	Quanto ao conteúdo, e inobstante a necessidade constante de melhorias, as Notas Explicativas foram expedidas e apresentam detalhes relevantes, atendendo razoavelmente às prescrições do MCASP e das respectivas IPC aplicáveis.	ATENDIDO
3 O Balanço Orçamentário deverá ser acompanhado de notas explicativas que registrem: detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, quando relevante, é evidenciado em notas explicativas; Há evidenciação do detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário); A utilização do superavit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários, bem como suas influências no resultado orçamentário é evidenciado em notas explicativas; As atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a data da publicação da LOA, que compõem a coluna Previsão Inicial da receita orçamentária são evidenciadas em notas explicativas; O procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados, ou		





Quesito Avaliado	Resultado da Análise	Situação
seja, se o ente transfere o saldo ao final do exercício para restos a pagar processados ou se mantém o controle dos restos a pagar não processados liquidados separadamente é registrado em notas explicativas; Há evidênciação do detalhamento dos "recursos de exercícios anteriores" utilizados para financiar as despesas orçamentárias do exercício corrente, destacando-se os recursos vinculados ao RPPS e outros com destinação vinculada; Há evidênciação do montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionado à execução do orçamento do exercício (Déficit Orçamentário).	Idem à análise anterior.	ATENDIDO
4 O Balanço Financeiro deverá ser acompanhado de notas explicativas que registrem: as receitas orçamentárias líquidas de deduções. Observar se o detalhamento das deduções da receita orçamentária por fonte/destinação de recursos estão apresentados em quadros anexos ou em notas explicativas.	Idem à análise anterior.	ATENDIDO
5 O Balanço Patrimonial deverá ser acompanhado de notas explicativas que indiquem: evidênciação do detalhamento das seguintes contas: Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo; Imobilizado; Intangível; Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo; Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo; evidênciação das políticas contábeis relevantes que tenham reflexos no patrimônio sejam evidenciadas, como as políticas de depreciação, amortização e exaustão; Há evidênciação em notas explicativas dos ganhos e perdas decorrentes da baixa de imobilizado estão reconhecidos no resultado Patrimonial e devidamente evidenciados em nota explicativa; Há evidênciação em notas explicativas, dos critérios de apuração da depreciação, amortização e exaustão e de realização de revisão da vida útil e do valor residual do item do ativo; Há evidênciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e notas explicativas; A depreciação, amortização e exaustão para cada período é reconhecida no resultado, contra uma conta retificadora do ativo	Idem à análise anterior.	ATENDIDO
6 A Demonstração das Variações Patrimoniais deverá ser acompanhada de notas explicativas que indiquem: evidênciação em notas explicativas da origem e do destino dos recursos provenientes de alienação de ativos, em atendimento ao disposto no art. 50, VI da Lei Complementar 101/2000 (LRF).	Idem à análise anterior.	ATENDIDO

De acordo com as situações acima avaliadas, é possível concluir que:

1) De forma geral, as Notas Explicativas apresentadas/publicadas, na grande maioria, estão compatíveis com as exigências prescritas nas normas e orientações expedidas pela STN.



Inobstante já terem sido apontadas ausências de apresentação de Notas Explicativas relevantes para outras Demonstrações Contábeis de 2024, defende-se que o conteúdo das Notas Explicativas que integraram os Balanços de 2024 atendem às necessidades mínimas impostas pela legislação vigente.

Contudo, entende-se que ainda há necessidade de implementação de melhorias na apresentação das informações evidenciadas/detalhadas nas notas. Neste sentido, sugere-se ao Conselheiro Relator a expedição da seguinte Recomendação ao atual Chefe do Poder Executivo:

Determine à Contadoria Municipal para que, na elaboração/publicação das Notas Explicativas integrantes das Demonstrações Contábeis de cada ano, sejam observadas, a título de modelo e no que couber, as Notas Explicativas emitidas pela Contadoria do ente federado Estado de Mato Grosso nas Demonstrações levantadas para o exercício de 2024, conforme publicação no D.O.E., edição nº 28.940, de 27 de fevereiro de 2025, páginas 34-105. **Prazo de Implementação: Até a elaboração/publicação das Demonstrações Contábeis da competência do exercício de 2025.**

Registra-se que essa sugestão de Recomendação tem contexto geral e se soma a outras sugestões já realizadas de forma pontual em outras análises realizadas neste Relatório Técnico Preliminar sobre o tema 'Notas Explicativas' de Demonstrações Contábeis.

## 5. 2. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS

Além da análise quanto à forma de elaboração e da estrutura das demonstrações contábeis, e, em continuidade ao processo de convergência da contabilidade aplicada ao setor público aos padrões internacionais, foi verificado se o Município divulgou em notas explicativas informações sobre o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP, conforme estabelecido no artigo 1º, na Portaria do STN n.º 548, de 24 de setembro de 2015:

§ 4º Os entes da Federação deverão evidenciar em notas explicativas às demonstrações contábeis o estágio de adequação ao PIPCP constante do Anexo desta Portaria, sem prejuízo do efetivo cumprimento dos prazos-limite definidos.



Da verificação realizada na publicação das Demonstrações Contábeis de 2024 do Município de Vale de São Domingos (Jornal AMM, edição n. 4.723 de 25/04/2025) foi constatado que a gestão não apresentou/informou o estágio de implementação do PIPCP em notas explicativas.

Assim, sugere-se ao Conselheiro Relator que expeça a seguinte Determinação ao atual Prefeito Municipal de Vale de São Domingos:

Determine à Contadoria Municipal para que, as notas explicativas das Demonstrações Consolidadas do exercício de 2025, sejam integradas por informações acerca do estágio de cumprimento do Plano de Implementação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP, em observância a Portaria STN 548/2015 e visando subsidiar análises futuras nas Contas de Governo.  
**Prazo de implementação: até a publicação das demonstrações contábeis do exercício de 2025 e seguintes.**

A partir da análise às Demonstração Contábeis publicadas e das evidências contábeis disponíveis no Sistema APLIC (APLIC>2024>Vale de São Domingos>Prefeitura>Informes Mensais>Contabilidade>Balancete de Verificação>Dezembro>Dados Consolidados), a seguir apresenta-se conclusões sobre a implementação de alguns Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP) previstos na Portaria STN 548/2015.

## 5. 2. 1. PROVISÕES DE OBRIGAÇÕES - PRECATÓRIOS

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 10ª edição, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 23, de 11 de dezembro de 2023, disponível em: < [https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO:48458](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:48458) >, acesso em 26/08/2025, às páginas 293-298, define os conceitos de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Conforme o Manual, as Provisões são passivos que representam obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto.



De acordo com classificações definidas pelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) constante do MCASP, as Provisões podem ter como origens/naturezas os: riscos trabalhistas, riscos fiscais, riscos cíveis, repartições de créditos tributários, e, riscos decorrentes de contratos de PPP.

Ainda conforme o MCASP, as Provisões dever ser reconhecidas quando estiverem presentes os seguintes requisitos cumulativamente: exista uma obrigação presente (formalizada ou não) resultante de eventos passados; seja provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços para a extinção da obrigação; e, seja possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Vale salientar também, que conforme o Anexo Único da Portaria STN nº 548/2015 que instituiu o Plano de Implementação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP), os entes federados municipais tinham a obrigação de realizarem o 'Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência' até o 01/01/2021 (item 5 do Plano).

Portanto, o reconhecimento de obrigações passivas por meio de constituição de 'Provisões' é prática contábil obrigatória e necessária ao aprimoramento do processo de Convergência da Contabilidade Pública Nacional, bem como ao fiel cumprimento da 'NBC TSP 19 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes'.

A partir de toda essa conceituação, e considerando-se da informações contábeis do exercício de 2024 do Município de Vale de São Domingos. Pode-se apresentar as seguintes conclusões.

1) Ausência de registro contábil das provisões de sentenças judiciais e precatórios CB04.

Não houve reconhecimento contábil (provisões) de obrigações passivas patrimoniais decorrentes de Sentenças Judiciais e/ou Precatórios a Pagar, acarretando a inconsistência das Demonstrações Contábeis de 2024.



## Dispositivo Normativo:

NBC TSP 19 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 10ª edição, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 23, de 11 de dezembro de 2023; e, Portaria STN nº 548/2015.

*1.1) Não houve reconhecimento contábil (provisões) de obrigações passivas patrimoniais decorrentes de Sentenças Judiciais e/ou Precatórios a Pagar, no valor de R\$ 230.631,12, acarretando a inconsistência e subavaliação do Passivo Total demonstrado no Balanço Patrimonial Consolidado de 2024, bem como distorcendo o Resultado Patrimonial do exercício. - CB04*

As obrigações (Passivos) decorrentes de Sentenças Judiciais devem ser classificadas como Provisões, pois – considerando-se que podem decorrer, normalmente, de eventos trabalhistas, cíveis ou tributários – refletem uma obrigação presente resultante de evento passado; representam uma provável saída de recursos, e, podem ter valor de pagamento calculado por estimativas confiáveis.

Observa-se que as Provisões de Sentenças Judiciais, em regra, devem ser registradas contabilmente (Aspecto Patrimonial) antes mesmo da decisão judicial executória de expedição de Precatório Judicial (cumprimento de sentença).

Assim, os Passivos decorrentes de Precatórios Judiciais se tornam registros definitivos dos valores que já previamente deveriam ter sido reconhecidos como Provisões de Sentenças Judiciais. Neste sentido, assim explica o MCASP, 10ª edição, página 468:

Existindo a obrigação da Fazenda Pública em virtude de uma demanda judicial deverá ser reconhecido o passivo correspondente. O registro do passivo poderá ser realizado antes da decisão definitiva que constituir o precatório, por meio do reconhecimento de uma provisão (para riscos trabalhistas, fiscais, cíveis, entre outros), observado o disposto no Capítulo de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes da Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP) deste Manual.



(...)

Ressalta-se ainda que o registro do passivo deve ser realizado pelo ente devedor e independe do aspecto orçamentário.

(...)

Se o ente tiver constituído a provisão, quando da sentença definitiva tal provisão deverá ser baixada em contrapartida à obrigação de precatórios.

(..)

Conforme disposto no Capítulo de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes da Parte II (PCP), uma provisão somente poderá ser usada para os desembolsos para os quais foi originalmente reconhecida. Caso o valor provisionado seja inferior ao valor do precatório, a diferença deverá ser reconhecida como variação patrimonial diminutiva do exercício. Caso o valor provisionado seja superior ao valor do precatório, a diferença deverá ser registrada como reversão, por meio do reconhecimento de uma variação patrimonial aumentativa. Outras situações também podem ensejar o registro da reversão como, por exemplo, no caso de sentença favorável ao ente público, situação na qual o valor provisionado deverá ser integralmente revertido. (grifou-se)

Registra-se que Processos Judiciais em curso (pendentes de sentenças), não se enquadram ou se confundem com conceitos de Passivos ou Provisões, mas, a depender do estágio e da probabilidade de sucesso do demandante, poderão ser reconhecidos contabilmente como Passivos Contingentes em contas de controle. De acordo com o MCASP: “Os passivos contingentes não devem ser reconhecidos em contas patrimoniais. No entanto, deverão ser registrados em contas de controle do PCASP e divulgados em notas explicativas. A divulgação só é dispensada nos casos em que a saída de recursos for considerada remota”.

Pois bem, no caso específico da escrituração contábil do Município de Vale de São Domingos, no exercício de 2024, constatou-se que a gestão não vem



registrando contabilmente as Provisões decorrentes de Sentenças Judiciais e/ou Precatório a Pagar. Isso descumpre as prescrições do MCASP.

Isso porque, conforme evidenciado em documento extraído do site do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (TJ-MT), acostado no Apêndice 'E' deste Relatório Técnico Preliminar, até o final do exercício de 2024 já haviam sido expedidos processos de Precatórios requisitando pagamento para os anos de 2024, 2025 e 2026, no valor nominal total e líquido de R\$ 230.631,12, sendo que esse valor não foi devidamente reconhecido com um Passivo na escrituração contábil do Município.

Resta evidenciar que ao final do exercício de 2024 havia um saldo de Precatórios vencidos e não pagos no montante de R\$ 114.246,53, conforme demonstra o Apêndice 'E'.

Ademais, considerando-se que o Precatório representa o certificado da materialização do cumprimento da Sentença Judicial e que nem mesmo esse documento estava reconhecido contabilmente em 31/12/2024, resta nítida a conclusão da ausência recorrente de haver o regular reconhecimento contábil da obrigação de Provisão da Sentença originária.

Registra-se, ainda, que o valor evidenciado no Apêndice 'E' reflete apenas aquelas Sentenças Judiciais convertidas em Precatórios e sem considerar eventuais Requisições de Pequeno Valor - RPV, podendo, então, o montante não contabilizado das obrigações por Sentenças Judiciais ser ainda maior no Município. Cabendo à gestão municipal levantar o montante total e estabelecer rotinas e controle internos efetivos a fim de propiciar o constante fluxo de informações e registros contábeis das necessárias Provisões.

## **5. 2. 2. ESTOQUES DE BENS E MATERIAIS**

Nos termos do Manual de Contabilidade Pública Aplicada ao Setor (MCASP), 1a. edição, "a normatização dos procedimentos contábeis relativos aos estoques foi elaborada com base na Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP) 04 - Estoques, do Conselho Federal de Contabilidade, observando também a International





Public Sector Accounting Standards (IPSAS) 12 - Inventories, do International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB) e legislação brasileira quando aplicável".

De acordo com a NBC TSP 04 "em muitas entidades do setor público, os estoques estão relacionados com a prestação de serviços e, não, com as mercadorias compradas e mantidas para revenda ou os bens produzidos para venda", ou seja, todos os bens/materiais adquiridos e/ou mantidos armazenados para a aplicação na prestação de um serviço público deve ser classificado e controlado como 'Estoque'.

Evidencia-se que a referida NBC TSP 04 também dispõe sobre as formas de reconhecimento e de mensuração dos estoques no Setor Público.

Nos termos do Anexo Único da Portaria STN n. 548/2015, que dispõe sobre prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, sob a mesma base conceitual, também resta evidenciado que:

Para a implantação dos procedimentos relativos ao registro dos estoques, é recomendado que haja integração entre o sistema contábil do Ente Público e os sistemas de controle físico de seus estoques. Deste modo, o reflexo da movimentação física dos estoques será refletido tempestivamente na contabilidade. E, para os entes que não possuem integração entre o sistema contábil e os sistemas de controle físico dos estoques, recomenda-se que sejam realizados ajustes operacionais nos procedimentos de controle de estoques. Deste modo, deve-se garantir que os controles físicos estejam sempre conciliados com os controles contábeis. (grifou-se)

Observa-se que o referido Anexo Único da Portaria STN n. 548/2015 também dispõe sobre a necessidade de os entes federados implementarem o seguinte Procedimento Contábil Patrimonial (PCP) "18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques" e, que o respectivo prazo de implementação seria até 01 /01/2023 para os municípios com população inferior à 50 mil habitantes.





A seguir apresenta-se a conclusão sobre a situação da implementação do mencionado PCP pela gestão do Município de Vale de São Domingos, considerando-se a apresentação do seu Balanço Patrimonial para o exercício de 2024.

1) Não implementação de Procedimento Contábil Patrimonial (PCP) no prazo estabelecido em regulamento nacional CB04.

O Procedimento Contábil Patrimonial (PCP) de 'Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques' ainda não foi implementado no âmbito da Prefeitura Municipal.

#### **Dispositivo Normativo:**

Resolução Normativa do TCE-MT nº 3/2012; Portaria STN n. 548/2015.

*1.1) Não houve a implementação tempestiva do Procedimento Contábil Patrimonial (PCP) de 'Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques', razão pela qual, em 2024, a conta contábil 'Estoques' não apresentou saldo financeiro, isso tornou o Balanço Patrimonial do exercício inconsistente. - CB04*

Considerando-se as informações declaradas e evidenciadas no Balanço Patrimonial Consolidado de 2024 (publicado às páginas 09-21 da edição nº 4.723 de 25/04/2025 do Jornal AMM), e os registros contábeis apresentados ao Sistema APLIC, constata-se que a gestão do Município de Vale de São Domingos está em mora na implementação do PCP 'Estoques' cujo prazo limite de implementação já expirou, conforme o calendário expresso na Portaria STN nº 548 /2015.

Salienta-se que essa omissão levou à ausência de correta mensuração dos 'Estoques' de 2024, levando à inconsistência do Balanço Patrimonial Consolidado de 2024.



### 5. 2. 3. AJUSTE PARA PERDAS DAS DÍVIDAS ATIVAS

Nos termos do Anexo Único da Portaria STN nº 548/2015, a adoção das providências para o "*Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas*" é um PCP que deve ser implementado por todos os entes federados.

Neste sentido, os controles administrativos da Dívida Ativa tributária, bem como a não-tributária, as quais se originam do não pagamento do crédito tributário ou não (de impostos ou das demais espécies tributárias e demais créditos) à época do vencimento e após apuração de liquidez e certeza pelo órgão competente, deve manter relação com os registros contábeis do crédito tributário e não-tributário reconhecidos por competência. Ademais, os montantes desses créditos, contabilmente, devem ser ajustados por um Ajuste de Perdas prováveis.

Explicando sobre a necessidade de reconhecimento contábil do ajuste para perdas das dívidas ativas, colaciona-se a seguinte prescrição contida no MCASP, 11ª edição, página 506:

Os créditos inscritos em dívida ativa, embora gozem de prerrogativas jurídicas para sua cobrança, apresentam significativa probabilidade de não realização em função de cancelamentos, prescrições, ações judiciais, entre outros. Assim, as perdas esperadas referentes à dívida ativa devem ser registradas por meio de uma conta redutora do ativo.

A responsabilidade pelo cálculo e registro contábil do ajuste para perdas é do órgão ou entidade competente para a gestão da dívida ativa. Este Manual não especifica uma metodologia para o cálculo do ajuste para perdas, tendo em vista a diversidade da origem dos créditos e dos graus de estruturação das atividades de cobrança nos entes da Federação. Caberá a cada ente a escolha da metodologia que melhor retrate a expectativa de recebimento dos créditos inscritos. A metodologia e as premissas utilizadas para determinar o valor do ajuste para perdas deverão ser divulgadas em Notas Explicativas. A mensuração do ajuste para perdas deve basear-se em estudos especializados que delineiem e qualifiquem os créditos inscritos, de modo a não superestimar e nem subavaliar o patrimônio



real do ente público. Tais estudos poderão considerar, entre outros aspectos, o tipo de crédito (tributário ou não tributário), o prazo decorrido desde sua constituição, o andamento das ações de cobrança (extrajudicial ou judicial), dentre outros. O ajuste para perdas deverá ser registrado no ativo em contrapartida a uma variação patrimonial diminutiva (VPD), independentemente da metodologia utilizada para sua mensuração.

A partir dessa fundamentação, pode-se apresentar a seguinte conclusão a implementação do referido PCP no âmbito do Município de Vale de São Domingos.

1) Ausência de Implementação do PCP das dívidas ativas CB04.

Não houve a implementação do PCP de 'reconhecimento, mensuração e evidenciação do ajuste para perdas das dívidas ativas.

#### **Dispositivo Normativo:**

Anexo Único da Portaria STN n. 548/2015; e, MCASP 11a edição, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF N° 26/2024.

*1.1) Não houve a implementação tempestiva do Procedimento Contábil Patrimonial (PCP) relativo ao 'reconhecimento, mensuração e evidenciação' do ajuste para perdas das dívidas ativas tributárias. - CB04*

Em consultas às informações divulgadas no Balanço Patrimonial de 2024 do Município de Vale de São Domingos e dados do Sistema APLIC constatou-se um saldo de R\$ 671.712,30 de dívidas ativas tributárias e não-tributárias, contudo, sem o reconhecimento do respectivo ajuste para perdas. Observa-se que tal procedimento é obrigatório e já deveria ter sido implementado pela gestão municipal desde o ano de 2015, conforme prescrição contida no Anexo Único da Portaria STN n. 548/2015.



#### 5. 2. 4. CONTABILIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES ATUARIAIS DO RPPS

A Portaria MPS nº 1.467/2022, em seu artigo 50, estabelece que o passivo atuarial corresponde às provisões matemáticas previdenciárias, representando os compromissos líquidos do plano de custeio, avaliados sob o regime de capitalização. Essa norma determina que o registro contábil dessas obrigações seja obrigatório, assegurando a correta contabilização dos compromissos decorrentes do plano de benefícios do RPPS, conforme os seguintes termos:

Portaria MTP nº 1.467/2022:

Art. 85. A contabilidade dos RPPS será individualizada em relação à contabilidade do ente federativo e obedecerá aos princípios, às normas e aos procedimentos aplicáveis ao setor público.

§ 1º Deverão ser reconhecidas na contabilidade consolidada do ente federativo as obrigações decorrentes do plano de benefícios do RPPS, inclusive para consolidação das contas públicas de que trata o § 2º do art. 50 da Lei Complementar n. 101, de 2000. (grifou-se)

Além disso, é fundamental seguir as diretrizes estabelecidas por essa portaria, que determina que o registro contábil das provisões matemáticas seja realizado com base nas avaliações atuariais anuais. Essas avaliações devem ter como referência a data de 31 de dezembro de cada exercício, garantindo a compatibilidade com o ano civil, conforme estabelecido nos seguintes termos:

Portaria MTP nº 1.467/2022:

(...)

Art. 26. Deverão ser realizadas avaliações atuariais anuais com data focal em 31 de dezembro de cada exercício, coincidente com o ano civil, que se refiram ao cálculo dos custos e compromissos com o plano de benefícios do RPPS, cujas obrigações iniciar-se-ão no primeiro dia do exercício seguinte, observados os seguintes parâmetros:



(...)

VI - apuração das provisões matemáticas previdenciárias a serem registradas nas demonstrações contábeis levantadas nessa data, observadas as normas de contabilidade aplicáveis ao setor público; e

(...)

§ 3º Para registro das provisões matemáticas previdenciárias de que trata o inciso VI do caput deverá ser utilizado método de financiamento alinhado às normas de contabilidade aplicáveis ao setor público e, no caso de, adicionalmente, ser utilizado outro método para a avaliação da situação atuarial do RPPS, seus resultados deverão ser apresentados em notas explicativas às demonstrações contábeis. (grifou-se)

Dessa forma, para garantir a conformidade com as normas de contabilidade aplicáveis ao setor público, é essencial que as provisões matemáticas sejam calculadas utilizando o método de financiamento descrito a seguir:

Ministério da Economia – Secretaria do Tesouro Nacional IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos aos RPPS 52. Portanto, a forma de contabilização estabelecida pela NBC TSP 15 demonstra o cálculo do valor presente da obrigação de benefício definido, calculado pelo método de financiamento PUC, onde a provisão matemática equivale à diferença entre o VABF e o VACF.

Assim, a forma de contabilização das provisões matemáticas previdenciárias e tempestividade devem observar as informações levantadas no Relatório de Avaliação Atuarial do exercício de referência, ou seja, deve ser observada a ‘data focal’ da avaliação.

Considerando-se essa fundamentação regulamentar, a seguir apresenta-se conclusões acerca das contabilizações das Provisões Matemáticas do RPPS do Município de Vale de São Domingos.



1) Inconsistência nos registros contábeis das Provisões Matemáticas Previdenciárias CB05.

Há divergências numéricas entre os valores das Provisões Matemáticas Previdenciárias evidenciadas no Balanço Patrimonial de 2024 com aqueles demonstrados na Avaliação Atuarial de 2025 (data focal: 31/12/2024).

**Dispositivo Normativo:**

Portaria MTP nº 1.467/2022; MCASP (10ª edição/2024); e IPC 14.

*1.1) Ocorrência de divergência numérica relevante entre os valores das provisões matemáticas previdenciárias registrados no Balanço Patrimonial de 2024 e os valores apurados no Relatório de Avaliação Atuarial de 2025, com data focal em 31/12/2024, no montante de R\$ 3.204.035,70. - CB05*

Em comparação entre a Avaliação Atuarial de 2025 (data focal em 31/12/2024) e o Balanço Patrimonial de 2024, foi constatado que a Demonstração Contábil evidencia a realização dos registros contábeis das provisões matemáticas previdenciárias. Todavia, tais registros contábeis estão divergentes das informações levantadas no Relatório de Avaliação Atuarial de 2025, conforme evidenciado no quadro abaixo:



### Registro contábil das Provisões Matemáticas

PLANO PREVIDENCIÁRIO			
Descrição	Avaliação Atuarial de 2025 Déficit atuarial Data focal: 31/12/2024 Método PUC (A)	Balanco Patrimonial de 2024 (B)	Diferença (A-B)
<b>PROVISÃO DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</b>	<b>R\$ 9.903.285,79</b>	<b>R\$ 8.732.761,47</b>	<b>R\$ 1.170.524,32</b>
Aposentadorias/Pensões Concedidas do Fundo de Capitalização do RPPS	R\$ 10.184.038,09	R\$ 9.064.083,94	R\$ 1.119.954,15
(-) Contribuições do Aposentado/Pensionista para o Fundo em Capitalização do RPPS	R\$ -0,00	R\$ -0,00	-R\$ 0,00
(-) Compensação Previdenciária do Fundo de Capitalização do RPPS	R\$ -280.752,30	R\$ -331.322,47	R\$ 50.570,17
<b>PROVISÃO DE BENEFÍCIOS A CONCEDER</b>	<b>R\$ 12.649.576,62</b>	<b>R\$ 10.616.065,24</b>	<b>R\$ 2.033.511,38</b>
Aposentadorias/Pensões a Conceder do Fundo de Capitalização do RPPS	R\$ 36.345.436,12	R\$ 30.133.178,07	R\$ 6.212.258,05
(-) Contribuições do Ente para o Fundo em Capitalização do RPPS	R\$ -13.583.634,00	R\$ -10.334.034,49	R\$ -3.249.599,51
(-) Contribuições dos Segurados para o Fundo em Capitalização do RPPS	R\$ -8.145.967,66	R\$ -7.162.565,09	R\$ -983.402,57
(-) Compensação Previdenciária do Fundo de Capitalização do RPPS	R\$ -1.966.257,84	R\$ -2.020.513,25	R\$ 54.255,41
<b>TOTAL DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS - PLANO PREVIDENCIÁRIO</b>	<b>R\$ 22.552.862,41</b>	<b>R\$ 19.348.826,71</b>	<b>R\$ 3.204.035,70</b>
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira dos Benefícios Concedidos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Cobertura de Insuficiência Financeira dos Benefícios a Conceder	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>PROVISÕES MATEMÁTICAS LÍQUIDAS DA COBERTURA POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA</b>	<b>R\$ 22.552.862,41</b>	<b>R\$ 19.348.826,71</b>	<b>R\$ 3.204.035,70</b>

Fonte: Avaliações Atuariais de 2025; e, Balanço Patrimonial de 2024, publicado no Jornal AMM, edição 4.723, de 25/04/2025.

Do quadro, constata-se que o valor total das Provisões Matemáticas calculadas no Relatório de Avaliação Atuarial de 2025, data-focal 31/12/2024, diverge em R\$ 3.204.035,70 daquele registrado na Contabilidade do Município de Vale de São Domingos, acarretando uma subavaliação do Passivo Não-Circulante do Balanço Patrimonial de 2024, e correspondente superavaliação do Resultado Patrimonial do exercício. Isso torna o Balanço Patrimonial inconsistente.

2) Inconsistência do Registro Contábil do Plano de Amortização do Déficit Atuarial.  
CB04.





O valor contabilizado como um direito do RPPS referente ao Plano de Amortização do Déficit Atuarial, não está refletido em valor igual na escrituração contábil da Prefeitura como uma obrigação do ente.

### **Dispositivo Normativo:**

Portaria MTP nº 1.467/2022; e, Instrução de Procedimentos Contábeis - IPC nº 14.

*2.1) O valor contabilizado para o Plano de Amortização do Déficit Atuarial no RPPS (VALE-PREVI), um direito no montante de R\$ 1.159.312,02, não está refletido em contrapartida de valor igual na contabilidade da Prefeitura Municipal (Ente), acarretando a inconsistência e subavaliação do Passivo Total demonstrado no Balanço Patrimonial Consolidado de 2024, bem como distorcendo o Resultado Patrimonial do exercício. - **CB04***

De início, registra-se que no Ativo Realizável a Longo Prazo do Balanço Patrimonial do RPPS do Município de Vale de São Domingos (VALE-PREVI) está evidenciado um direito no montante de R\$ 1.159.312,02 a título de 'Valor Atual dos Aportes para Cobertura do Déficit Atuarial'. Observando-se que este valor está desatualizado e não reflete o que está demonstrado nas Avaliações Atuariais realizadas nos exercícios de 2023, 2024 e 2025.

Todavia, inobstante o referido montante estar desatualizado, este também deveria ter sido reconhecido/contabilizado 'em contrapartida' como Passivo Não-Circulante (Provisões a Longo Prazo) na escrituração contábil da Prefeitura Municipal (Ente).

Sobre a correta contabilização do 'Valor Atual do Plano de Amortização do Déficit Atuarial' é importante colacionar as seguintes prescrições ínsitas na IPC nº 14, editada pela STN e disponível em < <https://thot-arquivos.tesouro.gov.br/publicacao-anexo/17165> >, acesso em 26/08/2025:

80. Em caso de a avaliação indicar déficit atuarial, uma das medidas a serem adotadas é a implementação por lei de plano de amortização para o seu equacionamento. O plano de amortização poderá consistir no estabelecimento de



alíquota de contribuição suplementar ou em aportes mensais cujos valores sejam preestabelecidos. Tais recursos são obrigações do ente com a entidade gestora do RPPS. Conforme item 89 (d) da NBC TSP 15, as contribuições dos servidores ativos, aposentados ou pensionistas reduzem o custo final dos benefícios para a entidade, ou seja, não foram incluídas na regra as contribuições para equacionamento do déficit do ente na possibilidade de redução das obrigações (passivo). As contribuições suplementares e aporte do ente passaram a ser registradas como ativo na entidade gestora do RPPS e passivo do ente (transação intra OFSS). Portanto a provisão matemática será apresentada sem tal dedução.

(...)

84. Caso o Fundo em capitalização tenha planos de equacionamento de déficit atuarial vigente, os saldos mensurados anualmente e trazidos a valor presente pelo atuário deverão compor o grupo: 1.2.1.1.2.08.xx - Créditos de Amortização de Déficit Atuarial Fundo em Capitalização) de acordo com a natureza. Esses cálculos serão atualizados, anualmente, pelo atuário, por ocasião da elaboração do relatório de avaliação atuarial e servirão de suporte ao registro do ativo Intra OFSS no RPPS e da obrigação Intra OFSS no Ente (patrocinador do regime). Ressalta-se as medidas para equacionamento do déficit, contribuições suplementares por alteração da alíquota ou aportes mensais de valores preestabelecidos, atendem ao conceito de ativo do RPPS: um recurso econômico presente controlado pelo RPPS no presente (será utilizado para pagar benefícios previdenciários) como resultado de eventos passados (serviços já prestados pelos servidores no passado). (grifou-se)

Assim, a constatada ausência de registro em contrapartida no Passivo na Prefeitura, referente ao valor de R\$ 1.159.312,02, acarretou uma grave inconsistência no Balanço Patrimonial Consolidado de 2024 do Município de Vale



de São Domingos, com a consequente subavaliação do Passivo Total Consolidado, e superavaliação do Resultado Patrimonial.

## 5. 2. 5. APROPRIAÇÃO DE 13º SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA) E FÉRIAS

Um dos procedimentos patrimoniais exigidos pela Portaria do STN n.º 548 /2015 é a apropriação por competência das obrigações decorrentes de benefícios a empregados, dentre eles a gratificação natalina e férias.

Segundo o MCASP (STN, 10ª Ed, p. 307):

O 13º salário (gratificação natalina) e férias são exemplos de obrigações consideradas passivos derivados de apropriações por competência... e para o reconhecimento dos passivos relacionados ao 13º salário e às férias deve-se realizar a apropriação mensal em conformidade com o regime de competência.

A apropriação mensal das férias, do abono constitucional de 1/3 e da gratificação natalina por competência deve ser registrada em contas de Variações Patrimoniais Diminutivas.

O prazo para implementação do reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados para municípios com mais de 50 mil habitantes encerrou-se em 2018 e para os municípios com até 50 mil habitantes encerrou-se em 2019.

Do exame ao Balanço Patrimonial Consolidado de 2024 publicado pela gestão do Município de Vale de São Domingos e, das informações contábeis apresentadas/constantes no Balancete de Verificação obtido do Sistema APLIC (APLIC>2024>vale de São Domingos>Prefeitura>Informes Mensais>Contabilidade>Balancete de Verificação>Dezembro>Dados Consolidados), pode-se apresentar as seguintes conclusões para este tópico.



1) Não houve a apropriação por competência das obrigações referentes às férias devidas a servidores públicos. CB04.

### Dispositivo Normativo:

Itens 7 e 69 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis; e, Anexo Único da Portaria STN n. 548/2015.

*1.1) Não houve a implementação tempestiva do Procedimento Contábil Patrimonial (PCP) referente ao 'Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados', especificamente quanto às férias devidas a servidores públicos. - CB04*

Para fins de certificação quanto à efetiva implementação do PCP nº '11 Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.)', foi consultado o Balancete de Verificação (Dez/2024) informado pela gestão municipal e disponível no Sistema APLIC, do qual foram constatadas a existência dos seguintes saldos contábeis ao final do exercício financeiro de 2024: Conta Contábil nº 21111010251 – Décimo Terceiro Salário (P), saldo zerado; Conta Contábil nº 21111010351 – Férias (P), saldo zerado. Registra-se que essas contas devem refletir os saldos passivos remanescentes de cada um dos benefícios devidos a servidores até o final de cada exercício financeiro.

No caso da conta contábil de Décimo Terceiro Salário, que apresenta saldo zerado, observa-se ser normal esse tipo de obrigação ser paga integralmente dentro do mesmo exercício financeiro de referência. Portanto, há lógica no saldo zerado constatado.

Todavia, o saldo 'zerado' apresentado na conta contábil nº 21111010351 - Férias (P) se traduz em evidencia suficiente para caracterizar a não implementação do PCP n. 11.



## 5. 3. SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Abaixo, segue a análise de alguns quocientes da situação orçamentária referente ao exercício de **2024** do Município de **VALE DE SÃO DOMINGOS**, de acordo com as informações prestadas pela gestão municipal e, eventualmente, considerando-se ajustes efetuados pela equipe técnica de fiscalização.

### 5. 3. 1. RESULTADO DA ARRECADAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA

Este quociente tem por objetivo verificar se houve excesso de arrecadação (indicador maior que 1), ou déficit de arrecadação (indicador menor que 1).

#### 5. 3. 1. 1. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA (QER) - EXCETO INTRA

-	2020	2021	2022	2023	2024
Receita Líquida Prevista - Exceto Intra (A)	R\$ 20.804.182,60	R\$ 24.761.748,44	R\$ 29.784.752,42	R\$ 34.231.825,58	R\$ 41.191.299,41
Receita Líquida Arrecadada - Exceto Intra (B)	R\$ 22.675.508,84	R\$ 26.671.408,28	R\$ 30.928.503,46	R\$ 36.825.352,14	R\$ 44.715.298,00
Quociente de execução da Receita (QER)=B/A	1,0899	1,0771	1,0384	1,0758	1,0855

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

O resultado do QER de 2024 indica que a receita líquida arrecadada (exceto INTRA) foi maior que a prevista, correspondendo a um superávit de 8,55% em relação ao valor estimado atualizado, evidenciando um excesso de arrecadação de R\$ 3.523.998,59.



No período de 2020-2024, observa-se que o QER apurado sempre se manteve em situação de superávit de arrecadação, ou seja, em todos os anos foram registradas excessos na arrecadação líquida das receitas municipais.

### 5. 3. 1. 2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA CORRENTE (QERC) - EXCETO INTRA

-	2020	2021	2022	2023	2024
Receita Corrente Prevista - Exceto Intra (A)	R\$ 22.047.621,96	R\$ 25.607.959,39	R\$ 29.998.412,90	R\$ 34.372.444,41	R\$ 38.782.827,91
Receita Corrente Arrecadada - Exceto Intra (B)	R\$ 22.438.180,24	R\$ 26.669.066,59	R\$ 31.328.033,47	R\$ 34.346.119,22	R\$ 43.170.409,93
Quociente execução da receita corrente (QERC)=B/A	1,0177	1,0414	1,0443	0,9992	1,1131

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

O resultado do QERC de 2024 indica que a receita corrente arrecadada foi maior do que a prevista, correspondendo a um percentual de 11,31% acima do valor estimado, evidenciando um excesso de arrecadação nas receitas correntes de R\$ 4.387.582,02 acima do total da receita corrente prevista atualizada (exceto INTRA).

No período de 2021-2024, observa-se que o QERC apurado sempre se manteve em situação superávit de arrecadação, ou seja, em todos os anos foram registrados excessos de arrecadação nas receitas correntes. Exceção para o exercício de 2023, em que houve leve insuficiência de arrecadação (0,08%).

### 5. 3. 1. 3. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA RECEITA DE CAPITAL (QRC) - EXCETO INTRA

-	2020	2021	2022	2023	2024
Receita de Capital Prevista - Exceto Intra (A)	R\$ 946.209,84	R\$ 1.322.189,05	R\$ 2.557.924,12	R\$ 4.183.381,17	R\$ 6.496.471,50



-	2020	2021	2022	2023	2024
Receita de Capital Arrecadada - Exceto Intra (B)	R\$ 2.497.908,18	R\$ 3.113.226,46	R\$ 3.291.854,10	R\$ 6.401.311,66	R\$ 6.766.113,91
Quociente execução da receita de capital (QRC)+B/A	2,6399	2,3546	1,2869	1,5302	1,0415

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

O resultado do QRC de 2024 indica que a receita de capital arrecadada foi maior do que a prevista atualizada, correspondendo a um percentual de arrecadação de 4,15% sobre o valor previsto atualizado (exceto INTRA), evidenciando um excesso de arrecadação (superávit) nas receitas de capital de R\$ 269.642,41.

Da tabela apresentada observa-se que, no período de 2020-2024, a ocorrência de excessos na arrecadação das receitas de capital foi uma regra, sendo observada para todos os exercícios evidenciados.

### 5. 3. 2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA

Este quociente relaciona a Despesa Orçamentária Executada em confronto com a Despesa Orçamentária Atualizada com o objetivo de verificar se houve economia orçamentária (indicador menor que 1) ou excesso de despesa (indicador maior que 1).

#### 5. 3. 2. 1. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA (QED) - EXCETO INTRA

-	2020	2021	2022	2023	2024
Despesa Orçamentária (Exceto Intra) - Dotação Atualizada (A)	R\$ 21.908.346,24	R\$ 26.862.157,55	R\$ 32.507.361,46	R\$ 35.098.221,45	R\$ 44.701.980,38
Despesa Orçamentária (Exceto Intra) - Execução (B)	R\$ 20.689.825,64	R\$ 25.361.939,55	R\$ 31.352.720,48	R\$ 32.798.136,69	R\$ 42.792.738,27
Quociente execução					





-	2020	2021	2022	2023	2024
da despesa (QED)+B /A	0,9443	0,9441	0,9644	0,9345	0,9572

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

O resultado do QED apurado em 2024 indica que a despesa total realizada foi menor do que a autorizada, sendo que a execução representou 95,72% do valor do orçamento atualizado (exceto INTRA) e evidencia uma economia orçamentária ou reflexo de contingenciamentos efetuados no decorrer do exercício no valor de R\$ 1.909.242,11 (4,28%).

No período de 2020-2024, observa-se que o QED apurado sempre evidenciou a ocorrência de economias orçamentárias nos exercícios evidenciados.

### 5. 3. 2. 2. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA CORRENTE (QEDC) - EXCETO INTRA

-	2020	2021	2022	2023	2024
Despesa Corrente (Exceto Intra) - Dotação Atualizada (A)	R\$ 17.815.069,79	R\$ 21.556.717,28	R\$ 24.321.246,14	R\$ 27.892.300,05	R\$ 31.334.939,45
Despesa Corrente (Exceto Intra) - Execução (B)	R\$ 16.951.836,36	R\$ 20.353.938,24	R\$ 24.142.584,02	R\$ 27.306.198,57	R\$ 31.101.888,60
Quociente execução da Despesa Corrente (QEDC)=B /A	0,9515	0,9442	0,9926	0,9790	0,9925

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

O resultado do QEDC de 2024 indica que a despesa corrente total realizada foi menor de 0,75% do que a sua previsão atualizada. No período de 2020-2024, observa-se que o QEDC apurado sempre evidenciou a ocorrência de economias orçamentárias nas despesas correntes.



### 5. 3. 2. 3. QUOCIENTE DE EXECUÇÃO DA DESPESA DE CAPITAL (QDC) - EXCETO INTRA

-	2020	2021	2022	2023	2024
Despesa de Capital (Exceto Intra) - Dotação Atualizada (A)	R\$ 3.765.575,45	R\$ 5.091.239,27	R\$ 7.684.114,32	R\$ 6.504.721,40	R\$ 12.605.675,93
Despesa de Capital (Exceto Intra) - Execução (B)	R\$ 3.737.989,28	R\$ 5.008.001,31	R\$ 7.210.136,46	R\$ 5.491.938,12	R\$ 11.690.849,67
Quociente execução da Despesa de Capital (QDC)=A/B	0,9926	0,9836	0,9383	0,8443	0,9274

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

O resultado do QDC apurado em 2024 indica que a despesa de capital total realizada foi menor do que a previsão atualizada, correspondendo a 7,26% abaixo do valor total previsto atualizado. No período de 2020-2024, observa-se que o QDC apurado sempre evidenciou a ocorrência de economias orçamentárias na execução das despesas de capital.

### 5. 3. 3. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os valores da Receita e da Despesa Orçamentárias estão ajustados conforme Anexo Único da Resolução Normativa TCE/MT n.º 43/2013, a qual dispõe sobre as diretrizes para apuração e valoração do Resultado da Execução Orçamentária nas Contas de Governo dos Fiscalizados, conforme demonstrados no Anexo 4 - Análise da Situação Orçamentária, Quadro 4.1 - Resultado da Execução Orçamentária Ajustado - Poderes e Órgãos Integrantes do OFSS.



### 5. 3. 3. 1. REGRA DE OURO (Art. 167, III, CF)

O art. 167, III, da CF, determina que é vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade específica, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

Complementar a esse ditame, a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 32, § 3º, enfatiza que são consideradas para essa análise, em cada exercício financeiro, o total dos recursos de operações de crédito ingressados e o das despesas de capital executadas.

Assim, denomina-se Regra de Ouro a vedação de que os ingressos financeiros provenientes de endividamento (operações de crédito) sejam superiores às despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida).

O objetivo é impedir que o ente se endivide para o pagamento de despesas correntes como: pessoal, benefícios sociais, juros da dívida e o custeio da máquina pública. Categoricamente a regra determina que a Receita de Capital não deve ultrapassar o montante da Despesa de Capital.

Apresenta-se abaixo a série histórica para verificação do cumprimento da regra de ouro pela gestão do Município de Vale de São Domingos:

-	2020	2021	2022	2023	2024
Despesa de Capital (A)	R\$ 3.737.989,28	R\$ 5.008.001,31	R\$ 7.210.136,46	R\$ 5.491.938,12	R\$ 11.690.849,67
Operações de Créditos (B)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.545.000,00	R\$ 0,00
Regra de Ouro B/A	0,0000	0,0000	0,0000	0,2813	0,0000

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

Em relação ao exercício de 2024, o cálculo apresentado acima indica que houve obediência à regra de ouro, uma vez que o valor da arrecadação de operações de crédito no exercício não excedeu ao montante das despesas de capital executadas no mesmo ano, assim, foram atendidas às disposições do art. 167, III, CF. Observa-se



que no período de 2020-2024, exceto em 2023, não foi constatada a arrecadação /contratação de operações de crédito.

## 1) C. GOV M - REGRA DE OURO

Houve obediência da regra de ouro no exercício de 2024, uma vez que não houve contratação/arrecadação de receitas oriundas de operações de créditos no exercício, assim, o limite estabelece o Art. 167, III, CF/88 não foi ultrapassado.

### 5. 3. 3. 2. QUOCIENTE DO RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (QREO)

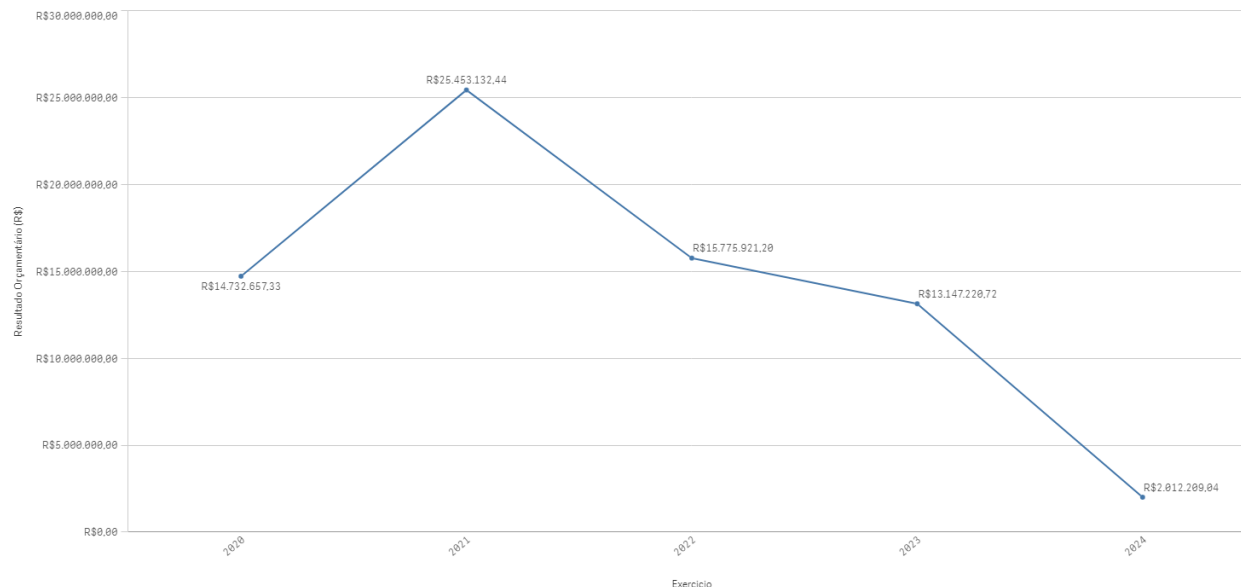
O quadro e o gráfico seguintes demonstram o histórico do resultado da execução orçamentária no período de 2020 a 2024 no âmbito do Município de Vale de São Domingos, considerados os ajustes previstos pela Resolução Normativa TCE-MT n. 43/2013:

-	2020	2021	2022	2023	2024
Desp. Empenhada decorrentes de Créditos Adicionais Superávit Financeiro - Créditos Adicionais (A)	R\$ 0,00	R\$ 2.066.043,90	R\$ 2.732.659,90	R\$ 878.737,64	R\$ 3.790.771,89
Despesa Orçamentária Consolidada Ajustada (B)	R\$ 20.210.442,66	R\$ 25.502.441,05	R\$ 31.409.334,53	R\$ 32.769.109,86	R\$ 42.992.093,09
Receita Orçamentária Consolidada Ajustada (C)	R\$ 23.226.907,96	R\$ 25.950.067,46	R\$ 30.179.965,49	R\$ 35.743.574,03	R\$ 43.382.001,44
QREO--->2020 a 2023=C+A/B Exercício 2024= Se (C-B)<0; (C+A/B); (C /B)	1,1492	1,0985	1,0478	1,1175	1,0090

Relatórios dos Exercícios 2020-2023



Série Histórica - Execução Orçamentária



De acordo com o que evidenciado no Quadro 4.3 deste Relatório Técnico Preliminar, a gestão do Município de Vale de São Domingos, em 2024, apresentou um Resultado Orçamentário escritural superavitário de R\$ 2.095.243,91.

Contudo, considerados os ajustes prescritos pela Resolução Normativa TCE-MT n. 43/2013, o resultado do QREO apurado em 2024 evidenciado no quadro e gráfico anteriores indica que a receita total arrecadada, mais os recursos de superávits financeiros de exercícios anteriores utilizados, perfazem um montante maior do que a despesa total realizada, evidenciando um superávit orçamentário de execução consolidado no valor de R\$ 389.908,35 (0,90%).

Observa-se que no período de 2021-2024, conforme quadro e gráfico anteriores, foram apurados superávits orçamentários recorrentes no Município, conforme a metodologia de cálculo prescrita na RN TCE-MT n. 43/2013.



## 1) C. GOV M - Quociente da Execução Orçamentária

O quociente do resultado da execução orçamentária tem por objetivo verificar se houve superavit orçamentário (indicador maior que 1), ou déficit orçamentário (indicador menor que 1).

O QREO apurado em 2024 (1,0090) para a gestão do Município de Vale de São Domingos, conforme diretrizes estabelecidas na Resolução Normativa n.º 43 /2013, indica que o total da receita arrecadada, mais os recursos de superávits financeiros de exercícios anteriores efetivamente utilizados, foi maior que o total das despesas realizadas - havendo superavit ajustado de execução orçamentária no exercício.

## 5. 4. SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Abaixo, segue a análise de alguns quocientes da situação financeira e patrimonial referente ao exercício de **2024** do Município de **VALE DE SAO DOMINGOS**, com base nos demonstrativos e nas informações prestadas pelo gestor, bem como ajustes eventualmente realizados pela equipe técnica.

### 5. 4. 1. QUOCIENTE DE RESTOS A PAGAR

Os Restos a Pagar são compromissos assumidos porém não pagos durante o exercício, podendo ser classificados como processados (despesas liquidadas e não pagas) e não processados (despesas apenas empenhadas). Destaca-se que os saldos dos Restos a Pagar são cumulativos e consideram todas as despesas empenhadas ou liquidadas em exercícios anteriores sem o devido pagamento.

O Quadro 5.1 - Restos a Pagar Processados e Não Processados, do Anexo 5 (Restos a Pagar) apresenta os seguintes saldos existentes de Restos a Pagar Processados de R\$ 276.207,69, e de Restos a Pagar Não Processados de R\$ 384.827,15, o que totaliza um montante de R\$ 661.034,84 de Restos a Pagar inscritos



até 31/12/2024, inclusive.

#### **5. 4. 1. 1. QUOCIENTE DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA PARA PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR**

O cálculo da Disponibilidade Financeira por Fonte de recursos encontra-se detalhado no Quadros 5.2 e 5.4 do Anexo 5 (Restos a Pagar) deste Relatório de Contas de Governo.

O Município deve garantir recursos para quitação das obrigações financeiras, incluindo os restos a pagar não processados do exercício ao final de 2024.

Disciplinando o assunto, a Secretaria do Tesouro Nacional esclarece da seguinte forma sobre o controle da disponibilidade de caixa:

“como regra geral, que as despesas devem ser executadas e pagas no exercício financeiro e, extraordinariamente, podem ser deixadas obrigações a serem cumpridas no exercício seguinte, por meio da inscrição em restos a pagar, com a suficiente disponibilidade de caixa. Assim, o controle da disponibilidade de caixa e da geração de obrigações deve ocorrer simultaneamente à execução financeira da despesa em todos os exercícios”. (Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios. Válido a partir do exercício financeiro de 2023, Secretaria do Tesouro Nacional - 14ª ed., pág. 567).

De modo a garantir o princípio do equilíbrio financeiro, neste mesmo sentido há decisão deste Tribunal de Contas sobre a necessidade de garantir recursos para o pagamento tanto dos restos a pagar processados quanto não processados do exercício, conforme transcrição a seguir:

1. Para efeito de verificação do cumprimento das disposições constantes no art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a relação entre a assunção de obrigação de despesa e a suficiente





disponibilidade de caixa deve ser calculada, individualmente, por fontes de recursos. Inclui-se como assunção de obrigação de despesa tanto os restos a pagar processados quanto os não processados, inscritos no exercício." (Contas Anuais de Governo. Relator: Conselheiro Substituto Moisés Maciel. Parecer Prévio n.º 41 /2017-TP. Julgado em 03/10/2017. Publicado no DOC/TCE-MT em 24 /10/2017. Processo n.º 8.385-2/2016).(Item 7.8. Boletim de Jurisprudência. Edição Consolidada | fevereiro de 2014 a junho de 2019, página 30)

Assim, para verificar a situação de equilíbrio descrita acima deve-se apurar o Quociente de Disponibilidade Financeira (QDF), que tem por objetivo medir a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo (Restos a Pagar Processados, Restos a Pagar Não Processados e Demais Obrigações Financeiras).

Apresenta-se a seguir o quadro da série histórica de apuração do QDF no período de 2020-2024:

-	2020	2021	2022	2023	2024
Disp. Bruto - Exceto RPPS (A)	R\$ 3.708.741,52	R\$ 3.668.569,52	R\$ 2.855.980,98	R\$ 6.234.835,19	R\$ 6.173.012,11
Demais Obrigações - Exceto RPPS (B)	R\$ 102.649,44	R\$ 37.225,21	R\$ 196.291,87	R\$ 193.825,13	R\$ 71.190,08
Restos a Pagar Processados - Exceto RPPS (C)	R\$ 874.079,17	R\$ 512.278,54	R\$ 530.077,26	R\$ 734.163,08	R\$ 272.466,67
Restos a Pagar Não Processados - Exceto RPPS (D)	R\$ 412.990,50	R\$ 282.035,83	R\$ 120.881,29	R\$ 297.972,38	R\$ 384.622,65
Quociente Disponibilidade Financeira (QDF)= (A-B)/(C+D)	2,8017	4,5716	4,0858	5,8529	9,2861

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

O resultado do QDF apurado para 2024 evidencia que para cada R\$ 1,00 de Restos a Pagar inscritos e demais obrigações de curto prazo há aproximadamente R\$ 9,29 de disponibilidades financeiras, conforme demonstrado no detalhamento do Quadro 5.2 - Auxiliar - Disponibilidade Caixa e Restos a Pagar - Exceto RPPS,



indicando equilíbrio financeiro, ou seja, a existência de recursos financeiros suficientes para o pagamento do total dos Restos a Pagar Processados e Não Processados inscritos até 2024.

O quadro acima evidencia que QDF apurado para o período de 2020-2024 sempre demonstrou a existência de suficiência financeira do Município para honrar suas obrigações com os Restos a Pagar inscritos.

É importante salientar, contudo, que esse quociente considera o total geral das disponibilidade financeiras, compensando-se fontes/destinações de recursos positivas com negativas, e, compreende recursos de natureza 'vinculada' e 'ordinária'.

#### 5. 4. 1. 2. QUOCIENTE DE INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR

O indicador abaixo apurado (QIRP), tem por objetivo verificar a proporcionalidade de inscrição de Restos a Pagar no exercício em relação ao total das despesas executadas (despesas empenhadas no exercício).

-	2020	2021	2022	2023	2024
Total Inscrição de Restos a Pagar no Exercício (A)	R\$ 879.638,59	R\$ 370.913,83	R\$ 572.704,56	R\$ 977.992,05	R\$ 635.076,09
Total Despesa - Execução (B)	R\$ 21.435.909,93	R\$ 26.041.807,59	R\$ 32.110.768,94	R\$ 33.606.782,88	R\$ 43.910.351,02
Quociente inscrição de restos a pagar (QIRP)=A/B	0,0410	0,0142	0,0178	0,0291	0,0144

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

O resultado do QIRP de 2024 indica que para cada R\$ 1,00 de despesa empenhada no exercício de 2024, pouco mais de R\$ 0,14 (quatorze centavos) foram inscritos em Restos a Pagar.

Constata-se que, no período de 2020-2024, o QIRP apurado apresentou quocientes positivos, ou seja, demonstraram a existência de recursos suficientes para pagamento dos Restos a Pagar inscritos para todos os exercícios evidenciados.



### 5. 4. 1. 3. QUOCIENTE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA (QSF) - EXCETO RPPS

O indicador apurado abaixo (QSF) é obtido da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, com o objetivo de apurar a ocorrência de déficit (indicador menor que 1) ou superávit financeiro (indicador maior que 1).

O superávit financeiro pode ser utilizado como fonte de recursos para abertura de Créditos Adicionais no exercício seguinte, desde que respeitadas a fonte e a destinação de recursos específicas. No entanto, para fins de abertura de crédito adicional, deve-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, em cumprimento ao parágrafo 1º, inciso I, do artigo 43 da Lei n.º 4.320/64.

O cálculo detalhado da Situação Financeira por Fonte de Recursos, exceto RPPS (QSF), encontra-se no Quadro 6.4 do Anexo 6 (Análise da Situação Financeira e Patrimonial) deste Relatório de Contas de Governo.

-	2020	2021	2022	2023	2024
Total Ativo Financeiro - Exceto RPPS (A)	R\$ 3.708.741,52	R\$ 3.668.569,52	R\$ 2.855.980,98	R\$ 6.234.835,19	R\$ 6.173.012,11
Total Passivo Financeiro - Exceto RPPS (B)	R\$ 1.297.937,37	R\$ 809.722,73	R\$ 847.250,42	R\$ 1.225.960,59	R\$ 728.279,40
Quociente Situação Financeira (QSF)=A/B	2,8574	4,5306	3,3708	5,0857	8,4761

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

O resultado do QSF indica que no exercício de 2024, sob Aspecto Orçamentário, foi apurado um superávit financeiro total no valor de R\$ 5.444.732,71 (747,61%), considerando-se, globalmente, todos os saldos de todas as fontes /destinações de recursos (saldos de fontes/destinações de recursos ordinárias e vinculadas).

Constata-se que, no período de 2020-2024, o QSF apurado apresentou quocientes positivos em cada um dos exercícios, ou seja, demonstraram a existência de recursos suficientes para pagamento dos passivos financeiros registrados.



## 6. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

Abaixo, seguem quanto aos cumprimentos dos limites constitucionais e legais, que devem ser observados pelo Município, mormente aqueles limites prescritos na Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

### 6. 1. DÍVIDA PÚBLICA

Conforme estabelecido no art. 29, inciso I, e § 3º, da LRF e art. 1º, §1º, inciso III, da Resolução n.º 40/2001, do Senado Federal, a Dívida Pública Consolidada (DC) corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas para amortização em prazo superior a doze meses, decorrentes de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito. Também integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) representa o montante da Dívida Consolidada (DC) deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. O entendimento sobre a composição dos demais haveres financeiros engloba os valores a receber líquidos e certos (devidamente deduzidos das respectivas provisões para perdas prováveis reconhecidas nos balanços), como empréstimos e financiamentos concedidos (art. 1º, § 1º, inciso V, da Resolução n.º 40/2001 do Senado Federal).

#### 6. 1. 1. QUOCIENTE DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO (QLE)

Quociente do Limite de Endividamento (QLE) verifica os limites de endividamento de que trata a legislação e outras informações relevantes, quanto à Dívida Consolidada Líquida (DCL), demonstrada no Quadro 6.5 (Dívida Consolidada Líquida - LRF, art. 55, inciso I, alínea "b"), Exceto RPPS, do Anexo 6 (Limites Constitucionais e Legais).



Conforme art. 52, inc. VI, da Constituição Federal, compete ao Senado Federal fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, fixados em percentual da receita corrente líquida para cada esfera de governo e aplicados igualmente a todos os entes da Federação que a integrem, constituindo, para cada um deles, limites máximos (Art. 30, § 3º, LRF).

Assim, o art. 3º, inciso II, da Resolução n.º 40/2001 do Senado Federal estabeleceu, no caso dos Municípios, que a dívida consolidada líquida (DCL) não poderá exceder a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a receita corrente líquida (RCL).

-	2020	2021	2022	2023	2024
DCL (A)	-R\$ 2.095.117,89	-R\$ 1.898.332,80	-R\$ 1.115.239,37	-R\$ 2.825.100,23	-R\$ 3.664.807,51
RCL AJUSTADA ENDIVIDAMENTO (B)	R\$ 19.597.132,80	R\$ 22.836.841,00	R\$ 26.888.111,39	R\$ 29.342.262,37	R\$ 36.618.872,37
Quociente Limite de Endividamento (QLE) = $SE(A \leq 0,0, A/B)$	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

O resultado do QLE de 2024 indica que o total da dívida consolidada líquida (DCL) encontra-se menor do que o limite máximo permitido pela legislação vigente (de até 1,2 vezes o valor da RCL), evidenciando o cumprimento do limite legal (art. 3º, II, da Resolução do Senado Federal nº 40/2001). Registra-se que a DCL negativa, conforme apresentada no cálculo do QLE, indica que o saldo da Disponibilidade de Caixa existente foi maior que o total da Dívida Consolidada (DC), no exercício de 2024.

Do quadro, constata-se que, no período de 2020-2024, a Dívida Consolidada do Município esteve devidamente controlada.

#### 1) C. GOV M - Quociente do Limite de Endividamento (QLE)



**A Dívida Consolidada Líquida de 2024 é negativa, pois as Disponibilidades de Caixa são maiores que a Dívida Pública Consolidada, conforme demonstrado no Quadro 6.5 deste Relatório.**

## 6. 1. 2. QUOCIENTE DA DÍVIDA PÚBLICA CONTRATADA (QDPC)

A Dívida Pública Contratada baseia-se em contratos de empréstimo ou financiamentos com organismos multilaterais, agências governamentais ou credores privados.

Constitui as chamadas “operações de crédito”, definida no art. 3º, da Resolução do Senado Federal nº43/2001, como “os compromissos assumidos com credores situados no País ou no exterior, em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros”.

O art. 7º, inciso I, da supracitada Resolução do Senado Federal, determina que deve ser observado, pelos Entes da Federação, que o montante global das operações realizadas em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% (dezesesseis por cento) da receita corrente líquida (RCL).

Nesse contexto, observa-se que o Quociente da Dívida Pública Contratada no exercício (QDPC) visa medir a relação entre o montante global das operações realizadas em um exercício financeiro e o respectivo total da sua receita corrente líquida (RCL).

Segue abaixo a série histórica do QDPC apurado para o período de 2020-2024:

-	2020	2021	2022	2023	2024
RCL Ajustada Endividamento (A)	R\$ 19.597.132,80	R\$ 22.836.841,00	R\$ 26.888.111,39	R\$ 29.342.262,37	R\$ 36.618.872,37
Total Dívida					



-	2020	2021	2022	2023	2024
Contratada (B)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.545.000,00	R\$ 0,00
Quociente Dívida Pública Contratada no exercício (QDPC) =B/A	0,0000	0,0000	0,0000	0,0527	0,0000

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

O resultado do QDPC indica que no exercício de 2024 não houve contratações de Dívida Pública mediante operações de crédito. Assim, não houve desrespeito ao limite estabelecido no art. 7º, I, da Resolução do Senado nº 43/2001 (máximo de 16%).

Observa-se que no período demonstrado (2020-2024), ocorreu a realização de operação de crédito apenas em 2023, ocasião em que o limite ora analisado também foi respeitado.

#### 1) C. GOV M - Quociente da Dívida Pública Contratada no Exercício (QDPC)

O resultado do QDPC apurado em 2024 indica o cumprimento do limite-máximo legal previsto art. 7º, I, da Resolução do Senado nº 43/2001.

### 6. 1. 3. QUOCIENTE DE DISPÊNDIO DA DÍVIDA PÚBLICA (QDDP)

Os dispêndios da Dívida Pública constituem-se nas despesas realizadas com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, e, de acordo com o art. 7º, inciso II, da Resolução n.º 43/2001, do Senado Federal, não poderá exceder a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida.

Nesse contexto, observa-se que o Quociente Dispêndios da Dívida Pública o montante dos dispêndios (QDDP) visa medir a relação entre realizados em um exercício financeiro e o respectivo total da sua receita corrente líquida (RCL).





Apresenta-se a seguir a série histórica do QDDP apurado nos últimos 5 (cinco) exercícios (2020-2024):

-	2020	2021	2022	2023	2024
RCL Ajustada Endividamento (A)	R\$ 19.597.132,80	R\$ 22.836.841,00	R\$ 26.888.111,39	R\$ 29.342.262,37	R\$ 36.618.872,37
Total Dispendio da Dívida Pública (B)	R\$ 343.161,34	R\$ 495.539,64	R\$ 419.659,00	R\$ 450.002,25	R\$ 577.368,27
Quociente Dispendios da Dívida Pública (QDDP)=B/A	0,0175	0,0217	0,0156	0,0153	0,0157

Relatórios dos Exercícios 2020-2023

O resultado do QDDP indica que o total dos dispêndios da dívida pública efetuados no exercício de 2024 representou 1,57% do total da receita corrente líquida ajustada do exercício, evidenciando o cumprimento do limite-máximo legal de 11,5% (art. 7º, II, da Resolução do Senado nº 43/2001).

Observa-se que, em todos os exercícios financeiros do período de 2020-2024, os percentuais das despesas com os dispêndios da dívida pública respeitaram o limite máximo legal.

### 1) C. GOV M - Quociente de Dispendio da Dívida Pública (QDDP)

O resultado do QDDP apurado em 2024 indica que os dispêndios com a dívida pública efetuados no exercício representou 1,57% da Receita Corrente Líquida Ajustada para fins de Endividamento, estando esse percentual dentro do limite estabelecido na legislação vigente.

## 6. 2. EDUCAÇÃO

A Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, dispõe em seu art. 212 sobre o percentual mínimo que o município deverá aplicar com manutenção e desenvolvimento do ensino em cada ano.



Esse mínimo é fixado para o município em 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências.

Quanto à formação da base de cálculo da MDE, é importante ressaltar que a tese prejudgada contida no Acórdão TCE-MT n.º 1.098/2004 e constante do inciso VIII do artigo 1º da Decisão Administrativa TCE-MT n.º 16/2005, que excluía o IRRF da referida base de cálculo, foi revogada pela Resolução de Consulta TCE-MT n.º 16/2018.

Essa Resolução modulou os efeitos do novo entendimento para aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020, com a inclusão do IRRF na Receita Base para Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Até o exercício de 2020, o TCE-MT para verificação anual do cumprimento do limite constitucional de aplicação em gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do ensino considerava as despesas após a sua regular liquidação conforme Resolução Normativa TCE-MT n.º 14/2012. Todavia, em função da revogação do item que trata do cálculo da aplicação em MDE da citada Resolução, ocorrida na Sessão Presencial realizada em 03 de maio de 2022, por ocasião do julgamento de Embargos de Declaração opostos pelo Governo do estado de Mato Grosso, o cálculo passou a ser pela despesa empenhada, conforme item c.1 do Acórdão 207/2022-TP (Sessão de Julgamento 3-5-2022 - Tribunal Pleno - Processo n.º 22.153-8/2020) transcrito abaixo:

c.1) para efeito de verificação anual do cumprimento dos limites referentes à aplicação em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino e Fundeb, deve-se considerar as despesas empenhadas, conforme critério previsto no art. 24, II, da LC n.º 141/2012, que dispõe sobre os gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde; e, c.2) para efeito de verificação anual do cumprimento do limite constitucional de aplicação em gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino do Estado de Mato Grosso, deve-se incluir as despesas empenhadas com o ensino superior, sendo inaplicável, neste caso, o que dispõe a Resolução de Consulta n.º 21/2008.

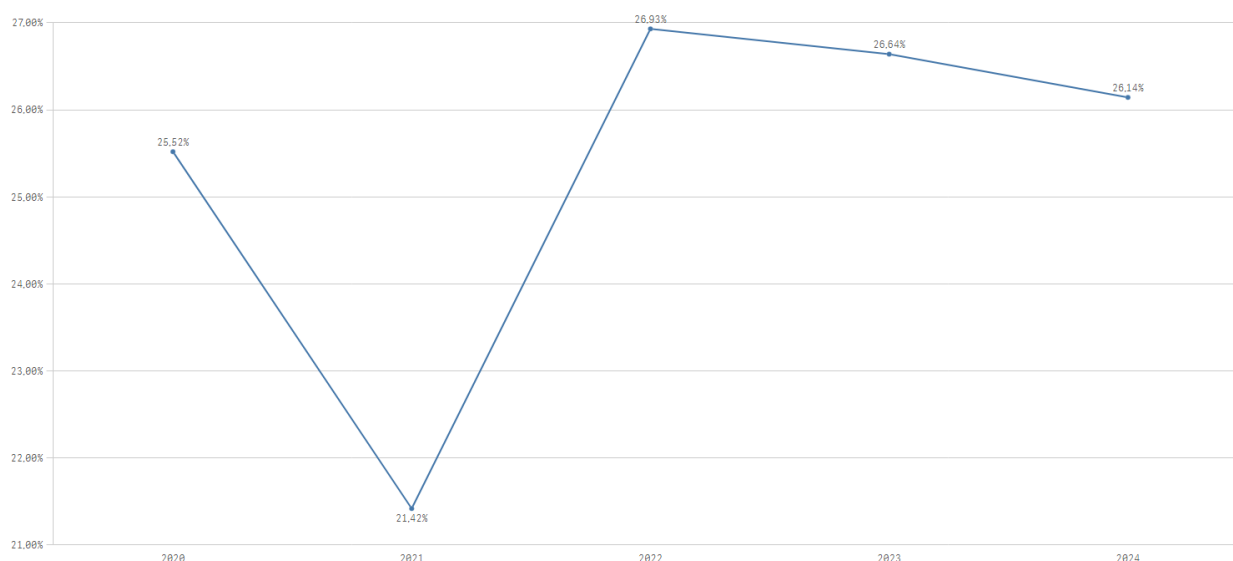


A série histórica da aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), no período de 2020-2024, indica que gestão do Município de Vale de São Domingos, exceto no exercício de 2021, cumpriu anualmente o percentual-limite mínimo obrigatório de 25%, conforme demonstram o quadro e o gráfico seguintes:

HISTÓRICO - APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO (art. 212 CF) - Limite Mínimo fixado 25%					
	2020	2021	2022	2023	2024
Aplicado - %	25,52%	21,42%	26,93%	26,64%	26,14%

Fonte: Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino) - art.212,CF OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores).

Série Histórica - Aplicação na Educação



Nesse sentido, do resultado apresentado acima para o exercício de 2024, cujo cálculo detalhado é apresentado no Quadro 7.13 deste Relatório Técnico, é possível a seguinte conclusão:

### 1) C. GOV M - Aplicação em MDE



O percentual aplicado pela gestão (26,14%), assegura a aplicação do percentual mínimo de 25% da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na MDE no exercício de 2024, em cumprimento ao estabelecido no art. 212 da Constituição Federal.

#### **6. 2. 1. FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB**

O FUNDEB foi criado pela Emenda Constitucional n.º 53/2006, regulamentado pela Lei n.º 11.494, de 20/06/2007 e pelo Decreto n.º 6.253/2007, trata-se de um fundo especial, de natureza contábil, formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e das transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal.

A Emenda Constitucional 108, de 26/08/2020, dá nova redação ao art. 212-A, da Constituição Federal:

Art. 212-A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições:

I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a instituição, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil;

O inciso XI, dessa EC, determina que a proporção não inferior a 70% (setenta por cento) do Fundeb será destinada ao pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício. (Antes era 60%)



Diante disso, a Lei n.º 14.113, de 25/12/2020, regulamenta o Fundeb e revoga, a partir de 1º de janeiro de 2021, a Lei n.º 11.494/2007, ressalvado o caput do art. 12 e mantidos seus efeitos financeiros no que se refere à execução dos Fundos relativa ao exercício de 2020. Além disso, o Decreto n.º 10.656, de 22/03/2021, revoga o Decreto n.º 6.253/2007, sendo a nova norma regulamentadora do Fundeb.

Essa lei definiu os seguintes parâmetros:

- a) haverá complementação da União aos recursos do Fundeb, sendo que a proporção de 50% (cinquenta por cento) dos recursos globais, será destinada à educação infantil (art. 3º, § 2º; art. 4º, art. 5º, art. 13, art. 16, § 2º, art. 28, da Lei n.º 14.113/2020);
- b) até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional. (art. 25, § 3º) (antes era 5%)

Ressalta-se que o superávit de 10% se refere somente ao Fundeb 30%, sendo que a parte de 70%, destinada à remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, deve ser aplicado integralmente até o final do exercício em que os recursos forem recebidos.

Nesse sentido, a jurisprudência do TCE/MT, na vigência da Lei 11.494/2007:

Educação. Superávit nos recursos do Fundeb 40%. Aplicação no exercício subsequente. Parte Fundeb 60%. Utilização exclusiva no exercício corrente.

1. Sendo apurado superávit financeiro de até 5% nos recursos recebidos do Fundeb no exercício corrente, poderá ser aplicado no primeiro trimestre do exercício subsequente, mediante abertura de créditos adicionais (art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007). Tal previsão legal aplica-se exclusivamente à parte disponível do Fundeb 40%.

2. A parte do Fundeb 60%, vinculada ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, deve ser aplicada anualmente, sendo incabível, neste caso, a possibilidade prevista no art. 21, § 2º, Lei



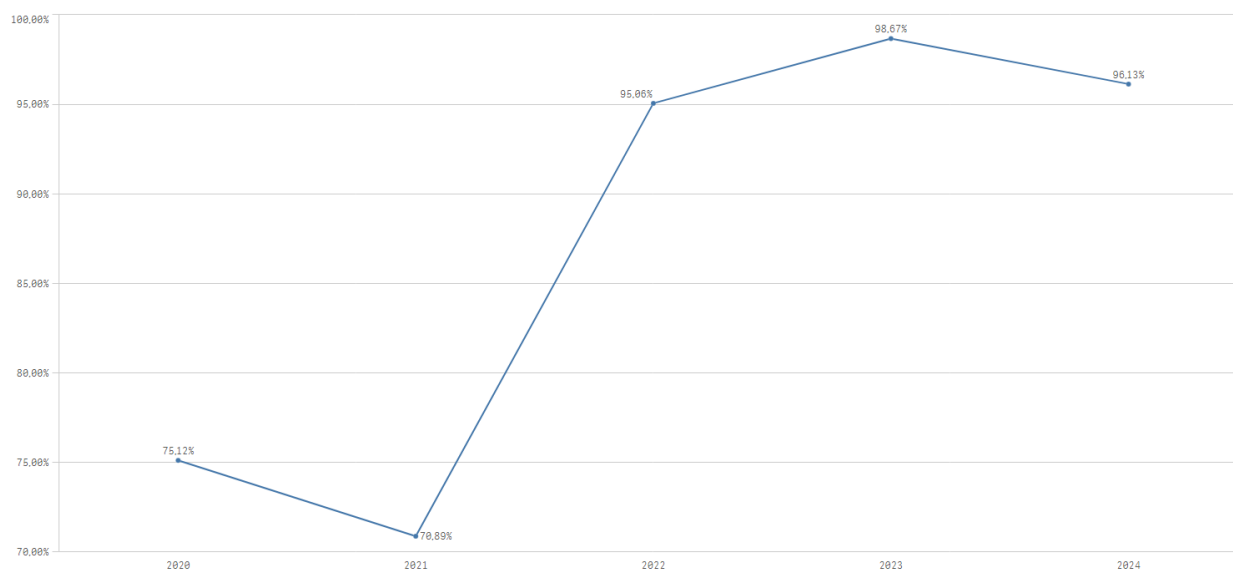
11.494/2007. (Contas Anuais de Governo. Relator: Conselheiro Substituto João Batista Camargo. Parecer Prévio n.º 81/2017-TP. Julgado em 28/11/2017. Publicado no DOC/TCE-MT em 14/12/2017. Processo n.º 7.816-6/2016). (Boletim de Jurisprudência. Edição Consolidada. fevereiro de 2014 a dezembro de 2020, p. 39)

Apresenta-se abaixo quadro e gráfico que demonstram a série histórica da aplicação de recursos do FUNDEB na remuneração dos profissionais da Educação Básica no período 2020/2024, sendo possível concluir o quanto dos recursos, percentualmente, o Município investiu nos últimos anos:

HISTÓRICO - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica - Limite Mínimo Fixado 60% até 2020 e 70% a partir de 2021					
	2020	2021	2022	2023	2024
Aplicado - %	75,12%	70,89%	95,06%	98,67%	96,13%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Gastos com remuneração e valorização dos profissionais do magistério. Recursos do FUNDEB). OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores). A partir de 2021 o % mínimo de Aplicação é de 70%.

Série Histórica - Remuneração dos Profissionais da Educação Básica



O quadro e gráfico anteriores revelam que, historicamente a gestão do Município de Vale de São Domingos tem aplicado o mínimo exigido do FUNDEB na



Remuneração dos Profissionais do Magistério (60% - até o ano de 2020) e na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica (70% - a partir de 2021). Observando que, em 2024, a aplicação das receitas do FUNDEB nas despesas com a Remuneração dos Profissionais da Educação Básica atingiu o percentual de 96,13%, conforme cálculo apresentado no Anexo 7, Quadro 7.6, deste Relatório.

### **1) C. GOV M - FUNDEB 70%**

O percentual de recursos do FUNDEB destinado ao pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício laboral em 2024 (96,13%) assegurou o cumprimento do percentual mínimo de 70% estabelecido pela legislação.

### **2) C. GOV M - FUNDEB - Aplicação Mínimo 90%**

Conforme as informações apresentadas no 'Quadro 7.8 - FUNDEB - Receita Recebida e não aplicada no Exercício' deste Relatório Técnico Preliminar, o percentual das receitas recebidas do FUNDEB e não aplicadas foi de 0,71%, ou seja, o percentual não aplicado no exercício é inferior ao percentual-limite máximo legalmente permitido de até 10%. Esse resultado indica o cumprimento do limite estabelecido no art. 25, § 3º, da Lei nº 14.113/2020.

Noutra forma, o referido Quadro revela que as aplicações das receitas do FUNDEB, em 2024, foram equivalentes à 99,29% do total arrecadado no exercício, havendo a não aplicação de somente R\$ 30.009,40 a ser realizada até o final do 1º quadrimestre do exercício seguinte (2025).

O Resultado de ( 0,71% ) indica o cumprimento do limite estabelecido no art. 25, § 3º, da Lei nº 14.113/2020.

3) O saldo remanescente dos recursos do FUNDEB de 2023 (Superávit), não foi integralmente aplicado até o final do primeiro quadrimestre de 2024.





Conforme a informação apresentada no Quadro 7.10 deste Relatório Técnico Preliminar, o saldo remanescente de recursos do FUNDEB de 2023 (Superávit), não foi integralmente aplicado até o final do primeiro quadrimestre de 2024, havendo uma não-aplicação correspondente a R\$ 2.854,30. Observa-se, ainda, que não foram encontradas evidências de que houve a aplicação do mencionado valor nos demais quadrimestres do exercício de 2024.

Todavia, considerando-se a baixa materialidade do valor não-aplicado, deixa-se de apontar irregularidade quanto à ocorrência. Defende-se, no entanto, a necessidade de expedição da seguinte Determinação ao atual Prefeito Municipal:

Determine às áreas administrativas competentes na Prefeitura Municipal para que realizem, até o final do exercício de 2025, a aplicação dos saldos remanescentes dos recursos do FUNDEB não-aplicados nos exercícios de 2023 e 2024 que totalizam R\$ 32.863,70. **Prazo de implementação: até 31/12/2025.**

Observa-se que o total evidenciado na sugestão de determinação é composto por: R\$ 2.854,30 não aplicado em 2023; e, R\$ 30.009,40 não aplicado em 2024, conforme apresentado na análise do item anterior.

#### 6. 2. 1. 1. FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO UNIÃO

A Complementação da União ao FUNDEB é um mecanismo de repasse de recursos federais para a educação básica pública, com o objetivo de promover equidade na distribuição dos recursos, reduzindo desigualdades regionais e socioeconômicas.

A complementação da União é distribuída em três modalidades, de acordo com critérios específicos:

- **Valor Anual por Aluno FUNDEB (VAAF) - 50% da complementação**  
Destinado a estados e municípios que não atingem um valor mínimo de investimento por aluno com os recursos próprios do FUNDEB.
- **Valor Anual Total por Aluno (VAAT) - 35% da complementação**  
Beneficia redes de ensino cuja arrecadação total vinculada à educação (incluindo outros impostos e transferências) não atinge um patamar mínimo por aluno.



1. Pelo menos 50% dos recursos da complementação VAAT, nos municípios, devem ser aplicados na educação infantil.

2. No mínimo 15% desses recursos devem ser aplicados em despesas de capital.

- **Valor Anual por Aluno para Equidade e Qualidade (VAAR) - 15% da complementação**

Mecanismo que reconhece o esforço das redes de ensino na redução de desigualdades educacionais e na melhoria da qualidade da educação.

Dessa forma, os municípios que recebem recursos da Complementação VAAT devem cumprir duas exigências principais:

#### **1. Mínimo de 50% dos recursos destinados à Educação Infantil**

- Aplicação prioritária em creches e pré-escolas, visando ampliar e qualificar a oferta de atendimento às crianças de 0 a 5 anos.

#### **2. Mínimo de 15% dos recursos aplicados em Despesas de Capital**

Esses recursos devem ser investidos em melhorias permanentes na rede de ensino.

Da análise das informações do exercício atual é possível concluir que:

#### **1) C. GOV M - FUNDEB 50% - Ed. Infantil - COMPL UNIÃO**

Conforme informações evidenciadas no 'Quadro 7.6 - Indicadores do FUNDEB' e os dados demonstrados no tópico '4. 1. 1. 1. PRINCIPAIS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DO ESTADO' deste Relatório Técnico Preliminar, constata-se que o Município de Vale de São Domingos, em 2024, não recebeu complementação VAAT da União.

#### **2) C. GOV M - FUNDEB 15% - DESP CAPITAL - COMPL UNIÃO**

Conforme informações evidenciadas no 'Quadro 7.6 - Indicadores do FUNDEB' e os dados demonstrados no tópico '4. 1. 1. 1. PRINCIPAIS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DO ESTADO' deste Relatório Técnico Preliminar, constata-se que o



**Município de Vale de São Domingos, em 2024, não recebeu complementação VAAT da União.**

### 6. 3. SAÚDE

O art. 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, estabelecia que os municípios deveriam aplicar, anualmente, no mínimo, 15% da receita de impostos a que se refere o artigo 156 e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea “b” e § 3º, todos da Constituição Federal.

A referida imposição deveria ser observada até que viesse a Lei Complementar, descrita no art. 198, § 3º, da Constituição Federal. Fato esse que ocorreu até o ano de 2011.

Atendendo ao comando do art. 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, foi publicada a Lei Complementar n.º 141, de 13 de janeiro de 2012, estabelecendo em seu art. 7º que os municípios deverão aplicar anualmente, no mínimo, 15 % da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea “b” do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição Federal.

Quanto à formação da base de cálculo para as ASPS, é importante ressaltar que a tese prejudgada contida no Acórdão TCE-MT n.º 1.098/2004 e constante do inciso VIII do artigo 1º da Decisão Administrativa TCE-MT n.º 16/2005, que exclui o IRRF da base de cálculo, foi revogada pela Resolução de Consulta TCE-MT n.º 16/2018.

Essa Resolução modulou os efeitos do novo entendimento para aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020, com a inclusão do IRRF na Receita Base para verificação da aplicação mínima de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde.

No período 2020/2024, os gastos com ações e serviços públicos de saúde, **atenderam** à exigência constitucional citada acima, superando o percentual-

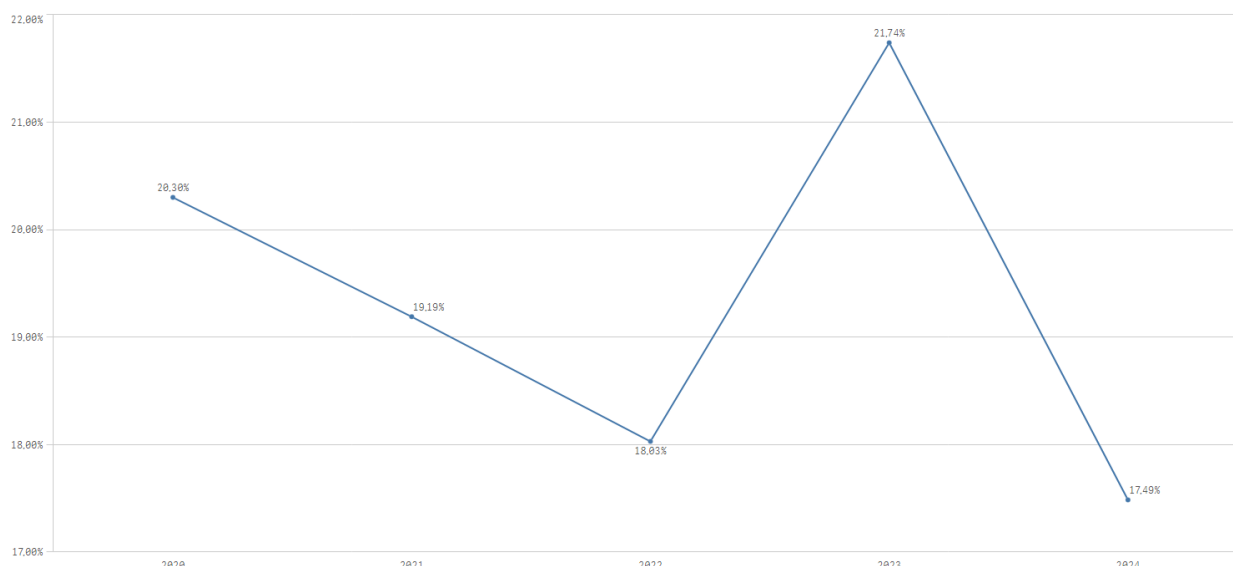


limite mínimo de aplicação obrigatória para todos os exercícios relacionados, conforme demonstrado no quadro e gráfico a seguir:

HISTÓRICO - APLICAÇÃO NA SAÚDE - Limite Mínimo Fixado 15%					
	2020	2021	2022	2023	2024
Aplicado - %	20,30%	19,19%	18,03%	21,74%	17,48%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual (Despesas com ações e serviços públicos de saúde - APLIC). OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores).

Série Histórica - Aplicação na Saúde



Assim, do resultado apresentado acima para o exercício de 2024, cujo cálculo detalhado é apresentado no Quadro 8.3 deste Relatório Técnico, é possível a seguinte conclusão:

### 1) C. GOV M - Aplicação em ASPS

O percentual de recursos aplicado nas ASPS em 2024 (17,46%), assegurou o cumprimento do percentual mínimo de 15% legalmente exigido, estando de acordo com o que determina o art. 7º da Lei Complementar nº 141/2012.



## 6. 4. DESPESAS COM PESSOAL

Neste tópico são analisadas informações acerca das Despesas com Pessoal do Poder Executivo do Município de Vale de São Domingos realizadas no exercício de 2024, verificando-se o cumprimento dos limites legais obrigatórios impostos para essas despesas.

### 6. 4. 1. PESSOAL - LIMITES LRF

A Lei Complementar n.º 101/2000, em seu art. 20, inciso III, da LRF, fixou limite baseado em percentual da Receita Corrente Líquida, de 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo e 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo.

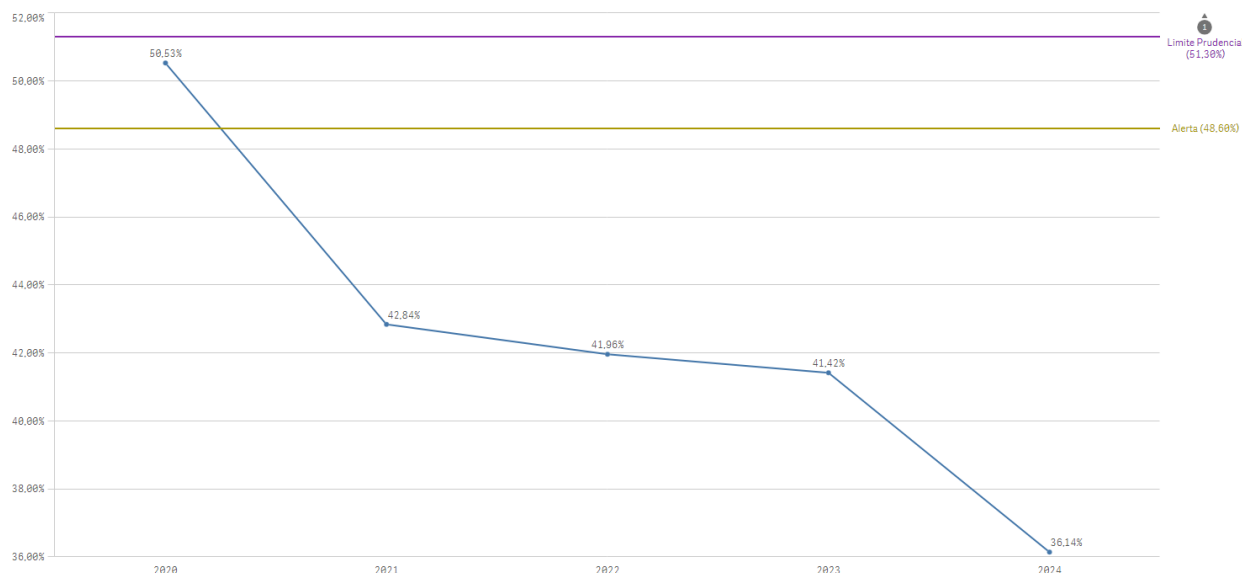
Em 2024, o Poder Executivo do Município de Vale de São Domingos realizou o total de R\$ 13.077.369,13 com as suas Despesas com Pessoal (ajustado), o que correspondeu a 36,14% do total da Receita Corrente Líquida (RCL) do ano (R\$ 36.184.608,37), isso assegurou o cumprimento do limite-máximo fixado na LRF no exercício (cálculo demonstrado no Anexo 9, Quadro 9.3, deste Relatório Técnico).

O quadro e o gráfico seguintes demonstram a série histórica de 2020-2024 acerca dos percentuais de aplicação da RCL nas Despesas com Pessoal do Município de Vale de São Domingos:

LIMITES COM PESSOAL - LRF					
	2020	2021	2022	2023	2024
Limite máximo Fixado - Poder Executivo					
Aplicado - %	50,53%	42,84%	41,96%	41,42%	36,14%
Limite máximo Fixado - Poder legislativo					
Aplicado - %	2,79%	2,51%	2,36%	2,89%	2,40%
Limite máximo Fixado - Município					
Aplicado - %	53,32%	45,35%	44,32%	44,31%	38,54%
Parecer Prévio (exercícios anteriores) e Exercício Atual: Quadro: Apuração do Cumprimento do limite legal individual. OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores).					



Série Histórica - Limites com Pessoal - LRF  
Limite máximo Fixado - Poder Executivo



Observa-se que a expressiva queda no percentual-limite apurado em 2024 em relação a 2023, de 5,28 pontos percentuais (41,42% - 36,14%), se deveu ao crescimento de 25,04% da RCL no período. Sendo que a RCL apurada em 2023 foi de R\$ 28.937.166,37 (Quadro: 9.3, do Relatório Técnico Preliminar de 2023, processo TCE-MT n. 53.714-4/2023). No biênio as Despesas Totais com Pessoal elevou-se em 8,79%, o aumento das despesas foi bastante inferior ao crescimento observado na RCL.

Há que se observar que o valor arrecadado de 'Transferências Correntes' em 2024 (R\$ 33.583.550,53 - Exceto FUNDEB) foi 28,12% maior do que a arrecadação de 2023 para essa mesma natureza de receita (R\$ 26.193.631,51 - Exceto FUNDEB). Somente esse fato já justifica o atípico crescimento da RCL de 2024, observando-se que esse patamar de aumento pode não ser sustentável ao longo dos próximos exercícios financeiros.

Registra-se, ainda, que em resposta ao ofício circular nº 1/2025/4ªSECEX (Doc. Digital n. 644075/2025 juntado a estes autos), o gestor atual do Município declarou não ter havido "*no âmbito desta Administração Pública no exercício de 2024, terceirizações de serviços com execução de atividades por Organizações Sociais –*



*OS, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, Cooperativas ou quaisquer outras entidades sem fins lucrativos".*

Do exposto, é possível apresentar a seguinte conclusão:

#### **1) C. GOV M - Pessoal \_Limite\_LRF**

**Nos gastos com pessoal do Poder Executivo, em 2024, foi assegurado o cumprimento do limite-máximo de 54%, conforme previsão ínsita no art. 20, III, da LRF.**

#### **6. 4. 1. 1. LIMITE PRUDENCIAL E LEGAL DO PODER EXECUTIVO**

O total realizado de despesas com pessoal e encargos do Poder Executivo do Município de Vale de São Domingos em 2024 (Quadros 9.3 e 9.4 do Anexo 9 - Pessoal) correspondeu a 36,14% da Receita Corrente Líquida Ajustada do exercício, estando abaixo do Limite Prudencial (51,30%) estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, e que corresponde a 95% do percentual máximo permitido para gastos com pessoal (54%).

#### **6. 5. LIMITES DA CÂMARA MUNICIPAL**

A Constituição Federal dispõe, em seu art. 29-A, sobre o Poder Legislativo Municipal, sendo que o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:

- I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes;





- II - 6% (seis por cento) para Municípios com população entre 100.000 (cem mil) e 300.000 (trezentos mil) habitantes;
- III - 5% (cinco por cento) para Municípios com população entre 300.001 (trezentos mil e um) e 500.000 (quinhentos mil) habitantes;
- IV - 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população entre 500.001 (quinhentos mil e um) e 3.000.000 (três milhões) de habitantes;
- V - 4% (quatro por cento) para Municípios com população entre 3.000.001 (três milhões e um) e 8.000.000 (oito milhões) de habitantes;
- VI - 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população acima de 8.000.001 (oito milhões e um) habitantes.

Além disso, constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal:

- I - efetuar repasse que supere os limites definidos no artigo 29-A, CF;
- II - não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês; ou
- III - enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária.

No caso do Município de Vale de São Domingos, com 'Estimativa de População do Município - IBGE - 2024' de **2.907** habitantes, o percentual de repasse fica estabelecido em, no máximo, **7,00%** da Receita Base.

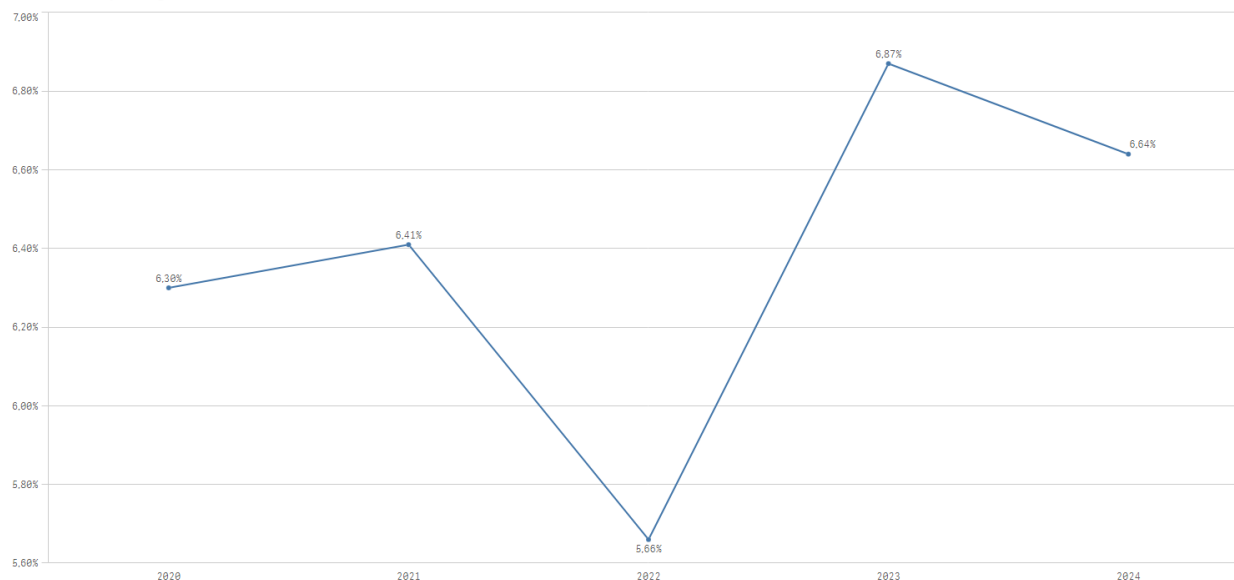
A série histórica de percentuais dos repasses para o Poder Legislativo, no período de 2020/2024, está apresentada no quadro e gráfico seguintes:

REPASSE PARA O LEGISLATIVO					
	2020	2021	2022	2023	2024
Percentual máximo Fixado	7,00%				
Aplicado - %	6,30%	6,41%	5,66%	6,87%	6,64%

Parecer Prévio (exercícios anteriores) e APLIC (Exercício Atual). OBS: Quando não detectada a informação no Parecer Prévio, as fontes de dados foram os relatórios técnicos das contas anuais de governo ou das tomadas de contas (exercícios anteriores).



Série Histórica - Repasse Legislativo



A partir da análise demonstrada nos quadros 10.1 e 10.2, constantes no 'Anexo 10 - Repasse à Câmara Municipal' deste Relatório Técnico, apresenta-se, a seguir, conclusões sobre o tópico em epígrafe.

- 1) Os repasses ao Poder Legislativo não foram superiores aos limites definidos no art. 29-A da Constituição Federal.
- 2) Os repasses ao Poder Legislativo não foram inferiores à proporção estabelecida na LOA (art. 29-A, § 2º, III, CF).
- 3) Os repasses ao Poder Legislativo ocorreram até o dia 20 de cada mês (art. 29-A, § 2º, II, CF).

## 6. 6. LIMITE - DESPESAS CORRENTES/RECEITAS CORRENTES - Art. 167-A CF

O dispositivo constitucional 167-A preconiza que:



Art. 167-A. **Apurado que, no período de 12 (doze) meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes supera 95% (noventa e cinco por cento)**, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é facultado aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do ente, enquanto permanecer a situação, aplicar o mecanismo de ajuste fiscal de vedação da:

I - concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e de militares, exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo;

II - criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas:

a) as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa;

b) as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios;

c) as contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 desta Constituição; e;

d) as reposições de temporários para prestação de serviço militar e de alunos de órgãos de formação de militares;

V - realização de concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso IV deste caput;

VI - criação ou majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da Defensoria Pública e de servidores e empregados públicos e de militares, ou ainda de seus dependentes,



exceto quando derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo;

VII - criação de despesa obrigatória;

VIII - adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação, observada a preservação do poder aquisitivo referida no inciso IV do caput do art. 7º desta Constituição;

IX - criação ou expansão de programas e linhas de financiamento, bem como remissão, renegociação ou refinanciamento de dívidas que impliquem ampliação das despesas com subsídios e subvenções;

X - concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

§ 1º Apurado que a despesa corrente supera 85% (oitenta e cinco por cento) da receita corrente, sem exceder o percentual mencionado no caput deste artigo, as medidas nele indicadas podem ser, no todo ou em parte, implementadas por atos do Chefe do Poder Executivo com vigência imediata, facultado aos demais Poderes e órgãos autônomos implementá-las em seus respectivos âmbitos.

§ 2º O ato de que trata o § 1º deste artigo deve ser submetido, em regime de urgência, à apreciação do Poder Legislativo.

§ 3º O ato perde a eficácia, reconhecida a validade dos atos praticados na sua vigência, quando:

I - rejeitado pelo Poder Legislativo;

II - transcorrido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias sem que se ultime a sua apreciação; ou

III - apurado que não mais se verifica a hipótese prevista no § 1º deste artigo, mesmo após a sua aprovação pelo Poder Legislativo.

§ 4º A apuração referida neste artigo deve ser realizada bimestralmente

§ 5º As disposições de que trata este artigo.

I - não constituem obrigação de pagamento futuro pelo ente da Federação ou direitos de outrem sobre o erário;

II - não revogam, dispensam ou suspendem o cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que disponham sobre metas fiscais ou limites máximos de despesas.



**§ 6º Ocorrendo a hipótese de que trata o caput deste artigo, até que todas as medidas nele previstas tenham sido adotadas por todos os Poderes e órgãos nele mencionados, de acordo com declaração do respectivo Tribunal de Contas, é vedada:**

I - a concessão, por qualquer outro ente da Federação, de garantias ao ente envolvido;

II - a tomada de operação de crédito por parte do ente envolvido com outro ente da Federação, diretamente ou por intermédio de seus fundos, autarquias, fundações ou empresas estatais dependentes, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente, ressalvados os financiamentos destinados a projetos específicos celebrados na forma de operações típicas das agências financeiras oficiais de fomento. (grifo nosso)

Em linhas gerais, o artigo 167-A da Constituição Federal prevê que nos casos em que a relação entre as despesas e receitas correntes do Ente atingir o limite de 95%, algumas restrições deverão ser adotadas visando controlar as despesas com pessoal, como, por exemplo, a concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e de militares, exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior, criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa e alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa (...).

Importa constar que conforme redação do dispositivo constitucional mencionado, trata-se de uma “faculdade” aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas e à Defensoria Pública do ente, enquanto permanecer a situação, aplicar o mecanismo de ajuste fiscal de vedação prevista nos incisos I ao X, quando apurado que, no período de 12 (doze) meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes supera 95% (noventa e cinco por cento).

Todavia, se o ente que extrapolar o limite de 95% informado não poderá tomar empréstimos com a União e nem com outros entes, o que torna o dispositivo obrigatório de cumprimento e de verificação nos casos de análises e concessões de créditos pelos Órgãos e Poderes a que se refere.



Os Tribunais de Contas serão responsáveis por atestar o percentual da relação entre a receita e a despesa corrente e, caso esse percentual supere 95% (noventa e cinco por cento), atestar a adoção dos mecanismos de ajustes fiscal estabelecidos.

O quadro seguinte apresenta a relação entre as despesas correntes e as receitas correntes do Município de Vale de São Domingos nos exercícios de 2021 a 2024:

Exercicio	Receita Corrente Arrecadada (a) R\$	Despesa Corrente Liquidada (b) R\$	Despesas Inscritas em RPNP (c) R\$	Indicador Despesa /Receita (d) %
2021	R\$ 24.336.638,20	R\$ 20.925.259,98	R\$ 108.546,30	86,42%
2022	R\$ 28.475.012,41	R\$ 24.819.548,87	R\$ 81.083,61	87,44%
2023	R\$ 31.482.010,59	R\$ 27.989.520,83	R\$ 125.323,93	89,30%
2024	R\$ 39.239.481,02	R\$ 32.106.696,55	R\$ 112.804,80	82,11%

Anexo: Receita> Quadro: Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de recursos da receita (valores Líquidos). Anexo: Despesa> Quadro: Despesa por Categoria Econômica.

Do cálculo apresentado no quadro acima, constata-se que a gestão do Município, considerando-se as informações de execução orçamentária na base móvel do período de 12 (doze) meses findo em 31/12/2024, atingiu o quociente de 82,11% na relação entre as Despesas Correntes e Receitas Correntes, observando, assim, o limite de 95% fixado no artigo 167-A da CF/88. Constata-se que essa situação de conformidade também foi observada nos exercícios de 2021 a 2023.

## 7. REGIME PREVIDENCIÁRIO

Os servidores efetivos do Município de Vale de São Domingos são vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e os demais servidores não efetivos e os agentes políticos são filiados ao Regime Geral (RGPS - INSS). O RPPS tem como unidade gestora o Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Vale de São Domingos (VALE-PREVI).



## **7. 1. NORMAS GERAIS**

### **7. 1. 1. ÍNDICE DE SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA - ISP**

Índice de Situação Previdenciária - ISP-RPPS é um instrumento do Ministério da Previdência Social que mede a qualidade da gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS dos entes federativos. Criado para avaliar a gestão, sustentabilidade financeira e equilíbrio atuarial dos RPPS, o índice utiliza dados informados pelos próprios entes no Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social - CADPREV e no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI.

A Portaria SPREV n.º 14.762/2020 estabelece a composição, metodologia de aferição e periodicidade do Indicador de Situação Previdenciária e autoriza sua publicação. Nos termos de seu art. 4º, tem-se que a metodologia do ISP-RPPS envolve a análise de três dimensões principais: gestão e transparência, situação financeira e situação atuarial. Cada uma dessas dimensões é composta por indicadores específicos, como regularidade previdenciária, envio de informações, modernização da gestão, suficiência financeira, acumulação de recursos e cobertura de compromissos previdenciários. Os entes federativos recebem classificações A, B ou C, conforme o desempenho em cada indicador.

#### **Portaria SPREV n.º 14.762/2020**

Art. 4º A classificação do ISP-RPPS será determinada com base na análise dos indicadores abaixo, relacionados aos seguintes aspectos:

I - gestão e transparência:

- a) Indicador de Regularidade;
- b) Indicador de Envio de Informações;
- c) Indicador de Modernização da Gestão;

II - situação financeira:





- a) Indicador de Suficiência Financeira;
- b) Indicador de Acumulação de Recursos;
- III - situação atuarial: Indicador de Cobertura dos Compromissos Previdenciários.

§ 1º A cada indicador será atribuída uma **classificação A, B ou C**.

§ 2º Para os indicadores a que se referem os incisos II e III do caput, será atribuída a classificação C caso os demonstrativos utilizados em seu cálculo não tenham sido enviados no prazo previsto no inciso I do caput do art. 2º. (grifado)

A Portaria MTP n.º 1.467/2022 assim dispõe:

**Portaria MTP n.º 1.467/2022**

Art. 238. O Índice de Situação Previdenciária dos Regimes Próprios de Previdência Social - ISP-RPPS será aferido anualmente segundo conceitos, critérios de composição, metodologia de cálculo e periodicidade estabelecidos pela SPREV.

§ 1º Para apuração do ISP-RPPS serão utilizadas as informações de que trata o art. 241, relativas ao exercício anterior ao de sua divulgação, encaminhadas até a data-base estabelecida pela SPREV.

§ 2º Para fins de cálculo e divulgação do ISP-RPPS os regimes próprios serão segregados em grupos, conforme seu porte, calculado pelas quantidades de segurados e beneficiários do RPPS, e subgrupos, de forma a refletir o grau de maturidade da sua massa.

§ 3º As informações detalhadas sobre a composição e metodologia de aferição do ISP-RPPS serão disponibilizadas pela SPREV na página da Previdência Social na Internet por meio de relatório anual, com a correspondente memória de cálculo do índice.

§ 4º Após ser publicado o relatório anual de que trata o § 3º, os interessados terão o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar à SPREV, impugnação aos resultados apresentados, cuja



apreciação e decisão serão informadas aos interessados em até 30 (trinta) dias contados do encerramento do prazo para apresentação da impugnação, procedendo-se, então, se for o caso, à revisão do ISP-RPPS que será considerado válido até a próxima divulgação anual do índice.

§ 5º Caso ocorra alteração de composição ou de metodologia de aferição do ISP-RPPS antes do prazo de 3 (três) anos da última alteração, os resultados com a antiga metodologia deverão continuar a ser divulgados até o término desse período.

Na edição de 2024, incorporou-se o Indicador de Reforma RPPS e Vigência do Regime de Previdência Complementar - RPC. Essa métrica reflete a adoção de reformas previdenciárias pelos entes, conforme exigências da Emenda Constitucional n.º 103/2019.

O índice é essencial para avaliar a saúde previdenciária dos estados e municípios, influenciando a concessão do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, que não busca comparar diretamente os entes, mas garantir que boas práticas sejam seguidas para um sistema previdenciário sustentável.

De acordo com o Relatório Final do Indicador de Situação Previdenciária, publicado pelo Ministério da Previdência Social em 03/12/2024, o Município de Vale de São Domingos apresenta a classificação 'B', conforme se demonstra a seguir:

ENTE	UF	GRUPO	SUBGRUPO	ISP	PERFIL AUTARIAL
VALE DE SÃO DOMINGOS	MT	PEQUENO PORTE	MENOR MATURIDADE	B	III

<https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indice-de-situacao-previdenciaria>

Observa-se que essa classificação 'B' sinaliza que o Município de Vale de São Domingos se encontra em uma situação intermediária quando avaliado o conjunto dos seus indicadores.



## 7. 1. 2. PRÓ-GESTÃO RPPS

O Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social - Pró-Gestão RPPS foi instituído pela Portaria MPS n.º 185/2015 e objetiva incentivar a adoção de melhores práticas de gestão previdenciária pelos RPPS, de forma a melhorar o controle dos ativos e passivos e dar maior transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade, consoante estabelece o art. 236 da Portaria MTP n.º 1.467/2022. Em seu §1º, prevê que a adesão ao Pró-Gestão é facultativa e deve ser formalizada por termo assinado pelos representantes legais do ente federativo e da unidade gestora do RPPS, conforme cita-se a seguir:

**Portaria MTP n.º 1.467/2022:**

Art. 236. O Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - Pró-Gestão RPPS, instituído pela Portaria MPS n.º 185, de 14 de maio de 2015, tem por objetivo incentivar os RPPS a adotarem melhores práticas de gestão previdenciária, que proporcionem maior controle dos seus ativos e passivos e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade.

§ 1º A adesão ao Pró-Gestão RPPS é facultativa, devendo ser formalizada por meio de termo assinado pelos representantes legais do ente federativo e da unidade gestora do RPPS.

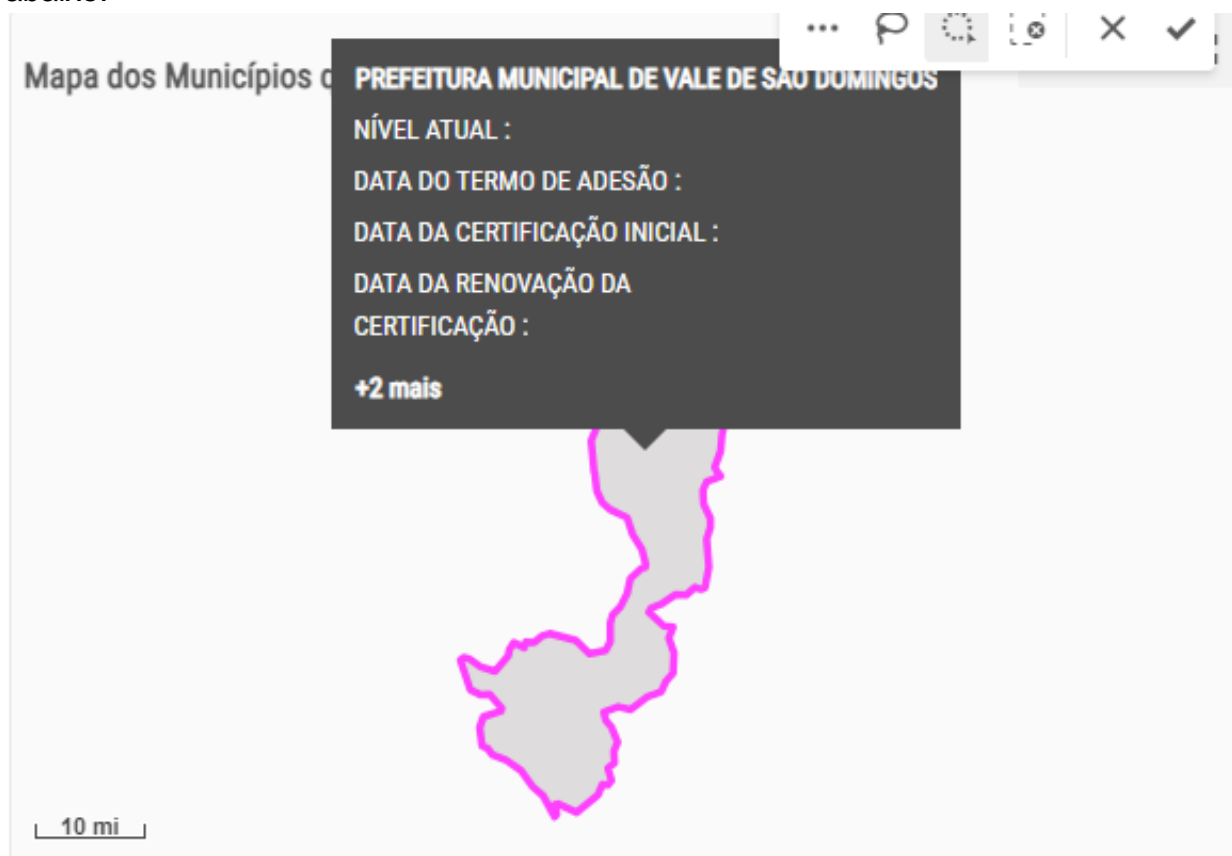
O Programa possui 3 dimensões - Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária - e 4 níveis de aderência conforme a complexidade, o porte e a estrutura organizacional que os RPPS podem alcançar, sendo o Nível I o mais simples e o Nível IV o mais avançado, com prazo de validade de 3 anos.

Como vantagens proporcionadas pela certificação, o Manual do Pró-Gestão RPPS elenca:



- a) Melhoria na organização das atividades e processos; b) Aumento da motivação por parte dos colaboradores; c) Incremento da produtividade; d) Redução de custos e do retrabalho; e) Transparência e facilidade de acesso à informação; f) Perpetuação das boas práticas, pela padronização; g) Reconhecimento no mercado onde atua.

Em consulta ao Sistema Radar-Previdência do TCE-MT (endereço eletrônico: < <https://radarprevidencia.tce.mt.gov.br/radar-previdencia-rpps> >, na data de 14/08/2025, verifica-se que o RPPS do Município de Vale de São Domingos ainda não aderiu ao Pró-Gestão e não possui certificação, conforme comprova a figura abaixo:



Por isso, sugere-se ao Conselheiro Relator a expedição da seguinte Recomendação ao Chefe do Poder Executivo municipal:



Determine à gestão do Fundo Municipal de Previdência Social de Vale de São Domingos (VALE-PREVI) para que providencie a adesão ao 'Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social - Pró-Gestão RPPS', objetivando a obtenção da certificação institucional oferecida pelo programa, em observância às diretrizes estabelecidas pela Portaria MPS n.º 185/2015 e da Nota Recomendatória COPSPAS n.º 008/2024. **Prazo de Implementação: Imediato.**

### 7. 1. 3. ANÁLISE DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA - CRP

O Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP é um documento fornecido pela Secretaria de Previdência, do Ministério da Previdência Social, que atesta o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidos na Lei n.º 9.717/1998, pelo Regime Próprio de Previdência Social de um Estado, do Distrito Federal ou de um Município, ou seja, atesta que o ente federativo segue normas de boa gestão, de forma a assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários aos seus segurados.

A seguir apresenta-se a seguinte conclusão sobre a regularidade do CRP do VALE-PREVI.

1) O atual Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) do RPPS do Município de Vale de São Domingos (VALE-PREVI) apresenta-se válido.

Em recente consulta ao Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social - CADPREV, por meio do endereço eletrônico: < <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/publico/crp/visualizarCrp2.xhtml?id=242824> >, acesso em 14/08/2025, constatou-se que o Município de Vale de São Domingos, por meio do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP nº 981102 - 242824 encontra-se em situação REGULAR perante o Ministério da Previdência Social, conforme a figura abaixo colacionada:



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL  
SECRETARIA DE REGIME PRÓPRIO E COMPLEMENTAR  
Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social

**Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP**

Ente Federativo: Vale de São Domingos UF: MT  
CNPJ Principal: 04.215.993/0001-70

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 9º DA LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, COM FUNDAMENTO NO ART. 167, XIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E DA PORTARIA Nº 1.467, DE 2 DE JUNHO DE 2022, QUE O MUNICÍPIO ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

**FINALIDADE DO CERTIFICADO**

Os órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união deverão observar, previamente, a regularidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto ao seu regime Próprio de Previdência Social, nos seguintes casos, conforme o disposto no art 7º da lei nº 9.717, de 1998:

- i. Realização de transferências voluntárias de recursos pela união;
- ii. Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união;
- iii. Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;

Certificado emitido em nome do Ente Federativo e válido para todos os órgãos e entidades do município

A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação, por meio da internet, de sua autenticidade e validade no endereço: <http://www.previdencia.gov.br>, pois está sujeito a cancelamento por decisão judicial ou administrativa.

Este certificado deve ser juntado ao processo referente ao ato ou contrato para o qual foi EXIGIDO.



EMITIDO EM 21/04/2025  
VÁLIDO ATÉ 18/10/2025

N.º 981102 -  
242824

#### 7. 1. 4. UNIDADE GESTORA ÚNICA

A Portaria n.º 1.467, de 02/06/2022, disciplina os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamentos dos RPPS, e mantém a vedação de existência de mais de um RPPS e unidade gestora em cada ente federativo, conforme art. 71, *in verbis*:

**Portaria MTP n.º 1.467/2022**

(...)

Art. 71. É vedada a existência de mais de um RPPS para os segurados desse regime em cada ente federativo e de mais de uma unidade gestora.

§ 1º A unidade gestora única deverá gerenciar, direta ou



indiretamente, a concessão, o pagamento e a manutenção, dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte devidos a todos os segurados e beneficiários do RPPS e a seus dependentes, relativos a todos os poderes, órgãos e entidades do ente federativo.

§ 2º Há gerenciamento indireto quando a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios forem executados por outro órgão ou entidade integrante da correspondente Administração Pública, atendendo-se, porém, na realização daquelas atividades, ao comando, à coordenação e ao controle da unidade gestora única.

A Emenda Constitucional n.º 103/2019 registrou como mandamento constitucional a referida obrigação, estabelecendo:

### **Constituição Federal de 1988**

Art.40.(...)

§ 20. É vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo, abrangidos todos os poderes, órgãos e entidades autárquicas e fundacionais, que serão responsáveis pelo seu financiamento, observados os critérios, os parâmetros e a natureza jurídica definidos na lei complementar de que trata o § 22. (Redação dada pela Emenda Constitucional n.º 103, de 2019)

Da análise às informações prestadas nestes autos, é possível a seguinte conclusão.

1) O Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Vale de São Domingos (VALE-PREVI) é a única unidade gestora do RPPS municipal. Essa Unidade Gestora não possui personalidade jurídica própria, sendo um Fundo Público Especial gerido /vinculado diretamente pela Prefeitura Municipal, conforme inscrição no CNPJ nº 11.569.716/0001-20.





## 7. 1. 5. ADIMPLÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E PARCELAMENTOS

O caput do art. 40 e inc. I do art. 198 da Constituição Federal/1988 determinam que será assegurado o regime de previdência de caráter contributivo e solidário, a fim de que se preserve o equilíbrio financeiro e atuarial e que o financiamento da seguridade social será de responsabilidade de toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Portanto, é determinação constitucional o recolhimento, tempestivo, da contribuição previdenciária pelo ente público.

De acordo com os dispositivos citados, extrai-se que a Administração Municipal tem a obrigação de contribuir com o custeio do RPPS e o administrador público tem o dever de cumprir os prazos de pagamento de suas obrigações previdenciárias e, caso configurada a situação de atraso e/ou inadimplência no recolhimento das contribuições patronais e segurados, é de sua responsabilidade arcar com os juros e multas dele oriundos.

Portanto, os repasses das contribuições previdenciárias são uma obrigação constitucional, sendo necessário o seu recolhimento dentro do prazo, a fim de não ocasionar o pagamento de **juros e multas por atraso**, não podendo ser tratado como despesas flexíveis de pagamento ou como uma forma de financiamento de outras despesas.

Registra-se que a inadimplência previdenciária prejudica a saúde financeira dos RPPS e, por via de consequência, sua capacidade de pagar eventuais benefícios aos seus segurados.

### 7. 1. 5. 1. ADIMPLÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS, SUPLEMENTARES E DOS SEGURADOS

Conforme consta no documento denominado Declaração de Veracidade das Contribuições Previdenciárias, enviado pela gestão do VALE-PREVI ao Sistema



APLIC (disponível em: APLIC>2024>Vale de São Domingos>UG: RPPS> Informes Mensais> Documentos Diversos> Código Tipo: 135 - Mês:12), restou declarado /atestado pelo gestor responsável que todas as contribuições devidas ao RPPS, patronais e de servidores, da competência do exercício de 2024, foram devidamente recolhidas/pagas ao RPPS.

O quadro seguinte demonstra o resumo da movimentação das contribuições previdenciárias devidas, pagas ou a pagar ao VALE-PREVI nas competências mensais do ano de 2024 (totais do ano):

Resumo das Contribuições Previdenciárias Devidas/Pagas/a Pagar ao VALE-PREVI - 2024					
UG Devedora/Nome da Contribuição	Valores - R\$				
	Soma de Valor Devido	Soma de Valor Pago	Soma de Juros	Soma de Multas	Soma de Saldo Devedor
<b>CAMARA MUNICIPAL DE VALE DE SAO DOMINGOS</b>	<b>129.957,78</b>	<b>129.957,78</b>	-	-	-
Contribuição Previdenciária Alíquota Suplementar	9.586,65	9.586,65	-	-	-
Contribuição Previdenciária dos Segurados	60.185,57	60.185,57	-	-	-
Contribuição Previdenciária Patronal	60.185,56	60.185,56	-	-	-
<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SAO DOMINGOS</b>	<b>1.954.694,63</b>	<b>1.954.694,62</b>	-	-	<b>0,01</b>
Contribuição Previdenciária Alíquota Suplementar	144.194,86	144.194,85	-	-	0,01
Contribuição Previdenciária dos Segurados	905.249,89	905.249,89	-	-	-
Contribuição Previdenciária Patronal	905.249,88	905.249,88	-	-	-
<b>Total Geral</b>	<b>2.084.652,41</b>	<b>2.084.652,40</b>	-	-	<b>0,01</b>

Fonte: APLIC>2024>Vale de São Domingos>UG: RPPS>Informes Mensais>RPPS> Contribuições Previdenciárias

Do quadro, depreende-se que, referente às contribuições devidas nas competências mensais do exercício de 2024, não há saldos devedores a serem pagos /quitados no mês de janeiro de 2025, isso significa que todas as contribuições devidas foram recolhidas ao Fundo ainda no mês/ano da competência. Neste sentido, é importante mencionar que o inciso II do artigo 51 da Lei Municipal n. 240/2009 dispõe que as contribuições previdenciárias devidas ao VALE-PREVI podem ser recolhidas ao Fundo até o dia 30 (trinta) do mês subsequente ao da competência das contribuições.

Vale salientar que, conforme consultas ao Sistema APLIC, foram constatados registros contábeis realizados pela contabilidade do VALE-PREVI na conta contábil n. 62120000000 - Receita Realizada (Naturezas de Receitas: 1.2.1.5.01.1.1.00.00.00 e 7.2.1.5.02.1.1.00.00.00) que atestam os recolhimentos das contribuições constantes do quadro ao RPPS. Observa-se, ainda, que os totais das contribuições do quadro constam do total das receitas de 'Contribuições' evidenciadas no Balanço Patrimonial de 2024 do RPPS (disponível em: APLIC>2024>Vale de São Domingos>UG: RPPS>Prestação de Contas>Contas de Gestão>Código Tipo: 89).



Portanto, não há evidências de inadimplências para as contribuições previdenciárias apuradas e devidas ao VALE-PREVI nas competências mensais do exercício de 2024.

Noutro ponto, registra-se que, por meio da Resolução Normativa TCE-MT n. 12/2020, este Tribunal estatuiu que as Unidades de Controle Interno (UCI) dos Poderes Executivos municipais devem, na confecção do Parecer Técnico Conclusivo de Contas de Gestão dos RPPS, se manifestarem sobre os temas: Contribuições Previdenciárias e Parcelamentos, apresentados na dita Declaração de Veracidade e em conformidade com o modelo definido no Anexo I da referida Resolução.

Em consultas ao Sistema APLIC (disponível em: APLIC>2024>Vale de São Domingos>UG: RPPS>Prestação de Contas>Contas de Gestão>Código Tipo: 01), constatou-se que a gestão do VALE-PREVI, em sua prestação de contas de gestão, não apresentou o Parecer Conclusivo da Unidade de Controle Interno - UCI ( considerando-se que o arquivo apresentado está em branco ) . Isso, além de não observar as determinações ínsitas na Resolução Normativa TCE-MT nº 12/2020, também, também revela grave omissão ao dever de prestar contas.

Todavia, considerando-se que vários outros documentos foram apresentados na referida prestação de contas de gestão, e, que a ausência do Parecer Conclusivo exarado pela UCI, apesar de representar omissão relevante, não obstou a análise acima apresentada, sugere-se ao Conselheiro Relator que expeça a seguinte Determinação ao Chefe do Poder Executivo do Município de Vale de São Domingos:

Determine ao atual gestor do VALE-PREVI para que, na apresentação das suas Contas Anuais de Gestão ao Tribunal de Contas, certifique-se de que todos os documentos exigidos pelo leiaute do Sistema APLIC constem da prestação de contas, especialmente quanto ao Parecer Conclusivo da Unidade de Controle Interno - UCI do RPPS, o qual deve conter, inclusive, as manifestações requeridas pela Resolução Normativa TCE-MT n. 12/2020. **Prazo de Implementação: Na prestação das contas anuais de gestão do exercício de 2025.**



- 1) Com base nos documentos e informações citados anteriormente, é possível concluir pela adimplência tempestiva das Contribuições Previdenciárias Patronais devidas ao VALE-PREVI no exercício de 2024.
- 2) Com base nos documentos e informações citados anteriormente, é possível concluir pela adimplência tempestiva das Contribuições Previdenciárias dos Segurados /Servidores devidas ao VALE-PREVI no exercício de 2024.
- 3) Com base nos documentos e informações citados anteriormente, é possível concluir pela adimplência das Contribuições Previdenciárias Patronais Suplementares devidas ao Vale no exercício de 2024.

#### 7. 1. 5. 2. ADIMPLÊNCIA DE PARCELAMENTOS DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

O Quadro abaixo reflete o rol de Acordos de Parcelamentos de Dívidas constantes no CADPREV - Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social (endereço eletrônico < <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/modulos/parc/consultarACPARC.xhtml> >), acesso em 15/08/2025, mantidos entre o Município de Vale de São Domingos e o VALE-PREVI.

Nº do Acordo	Lei Autorizati-vas	Objeto	Parcelas Contrata-das	Data Início	Data Término (previsão)	Situação do Acordo
00663/2017	518/2018	Contribuições dos Segurados (07/2010 a 12/2016)	200	08/2017	04/2034	Vigente
00668/2017	518/2018	Contribuições Patronais (07/2010 a 12/2016)	200	08/2017	04/2034	Vigente
00787/2021	631/2021	Contribuições dos Segurados (05/2016 a 06/2016)	39	08/2021	10/2024	Quitado
00789/2021	631/2021	Contribuições Patronais (05/2016 a 06/2020)	39	08/2021	10/2024	Quitado

Fonte: CADPREV: < <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/modulos/parc/consultarACPARC.xhtml> >, acesso em 15/08/2025.



Do quadro, constata-se que existiam 4 (quatro) Acordos de Parcelamentos vigentes/ativos em favor do VALE-PREVI no início do exercício de 2024, sendo que no decorrer do ano os Acordos ns. 00787/2021 e 00789/2021 foram quitados, remanescendo em execução os Acordos ns. 00663/2017 e 00668/2017 .

Do exame procedido nos relatórios de Acompanhamentos desses Acordos relacionados, disponíveis no CADPREV, é possível constatar que em relação às parcelas vencidas exclusivamente no exercício de 2024 não foram identificadas inadimplências, assim como de exercícios anteriores. Desse modo, pode-se apresentar a seguinte conclusão geral.

1) Até o exercício de 2024, o Município de Vale de São Domingos está adimplente com os pagamentos dos Acordos de Parcelamentos dívidas vigentes celebrados com o VALE-PREVI.

## **7. 2. GESTÃO ATUARIAL**

### **7. 2. 1. REFORMA DA PREVIDÊNCIA**

A EC n.º 103/2019 determinou que cada um dos entes federados realizasse sua própria reforma da previdência, pela fixação de alíquota mínima de 14% para as contribuições previdenciárias dos servidores, pela limitação dos benefícios previdenciários à aposentadoria e à pensão por morte e pela instituição da previdência complementar para os servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, observado o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, para o valor das aposentadorias e das pensões pagas pelos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS.

No que tange à instituição do Regime de Previdência Complementar - RPC, conforme mencionado, a sua implementação é obrigatória pelos municípios que possuem RPPS. A instituição do RPC se dá pela aprovação da lei de implantação do regime, cujo projeto deve ser de iniciativa do poder executivo municipal, e pela vigência do RPC. Esta se dá pela autorização do convênio de adesão ao plano de benefícios da entidade de previdência complementar pelo órgão fiscalizador



competente, caso haja o ingresso de segurados no RPPS com remuneração acima do limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, após a instituição do RPC, ou após essa data, para os que vierem a admitir novos servidores que se enquadrem nessa situação, nos termos do art. 158 da Portaria MTP n.º 1.467/2022.

A mesma EC facultou aos entes estabelecer regras de elegibilidade, cálculo e reajustamento dos benefícios de aposentadoria e pensões por morte relativas aos seus respectivos RPPS.

O Ministério da Previdência Social identifica dois tipos de reforma da previdência:

**1. Reforma da Previdência Ampla** - Quando há uma reestruturação significativa no sistema previdenciário, podendo envolver mudanças nas regras de acesso (idade mínima, tempo de contribuição), cálculo de benefícios, regime de capitalização ou repartição, entre outras medidas que afetam a maior parte dos segurados.

**2. Reforma da Previdência Parcial** - Quando as mudanças são mais pontuais e atingem apenas grupos específicos de beneficiários, como servidores públicos, militares ou determinadas categorias de trabalhadores. Essa reforma pode incluir ajustes em alíquotas de contribuição, regras de transição ou criação de novas condições para aposentadoria.

Nessa perspectiva, o Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social - CNRPPS emitiu a Recomendação/MTP n.º 2, de 19 de agosto de 2021, nos seguintes termos:

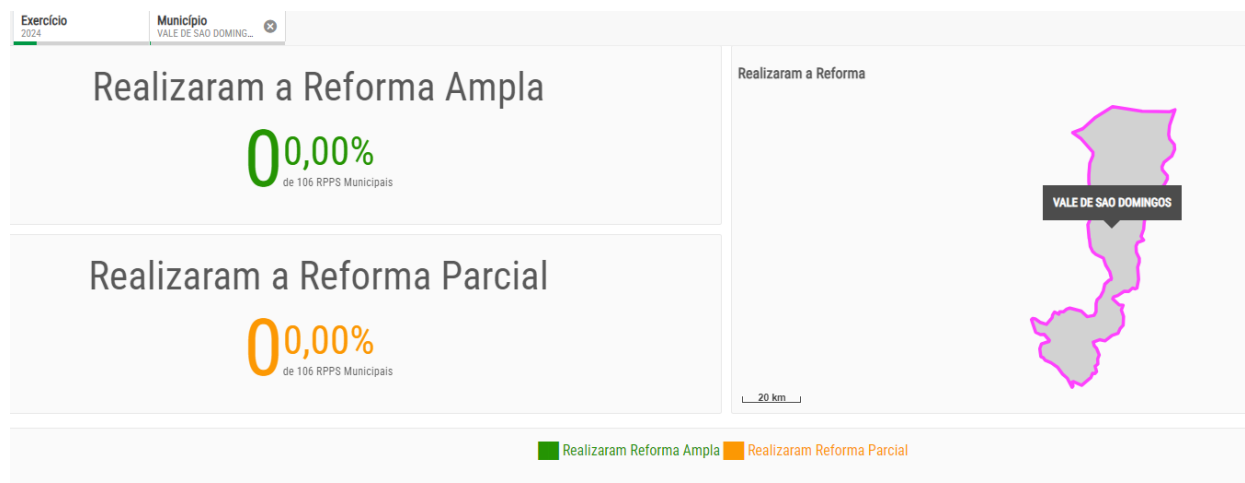
CONSIDERANDO que o planejamento e a gestão previdenciária, no que se refere ao equilíbrio financeiro e atuarial, se não bem direcionados, afetarão a capacidade do ente federativo desenvolver outras políticas públicas de relevo, e ameaçarão também a garantia do correto e pontual pagamento de todas as aposentadorias e pensões de responsabilidade do regime previdenciário;  
torna público ter deliberado em sua 5ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 18 e 19 de agosto de 2021:



1 - **Orientar** os entes federativos quanto à **necessidade de adotarem as providências para a adequação do rol de benefícios e das alíquotas de contribuição do RPPS e para a instituição e vigência do regime de previdência complementar.**

2 - **Recomendar** aos entes federativos que adotem providências relacionadas à **discussão e aprovação de proposta de reforma do plano de benefícios**, de forma a buscar o atingimento e a manutenção do princípio do equilíbrio financeiro e atuarial. (grifado)  
(...)

Em consulta ao Radar Previdência - TCE-MT, restou constatado que não constam informações acerca da realização de Reforma Previdenciária no âmbito do Município de Vale de São Domingo, seja ampla ou parcial, conforme evidencia a figura abaixo:



Inobstante a referida ausência de informações no Radar Previdência - TCE-MT, constatou-se, via pesquisas realizadas na legislação do Município de Vale de São Domingos, que a gestão municipal realizou uma substancial reforma na Lei Complementar Municipal n. 240/2009, que instituiu o RPPS municipal.

Essa reforma foi positivada pela edição das LM ns. 610/2020 e 641/2021. A partir de exames a essas Leis, são possíveis as seguintes conclusões:





- 1) Conforme disposições constantes no artigo 48, I e III, da LM n. 240/2009, atualizada pela LM n. 600/2020, verifica-se que o Município fixou a alíquota mínima de 14% para as contribuições previdenciárias dos servidores ativos e inativos, e dos pensionistas.
- 2) Conforme disposições constantes no artigo 4º, caput e parágrafo único, da LM n. 610/2020, verifica-se que o Município limitou seu plano de benefícios previdenciários às aposentadorias e às pensões por morte.
- 3) De acordo com o exame ao texto normativo da Lei Municipal n. 641/2021, foi constada a instituição formal de Regime de Previdência Complementar (RPC).
- 4) Conforme cópias de documentos apresentados neste autos (Doc. Digital n. 619698 /2025, páginas 52-56 verifica-se que o Município de Vale de São Domingos firmou convênio de adesão com entidade fechada de previdência complementar em 26/04 /2023 (BB PREVIDÊNCIA - FUNDO DE PENSÃO BANCO DO BRASIL).

## **7. 2. 2. AVALIAÇÃO ATUARIAL**

A avaliação atuarial é documento a ser elaborado por atuário, de acordo com as bases técnicas estabelecidas para o plano de benefícios do RPPS, o qual caracteriza a população segurada e a base cadastral utilizada, discrimina os encargos, estima os recursos necessários e as alíquotas de contribuição normal e suplementar do plano de custeio de equilíbrio para todos os benefícios do plano, que apresenta os montantes dos fundos de natureza atuarial, das reservas técnicas e provisões matemáticas a contabilizar, o fluxo atuarial e as projeções atuariais exigidas pela legislação pertinente e que apresenta parecer atuarial conclusivo relativo à solvência e liquidez do plano de benefícios.

A Portaria MTP n.º 1.467/2022 estabelece os seguintes parâmetros acerca do referido documento:

Art. 26. Deverão ser realizadas avaliações atuariais anuais com data focal em 31 de dezembro de cada exercício, coincidente



com o ano civil, que se refiram ao cálculo dos custos e compromissos com o plano de benefícios do RPPS, cujas obrigações iniciar-se-ão no primeiro dia do exercício seguinte, observados os seguintes parâmetros:

I - elaboração por atuário habilitado;

II - embasamento na Nota Técnica Atuarial - NTA;

III - demonstração da situação do RPPS em relação ao equilíbrio financeiro e atuarial, considerando as normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS e a legislação do ente federativo vigentes na data focal;

IV - inclusão de todos os benefícios concedidos e a conceder e respectivos critérios para sua concessão, manutenção e pagamento, indicando, se for o caso, a necessidade de revisão do plano de benefícios;

V - fornecimento das projeções atuariais e da avaliação da situação financeira e atuarial do RPPS, de que trata a Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000;

VI - apuração das provisões matemáticas previdenciárias a serem registradas nas demonstrações contábeis levantadas nessa data, observadas as normas de contabilidade aplicáveis ao setor público; e

VII - definição do resultado atuarial do RPPS, com a apuração dos custos normal e suplementar e dos compromissos do plano de benefícios, para estabelecer o plano de custeio de equilíbrio do regime, embasado em regime financeiro e método de financiamento descritos na NTA, indicando, se for o caso, a necessidade de revisão dos planos vigentes.

§ 1º Os resultados das avaliações atuariais anuais deverão ser registrados no Relatório da Avaliação Atuarial que deverá fornecer aos dirigentes e membros dos conselhos deliberativo e fiscal do RPPS e aos gestores e representantes legais dos entes federativos informações que possibilitem o contínuo acompanhamento da solvência e liquidez do plano de benefícios. (Redação dada pela Portaria MTP n.º 3.803, de 16 /11/2022)



§ 2º O Relatório da Avaliação Atuarial deverá demonstrar os ganhos e perdas atuariais.

§ 3º Para registro das provisões matemáticas previdenciárias de que trata o inciso VI do caput deverá ser utilizado método de financiamento alinhado às normas de contabilidade aplicáveis ao setor público e, no caso de, adicionalmente, ser utilizado outro método para a avaliação da situação atuarial do RPPS, seus resultados deverão ser apresentados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

§ 4º Deverão ser elaboradas avaliações atuariais anuais para apuração dos valores dos compromissos e registro das provisões matemáticas previdenciárias nas seguintes situações, observados subsidiariamente os parâmetros de atuária estabelecidos nesta Portaria e as normas de contabilidade aplicáveis ao setor público: I - em caso de extinção de RPPS; II - para a massa de beneficiários do RPPS sob responsabilidade financeira direta do Tesouro; e III - para os Sistemas de Proteção Social dos Militares - SPSM dos Estados e Distrito Federal.

A obrigatoriedade de os RPPS realizarem a avaliação atuarial está estabelecida na Lei n.º 9.717/1998, a qual determina a sua realização inicial e, em cada exercício, realizado o levantamento dos recursos necessários ao custeio do plano, principalmente, à garantia dos pagamentos dos benefícios aos seus beneficiários, a saber:

#### **Lei 9.717, de 27 de novembro de 1998**

Art. 1º Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, observados os seguintes critérios:

I - realização de avaliação atuarial inicial e em cada balanço



utilizando-se parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios; (Redação dada pela Medida Provisória n.º 2.187-13, de 2001).

Considerando-se a legislação acima citada, e os documentos apresentados nesta prestação de contas, é possível a seguinte conclusão quanto à Avaliação Atuarial de 2025 do VALE-PREVI.

1) Conforme o documento apresentado no Doc. Digital nº 647206/2025, anexo destes autos, verificou-se a confecção do Relatório de Avaliação Atuarial de 2025, como data-focal em 31/12/2024.

A Avaliação Atuarial do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Vale de São Domingos (VALE - PREVI), realizada em 2025, base cadastral de 31/12/2024, foi realizada pelo atuário Sr. Álvaro Henrique Ferraz de Abreu, com registro no MIBA n.º 1072, vinculado à empresa Agenda Assessoria (Doc. Digital nº 647206/2025).

#### **7. 2. 2. 1. RESULTADO ATUARIAL**

O equilíbrio atuarial, conforme o art. 2º, inc. XVII, do Anexo VI, Portaria MTP n.º 1.467/2022, é definido de acordo com os termos a seguir transcritos:

Art. 2º Para os efeitos deste Anexo, considera-se:

(...)

XVII. a garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, ambas estimadas e projetadas atuarialmente, até a extinção da massa de segurados a que se refere; expressão utilizada para denotar a igualdade entre o total dos recursos garantidores do plano de benefícios do RPPS, acrescido das contribuições futuras e direitos, e o total de compromissos atuais e futuros do regime.

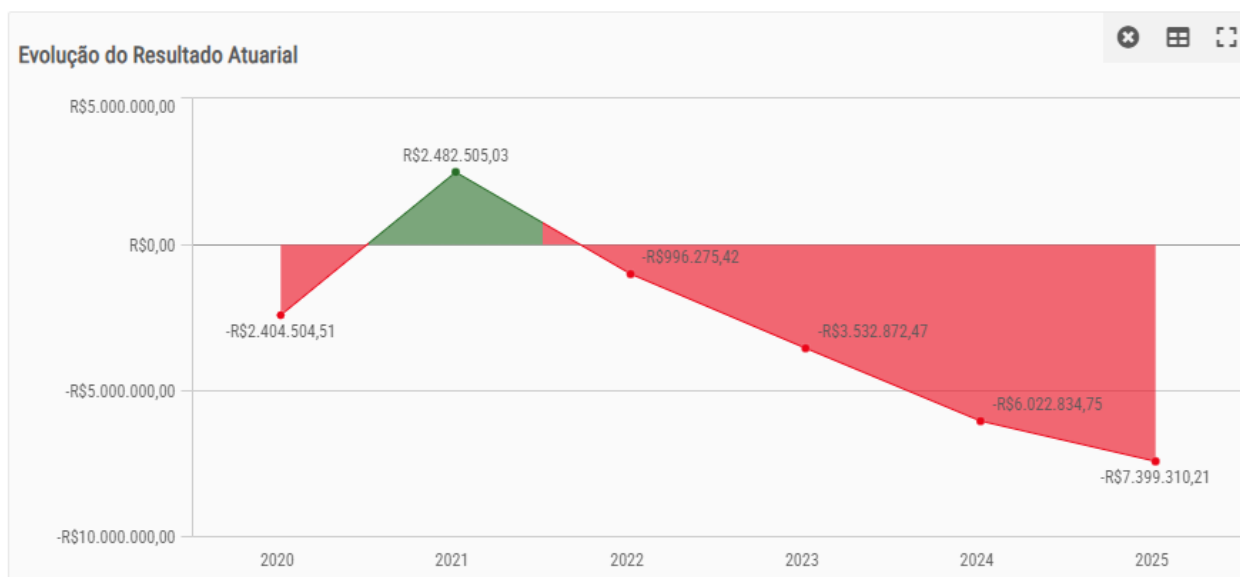
Assim, pode-se dizer que:



- Receitas estimadas = Obrigações (equilíbrio atuarial)
- Receitas estimadas > Obrigações (superávit atuarial)
- Receitas estimadas < Obrigações (déficit atuarial)

O déficit atuarial indica que o somatório das receitas atuais com as futuras é insuficiente para o pagamento dos compromissos com benefícios previdenciários, ao longo do tempo, necessitando de um plano de amortização para o equacionamento desse déficit.

O gráfico a seguir, extraído do Radar-Previdência deste TCEMT (< <https://radarprevidencia.tce.mt.gov.br/radar-previdencia-rpps> >), acesso em 18/08/2025, evidencia a evolução do resultado atuarial dos últimos 6 (seis) exercícios do VALE-PREVI:



Do gráfico, constata-se que o VALE-PREVI apresenta Resultados Atuariais deficitários para os anos de 2021-2024. Em 2024, o Déficit Atuarial líquido foi de R\$ 7.399.310,21. Observa-se, ainda, que em 2024, em relação à 2023, o déficit foi aumentado em 22,85% no déficit. Explica-se que o valor evidenciado para 2025 considera a data-focal de 31/12/2024.



Vale evidenciar que o Déficit Atuarial bruto levantado no Relatório de Avaliação Atuarial de 2025 (data focal: 31/12/2024) do Município foi de R\$ 21.893.031,80, sendo que após a consideração dos Ativos Garantidores no montante de R\$ 14.493.721,59, foi obtido o referido Déficit Atuarial líquido de R\$ 7.399.310,21.

A Portaria MTP n.º 1.467/2022 estabelece diretrizes para a organização e funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social, enfatizando a importância do equilíbrio financeiro e atuarial. Um agravamento do resultado atuarial do município em relação ao exercício anterior pode ser interpretado como uma variação decorrente de mudanças nas hipóteses atuariais, aumento das despesas com benefícios, receitas insuficientes, gestão inadequada dos recursos, taxa de reposição de servidores, dentre outras causas. Essas variações devem ser devidamente acompanhadas de medidas corretivas e preventivas para garantir a sustentabilidade do RPPS a longo prazo.

O art. 55 da Portaria MTP n.º 1.467/2022 estabelece como medidas a serem adotadas para o equacionamento do déficit atuarial:

Art. 55. No caso de a avaliação atuarial apurar déficit atuarial, deverão ser adotadas medidas para o seu equacionamento, que poderão consistir em:

I - plano de amortização com contribuições suplementares, na forma de alíquotas ou aportes mensais com valores preestabelecidos;

II - segregação da massa;

III - aporte de bens, direitos e ativos, observados os critérios previstos no art. 63; e

IV - adequações das regras de concessão, cálculo e reajustamento dos benefícios, na forma do art. 164.

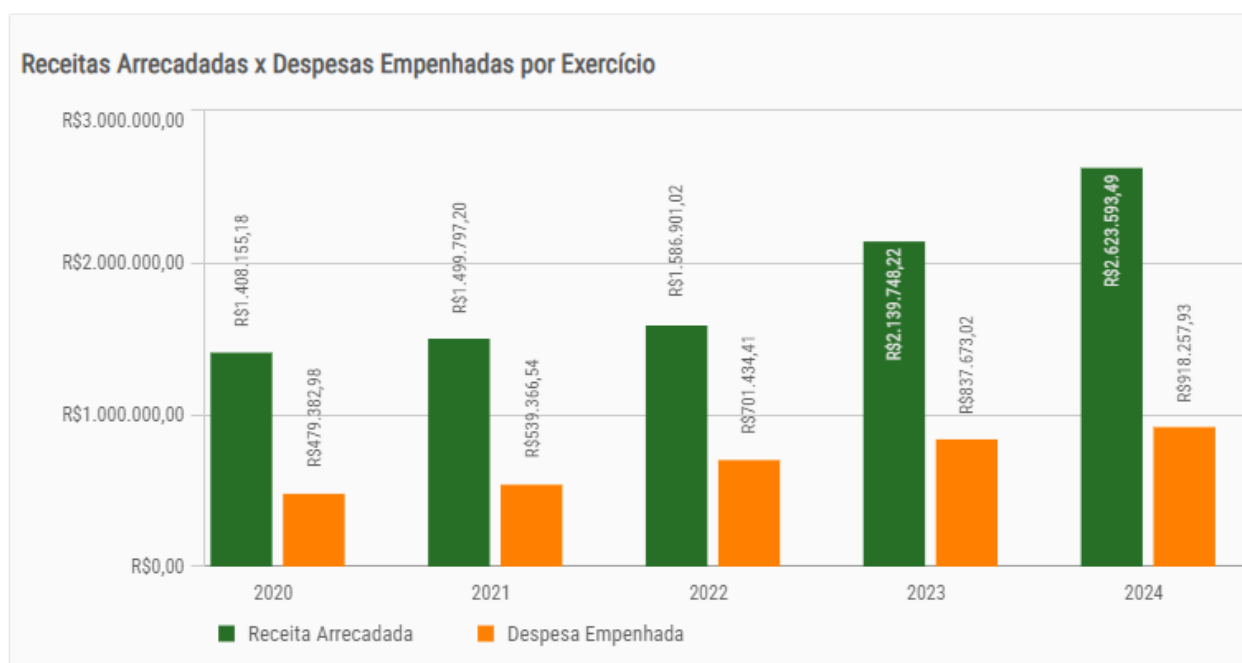
§ 1º Complementarmente às medidas previstas no caput, devem ser adotadas providências para o aperfeiçoamento da legislação do RPPS e dos processos relativos à concessão, manutenção e pagamento dos benefícios e para a melhoria da gestão integrada dos ativos e passivos do regime e identificação e controle dos riscos atuariais.



Desse modo, considerando-se a evolução do déficit atuarial, a gestão do RPPS/Município de Vale de São Domingos deve ficar atenta e adotar uma administração proativa, de modo a avaliar e implementar as medidas permitidas pela Portaria MTP n.º 1.467/2022, em seu art. 55, a fim de equacionar o déficit atuarial atualmente existente.

### 7. 2. 3. RESULTADO CORRENTE DOS RPPS

Apresenta-se, a seguir, o comparativo gráfico anual entre as receitas arrecadadas pelo VALE-PREVI e as suas respectivas despesas empenhadas, a fim de se demonstrar a composição do resultado corrente do RPPS nos últimos exercícios (disponível em: < <https://radarprevidencia.tce.mt.gov.br/radar-previdencia-rpps> >, acesso em 18/08/2025):

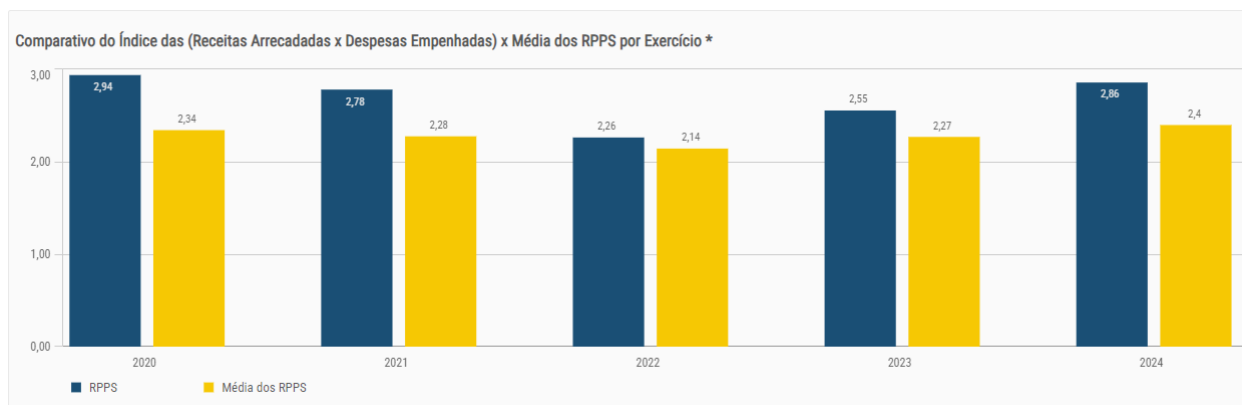


Do gráfico, constata-se que, em 2024, o VALE-PREVI apresentou um superávit orçamentário de R\$ 1.705.335,56. Isso representa um 'Índice de Execução' equivalente a aproximadamente 2,86, ou seja, que o total arrecadado foi suficiente para cobrir quase 2,86 vezes o total das despesas empenhadas no exercício.





Na comparação do Índice de Execução descrito acima, com a média dos demais Regimes Próprios de Previdência Social do Estado de Mato Grosso, verifica-se a seguinte situação para o VALE-PREVI, conforme o seguinte gráfico extraído do Sistema RADAR-Previdência:



A partir do gráfico, constata-se que, no exercício de 2024, o Índice de Execução obtido pelo VALE-PREVI (2,86) foi superior à média dos demais RPPS municipais (2,4). Registra-se que o Índice de 2024 foi maior do que aqueles apurados nos últimos 4 (quatro) anos (2021-2024), e aumentou de 12,16% em relação ao Índice medido em 2023.

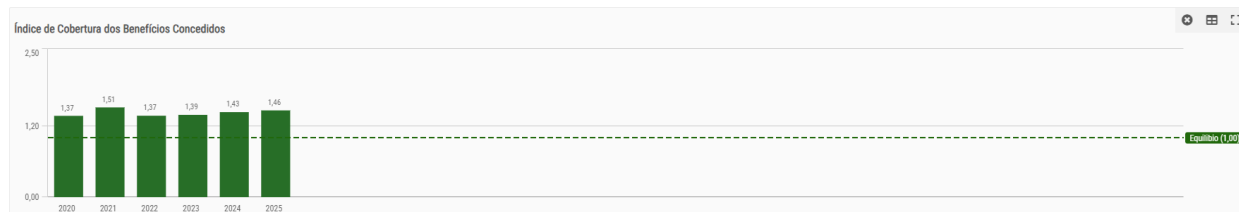
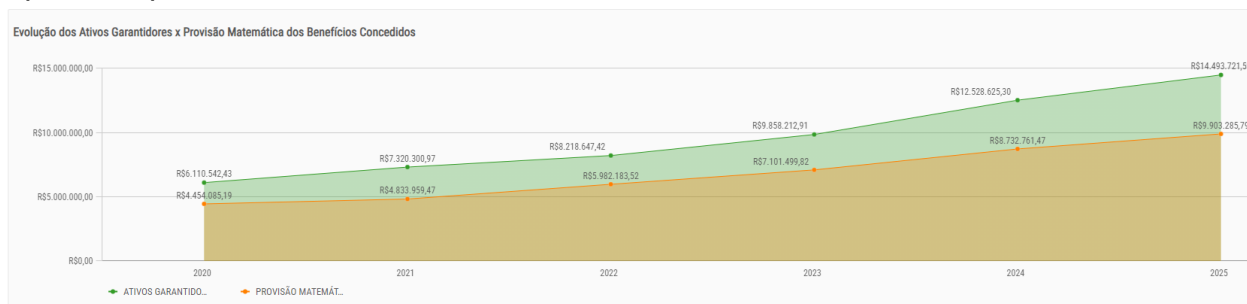
## 7. 2. 4. ÍNDICES DE COBERTURA

### 7. 2. 4. 1. ÍNDICE DE COBERTURA DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

O índice de capacidade de cobertura dos benefícios concedidos é calculado com a informação do valor dos ativos garantidores, dividido pelo valor atual dos benefícios concedidos, líquido das contribuições futuras dos benefícios concedidos e das compensações previdenciárias a receber, também, relativa a estes benefícios. Quanto maior o índice, maior a capacidade de capitalização de recursos suficientes para a cobertura do valor atual a ser pago aos participantes em pleno gozo dos benefícios.



Os gráficos apresentados abaixo, extraídos do Radar Previdência - TCEMT < <https://radarprevidencia.tce.mt.gov.br/radar-previdencia-rpps> >, acesso em 18/08/2025, demonstram a evolução histórica dos montantes financeiros das provisões e dos ativos garantidores, e do Índice de Cobertura dos Benefícios Concedidos apurados para o VALE-PREVI nos últimos exercícios financeiros:



Conforme os gráficos, constata-se que, em 2024, o Índice de Cobertura dos Benefícios Concedidos no VALE-PREVI foi de 1,46, isso significa que para R\$ 1 (um) real devido de Provisões Matemáticas para Benefícios Concedidos, há Ativos Garantidores suficientes de R\$ 1,46 (um real e quarenta e seis centavos). Explica-se que as referências ao exercício de 2025, nos gráficos, dizem respeito à data-focal 31/12/2024.

O Índice obtido de 1,46, em 2024, é ótimo e superior ao ponto de equilíbrio (1,00). O índice de 2024 é um dos maiores da série histórica, perdendo apenas para 2020 (1,51), e consolida uma tendência de adequação ao ponto de equilíbrio.

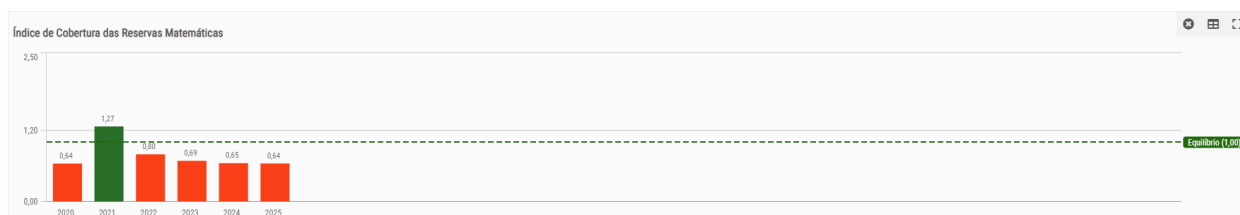


## 7. 2. 4. 2. ÍNDICE DE COBERTURA DAS RESERVAS MATEMÁTICAS

O índice de cobertura das reservas matemáticas é mensurado com a informação do valor dos ativos garantidores e dividido pelo valor atual dos benefícios concedidos e a conceder, líquido das contribuições futuras desses benefícios e das compensações previdenciárias a receber. Do mesmo modo, quanto maior o índice, melhor se apresenta a capacidade de o RPPS em capitalizar recursos suficientes para garantir a totalidade de seus compromissos futuros (cobertura dos benefícios concedidos e a conceder).

Conforme informações apresentadas no Sistema RADAR-Previdência deste Tribunal de Contas, o valor das Reservas Matemáticas é de R\$ 22.552.862,42; o valor dos Ativos Garantidores é de R\$ 14.493.721,59, isso equivale a um Índice de Cobertura das Reservas Matemáticas equivalente à 0,64.

A partir dessas informações, o gráfico apresentado abaixo, extraído do RADAR- Previdência - TCEMT < <https://radarprevidencia.tce.mt.gov.br/radarprevidenciarppls> >, acesso em 18/08/2025, demonstra a evolução do 'Índice de Cobertura das Reservas Matemáticas' apurados para o RESER-PREVI nos últimos exercícios financeiros:



Conforme o gráfico, constata-se que, em 2024, o Índice de Cobertura das Reservas Matemáticas foi de 0,64, isso significa que para R\$ 1 (um) real devido de Benefícios Concedidos e a Conceder (líquidos), há Ativos Garantidores suficientes de apenas R\$ 0,64 (sessenta e quatro centavos). Observa-se que a referência ao exercício de 2025, no gráfico, diz respeito à data-focal 31/12/2024, raciocínio este que aplica aos demais exercícios.

A partir dessa análise, é possível a seguinte conclusão:



1) O Índice de Cobertura das Reservas Matemáticas apurado para o exercício de 2024 (0,64) foi inferior ao índice aferido em 2023 (0,65), estando bastante inferior ao ponto de equilíbrio necessário para propiciar a solvência futura do RPPS.

O Índice apurado para 2024 (0,64) é baixo e está muito aquém do ideal mínimo de equilíbrio (1,00). Esse índice é o menor obtido nos últimos três anos (2022-2024) indicando uma tendência que precisa ser contida/revertida.

Dessa forma, sugere-se ao Conselheiro Relator que expeça a seguinte determinação ao atual Chefe do Poder Executivo de Vale de São Domingos:

Determine às áreas administrativas competentes para que adotem providências concretas a fim de melhorar o Índice de Cobertura das Reservas Matemáticas, de modo a fortalecer os ativos garantidores do plano de benefícios, compatibilizar o crescimento da provisão matemática e a política de custeio vigente e realizar o acompanhamento periódico do índice. **Prazo de Implementação: Imediato.**

## 7. 2. 5. PLANO DE CUSTEIO

O plano de custeio dos Regimes Próprios de Previdência Social envolve a definição do custo normal e custo suplementar do Plano de Previdência, os quais podem ser definidos conforme abaixo:

Portaria MTP n.º 1.467/2022

Anexo VI

Art. 2º Para os efeitos deste Anexo, considera-se:

(...)

IX - custo normal: o valor correspondente às necessidades de custeio do plano de benefícios do RPPS, atuarialmente calculadas, conforme os regimes financeiros adotados, referentes a períodos compreendidos entre a data da avaliação e a data de início dos benefícios;

X - custo suplementar: o valor correspondente às necessidades



de custeio, atuarialmente calculadas, destinado à cobertura do tempo de serviço passado, ao equacionamento de déficit gerados pela ausência ou insuficiência de alíquotas de contribuição, inadequação das bases técnicas ou outras causas que ocasionaram a insuficiência de ativos garantidores necessários à cobertura das provisões matemáticas previdenciárias;

Anualmente, por meio da avaliação atuarial, é realizada a verificação dos recursos necessários para o custeio do plano de previdência, sendo então proposto, pelo atuário, o reajuste do custo normal e/ou suplementar, quando detectada essa necessidade.

O custo suplementar é utilizado para o equacionamento do déficit atuarial, apurado na avaliação atuarial, ou seja, quando o passivo atuarial for superior ao ativo real do plano.

Nesse sentido, a Avaliação Atuarial deverá identificar as principais causas do déficit atuarial e apresentar soluções possíveis, seus impactos e propor um plano de equacionamento, o qual deve ser implementado por meio de lei.

O art. 55 da Portaria MTP n.º 1.467/2022, estabelece a necessidade de adoção de medidas para equacionamento na hipótese de a avaliação atuarial apurar déficit atuarial.

Art. 55. No caso de a avaliação atuarial apurar deficit atuarial, deverão ser adotadas medidas para o seu equacionamento, que poderão consistir em:

- I - plano de amortização com contribuições suplementares, na forma de alíquotas ou aportes mensais com valores preestabelecidos;
- II - segregação da massa;
- III - aporte de bens, direitos e ativos, observados os critérios previstos no art. 63; e
- IV - adequações das regras de concessão, cálculo e reajustamento dos benefícios, na forma do art. 164.



§ 1º Complementarmente às medidas previstas no caput, devem ser adotadas providências para o aperfeiçoamento da legislação do RPPS e dos processos relativos à concessão, manutenção e pagamento dos benefícios e para a melhoria da gestão integrada dos ativos e passivos do regime e identificação e controle dos riscos atuariais.

§ 2º O Relatório da Avaliação Atuarial, com base no estudo específico da situação econômico-financeira e atuarial do RPPS, deverá identificar as principais causas do deficit atuarial por meio do balanço de ganhos e perdas atuariais, apresentar cenários com as possibilidades para seu equacionamento e os seus impactos e propor plano de equacionamento a ser implementado em lei pelo ente federativo.

(...)

§ 6º O plano de equacionamento do deficit somente será considerado implementado a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo, observado o prazo previsto no art. 54.

A partir dos resultados atuariais apresentados no Relatório de Avaliação Atuarial do ano de 2023, data-focal 31/12/2022, a gestão do Município de Vale de São Domingos editou a Lei Municipal nº 731, de 13/09/2023, a qual fixou um custo especial equivalente a uma alíquota suplementar patronal de 2,23%. Observando que essa Lei ainda estava vigente até a elaboração do Relatório de Avaliação Atuarial do ano de 2025 (data-focal 31/12/2024).

#### **7. 2. 5. 1. DA COMPATIBILIDADE DO PLANO DE CUSTEIO COM A AVALIAÇÃO ATUARIAL**

O quadro abaixo relata as situações atuais do plano de custeio do RPPS do Município de Vale de São Domingos (VALE-PREVI), compreendendo os custos normais e suplementares aplicados/vigentes até a Avaliação Atuarial de 2025 (data-focal 31/12/2024):



CUSTO NORMAL	CUSTO SUPLEMENTAR
Alíquota proposta para o exercício	Alíquota/Aporte proposta (os) para o exercício
A Lei Municipal nº 610/2020 fixou a alíquota normal em 9,73%. Posteriormente, a LM nº 648/2021 elevou a alíquota normal em 14%, contudo, neste percentual estava compreendida a taxa de administração de 2%. Por último, a LM nº 731, de 12/09/2023, vigente até a presente data, fixou o custo normal em 14%, incluso 3,60% para a taxa de administração. A LM nº 731/2023 refere-se à homologação da Avaliação Atuarial de 2023 (data focal: 31/12/2022).	A Lei Municipal nº 610/2020 fixou uma alíquota (custo) suplementar em 4,27%. Posteriormente, a LM nº 648/2021 não fixou custo suplementar. Por último, a LM nº 731, de 12/09/2023, vigente até a presente data, fixou o custo suplementar em 2,23%. A LM nº 731/2023 refere-se à homologação da Avaliação Atuarial de 2023 (data focal: 31/12/2022).

Das informações apresentadas no quadro constata-se que desde a Avaliação Atuarial de 2023 (data focal: 31/12/2022) até os dias atuais, as alíquotas de custeio do VALE-PREVI, normal e suplementar, não foram modificadas, vigendo aquelas homologadas pela LM nº 731, de 12/09/2023.

A partir dessas informações, apresenta-se as seguintes conclusões:

1) A atual alíquota de custeio normal do RPPS, aprovada pela Lei Complementar Municipal nº 731/2023, está de acordo com a necessidade registrada e proposta na Avaliação Atuarial do exercício de 2024 (data focal: 31/12/2023).

Salienta-se que a alíquota de custeio normal do RPPS, definida na Avaliação Atuarial de 2023 (data focal: 31/12/2022) e homologada/aprovada por meio da Lei Municipal nº 731/2023, foi mantida nas Avaliações Atuariais realizadas nos anos de 2024 e 2025, independentemente de haver aprovação de leis subsequentes.

A alíquota total de custeio normal é de 14%, subdividida em 10,40% de custo normal e 3,60% para custo administrativo.

2) A atual alíquota de custeio suplementar do RPPS, aprovada pela Lei Complementar Municipal nº 731/2023, não está de acordo com a necessidade registrada e proposta na Avaliação Atuarial do exercício de 2024 (data focal 31/12/2023). LC99.

### Dispositivo Normativo:

Art. 52, da Portaria MTP nº 1.467/2022; §7º do art.17 e art. 69 da Lei Complementar nº 101/2000.





2.1) O Poder Executivo não tomou providências para edição de lei municipal visando a elevação da alíquota de custeio suplementar do Ente, contrariando o cálculo demonstrado no Relatório de Avaliação Atuarial de 2024 (data focal: 31/12/2023). - **LC99**

Foi constatado que as alíquotas de custo suplementar do Ente definidas nas Avaliações Atuariais de 2024 e 2025 não foram implementadas por meio de lei municipal. Ou seja, não há compatibilidade entre as necessidades de financiamento definidas nas Avaliações Atuariais e a implementação do respectivo Plano de Custeio.

Assim, não houve edição de lei municipal (LM) em 2024 implementando a alíquota suplementar patronal definida na Avaliação Atuarial de 2024 (data focal: 31/12/2023) e, também não houve edição de LM em 2025 aprovando a Avaliação Atuarial de 2025 (data focal: 31/12/2024). Essas omissões legislativas estão dificultando o cumprimento do Plano de Custeio, e contribuindo para o desequilíbrio atuarial do VALE-PREVI.

Nesse contexto, apresenta-se o seguinte quadro-resumo que demonstra o histórico das alíquotas contributivas definidas nos 03 (três) últimos Relatórios de Avaliações Atuariais para o RPPS do Município de Vale de São Domingos:

**Avaliações Atuariais – 2023-2025 – VALE-PREVI**

Descrições/Alíquotas de Custeio	Avaliação Atuarial de 2023 (data focal: 31/12/2022)	Avaliação Atuarial de 2024 (data focal: 31/12/2023)	Avaliação Atuarial de 2025 (data focal: 31/12/2024)
	Custeio – Alíquotas Definidas		
Custo Segurado	14,00%	14,00%	14,00%
Custo Normal do Ente Federado (I)	10,40%	10,40%	10,40%
Custo Administrativo do Ente Federado (II)	3,60%	3,60%	3,60%
Total Custo Normal do Ente - III (I+II)	14,00%	14,00%	14,00%
Custo Suplementar do Ente	2,23%	3,60%	3,87%
Lei Municipal de Homologação	LM nº 731, de 12/09/2023	-	-

Fonte: CADPREV: < <https://cadprev.previdencia.gov.br/Cadprev/pages/layout/pesquisarEnte.xhtml> >, acesso em 20/08/2025.



Do quadro anterior, constatou-se que a última aprovação legislativa de alíquota de custo suplementar ocorreu por meio da LM 731/2023, no percentual de 2,23%. Ocorre que, esse percentual, nas subsequentes Avaliações Atuariais, foi majorado para 3,60% em 2024 e para 3,87% em 2025, sem, contudo, ter havido a aprovação dessas novas alíquotas por novas LM.

Dessa forma, observa-se que a gestão municipal no exercício de 2024 não adotou as providências necessárias para implementação da nova alíquota de 3,60%, sendo que em todo o ano de 2024 foi aplicada a alíquota suplementar defasada de 2,23%. Essa alíquota suplementar de 2,23% está sendo aplicada até os dias atuais.

Observa-se que essas omissões legislativas estão dificultando o cumprimento do Plano de Custeio do RPPS, e contribuindo para o desequilíbrio atuarial do VALE-PREVI.

Pelo exposto, além do apontamento da irregularidade para a gestão municipal de 2024, sugere-se ao Conselheiro Relator que expeça a seguinte Determinação ao atual Chefe do Poder Executivo do Município de Vale de São Domingos:

Adote providências necessárias e imediata visando a aprovação de Lei Municipal implementando a alíquota de custo suplementar do ente definida no Relatório de Avaliação Atuarial de 2025 (data focal: 31/12/2024). **Prazo de implementação: imediato.**

## 7. 2. 5. 2. DEMONSTRAÇÃO DA VIABILIDADE DO PLANO DE CUSTEIO

A Portaria MTP n.º 1.467/2022 estabeleceu a obrigatoriedade de demonstração da viabilidade orçamentária, financeira e fiscal quando da elaboração do plano de custeio para a cobertura do déficit atuarial, inclusive, no tocante aos impactos nos limites de gastos impostos pela Lei Complementar n.º 101/2000, conforme detalhamento a seguir:

Art. 53. O plano de custeio proposto na avaliação atuarial



deverá observar os seguintes parâmetros:

(...)

II - ser objeto de **demonstração em que se evidencie que possui viabilidade orçamentária, financeira e fiscal** do ente federativo, nos termos do art. 64;

Art. 64. Deverão ser garantidos os recursos econômicos suficientes para honrar os compromissos estabelecidos no plano de custeio e na segregação da massa, cabendo ao ente federativo demonstrar **a adequação do plano de custeio do RPPS à sua capacidade orçamentária e financeira e aos limites de gastos com pessoal impostos pela Lei Complementar n.º 101, de 2000.**

§ 1º Os estudos técnicos de implementação e revisão dos planos de custeio, inclusive de equacionamento de déficit atuarial e de alteração da estrutura atuarial do RPPS, deverão avaliar a viabilidade financeira, orçamentária e fiscal para o ente federativo conforme Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio, observados o disposto no Anexo VI, a estrutura e os elementos mínimos previstos do modelo disponibilizado pela SPREV na página da Previdência Social na Internet.

§ 2º Os conselhos deliberativo e fiscal do RPPS deverão acompanhar as informações do demonstrativo de que trata este artigo, as quais serão, ainda, encaminhadas aos órgãos de controle interno e externo para subsidiar a análise da capacidade orçamentária, financeira e fiscal do ente federativo para cumprimento do plano de custeio do RPPS. (grifado)

Vale comentar que, além do custo suplementar, para o equacionamento do déficit atuarial, o Ente vinculado ao RPPS tem a obrigatoriedade de honrar mensalmente com o custo normal.

O custo normal diz respeito ao montante de recursos necessários para suprir as necessidades de custeio do plano de benefícios do RPPS, de acordo com a Lei n.º 9.717/1998 e a Portaria MTP n.º 1.467/2022, apurado, atuarialmente, sendo



composto por uma contribuição mensal a ser paga pelo Ente e a ser descontada dos servidores públicos vinculados ao regime de previdência, por meio da aplicação de um percentual sobre sua remuneração da folha de pagamento.

Sobre a viabilidade do Plano de Custeio do VALE-PREVI, pode-se apresentar as seguintes conclusões:

1) Conforme documento apresentado/juntado a estes autos (Doc. Digital n. 619698 /2025), verificou-se que houve a divulgação do Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio do VALE-PREVI, referente à Avaliação Atuarial de 2025 (Data focal: 31/12 /2024).

O referido demonstrativo pode ser visualizado por meio do seguinte endereço eletrônico: < <https://www.consultatransparencia.com.br/valesaodomingosnovo/Transparencia/Documentostipo=80&Pag=CompostoAvaliacaoAtuarial&Desc=Reavalia%C3%A7%C3%A3o%20Atuarial> >, acesso em 19/08/2025.

2) O 'Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio' do VALE-PREVI anexado à Avaliação Atuarial de 2025 (Data focal: 31/12/2024), divulgado no endereço eletrônico citado anteriormente, apresenta estudo técnico considerando os limites das despesas com pessoal previstos na LRF.

O Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio' do VALE-PREVI anexado à Avaliação Atuarial de 2025 (Data focal: 31/12/2024), apresenta a seguinte conclusão:

### III. Conclusão

Os resultados apresentados na Avaliação Atuarial de 2024 indicam que o Plano de Custeio demonstra viabilidade financeira e orçamentária para sua implementação. Verifica-se que o valor inicial do déficit é totalmente amortizado dentro do prazo estabelecido. Com base no Plano de Custeio vigente apresentado na Avaliação Atuarial e nas projeções realizadas, observa-se uma evolução positiva dos Ativos Garantidores do VALE-PREVI.

Destaca-se que os cálculos foram realizados com base nas informações da receita corrente líquida (RCL) e da despesa total com pessoal (DTP) fornecidas pelo Ente. Além disso, utilizou-se a metodologia de projeção baseada no crescimento real médio da RCL e DTP, conforme a planilha modelo disponibilizada pela Secretaria de Previdência, que é parte integrante deste documento.

Dessa forma, conclui-se que o plano proposto apresenta uma estratégia sustentável para a amortização do Déficit Atuarial, alinhada às diretrizes legais e às condições econômicas do



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

ente federativo.

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente  
**LUCIANO BALBINO DE OLIVEIRA**  
Data: 13/02/2025 11:14:19-0300  
Verifique em <https://validar.tl.gov.br>

Luciano Balbino de Oliveira  
Contador do Ente

Assinado de forma digital por  
**TIAGO GOMES DE SOUZA:05146290105**  
Dados: 2025.01.08 08:45:15 -04'00'

Tiago Gomes De Souza  
Rep. Legal da Unidade Gestora

Assinado de forma digital por  
**GERALDO MARTINS DA SILVA:45852723649**  
Dados: 2025.01.02 16:49:13 -04'00'

Geraldo Martins Da Silva  
Representante Legal Do Ente

## 8. CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais e a Lei de Responsabilidade Fiscal, as metas fiscais representam os resultados a serem alcançados para variáveis fiscais visando atingir os objetivos desejados pelo ente da Federação quanto à trajetória de endividamento no médio prazo. Pelo princípio da gestão fiscal responsável, as metas representam a conexão entre o planejamento, a elaboração e a execução do orçamento. Esses parâmetros indicam os rumos da condução da política fiscal para os próximos exercícios e servem de indicadores para a promoção da limitação de empenho e de movimentação financeira. (**Manual de Demonstrativos Fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios**. Válido a partir do exercício financeiro de 2023, Secretaria do Tesouro Nacional. - 13ª ed., pág. 74).

### 8. 1. RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário é calculado com base somente nas receitas e nas despesas não-financeiras e tem por objetivo demonstrar a capacidade de pagamento do serviço da dívida.



Receitas Não-Financeiras - RNF ou Primárias: corresponde ao total da receita orçamentária deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimentos de aplicações financeiras e retorno de operações de crédito (juros e amortizações), recebimento de recursos oriundos de empréstimos concedidos, as receitas de privatização e aquelas relativas a superávits financeiros. Para evitar a dupla contagem, não devem ser consideradas como receitas não-financeiras as provenientes de transferências entre as entidades que compõem o Ente federativo.

Despesas Não-Financeiras - DNF ou Primárias: corresponde ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida interna e externa, com aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.

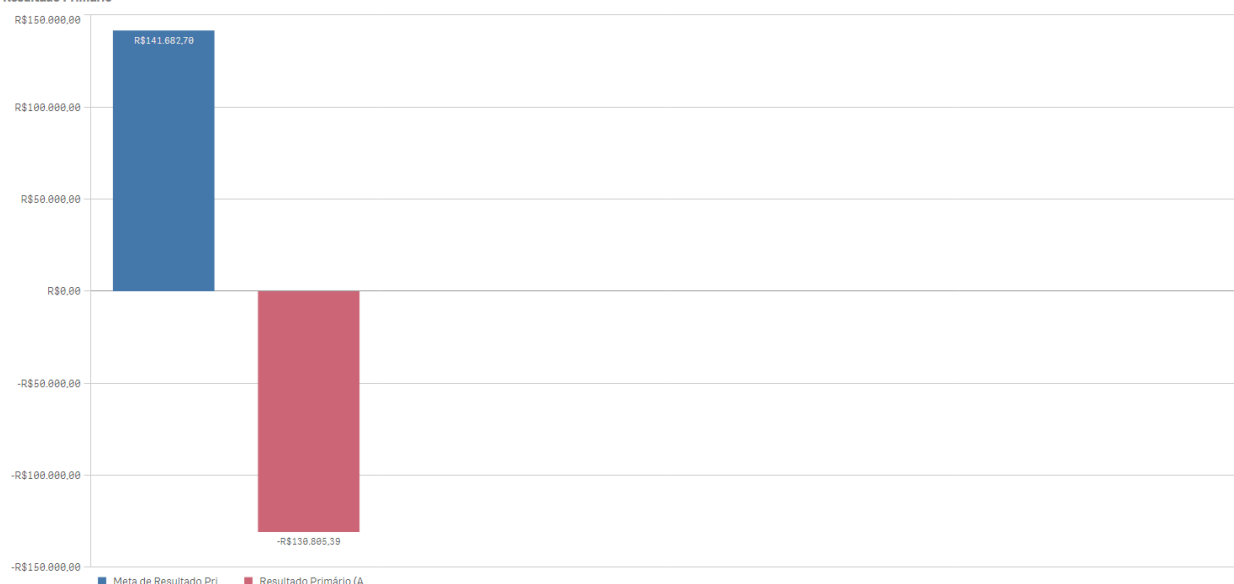
Déficits primários indicam parcela do aumento da Dívida, resultante do financiamento de gastos não-financeiros que ultrapassaram as receitas não-financeiras. Superávits primários direcionados para o pagamento de serviços da dívida contribuem para a redução do estoque da dívida líquida.

Ressalta-se que se utiliza, para fins de análise, o Resultado "Acima da Linha", ou seja, a partir da mensuração dos fluxos de ingressos (receitas) e saídas (despesas). Essa metodologia permite a avaliação dos resultados da política fiscal corrente por meio de um retrato amplo e detalhado da atual situação fiscal.

A meta de Resultado Primário fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para 2024 do Município de Vale de São Domingos, em valores correntes, foi superavitária de R\$ 141.682,70, sendo alcançado, na execução, o montante deficitário de R\$ 130.805,39, ou seja, o valor do déficit de execução foi inferior ao da meta estipulada na LDO-2024, conforme demonstra o Quadro 11.2 - Despesas Primárias constante no Anexo 11 - Metas Fiscais (Resultado Primário - Acima da Linha) e o gráfico seguinte:



Resultado Primário



A partir dessas informações pode-se estabelecer os comentários e conclusão seguintes:

1) Houve o descumprimento da meta de resultado primário estabelecida na LDO/2024.

À rigor, considerando-se os resultados apresentados no Quadro: 11.2. deste Relatório e demonstrados no gráfico anterior, restaria a conclusão de que a meta de Resultado Primário projetada na LDO-2024 foi descumprida, haja vista que para a previsão de superávit de R\$ 141.682,70, na execução aferiu-se um déficit de R\$ 130.805,39. Contudo, o volume financeiro de tal discrepância pode ser atribuída a falhas no processo de projeção da Meta de Resultado Primário, e não à ocorrência de grave desequilíbrio financeiro, conforme será explicado abaixo.

Sendo importante reconhecer que a metodologia do Resultado Primário Acima da Linha (Execução – Apuração), apesar de considerar o total das despesas primárias pagas no exercício, inclusive daquelas oriundas da abertura de créditos adicionais por superávit financeiro de exercícios anteriores, as contrapõe apenas com as Receitas Primárias Realizadas do próprio exercício corrente. Isso, a depender do montante das despesas primárias e de Restos a Pagar pagos no exercício correntes, pode acarretar um Resultado Primário deficitário “ficto”, pois no cálculo da execução não são considerados os superávits de exercícios anteriores.





Desse modo, a Administração, ainda quando da projeção das metas fiscais na Proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias, deve considerar nas estimativas de despesas primárias os efeitos provocados por eventuais pagamentos de despesas primárias com recursos superavitários de exercícios anteriores, pois, se essa estimativa não for considerada na projeção, na execução, causará grandes distorções. Ou seja, a meta de Resultado Primário projetada sem considerar a previsão de despesas primárias pagas com recursos de superávits financeiros de exercícios anteriores, e isso vindo a ocorrer e dependendo do valor, pode gerar enorme desequilíbrio escritural na apuração do Resultado (Execução - Apuração).

Neste sentido, embora não contemplado na metodologia oficial para se determinar o Resultado Primário Acima da Linha (Execução - Apuração), defende-se ser plausível, no caso concreto do Município de Vale de São Domingos e no exercício de 2024, se considerar no cálculo do referido Resultado Primário aqueles recursos de superávits financeiros de exercícios anteriores que foram utilizados para lastrear despesas primárias provindas de créditos adicionais (mas que não foram considerados na projeção da meta), a título de ajuste atenuante. Isso porque, conforme já mencionado, o descumprimento da meta ocorreu por falhas no processo de projeção da Meta de Resultado Primário (LDO-2024), e não pela ocorrência de desequilíbrio financeiro propriamente dito.

Neste contexto, o quadro abaixo apresenta o valor total das despesas primárias pagas pela gestão do Município de Vale de São Domingos lastreadas com recursos de exercícios anteriores e que devem ser consideradas/ajustadas no cálculo do Resultado Primário.



Despesas Primárias Pagas em 2024 - Com Recurso de Superávits Financeiros de Ex. Anteriores	
UO/Fontes de Recursos	Valor Pago - R\$
PMVSD	2.872.201,68
2	2.872.201,68
550	24.040,44
553	6.174,81
569	109.246,22
571	1.201.213,14
599	93.329,91
600	26.337,17
601	12.638,36
604	11.376,00
605	648,99
621	360.014,76
660	26.830,80
701	540.501,59
706	401.598,38
750	3.613,51
751	4.800,00
759	49.837,60
<b>Total Geral</b>	<b>2.872.201,68</b>

Fonte: Cálculos a partir de informações do Sistema Aplic> 2024> PMVSD>Movimentação da conta Contábil 62213040000 - Crédito Empenhado Liquidado Pago

Assim, apresenta-se o seguinte cálculo ajustado com a atenuante acima descrita:

Descrições	Valores - R\$
Receita Primária Total Arrecadada no Exercício de 2024 (I)	42.618.013,12
Despesa Primária Total Paga (II)	41.800.582,45
Restos a Pagar Pagos (III)	948.236,06
<b>Resultado Primário Acima da Linha (IV) = (I-II-III)</b>	<b>-130.805,39</b>
Despesa Primária de 2024 Paga com recursos de Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (V)	2.872.201,68
<b>Resultado Primário Acima da Linha Ajustado (VI) = (IV+V)</b>	<b>2.741.396,29</b>
Meta de Resultado Primário fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO-2024 (VII)	141.682,70
<b>Situação (VIII): Se VI&gt;=VII, VIII = Regular; Se VI&lt;VII, VIII = Irregular</b>	<b>Regular</b>

Fonte: Quadro 11.2 desse Relatório Técnico Preliminar.

Conforme o quadro apresentado acima, após consideradas as despesas primárias pagas com recursos de superávits financeiros de exercícios anteriores a 2024 (R\$ 2.872.201,68), o Resultado Primário Acima da Linha (Ajustado) restou superior à meta fixada na LDO-2024, tendo em vista que, ajustado, o Resultado Primário da execução alcançou o valor de R\$ 2.741.396,29. Portanto, considerando-se o ajuste proposto, defende-se o não apontamento de irregularidade na presente análise.



Inobstante a consideração dessa “atenuante” no presente tópico, e o consequente afastamento de irregularidade pelo descumprimento da meta de Resultado Primário, é importante ressaltar que persistem falhas significativas na elaboração do Demonstrativo “1” do AMF LDO-2024 no tocante às projeções das receitas e das despesas primárias, tornando-as incompletas e inconsistentes, conforme já comentado no item 7 do tópico 3.1.2. deste Relatório Técnico Preliminar. Isso leva à fixação de metas de resultados Primário e Nominal também inconsistentes (super ou subestimadas), haja vista a irrisória meta primária da LDO-2024 (R\$ 141.682,70) que, independentemente do ajuste proposto nesta análise, claramente foi subdimensionada.

Dessa forma, em complemento àquela sugestão de Recomendação já tratada no item 7 do tópico 3.1.2. deste Relatório Técnico Preliminar, sugere-se ao Conselheiro Relator que expeça a seguinte Recomendação do Chefe do Poder Executivo:

Determine à área competente na Prefeitura para que planeje adequadamente as metas de resultados primário e nominal, considerando todos os componentes e variáveis pertinentes a previsão das despesas primárias, inclusive quanto à possível utilização de superávit financeiro do exercício anterior para pagar despesas primárias no exercício de referência da LDO. **Prazo de Implementação: Imediato**

## 9. POLÍTICAS PÚBLICAS

### 9. 1. INDICADORES DE EDUCAÇÃO

A educação é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal, essencial para o desenvolvimento pessoal e social dos cidadãos. As políticas públicas de educação são ações e programas implementados pelos governos federal, estadual e municipal visando assegurar o acesso à educação de qualidade para todos. Essas políticas visam não somente a universalização do ensino, mas também a melhoria contínua da qualidade educacional, a valorização dos profissionais da educação e a adequação da infraestrutura escolar.



Os municípios possuem responsabilidades prioritárias em relação às políticas públicas de educação. A Constituição Federal estabelece, no art. 211, § 2º que os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil, que abrange creches (que atendem bebês e crianças de até 3 anos) e pré-escolas (4 e 5 anos).

Para a análise das Contas Anuais de Governo dos municípios de Mato Grosso priorizaram-se indicadores do exercício de 2024, que refletem a situação dos municípios no exercício analisado. Entretanto, há mais indicadores relevantes como Adequação da Formação Docente, Média de Alunos por Turma, Taxa de Distorção Idade-série, Taxas de Rendimento Escolar, e outros que até o fechamento deste tópico, não continham dados de 2024. Estes indicadores podem ser acessados no site do Inep (<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais>).

### **9. 1. 1. ALUNOS MATRICULADOS**

O Censo Escolar é a principal ferramenta de coleta de informações sobre a educação básica no Brasil, sendo a mais importante pesquisa estatística educacional do país. Coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Censo Escolar é realizado anualmente em colaboração com as secretarias estaduais e municipais de educação, abrangendo todas as escolas públicas e privadas do território nacional.

A pesquisa estatística do Censo Escolar é dividida em duas etapas principais. A primeira etapa coleta dados sobre os estabelecimentos de ensino, gestores, turmas, alunos e profissionais escolares em sala de aula. A segunda etapa, realizada ao final do ano letivo, coleta informações sobre o movimento e o rendimento escolar dos alunos.

O objetivo do Censo Escolar é fornecer um panorama da situação educacional do país, permitindo a análise de diversos indicadores, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), taxas de rendimento e fluxo escolar, e a distorção idade-série. Esses indicadores são fundamentais para o monitoramento e a



avaliação das políticas públicas educacionais, além de servirem de base para o planejamento e a distribuição de recursos governamentais.

A realização do Censo Escolar é obrigatória para todas as escolas, conforme regulamentado por instrumentos normativos que estabelecem prazos, responsabilidades e procedimentos para a coleta de dados.

De acordo com o Censo Escolar de 2024, a quantidade de matrículas na rede pública do Município de Vale de São Domingos era conforme os números abaixo apresentados:

Alunos Matriculados - Ensino Regular								
Zona	Educação Infantil				Ensino Fundamental			
	Creche		Pré- escola		Anos Iniciais		Anos Finais	
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral
Urbana	0.0	69.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Rural	0.0	0.0	93.0	0.0	179.0	26.0	0.0	0.0

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Alunos Matriculados - Educação Especial								
Zona	Educação Infantil				Ensino Fundamental			
	Creche		Pré- escola		Anos Iniciais		Anos Finais	
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral
Urbana	0.0	1.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Rural	0.0	0.0	5.0	0.0	9.0	1.0	0.0	0.0

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Os números acima evidenciados foram retirados da planilha de 'Dados do Censo Escolar 2024', divulgada no site < <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados> > , DOU Anexo I (ensino regular) e DOU Anexo II (educação especial).

### 9. 1. 2. IDEB

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado por meio da Portaria MEC n.º 931, de 21 de março de 2007 e reúne, em um só indicador,



os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Ademais, sua relevância está reforçada em legislações posteriores, como: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei n.º 9.394/1996: estabelece a necessidade de avaliação do ensino e do desempenho escolar, o Decreto n.º 6.094/2007: define o IDEB como referência para monitoramento da qualidade da educação no Brasil e a Lei n.º 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação (PNE): fixa metas educacionais baseadas no IDEB.

O Ideb agrega ao enfoque pedagógico das avaliações em larga escala a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O índice varia de 0 a 10. A combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema.

O índice também é importante condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade para a educação básica.

Embora este indicador não englobe dados do exercício de 2024, ele foi trazido às Contas Anuais de Governo, pois os impactos dos indicadores da educação geralmente demoram alguns anos para aparecerem de forma significativa, especialmente quando se referem a mudanças estruturais em políticas públicas, formação de professores, currículo ou gestão escolar. Educação é uma política de longo prazo. Entretanto, os dados aqui trazidos são informativos e não gerarão punição ao gestor neste relatório.

No último Ideb realizado, no ano de 2023, cuja divulgação ocorreu em 2024, o Município de Vale de São Domingos atingiu os seguintes índices, conforme detalhamento abaixo:



Descrição	Nota Município	Meta Nacional	Nota - Média MT	Nota - Média Brasil
Ideb - anos iniciais	0,0	6,0	6,02	5,23
Ideb - anos finais	0,0	5,5	4,8	4,6

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Conforme demonstrado, o desempenho do município está abaixo/acima da meta do Plano Nacional de Educação - PNE, bem como abaixo/acima das médias MT e Brasil.

Abaixo apresenta-se o histórico da nota do Ideb do município das últimas 5 avaliações:

Descrição	2017	2019	2021	2023
Ideb - anos iniciais	0,0	0,0	0,0	0,0
Ideb - anos finais	0,0	0,0	0,0	0,0

Séries Históricas - IDEB

Conforme o quadro acima, não foram constatadas notas do Município para o 'Ideb - anos finais' e o 'Ideb - anos finais' nas avaliações realizadas nos exercícios de 2017, 2019, 2021 e 2023, indicando que o ente não participou das avaliações do Ideb nesses anos.

Tendo em vista a ausência da apresentação de informações do Ideb municipal ao MEC, constata-se ser impossível realizar análises quanto à avaliação do ensino e do desempenho escolar no Município de Vale de São Domingos.

### 9. 1. 3. FILA EM CRECHES E PRÉ-ESCOLA EM MT

A primeira infância (0 a 6 anos de idade) é a fase mais importante no desenvolvimento do ser humano, pois o que acontece nessa etapa gera impactos positivos ou negativos por toda a vida.

Esses anos iniciais marcam o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (art 29 c/c art 30 da Lei n.º 9.394 /1996)





Neste aspecto, as unidades de educação infantil desempenham um papel crucial para garantir o direito de acesso e de qualidade na educação, recebendo todos os estímulos necessários e a atenção para o seu desenvolvimento integral, neste período. (Lei n.º 8090/1990 - Estatuto da criança e do Adolescente).

Cita-se a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) proferida no Recurso Extraordinário (RE) 1.008.166 (Tema 548 de Repercussão Geral), que considerou a responsabilidade do poder público de garantir a oferta de vagas em creches e pré-escolas para crianças até 5 anos de idade.

Registra-se, ainda, as diretrizes do Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014), especificamente a sua Meta 1, que consiste em atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE, bem como dois dos seus indicadores, o "1A", que previa a universalização, até 2016, da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade; e o "1B", que estabelece a ampliação e oferta de vagas em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o ano de 2024.

Diante desse cenário, considerando que as creches públicas são ambientes que contribuem diretamente no desenvolvimento físico, mental e cognitivo da criança, o TCE/MT, em conjunto com o GAEPE/MT, realizou diagnóstico para conhecer a realidade de cada município de MT quanto à existência de filas por vagas em creche e pré-escolas em MT, no ano de 2024.

De acordo com os dados declarados pelos gestores municipais de educação, o Município de Vale de São Domingos apresentou os seguintes resultados:

Item	Resposta	Quantidade
Possui fila de espera por vaga em creche?	NÃO	0
Possui fila de espera por vaga em pré-escola?	NÃO	0
Possui obras de creches em andamento? Se sim, quantas vagas serão ampliadas?	NÃO INFORMADO	0
Possui obras paralisadas de creches?	NÃO	0

Resultados do questionário sobre creches e pré-escolas aplicado pelo GAEPE MT em 2024

Conforme se observa, os resultados revelam a inexistência, no ano de 2024, de crianças sem acesso e atendimento à educação na primeira infância, ou seja, são disponibilizadas vagas de creches suficientes no Município.



A par da gravidade da situação, o TCE/MT elaborou uma Matriz de Risco a partir dos dados da pesquisa, identificando as situações mais críticas bem como os municípios que são os maiores responsáveis pela fila em MT, de modo a auxiliar na tomada de decisão pelos gestores, legisladores e demais formuladores e controladores da política de educação no estado, nas esferas estadual e municipal. A matriz pode ser acessada por meio do link: < <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1k93H1puoRHW9Gk24y60Mcd27bXvewyrh/edit?gid=841875521#gid=841875521> >, acesso em 27/08/2025.

Em consulta à Matriz de Riscos citada, constata-se que o Município de Vale de São Domingos não está no rol dos municípios com situações críticas quanto à existência de filas para vagas em creches.

## 9. 2. INDICADORES DE MEIO AMBIENTE

A gestão ambiental eficiente é fundamental para o desenvolvimento sustentável dos municípios e para a garantia de qualidade de vida da população. O monitoramento de indicadores ambientais permite avaliar a efetividade das políticas públicas, orientar a tomada de decisão e assegurar o cumprimento da legislação vigente.

A utilização desses indicadores permite uma análise detalhada e precisa do desempenho ambiental dos municípios, facilitando a identificação de áreas que necessitam de melhorias e a implementação de ações corretivas. Além disso, são essenciais para a formulação de políticas públicas eficazes, promovendo a sustentabilidade, a conservação dos recursos naturais e a qualidade de vida das comunidades. Ao monitorar e avaliar continuamente esses indicadores, os gestores públicos podem tomar decisões informadas e estratégicas, contribuindo para um futuro mais sustentável e equilibrado.

O art. 23, incisos VI e VII, da Constituição Federal, dispõe ser competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios proteger o meio ambiente, combater a poluição e preservar as florestas, a fauna e a flora, cuja



regulamentação se dá pela Lei Complementar n.º 140/2011 que, em seu art. 9º, dispõe sobre as ações administrativas de competência dos Municípios.

Ademais, a Lei n.º 12.651/2012 - Código Florestal estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais. Em seu art. 1º, parágrafo único, reforça a responsabilidade comum dos entes federativos e da sociedade civil na criação de políticas para a preservação e restauração da vegetação nativa em áreas urbanas e rurais. Dessa forma, os municípios possuem papel ativo na fiscalização, implementação de políticas ambientais e de incentivo a práticas sustentáveis para a conservação de seus biomas.

A seguir são apresentados resultados para alguns indicadores de meio ambiente.

### **9. 2. 1. DESMATAMENTO**

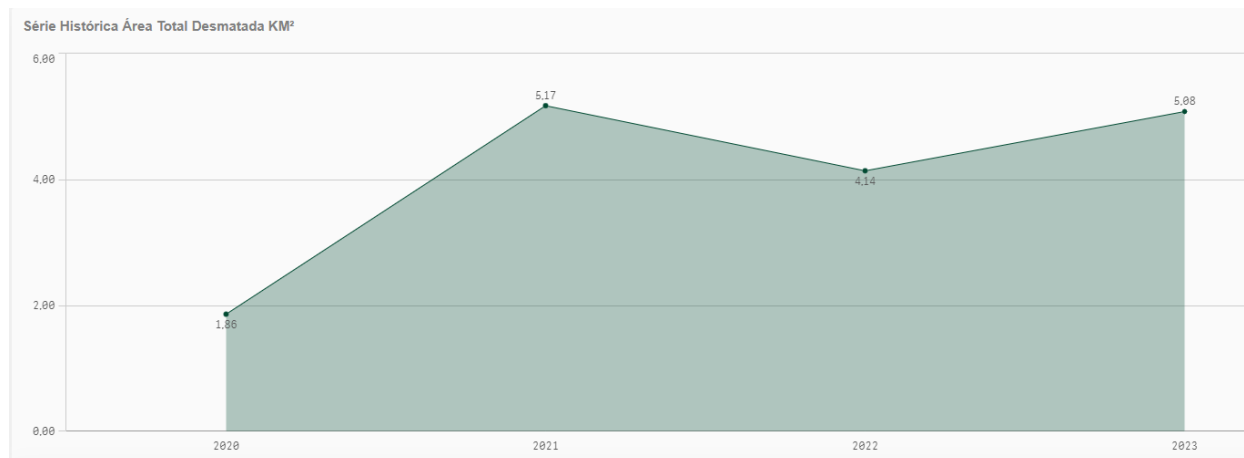
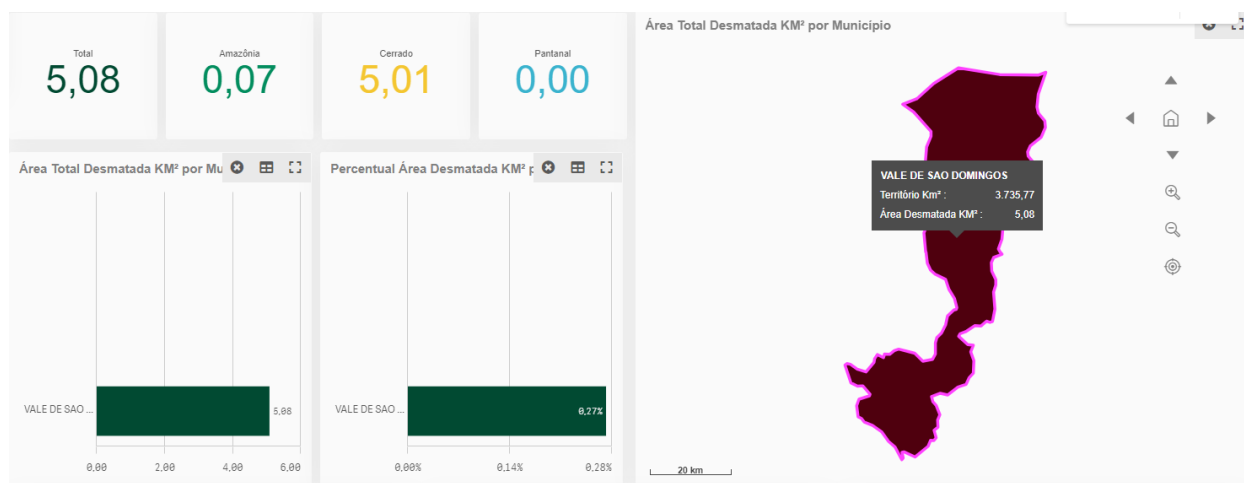
O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) disponibiliza, periodicamente, indicadores de desmatamento por meio dos sistemas PRODES e DETER. O PRODES (Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite) mede anualmente a taxa de desmatamento consolidada, fornecendo informações sobre a área desmatada e permitindo análises históricas da supressão da vegetação nativa. Já o DETER (Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real) é um sistema de alerta rápido que identifica desmatamentos em estágios iniciais, possibilitando ações imediatas de fiscalização.

A divulgação desses indicadores é fundamental para orientar políticas públicas, estratégias de combate ao desmatamento ilegal e planejamento territorial sustentável nos municípios.

Em consultas realizadas no Sistema Radar-Meio Ambiente deste Tribunal de Contas < <https://radarmeioambiente.tce.mt.gov.br/panel> >, acesso em 27/08/2025, foi constatado que o Município de Vale de São Domingos se localiza geograficamente nos Biomas: Cerrado (64,73%) e Amazônia (35,27%).



Nesse contexto, evidencia-se que o Município de Vale de São Domingos ocupa um território total de 3.735,77 Km<sup>2</sup> e apresentou uma área desmatada de 5,08 Km<sup>2</sup> para o exercício de 2023, conforme evidenciam os gráficos seguintes:



Desse último gráfico apresentado, constata-se que, de 2022 para 2023, houve um aumento de 22,70% na área desmatada, que passou de 4,14 Km<sup>2</sup> para 5,08 Km<sup>2</sup>. Para todo o período de 2020-2023, o gráfico evidencia uma área desmatada total de 9,22 Km<sup>2</sup>.



## 9. 2. 2. FOCOS DE QUEIMA

De acordo com o INPE, os termos foco de queima, foco de calor, foco de queimada e foco de incêndio têm o mesmo significado no monitoramento, via satélite, e se referem à detecção de locais com queima de vegetação. Devido à impossibilidade de diferenciar pelo satélite se o fogo é controlado ou um incêndio descontrolado, algumas fontes preferem “fogo ativo”. O Programa Queimadas do INPE adota o termo “foco de queima”, pois a maioria das detecções ocorre em vegetação.

Ainda, segundo o INPE:

(...) “focos de queima” detectados por satélites são excelentes indicadores da queima da vegetação e não uma medida precisa e absoluta do que está ocorrendo na superfície. O número dos focos é diretamente relacionado à extensão queimada e permite comparações temporais e regionais da ocorrência de fogo na vegetação.

A Lei n.º 14.944, de 31 de julho de 2024, institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, estabelecendo diretrizes para o seu manejo adequado e a prevenção de incêndios florestais no Brasil. Os municípios têm um papel fundamental na implementação dessa política, conforme previsão acerca de sua responsabilidade compartilhada na articulação e execução das ações relacionadas ao manejo do fogo.

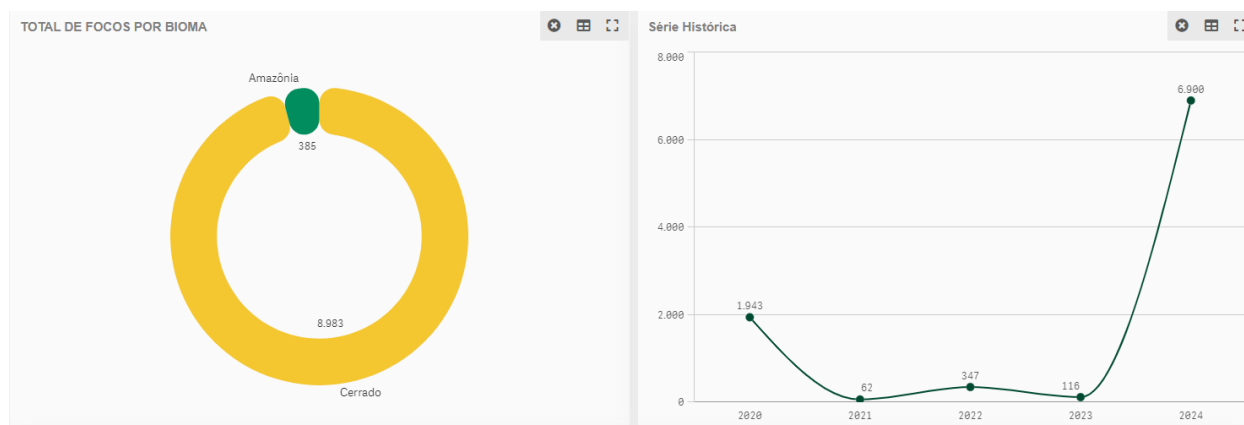
Em seu art. 6º, § 2º, prevê a participação dos municípios no Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo, instância consultiva e deliberativa vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, responsável por facilitar a articulação institucional e propor normas. Outrossim, a mencionada lei, no art. 17, ainda, prevê que os municípios que atuam no manejo integrado do fogo devem inserir informações no Sistema Nacional de Informações sobre Fogo (Sisfogo), garantindo a transparência e o compartilhamento de dados sobre incêndios florestais, queimas controladas e prescritas.



O artigo 21, por sua vez, estabelece os instrumentos para implementação dessa política, que visam promover o manejo integrado do fogo, a recuperação de áreas afetadas por incêndios florestais e a implementação de técnicas sustentáveis para a substituição gradual do uso do fogo como prática agrossilvipastoril. Esses objetivos são alcançados por meio de incentivos e investimentos em ações, estudos, pesquisas e projetos científicos e tecnológicos. Entre os instrumentos financeiros, mencionados no artigo 22, destacam-se as dotações orçamentárias dos municípios, que incentivam investimentos municipais em ações de prevenção e combate a incêndios florestais.

O indicador de Foco de Queima, divulgado pelo INPE, apresentado no Radar de Controle Público do Meio Ambiente, auxilia na identificação e monitoramento de queima da vegetação, sendo uma ferramenta importante para ações preventivas e de combate. O sistema de detecção de focos de calor baseia-se na análise de imagens de satélite que captam emissões térmicas, permitindo que órgãos ambientais e de defesa civil ajam rapidamente para conter os incêndios.

Esse indicador é, especialmente, relevante para a gestão municipal, pois possibilita a implementação de medidas de mitigação, como campanhas educativas, criação de brigadas municipais de incêndio e a formulação de planos de resposta rápida. O gráfico seguinte exibe a série histórica dos focos de queima no Município de Vale de São Domingos, compreendendo os anos de 2020-2024:





O gráfico anterior demonstra que houve significativa redução do número de focos de queima entre os exercícios de 2021 e 2023, voltando a subir no ano de 2024. De 2023 para 2024 houve um aumento de 5.948% dos focos de queima, saindo de 116 (sete) para 6.900.

Observa-se que essa reversão da curva em 2024, requer da gestão municipal maior necessidade de realização de parcerias com o Estado de Mato Grosso e com a União, a fim de que, conjuntamente, possam adotar mais ações preventivas de combate a novos e maiores números de focos de queima nos exercícios de 2025 e seguintes.

### 9. 3. INDICADORES DE SAÚDE

No exercício de sua função de controle externo, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) tem ampliado sua atuação para além da análise contábil e financeira, incorporando o monitoramento de indicadores estratégicos de saúde nas Contas de Governo. Essa iniciativa visa qualificar a avaliação da gestão municipal e promover a tomada de decisão baseada em evidências.

Os indicadores selecionados refletem aspectos fundamentais da política pública de saúde, como cobertura assistencial, qualidade do atendimento, vigilância epidemiológica e desfechos populacionais. Ao disponibilizar uma série histórica de cinco anos (2020-2024), o Tribunal permite a identificação de tendências e o diagnóstico da efetividade das ações implementadas, contribuindo também para o fortalecimento do controle social.

A análise concentra-se nos dados referentes ao exercício de 2024, que serve como base para as recomendações e conclusões deste relatório. Ainda que alguns dados estejam em fase de consolidação, os resultados apresentados possibilitam identificar avanços, estagnações ou retrocessos, apoiando os gestores na reorientação de suas políticas e no aprimoramento dos serviços ofertados à população.

Os critérios de classificação utilizados, ainda que não formalizadas por norma legal em alguns casos, são amplamente aceitos e respaldados por diretrizes





técnicas nacionais e internacionais. Para garantir transparência e objetividade na avaliação, **as fontes oficiais e metodologias utilizadas para apuração dos dados** encontram-se detalhadas no **subtópico 9.3.6 - Fonte e Metodologia de Apuração dos Dados em Saúde - Anexo Políticas Públicas de Saúde**.

Os **critérios utilizados para classificar cada indicador como de situação boa, média ou ruim** estão sistematizados no **subtópico 9.3.6.1 - Quadro de Referência Técnica para Classificação dos Indicadores de Saúde nas Contas de Governo - Exercício 2024 - Anexo Políticas Públicas de Saúde**.

Adicionalmente, para fins de síntese avaliativa, foi adotado um critério de agrupamento proporcional que permite classificar o desempenho geral do município nos indicadores de saúde como **bom, regular ou ruim**, conforme detalhado no **subtópico 9.3.6.2 - Critério de Classificação da Situação Geral dos Indicadores de Saúde (Anexo Políticas Públicas de Saúde)**. Esse modelo proporciona uma visão integrada do cenário municipal, respeitando a diversidade dos indicadores analisados e orientando a gestão para ações de maior impacto.

Por fim, a análise de cada indicador tem como referência principal os dados de 2024, mas considera também a série histórica dos anos anteriores (2020 a 2023). Para o cálculo da média histórica, o auditor responsável deverá aplicar a seguinte metodologia: valores **iguais a zero** devem ser tratados como **dados válidos** se informados oficialmente; **campos vazios** devem ser considerados **dados ausentes** e excluídos do cálculo. A média será obtida pela **soma dos valores válidos dividida pelo número de anos com dados disponíveis**, desconsiderando os anos sem informação. Essa abordagem assegura a comparabilidade dos dados e evita distorções em função da ausência de registros.

### 9. 3. 1. INDICADORES ESTRATÉGICOS DE SAÚDE

A análise de indicadores como mortalidade infantil, materna, por doenças crônicas, homicídios e acidentes de trânsito permite avaliar a efetividade das políticas públicas de saúde nos municípios. Esses dados revelam aspectos essenciais da gestão, como acesso, qualidade do cuidado e condições socioeconômicas locais.



### 9. 3. 1. 1. TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL - TMI

Taxa de Mortalidade Infantil - TMI	
Conceito	Proporção de óbitos em crianças menores de 1 ano de idade para cada 1000 nascidos vivos no mesmo período.
Interpretação	Estima o risco de um nascido vivo morrer antes de completar o primeiro ano de vida.
Aplicação	Permite aos gestores identificar áreas com maior incidência de mortalidade infantil, orientando intervenções para qualificar o pré-natal, o parto e os cuidados neonatais. Envolve a ampliação do acesso aos serviços, a capacitação das equipes de saúde e o incentivo à realização de partos seguros.
Fonte	Numerador: SIM-DATASUS
	Denominador: SINASC-DATASUS
Endereço eletrônico	DATASUS
Divulgação	Anual
Último dado	30/08/2024 - Dados parciais de óbitos para o ano de 2024

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

#### Série Histórica dos indicadores de Taxa de Mortalidade Infantil

2020	2021	2022	2023	2024
32,3	28,6	Não Informado	Não Informado	Não Informado

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A TMI é considerada Alta (20 ou mais), Média (entre 10 e 19,99) e Baixa (<10) por 1000 nascidos vivos no mesmo período.

Com base nos dados do Município de Vale de São Domingos, observa-se que o ente não apresentou informações do indicador para os exercícios de 2022, 2023 e 2024. Tendo em vista a ausência da apresentação de informações ao DATASUS para o período mencionado, constata-se ser impossível realizar análises quanto à avaliação da TMI no Município de Vale de São Domingos, considerando-se que os resultados apresentados estão desatualizados (2021-2022).



### 9. 3. 1. 2. TAXA DE MORTALIDADE MATERNA

Indicador de Saúde: Taxa de Mortalidade Materna - TMM	
Conceito	Razão de óbitos femininos ocorridos durante a gestação ou até 42 dias após o término da gestação a cada 100 mil nascidos vivos.
Interpretação	Estima a frequência de óbitos femininos em idade fértil atribuídos a causas ligadas a gravidez, parto e puerpério, em relação ao total de gestações (representado pelo total de nascidos vivos)
Aplicação	Auxilia gestores a identificar falhas e melhorar os serviços de saúde materna, exigindo qualificação da assistência obstétrica, redução de cesarianas desnecessárias e ampliação do acesso ao planejamento reprodutivo.
Fonte	Numerador: SIM-DATASUS
	Denominador: SINASC-DATASUS
Endereço eletrônico	DATASUS
Divulgação	Anual
Último dado	30/08/2024 - Dados parciais de óbitos para o ano de 2024

#### Série Histórica dos indicadores de Taxa de Mortalidade Materna

2020	2021	2022	2023	2024
Não Informado	Não Informado	Não Informado	Não Informado	Não Informado

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A TMM é considerada Alta (>110 por 100 mil nascidos vivos), Média (entre 70 e 110) e Baixa (<70).

Com base nos dados apresentados no quadro anterior, constata-se que a gestão em saúde do Município de Vale de São Domingos não apresentou informações para esse indicador ao DATASUS, no período de 2020-2024. Portanto, eventual análise das informações do quadro apresenta-se frustrada.

### 9. 3. 1. 3. TAXA DE MORTALIDADE POR HOMICÍDIO

Indicador de Saúde: Taxa de Mortalidade por homicídio - TMH	
Conceito	Proporção de óbitos causados por agressões (causa básica CID-10 X85-Y09) a cada 100 mil habitantes.
Interpretação	Avalia o risco de morte por homicídios e sua relevância como problema de saúde pública. Reflete fatores culturais, socioeconômicos e específicos da violência interpessoal, além de indicar condições da assistência médica e qualidade dos registros das ocorrências.
	Orienta políticas e ações intersetoriais para reduzir a violência, refletindo desafios na segurança pública e



Indicador de Saúde: Taxa de Mortalidade por homicídio - TMH	
Aplicação	desenvolvimento social. Exige abordagens integradas, incluindo inclusão social de jovens, combate à violência doméstica, fortalecimento das forças de segurança e ampliação da assistência às populações vulneráveis.
Fonte	Numerador: SIM-DATASUS
	Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	30/08/2024 - Dados parciais de óbitos para o ano de 2024

### Série Histórica dos indicadores de Taxa de Mortalidade por Homicídio

2020	2021	2022	2023	2024
Não Informado	64,0	36,3	Não Informado	Não Informado

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A TMH é considerada: Alta: > 30 por 100 mil habitantes, Média: 10 a 30 e Baixa: < 10 (referência ideal OMS).

Com base nos dados apresentados no quadro anterior, constata-se que a gestão em saúde do Município de Vale de São Domingos não apresentou informações para esse indicador ao DATASUS, do período de 2023-2024. Portanto, eventual análise das informações do quadro para esse biênio apresenta-se frustrada.

Já para os anos com informações disponíveis (2021-2022), constata-se que as TMH podem ser classificadas como Altas (superiores a 30 óbitos por 100 mil habitantes).

Observa-se que essas elevadas TMH nos anos de 2021-2022 indica um cenário crítico de violência, requerendo da gestão municipal maior necessidade de realização de parcerias e integração com o Estado de Mato Grosso, a fim de que, conjuntamente, possam adotar ações preventivas de segurança pública e de assistência social, com foco, especial, na juventude e nas populações vulneráveis.



### 9. 3. 1. 4. TAXA DE MORTALIDADE POR ACIDENTE DE TRÂNSITO - TMAT

Indicador de Saúde: Taxa de Mortalidade por Acidentes de Trânsito - TMAT	
Conceito	Proporção de óbitos causados por acidentes de transporte (causa básica CID-10 V01-V99) a cada 100 mil habitantes.
Interpretação	Avalia o risco de morte por acidentes de transporte, relacionado à insegurança, falta de educação no trânsito e consumo de álcool, afetando especialmente jovens do sexo masculino, com variações ligadas à qualidade da assistência médica. A TMAT é considerada: Alta: > 20 por 100 mil habitantes, Média: 10 a 20 e Baixa: < 10.
Aplicação	Oferece subsídios para ações educativas, melhoria da infraestrutura viária e reforço na fiscalização, visando reduzir acidentes de trânsito. Destaca a importância da educação desde a infância, fiscalização intensificada, modernização das vias, programas de mobilidade segura e controle de fatores como consumo de álcool e excesso de velocidade.
Fonte	Numerador: SIM-DATASUS
	Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	30/08/2024 - Dados parciais de óbitos para o ano de 2024

#### Série Histórica dos indicadores de Taxa de Mortalidade por Acidente de Trânsito

2020	2021	2022	2023	2024
32,0	32,0	36,3	36,3	34,4

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A TMAT é considerada: Alta: > 20 por 100 mil habitantes, Média: 10 a 20 e Baixa: < 10.

Do período demonstrado no quadro anterior, constata-se que todas as TMAT apuradas no período de 2020-2024 podem ser classificadas como Alta (superiores a 20 óbitos por 100 mil habitantes).

Essas TMAT elevadas (2020-2024) podem evidenciar falhas na infraestrutura viária, fiscalização e na conscientização da população. Assim, a gestão do Município deve adotar medidas urgentes para melhorar a segurança no trânsito e prevenir novos óbitos.



### 9. 3. 2. INDICADORES ESTRATÉGICOS DE ACESSO E COBERTURA

Os indicadores de acesso e cobertura em saúde avaliam a capacidade do sistema em garantir atendimento adequado à população nos diferentes níveis de atenção. Esses parâmetros refletem o alcance e a organização dos serviços básicos de saúde, como atenção primária, vacinação, disponibilidade de profissionais e infraestrutura hospitalar. Altos níveis de cobertura tendem a melhorar a prevenção, reduzir a sobrecarga hospitalar e ampliar a resolutividade do cuidado. Por outro lado, déficits nesses indicadores revelam desigualdades de acesso e demandam ações estruturantes por parte da gestão municipal.

A análise a seguir apresenta os principais indicadores dessa dimensão, com base na série histórica 2020-2024 e ênfase nos resultados do exercício de 2024.

#### 9. 3. 2. 1. COBERTURA DA ATENÇÃO BÁSICA - CAB

Indicador de Acesso e Cobertura: Cobertura da Atenção Básica - CAB	
Conceito	A <b>Cobertura da Atenção Básica (CAB)</b> representa a estimativa percentual da população residente em um território que potencialmente tem acesso aos serviços de Atenção Primária à Saúde, por meio de equipes de Saúde da Família (eSF) e/ou de Atenção Primária (eAP) registradas no Sistema Único de Saúde (SUS). É um dos principais indicadores de acesso da população aos cuidados essenciais em saúde.
Interpretação	O indicador de cobertura populacional estimada na Atenção Básica atualmente é utilizado para o monitoramento do acesso aos serviços de Atenção Básica, com vistas ao fortalecimento do planejamento do SUS.
Aplicação	Permite identificar áreas com baixa cobertura, orientando a expansão dos serviços de saúde. A ampliação requer novas UBS em regiões desassistidas, horários estendidos e fortalecimento da Estratégia Saúde da Família (ESF), melhorando o acesso ao atendimento primário e reduzindo a sobrecarga hospitalar.
Fonte	Numerador: CNES
	Denominador: IBGE
Divulgação	Mensal
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024

#### Série Histórica dos indicadores de Cobertura da Atenção Básica



2020	2021	2022	2023	2024
191,9	192,1	217,9	217,9	206,4

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A CAB É calculada com base no número de equipes de Saúde da Família (eSF) e equipes de Atenção Primária (eAP) ativas e parametrizadas, em relação à população estimada pelo IBGE. Sua classificação considera como alta (adequada) a cobertura acima de 80%, média entre 50% e 80%, e baixa quando inferior a 50%.

Nesse sentido, tem-se que, com base nos dados do Município de Vale de São Domingos, a situação quanto à CAB em 2024 pode ser considerada Alta (206,4% tem cobertura).

Observa-se que, os percentuais de CAB, no período de 2020-2023, também foram superiores à classificação Alta (superior à 80%), indicando uma situação adequada e de estabilidade para a cobertura verificada no Município de Vale de São Domingos.

### 9. 3. 2. 2. COBERTURA VACINAL

Indicador de Acesso e Cobertura: Cobertura Vacinal - CV	
Conceito	Percentual da população contemplado com doses de imunizantes do calendário vacinal em relação ao total da população para a mesma faixa etária, multiplicado por 100.e.
Interpretação	Quanto maior melhor, uma maior cobertura reflete uma população com melhor bloqueio para a circulação do agente infeccioso.
Aplicação	Orienta campanhas de vacinação e identificação de grupos vulneráveis, prevenindo surtos e doenças imunopreveníveis. Sua ampliação exige conscientização educativa, descentralização dos pontos de vacinação e oferta ampliada nos serviços de saúde, incluindo horários estendidos e estratégias móveis para atingir maior cobertura.
Fonte	Numerador: PNI
	Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024

### Série Histórica dos indicadores de Cobertura Vacinal





2020	2021	2022	2023	2024
102,3	53,6	101,4	110,6	115,7

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A Cobertura Vacinal (CV), para a maioria das vacinas, tem meta de cobertura de 90% a 95%.

Com base nos dados do Município de Vale de São Domingos e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação da CV de 2024 pode ser classificada como Boa, ultrapassando o limite superior da meta (95%). O percentual de CV verificado em 2024 também foi superior àqueles auferidos nos demais exercícios evidenciados (2020-2023).

### 9. 3. 2. 3. NÚMERO DE MÉDICOS POR HABITANTES - NMH

Indicador de Acesso e Cobertura: Número de Médicos por Habitante - NMH	
Conceito	Razão de profissionais médicos por mil habitantes, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.
Interpretação	Mede a disponibilidade de profissionais de saúde, por categorias selecionadas, segundo a sua localização geográfica.
Aplicação	Facilita o planejamento da distribuição de médicos e a identificação de áreas com escassez, assegurando atendimento equitativo. Pode ser ampliada com incentivos à fixação profissional em regiões remotas, expansão da telemedicina e parcerias com instituições de ensino para capacitação médica alinhada às necessidades locais.
Fonte	Numerador: CNES
	Denominador: IBGE
Divulgação	Mensal
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024

#### Série Histórica dos indicadores de Número de Médicos por Habitantes

2020	2021	2022	2023	2024
2,6	3,2	3,6	4,7	4,5

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

O NMH é considerado: Alto (acima de 2,5 médico por 1 mil habitantes - Acima da Média Nacional), Médio (entre 1,0 e 2,5 - Zona Intermediária) e Baixo (Abaixo de 1,0 - déficit de cobertura).



Com base nos dados do Município de Vale de São Domingos e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação da NMH de 2024 pode ser classificada como Alto (4,5 médicos para cada mil habitantes).

O NMH obtido em 2024 é superior àqueles aferidos nos exercícios de 2020-2022 e praticamente igual ao de 2023, estando além do número ideal (2,5 médicos por 1 mil habitantes). Neste sentido, observa-se que a gestão do Município de Vale de São Domingos deve continuar a adotar estratégias para melhorar a distribuição e ampliar a cobertura em regiões com déficit de médicos.

### 9. 3. 3. INDICADORES DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Os indicadores de qualidade apresentados nesta seção permitem avaliar a efetividade dos serviços ofertados no âmbito da atenção básica, especialmente em relação à capacidade de prevenir hospitalizações evitáveis e de acompanhar adequadamente o pré-natal. Mais do que mensurar a cobertura, esses indicadores revelam a capacidade do sistema municipal de saúde em garantir cuidado contínuo, acesso oportuno e intervenções eficazes.

Altas proporções de internações por condições sensíveis à atenção primária e baixa realização de consultas pré-natais adequadas sugerem falhas na organização e desempenho da rede de serviços, exigindo revisão das estratégias de gestão e fortalecimento da atenção básica. A seguir, apresentam-se os dois principais indicadores de qualidade selecionados, com base na série histórica de 2020 a 2024 e foco nos dados mais recentes do exercício de 2024.

#### 9. 3. 3. 1. PROPORÇÃO DE INTERNAÇÕES POR CONDIÇÕES SENSÍVEIS À ATENÇÃO BÁSICA - ICSAP

Indicador de Qualidade dos Serviços de Saúde: Proporção de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Básica - ICSAP

	Percentual de internações hospitalares pagas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), por condições sensíveis à
--	---



**Indicador de Qualidade dos Serviços de Saúde: Proporção de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Básica - ICSAP**

Conceito	atenção primária em relação ao número total de internações hospitalares pagas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), em determinado espaço geográfico, no ano considerado.
Interpretação	Revela o resultado das ações e serviços de promoção da saúde, prevenção de riscos, e do diagnóstico e tratamento precoces. Mensura, de forma indireta, a avaliação da atenção primária e a eficiência no uso dos recursos. Em síntese, o ICSAP mede o percentual de internações hospitalares que poderiam ser evitadas por ações eficazes da Atenção Básica, como prevenção, diagnóstico precoce e tratamento adequado de doenças comuns. Altas proporções indicam falhas na resolutividade da APS.
Aplicação	Facilita a avaliação da resolutividade e efetividade da Atenção Primária à Saúde (APS), orientando o planejamento de ações para reduzir hospitalizações evitáveis. Sua melhoria envolve o fortalecimento da APS, ampliação do acesso aos serviços primários, capacitação das equipes multiprofissionais e implementação de estratégias que garantam diagnóstico e tratamento oportunos, reduzindo internações desnecessárias e otimizando recursos.
Fonte	Numerador: CNES
	Denominador: IBGE
Divulgação	Mensal
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024 - (Ainda não disponível 100%)

**Série Histórica dos indicadores de Proporção de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Básica**

2020	2021	2022	2023	2024
17,9	12,9	18,7	16,2	12,4

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

O ICSAP é considerado Alto (acima de 30% - Indicativo de baixa resolutividade da Atenção Básica), Médio (entre 15% e 30% - Situação intermediária) e Baixo (desejável) (abaixo de 15% - Boa atuação da APS na prevenção de internações).

Com base nos dados do Município de Vale de São Domingos e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação do ICSAP de 2024 pode ser classificada como Baixa/Desejável (no percentual de 12,4%), indicando boa resolutividade da atenção primária. Nesse contexto, é importante que a gestão do Município mantenha os investimentos em ações preventivas e acompanhamento ambulatorial.



### 9. 3. 3. 2. PROPORÇÃO DE CONSULTAS PRÉ-NATAIS ADEQUADAS

Indicador de Qualidade dos Serviços de Saúde: Proporção de Consultas Pré-Natais Adequadas	
Conceito	Percentual de gestantes que realizaram o número recomendado de consultas pré-natais do total de nascidos vivos (seis ou mais consultas de pré-natal, com início até a 12ª semana de gestação) em relação ao total de nascidos vivos com informações disponíveis, multiplicado por 100.
Interpretação	Demonstra a capacidade de oferta de consultas médicas e do acompanhamento pré-natal entre os nascidos vivos, quanto maior melhor.
Aplicação	Facilita a avaliação e o planejamento da assistência pré-natal, orientando ações para ampliar o acesso das gestantes às consultas recomendadas. A melhoria envolve qualificação das equipes de saúde, fortalecimento da rede de atenção primária, busca ativa das gestantes com acompanhamento irregular e ações educativas sobre a importância do pré-natal, visando garantir maior cobertura e qualidade na atenção à gestante e ao recém-nascido.
Fonte	Numerador: SINASC
	Denominador: SINASC
Divulgação	Mensal
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024 - (Ainda não disponível 100%)

#### Série Histórica dos indicadores de Proporção de Consultas Pré-Natais Adequadas

2020	2021	2022	2023	2024
0,0	Não Informado	Não Informado	100,0	Não Informado

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A Proporção de Consultas Pré-Natal Adequadas é considerada Alta (adequada) quando o percentual for  $\geq 60\%$  (Meta do Previnir Brasil), Média entre 40% a 59,9% (situação intermediária) e Baixa (inadequada) que é  $< 40\%$ .

Com base nos dados do Município de Vale de São Domingos, observa-se que o ente não apresentou informações do indicador para os exercícios de 2021, 2022 e 2024. Tendo em vista a ausência da apresentação de informações ao DATASUS para o período mencionado, constata-se ser impossível realizar análises quanto à avaliação deste indicador para o Município de Vale de São Domingos, considerando-se que os resultados apresentados estão desatualizados, sobretudo quanto ao exercício de 2024.



### 9. 3. 4. INDICADORES EPIDEMIOLÓGICOS

Os indicadores epidemiológicos permitem monitorar o perfil de adoecimento da população, fornecendo subsídios para ações de prevenção, controle e resposta a surtos e doenças transmissíveis. Avaliam, sobretudo, a efetividade da vigilância em saúde, a cobertura das ações de diagnóstico e a capacidade de resposta dos serviços públicos.

Diferentemente de outros indicadores, taxas elevadas podem refletir um sistema de vigilância atuante e sensível, enquanto valores muito baixos, em alguns casos, podem indicar subnotificação ou falhas na identificação precoce. Dessa forma, é essencial interpretar esses indicadores à luz do contexto local, sazonalidade e estrutura da rede de atenção à saúde.

A seguir, apresentam-se os principais indicadores epidemiológicos utilizados na avaliação das contas públicas municipais, com base na série histórica de 2020 a 2024, destacando os dados do exercício de 2024.

#### 9. 3. 4. 1. PREVALÊNCIA DE ARBOVIROSES

Indicador Epidemiológico: Prevalência de Arboviroses	
Conceito	Proporção de casos confirmados de Dengue, Chikungunya e Zika em relação ao total da população, multiplicado por 100 mil habitantes.
Interpretação	Revela o risco da população ser infectada e desenvolver sintomatologia condizente com o quadro clínico diagnóstico dessas doenças infecciosas.
Aplicação	Orienta ações para controle das arboviroses, incluindo intensificação das estratégias de prevenção, monitoramento ambiental e epidemiológico, fortalecimento das ações educativas e melhoria das condições de saneamento básico, visando reduzir o risco de surtos e epidemias.
Fonte	Numerador: SINAN
	Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024 - (Ainda não disponível 100%)

#### Série Histórica dos indicadores de Taxa de Detecção de Dengue



2020	2021	2022	2023	2024
128,0	96,0	617,3	835,1	1857,6

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

### Série Histórica dos indicadores de Taxa de Detecção Chikungunya

2020	2021	2022	2023	2024
Não Informado	Não Informado	Não Informado	Não Informado	172,0

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A Prevalência de Arboviroses é considerada Baixa (menor que 100) - Situação controlada; Média (100 a 299) - Alerta intermediário; Alta (300 a 499) - Alta transmissão; e Muita Alta/Epidêmica (500 ou mais) - Situação epidêmica.

Com base nos dados do Município de Vale de São Domingos e nos parâmetros técnicos amplamente utilizados na saúde pública, a situação quanto à Prevalência de Arboviroses em 2024 (Dengue e Chikungunya) pode ser considerada como Muito ALTA, ou seja, caracterizou-se como uma situação epidêmica. A taxas de detecção apresentadas em 2024, de 1.857,6 para Dengue e 172,0 para Chikungunya, estão muito superiores ao teto da meta considerada Baixa (100 casos), o que indica uma situação de descontrole para incidência das doenças.

A elevada prevalência de Arboviroses no Município de Vale de São Domingos em 2024, indica necessidade imediata na melhoria do controle de vetores e na prevenção, sendo urgente intensificar ações integradas de vigilância, saneamento e mobilização social para conter a transmissão.

Observa-se que a gestão do Município não apresentou informações ao DATASUS para os exercícios compreendidos no período de 2020-2023, quanto aos casos de Chikungunya.



### 9. 3. 4. 2. TAXA DE DETECÇÃO DE HANSENÍASE

Indicador Epidemiológico: Taxa de Detecção de Hanseníase	
Conceito	Número de casos novos de hanseníase por 100 mil habitantes, em determinado espaço geográfico, no ano considerado (CID-10 A30).
Interpretação	Estima o risco de ocorrência de casos novos da doença, refletindo níveis de exposição ao bacilo causador ( <i>Mycobacterium leprae</i> ) e indicando as condições socioeconômicas e assistenciais locais.
Aplicação	Facilita o planejamento de ações para o controle da hanseníase, exigindo fortalecimento das equipes de atenção primária, campanhas de diagnóstico precoce, capacitação profissional e melhoria das condições socioeconômicas e de vida da população.
Fonte	Numerador: SINAN
	Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024 - (Ainda não disponível 100%)

#### Série Histórica dos indicadores de Taxa de Detecção de Hanseníase

2020	2021	2022	2023	2024
128,0	32,0	Não Informado	Não Informado	Não Informado

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A Taxa de Detecção de Hanseníase é considerada Muito Forte ( $\geq 40$ ) - Forte transmissão comunitária; Alta (20,00 a 39,99) - Endemia relevante; Média (10,00 a 19,99) - Situação intermediária; e Baixa (2,00 a 9,99) - Controle Razoável e Muito baixa ( $<2,00$ ) - Meta da OMS, todos por 100 mil habitantes.

Do período demonstrado no quadro anterior, constata-se que não foram apresentadas ao DATASUS informações referentes a TDH para os exercícios de 2022 e 2024 (até 30/08/2024). Portanto, eventual análise das informações do quadro que compreendam esse período apresenta-se frustrada.

Já para os anos com informações disponíveis, constata-se que as TDH de 2020-2021 podem ser classificadas como Alta/Endemia Relevante (superiores a 20 casos por 100 mil habitantes).





### 9. 3. 4. 3. TAXA DE DETECÇÃO DE HANSENÍASE EM MENORES DE 15 ANOS

Indicador Epidemiológico: Taxa de Detecção de Hanseníase em Menores de 15 anos	
Conceito	Número de casos novos de hanseníase em pessoas menores de 15 anos (CID-10 A30), a cada 100 mil habitantes da mesma faixa etária.
Interpretação	Indica a existência de transmissão ativa e descontrole da doença, sugerindo fragilidades na vigilância epidemiológica e no sistema de saúde.
Aplicação	Orienta ações específicas para interromper a cadeia de transmissão, com estratégias intensificadas de diagnóstico precoce, acompanhamento familiar, capacitação das equipes e fortalecimento da vigilância epidemiológica, especialmente em áreas mais vulneráveis.
Fonte	Numerador: SINAN
	Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024 - (Ainda não disponível 100%)

#### Série Histórica dos indicadores de Taxa de Detecção de Hanseníase em Menores de 15 anos

2020	2021	2022	2023	2024
25,0	0,0	Não Informado	Não Informado	Não Informado

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

A Taxa de Detecção de Hanseníase em Menores de 15 anos é considerada Muito Alta ( $\geq 10$ ) - Transmissão intensa e recente; Alta (5,00 a 9,99) - Endemia relevante para crianças; Média (2,5 a 4,99) - Sinal de transmissão ativa; Baixa (0,50 a 2,49) - Situação Controlada e Muito baixa/eliminação ( $<0,50$ ) - Indicador de interrupção da cadeia de transmissão.

No período demonstrado no quadro anterior, constata-se que não foram apresentadas ao DATASUS informações referentes a 'TDH-menores de 15 anos' para os exercícios de 2022, 2023 e 2024 (até 30/08/2024). Portanto, eventual análise das informações do quadro que compreendam esse período apresenta-se frustrada.



#### 9. 3. 4. 4. PERCENTUAL DE CASOS DE HANSENÍASE COM GRAU 2 DE INCAPACIDADE

Indicador Epidemiológico: Percentual de Casos de Hanseníase Grau 2 de Incapacidade	
Conceito	Proporção de casos novos de hanseníase diagnosticados já com grau 2 de incapacidade física em relação ao total de casos novos, multiplicado por 100.
Interpretação	Revela a gravidade dos casos diagnosticados, refletindo falhas no diagnóstico precoce e nas ações preventivas e assistenciais.
Aplicação	Subsida o planejamento para ampliar estratégias de diagnóstico precoce, prevenção das incapacidades, capacitação das equipes de saúde e melhoria do acompanhamento dos pacientes, reduzindo sequelas e promovendo qualidade de vida.
Fonte	Numerador: SINAN
	Denominador: IBGE
Divulgação	Anual
Endereço eletrônico	DATASUS
Último dado	Dezembro, 2024

#### Série Histórica dos indicadores de Taxa de Detecção de Hanseníase com Grau 2 de Incapacidade

2020	2021	2022	2023	2024
0,0	0,0	Não Informado	Não Informado	Não Informado

DATASUS - Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde

Segundo a OMS/MS, a classificação de grau de incapacidade varia de grau 0 a 2, sendo 0 (zero) - sem comprometimento neural evidente; 1 (um) - perda de sensibilidade em mãos, pés ou olhos e 2 (dois) - deformidades ou incapacidades visíveis (ex. retração de mão, úlcera plantar, lagofalmo).

O Percentual de Casos de Hanseníase com Grau 2 de Incapacidade considera como Muito Alta ( $\geq 10\%$ ) - Diagnóstico muito tardio; Alta (5% a 9,99%) - Situação preocupante; Média (1% a 4,9%) - Alerta moderado; Baixa ( $<1\%$ ) - Boa detecção precoce.

No período demonstrado no quadro anterior, constata-se que não foram apresentadas ao DATASUS informações referentes à 'Taxa de Detecção de Hanseníase com Grau 2 de Incapacidade' para os exercícios de 2022 a 2024 (até 30



/08/2024). Portanto, eventual análise das informações do quadro que compreendam esses anos apresenta-se frustrada.

### 9. 3. 5. CONCLUSÃO TÉCNICA GERAL

O conjunto de indicadores de saúde avaliados revelam uma situação intermediária, com manutenção dos níveis alcançados nos anos anteriores. Embora não se observe piora significativa, também não foram identificados avanços expressivos nos principais eixos de avaliação. Havendo necessidade de que a gestão municipal revise as estratégias de atenção primária, prevenção e organização dos serviços, de modo a ampliar o impacto das ações em saúde pública.

Neste sentido, observa-se que há a necessidade imediata de a gestão do Município de Vale de São Domingos adotar cuidados com os seguintes indicadores: Taxa de Mortalidade por Acidente de Trânsito (TMAT); e, Prevalência de Arboviroses (Dengue e Chikungunha).

Considerando-se que as análises dos indicadores: TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (TMI); TAXA DE MORTALIDADE MATERNA (TMM); TAXA DE MORTALIDADE POR HOMICÍDIO (TMH); PROPORÇÃO DE CONSULTAS PRÉ-NATAIS ADEQUADAS; TAXA DE DETECÇÃO DE HANSENÍASE; TAXA DE DETECÇÃO DE HANSENÍASE EM MENORES DE 15 ANOS; e, PERCENTUAL DE CASOS DE HANSENÍASE COM GRAU 2 DE INCAPACIDADE, restaram prejudicadas em função de falta de prestação de informações ao DATASUS por parte da gestão do Município de Vale de São Domingos, sugere-se ao Conselheiro Relator que expeça a seguinte Determinação ao atual Prefeito Municipal:

Determine às áreas competentes na Prefeitura para que estabeleçam rotinas administrativas necessárias para a efetiva e tempestiva prestação de informações ao DATASUS, a fim de sejam informados dados atualizados e de forma contínua sobre os Indicadores de Saúde avaliados no tópico 9.3 deste Relatório Técnico das Contas Anuais de Governo do exercício de 2024.  
**Prazo de Implementação: Imediato.**



### 9. 3. 6. FONTES E METODOLOGIA DE APURAÇÃO DOS DADOS EM SAÚDE

Os dados utilizados na análise dos indicadores de saúde municipal foram extraídos e tratados com base em microdados oficiais disponibilizados por sistemas públicos nacionais de informação em saúde, especialmente aqueles gerenciados pelo Ministério da Saúde e acessíveis via DATASUS, OpenDATASUS, TABNET e bases do IBGE. A série histórica contempla os exercícios de 2020 a 2024, com prioridade para os dados do exercício de 2024.

A extração, tratamento, padronização e cálculo dos indicadores foram automatizados por meio de scripts desenvolvidos em linguagem R, seguindo critérios metodológicos uniformes, descritos detalhadamente no documento interno “Metodologia Indicadores Municipais”. As bases de origem incluem, entre outras:

- SIM - Sistema de Informações sobre Mortalidade
- SINASC - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos
- SIH - Sistema de Informações Hospitalares
- SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação
- SIVEP-Gripe, CNES, TABNET, OpenDATASUS e base IBGE

Para cada indicador, foram adotados critérios específicos de cálculo, respeitando normas técnicas como a Portaria SAS/MS nº 221/2008 e classificações CID-10 conforme orientações do MS e da OMS. A apuração dos dados considera o município de residência e utiliza identificadores padronizados de código IBGE.

Em casos de ausência de informação para determinado ano, o campo foi considerado como dado ausente e excluído do cálculo da média histórica. Valores informados como zero foram mantidos, desde que constassem nas bases oficiais. O cálculo da média histórica segue a seguinte fórmula-padrão, a ser aplicada pelo analista ou auditor:



Média histórica = Soma dos valores válidos / Número de anos com dado disponível.

Esta metodologia visa garantir transparência, comparabilidade e equidade na avaliação dos municípios, sendo replicável e auditável. O procedimento técnico encontra-se documentado com versionamento e scripts arquivados no repositório interno do TCE-MT, podendo ser acessado para fins de verificação metodológica sempre que necessário.

### 9. 3. 6. 1. REFERÊNCIA TÉCNICA PARA CLASSIFICAÇÃO DOS INDICADORES DE SAÚDE

Este quadro apresenta os critérios utilizados para classificar os indicadores de saúde como de situação **boa (adequada)**, **média (intermediária)** ou **ruim (inadequada)**, com base em diretrizes técnicas de organismos nacionais e internacionais como o **Ministério da Saúde (MS)**, a **Organização Mundial da Saúde (OMS)** e outros documentos de referência oficial.

Indicador	Critérios de Classificação	Referência Técnica
Taxa de Mortalidade Infantil (TMI)	Boa: < 10% Média: 10 a 19,99% Ruim: =20%	OMS, MS, Unicef
Taxa de Mortalidade Materna (TMM)	Boa: < 70/100 mil Média: 70 a 110 Ruim: > 110	ODS/OMS/MS
Mortalidade por Homicídios (TMH)	Boa: < 10/100 mil Média: 10 a 30 Ruim: > 30	OMS
Mortalidade por Acidentes de Trânsito (TMAT)	Boa: < 10/100 mil Média: 10 a 20 Ruim: > 20	OMS, MS
Cobertura da Atenção Básica (CAB)	Boa: > 80% Média: 50% a 80% Ruim: < 50%	e-Gestor AB/MS
Cobertura Vacinal (CV)	Boa: = 90% a 95% Média: abaixo da meta Ruim: muito abaixo	PNI/S
Nº de Médicos por Habitante (NMH)	Boa: = 2,5/1.000 hab. Média: 1,0 a 2,49 Ruim: < 1,0	CFM, OMS



Indicador	Critérios de Classificação	Referência Técnica
ICSAP (Internações por Condições Sensíveis à APS)	Boa: < 15% Média: 15% a 30% Ruim: > 30%	MS, estudos técnicos sobre APS
Consultas Pré-Natal Adequadas	Boa: = 60% Média: 40% a 59,9% Ruim: < 40%	Programa Previne Brasil/MS
Prevalência de Arboviroses	Boa: < 100/100 mil Média: 100 a 299 Alta: 300 a 499 Muito Alta: = 500	MS (vigilância epidemiológica)
Deteção de Hanseníase (geral)	Boa: < 10 Média: 10 a 19,99 Alta: 20 a 39,99 Muito Alta: = 40 por 100 mil hab.	OMS, MS
Hanseníase em < 15 anos	Boa: < 0,5 Média: 0,5 a 2,49 Alta: 2,5 a 9,99 Muito Alta: = 10 por 100 mil	OMS, MS
Hanseníase com Grau 2 de Incapacidade	Boa: < 1% Média: 1% a 4,9% Alta: 5% a 9,99% Muito Alta: = 10%	OMS, MS

A avaliação dos indicadores de saúde tem como base principal os dados do exercício de 2024, por refletirem a situação mais recente da gestão municipal. Contudo, dada a natureza dinâmica e sensível da área da saúde, considerou-se também a série histórica dos últimos cinco anos (2020 a 2024) como elemento complementar para análise de tendência, estabilidade ou regressão dos resultados.

Para fins de cálculo da média histórica, o auditor deverá considerar as seguintes diretrizes:

Valores **iguais a zero** devem ser tratados como **dados válidos**, desde que informados nos sistemas oficiais, por representarem uma situação efetivamente monitorada (mesmo que sem ocorrência).

Campos **vazios ou não preenchidos** devem ser considerados como **dados ausentes**, sendo excluídos do denominador da média.

A **fórmula recomendada** para o cálculo da média histórica consiste na soma dos valores válidos informados dividida pelo número de exercícios com dado disponível, desconsiderando os anos sem informação.



Essa metodologia deve ser aplicada pelo analista responsável no momento da apuração dos dados, assegurando que a ausência de registros não comprometa a média histórica nem penalize o município por eventual falha de reporte. Os indicadores com dados incompletos deverão ser analisados com a devida ressalva quanto à confiabilidade da tendência histórica.

### 9. 3. 6. 2. CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO GERAL DOS INDICADORES

Para fins de análise integrada, o desempenho geral do município nos indicadores de saúde avaliados foi classificado em três categorias: Boa, Regular e Ruim. Essa classificação considera o percentual de indicadores que se enquadraram na faixa de “Situação Boa”, conforme os critérios técnicos previamente estabelecidos. A categorização obedece aos seguintes parâmetros:

- **Situação Ruim:** até 25% dos indicadores avaliados classificados como “Boa”;
- **Situação Regular:** mais de 25% e até 75% dos indicadores classificados como “Boa”;
- **Situação Boa:** mais de 75% dos indicadores classificados como “Boa”.

Essa métrica permite uma visão global da gestão municipal em saúde no exercício analisado, respeitando as especificidades de cada indicador individualmente, mas orientando a tomada de decisão a partir de um referencial sintético e objetivo.

## 10. REGRAS FISCAIS DE FINAL DE MANDATO

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000) postula o equilíbrio das contas públicas por meio de uma gestão responsável que evite o endividamento público não sustentável. Em relação ao último ano de mandato do gestor, a LRF tem regras e proibições específicas que serão relacionadas nos tópicos a seguir:





## **10. 1. COMISSÃO DE TRANSIÇÃO DE MANDATO**

A transição de mandato é o processo em que o gestor atual deve propiciar condições efetivas ao novo gestor para implementar a nova administração, razão pela qual se torna um importante instrumento da gestão pública.

No TCE-MT, a matéria é abordada por meio da Resolução Normativa 19 /2016 que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos atuais e futuros Chefes de Poderes Estaduais e Municipais e dirigentes de órgãos autônomos, por ocasião da transmissão de mandato.

Nesse sentido, na verificação do cumprimento ou descumprimento desse dever por parte da gestão do Município de Vale de São Domingos, constata-se que:

1) Houve a constituição da comissão de transmissão de mandato, bem como a apresentação do Relatório Conclusivo (RN 19/2016).

Conforme relatório acostado a este autos por meio da carga especial de prestação de contas no Sistema APLIC (APLIC>2024>Vale de São Domingos>UG: Prefeitura>Prestação de Contas>Contas de Governo>Código Tipo: 15), constatou-se que a gestão do Município de Vale de São Domingos, por meio da edição do Decreto Municipal nº 085, de 01 de novembro de 2024, constituiu a Comissão de Transição de Governo, com a respectiva nomeação/composição de membros. Também restou constatado que os membros da Comissão elaboraram e subscreveram o Relatório Conclusivo de Transição de Mandato.

## **10. 2. OBRIGAÇÃO DE DESPESAS CONTRAÍDA NOS ÚLTIMOS QUADRIMESTRES DO ANO DE FINAL DE MANDATO**

Ao titular de Poder ou Órgão é vedado contrair despesas nos últimos 8 meses do último ano de mandato que não possam ser cumpridas de forma integral dentro do exercício financeiro ou que tenham parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja disponibilidade de caixa para este efeito.



Ressalta-se que as despesas e encargos compromissados a pagar até o final do exercício são utilizados para determinação da disponibilidade de caixa, conforme previsto no parágrafo único do art. 42 da LRF.

A metodologia adotada neste Relatório Técnico para apurar se houve ou não a assunção de obrigações de despesas nos últimos 8 meses do ano de 2024 sem lastro financeiro foi a de se confrontar as Disponibilidades de Caixa Líquidas, por fontes /destinações de recursos, com o total das respectivas despesas empenhadas e não pagas no período de 01/05 a 31/12/2024. Para isso, utilizou-se como base as informações disponibilizadas no Quadro 13.1 deste Relatório.

A partir disso, pode-se apresentar a seguinte conclusão.

1) Foram contraídas obrigações de despesa nos dois últimos quadrimestres do mandato sem disponibilidade financeira para seu pagamento, em desacordo com o art. 42, caput, e parágrafo único da Lei Complementar nº 101/2000. DA01.

#### **Dispositivo Normativo:**

Art. 42, caput, e Parágrafo Único da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

*1.1) Houve a contração de obrigações de despesas no ano de 2024 não pagas e sem a existência de suficiente Disponibilidade de Caixa (Suficiência Financeira) para adimpli-las no exercício seguinte, na fonte/destinação de recursos 800, no valor total de R\$ 101.064,57. - DA01*

Conforme apresentado nos Quadros: 5.2, 5.3 e 13.1 deste Relatório Preliminar, a gestão do Poder Executivo do Município de Vale de São Domingos apresentou Disponibilidade de Caixa Líquida negativa apenas para a fonte /destinação de recursos nº '800 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)' ao final do exercício de 2024, no valor de R\$ 101.064,57.

A partir disso, e a fim de verificar a ocorrência, ou não, da conduta vedada pelas disposições inserida no artigo 42, caput e parágrafo único, da LRF, foram levantadas junto ao Sistema APLIC informações acerca das despesas



realizadas (empenhadas) no período de 01/05 a 31/12/2024 e, também de outras obrigações contraídas no período, que não haviam sido pagas integralmente dentro do próprio exercício financeiro, ou que não estivessem lastreadas em disponibilidades de caixa suficientes. Essas informações estão sintetizadas no quadro disposto abaixo:

Confronto: Despesas a Pagar x Disponibilidade Líquida – Poder Executivo do Município de Vale de São Francisco - 2024 – R\$			
Fontes/Destações de Recursos	Despesas a pagar em 31/12/2024 (apenas as contraídas de 01/05 a 31/12) (A)	Disponibilidade Líquida em 31/12/2024 (B)	Despesas contraídas sem disponibilidade financeira, para fins do 42 da LRF. (C)
800 – Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	0,00	-101.064,57	0,00
<b>Total das Fontes de Recursos</b>	<b>0,00</b>	<b>-101.064,57</b>	<b>0,00</b>

Fontes: Quadros 5.2, 5.3 e 13.1 deste Relatório Preliminar, APLIC => Informes Mensais => Despesas => Empenhos => Fontes de Recursos: 800.

**Nota 1:** Os valores da coluna "C", Despesas Contraídas sem Disponibilidade de Caixa, não representam diferenças entre "A" e "B", mas o resultado do confronto de variáveis discriminadas nessas colunas, tendo em vista que as despesas a pagar já estão computadas nos saldos das Disponibilidades de Caixa Líquidas. Portanto, se as linhas de "B" forem positivas, isso significa que as despesas contraídas tiveram lastro financeiro; se negativas evidenciam a indisponibilidade financeira na fonte de recursos em 31/12.

**Nota 2:** Os totais das Despesas no período de 01/05 a 31/12/2024, por fontes de recursos, estão discriminados no Apêndice 'B' deste Relatório Técnico Preliminar.

**Nota 3:** No quadro foram consideradas apenas as fontes/destinações de recursos cujos saldos financeiros em 31/12 foram insuficientes para suportar as despesas contraídas no período de 01/05 a 31/12, vinculadas às respectivas fontes/destinações de recursos, e/ou, aquelas que apresentam saldos negativos (indisponibilidade de caixa).

De acordo com as informações do quadro acima, constata-se que, na fonte/destinação de recursos nº '800 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário), não foram contraídas despesas no período de 01/05 a 31/12/2024 sem o efetivo pagamento (Apêndice 'B').

Contudo, verifica-se que, embora não tenha havido ocorrência de Despesas a Pagar em 31/12/2024 (contraídas de 01/05 a 31/12/2024) para a fonte /destinação de recursos nº 800, constata-se que nela há registrada uma Disponibilidade de Caixa Líquida negativa (Indisponibilidade Financeira) no valor de R\$ 101.064,57.



Nesse contexto, aplicando-se os termos do Parágrafo único do Art. 42 da LRF que dispõe “*na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício*” (é corolário do caput do 42 da LRF), observa-se que o valor de R\$ 101.064,57, por representar o resultado da assunção de obrigações passadas já compromissadas a pagar que impactam na determinação da disponibilidade de caixa em 31/12/2024, também enseja conduta que não respeitou/observou a vedação imposta pelo artigo 42, caput e parágrafo único, da LRF.

Assim, conclui-se que a gestão do Poder Executivo do Município de Vale de São Domingos autorizou a contratação de obrigações, até o último ano de seu mandato, no valor de R\$ 101.064,57, sem a existência da respectiva disponibilidade financeira nas fontes/destinações de recursos 800, descumprindo os ditames do artigo 42, caput, e parágrafo único, da LRF.

### **10. 3. CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO NOS 120 DIAS ANTERIORES AO FINAL DE MANDATO**

A contratação de operação de crédito é vedada nos 120 (cento e vinte) dias anteriores ao final do mandato do Chefe do Poder Executivo, conforme preceitua o art. 15, caput, da Resolução do Senado Federal n.º 43/2001.

São exceções a essa regra:

1. O refinanciamento da Dívida Mobiliária;
2. As operações de crédito autorizadas pelo Senado Federal ou Ministério da Fazenda, até 120 dias antes do final do mandato.

A seguir, apresenta-se conclusão sobre a observância dessa vedação pela gestão do Município no exercício de 2024.

1) Não houve a contratação de operação de crédito nos 120 (cento e vinte) dias anteriores ao final do mandato do Chefe do Poder Executivo do Município (art. 15, caput, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001).



A partir de pesquisas realizadas junto do 'site SADIPEM - Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios' < [https://sadipem.tesouro.gov.br/sadipem/private/pages/manter\\_cdp/cdp\\_list.jsf](https://sadipem.tesouro.gov.br/sadipem/private/pages/manter_cdp/cdp_list.jsf) >, acesso em 20/08/2025, cuja manutenção é de responsabilidade do Tesouro Nacional (STN), não constam formalizações de pleitos de operações de crédito para todo o ano de 2024, portanto, o período vedado pelas disposições da RSF nº 43/2001 foi observado pela gestão municipal.

#### **10. 4. CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA NO ÚLTIMO ANO DE MANDATO**

A contratação de operação de crédito por antecipação de receita (ARO) são aquela em que o setor financeiro antecipa aos entes públicos as receitas tributárias futuras, sendo que, nessas operações, os tributos são oferecidos em garantia.

Quanto às operações de crédito por antecipação de receita orçamentária vedou-se a realização dessas operações no último ano de mandato do Chefe do Executivo, a fim de dificultar ainda mais a possibilidade de que sejam transferidas dívidas para o mandato subsequente (art. 38, IV, b da LRF).

A seguir, apresenta-se conclusão sobre a observância dessa vedação pela gestão do Município no exercício de 2024.

1) Não houve a contratação de antecipação de receita orçamentária no último ano de mandato do municipal (art. 38, IV, "b", da Lei Complementar nº 101/2000; art. 15, § 2º, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001).

#### **10. 5. AUMENTO DE DESPESAS COM PESSOAL REALIZADO NOS 180 DIAS ANTERIORES AO FINAL DE MANDATO**

De acordo com o art. 21, II da LRF é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento de despesa com pessoal nos 180 dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo.



A vedação prevista no artigo 21, IV, a, da LRF incide sobre o ato de aprovação de lei expedido nos 180 dias anteriores ao final do mandato que implique em aumento da remuneração dos agentes públicos, independentemente da data em que o respectivo projeto de lei foi proposto ou colocado em pauta para apreciação legislativa, com base na jurisprudência do TCE-MT -Resolução Consulta n.º 21/2014-TP e Acórdão n.º 1.784/2006.

Não se encontra vedada pelo art. 21, IV, a, da LRF, a edição de atos vinculados e decorrentes de direitos já assegurados constitucionalmente ou legalmente, ou provenientes de situações jurídicas consolidadas antes do período de vedação, independentemente do momento em que tenham sido expedidos.

A seguir, apresenta-se conclusão sobre a observância dessa vedação pela gestão do Município no exercício de 2024.

1) Não foi expedido ato de que resulte em aumento de despesa com pessoal nos 180 dias anteriores ao final do mandato e/ou preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final de mandato. (Art. 21, II e IV, “a”, da Lei Complementar nº 101/2000 e/ou Art. 21, III e IV, “b”, da Lei Complementar nº 101/2000).

Conforme declaração apresentada no Doc. Digital n. 644075/2025 juntado a estes autos, página 90, o atual Gestor Municipal, ao responder o item /questão '4' do ofício circular nº: 01/2025/4ª Secex, informa/atesta que a gestão não expediu ato de que resulte em aumento de despesa com pessoal nos 180 dias anteriores ao final do mandato e/ou preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final de mandato.

## **11. PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Os Chefes dos Poderes Executivos devem prestar contas anuais de governo ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, conforme dispõe os incisos I e II, do artigo 71 da Constituição Federal; os incisos I e II do artigo 47 e artigo 210 da Constituição Estadual; e, os artigos 26 e 34 da Lei Complementar nº 269/2007.





## 11. 1. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GOVERNO AO TCE

A Resolução Normativa n.º 03/2020 - TCE/MT-TP, em seu art. 1º, XI determina que a remessa das Contas Anuais de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo seja feita exclusivamente por meio eletrônico, via internet, conforme informações/documentos detalhados no leiaute do Anexo 1 desse normativo.

Além disso, a Orientação Normativa n.º 04/2016, do Comitê Técnico deste Tribunal de Contas, prescreve que a elaboração dos relatórios de contas de governo dos Poderes Executivos Municipais deve ser realizada por meio do sistema Conex-e, com base nas informações mensalmente encaminhadas por meio do sistema Aplic.

O quadro a seguir apresenta o resumo dos envios de informações e documentos realizados pela gestão do Município de Vale de São Domingos, referentes ao exercício de 2024:

SISTEMA APLIC					
CONSULTA PRESTAÇÃO DE CONTAS					
UG/EXERCÍCIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS					
Informação	Prazo	1º envio	Último envio	Situação	Dias em atraso
Carga Inicial	15/03/2024	16/03/2024 15:01	16/04/2024 21:24	ENVIADO FORA DO PRAZO	1
Peças de Planejamento	30/01/2024	27/01/2024 18:11	27/01/2024 18:11	ENVIADO NO PRAZO	
Janeiro	01/04/2024	01/04/2024 12:21	11/03/2025 18:15	ENVIADO NO PRAZO	
Fevereiro	16/04/2024	19/04/2024 01:06	11/03/2025 18:22	ENVIADO FORA DO PRAZO	3
Março	30/04/2024	14/05/2024 22:54	11/03/2025 18:28	ENVIADO FORA DO PRAZO	14
Abril	03/06/2024	03/06/2024 19:31	11/03/2025 18:35	ENVIADO NO PRAZO	
Maio	01/07/2024	02/07/2024 00:01	11/03/2025 18:42	ENVIADO FORA DO PRAZO	1
Junho	31/07/2024	31/07/2024 20:48	11/03/2025 18:48	ENVIADO NO PRAZO	
Julho	02/09/2024	02/09/2024 17:13	11/03/2025 20:15	ENVIADO NO PRAZO	
Agosto	30/09/2024	05/10/2024 07:47	11/03/2025 20:51	ENVIADO FORA DO PRAZO	5
Setembro	31/10/2024	31/10/2024 19:19	11/03/2025 21:13	ENVIADO NO PRAZO	
Outubro	10/12/2024	13/12/2024 18:15	11/03/2025 21:32	ENVIADO FORA DO PRAZO	3
Novembro	03/02/2025	30/01/2025 12:28	11/03/2025 21:44	ENVIADO NO PRAZO	
Dezembro	10/03/2025	10/03/2025 15:50	25/03/2025 23:42	ENVIADO NO PRAZO	
Encerramento	17/03/2025	17/03/2025 19:16	29/04/2025 16:40	ENVIADO NO PRAZO	
Contas de Governo	16/04/2025	15/04/2025 17:50	29/04/2025 19:48	ENVIADO NO PRAZO	
PPA				NÃO SE APLICA	
LDO	29/01/2024	29/12/2023 17:12	29/12/2023 17:12	ENVIADO NO PRAZO	
LOA	29/01/2024	29/12/2023 16:54	29/12/2023 16:54	ENVIADO NO PRAZO	

Fonte: APLIC>2024>Vale de São Domingos>UG:Prefeitura>Prestação de Contas>Prestação de Contas> Contabilidade





Do quadro, constata-se que a carga especial de informações eletrônicas referentes às Contas Anuais de Governo do exercício de 2024 foram enviadas a este Tribunal de Contas, via Aplic, no dia 15/04/2025, em conformidade com disposições do artigo 209 da Constituição Estadual de Mato Grosso c/c o artigo 3º, X, da Resolução Normativa TCE-MT nº 03/2020-TP.

Ressalta-se que os envios intempestivos das demais cargas mensais e especiais serão objeto de RNI em momento oportuno, cabendo neste processo apenas a apuração quanto a prestação de Contas de Governo.

A partir dessas informações, são possíveis as seguintes conclusões:

- 1) O Chefe do Poder Executivo encaminhou ao TCE/MT a Prestação de Contas Anuais dentro do prazo definido pela Resolução Normativa n.º 16/2021.
- 2) As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo foram colocadas à disposição dos cidadãos na Câmara Municipal e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, conforme o art. 49 da LRF.

Esse achado pode ser evidenciado por meio de Declaração firmada pelo Chefe do Poder Legislativo do Município de Vale de São Domingos e que foi acostada ao Sistema APLIC (APLIC>2024>Vale de São Domingos>UG: Câmara Municipal>Contas de Gestão>Código Tipo: 175).

- 3) O Poder Executivo Não contratou solução tecnológica única para a implantação do SIAFIC no âmbito do município, nos termos do Decreto nº 10.540/2020.

Considerando-se as disposições do Decreto Federal nº 10.540/2020, registra-se que a gestão do Poder Executivo do Município de Vale de São Domingos, até 31/12/2024, deveria ter adotado as providências necessárias para a efetiva contratação de uma ÚNICA solução tecnológica (Software) que viabilizasse a implementação do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC) âmbito do Município, conforme os padrões mínimos de qualidade exigidos. Todavia, conforme exame ao Contrato Administrativo nº 072/2023, constatou-se que o software atualmente contratado e em utilização atende isoladamente aos órgãos do Poder Executivo do Município



(Prefeitura e RPPS), ou seja, o sistema não integra o órgão do Poder Legislativo (Câmara Municipal).

Sobre a implementação do SIAFIC em cada ente federado, assim dispõe o seguinte prejulgado deste Tribunal de Contas:

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6/2022 – TP Ementa: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE. CONSULTA. CONTABILIDADE. DESPESA. IMPLANTAÇÃO DO SIAFIC. DIRETRIZES. 1. Cabe ao Poder Executivo a contratação do SIAFIC no âmbito do respectivo ente federativo, em observância ao Decreto federal n.º 10.540/2020. 2. A contratação do SIAFIC deverá ser realizada por processo licitatório de ampla concorrência, podendo ser utilizado o registro de preços, desde que observados os limites previstos na legislação, não sendo possível sua contratação por meio de inexigibilidade ou dispensa de licitação. 3. O custeio da contratação do SIAFIC poderá ser realizado por meio de rateio entre os entes e órgãos correlatos ou custeado pelo Poder Executivo, devendo esta questão ser definida no plano de ação elaborado com ampla participação. 4. Os valores relacionados ao custeio e manutenção do SIAFIC, quando financiados pelo Poder Executivo, não podem ser descontados do duodécimo destinado aos demais Poderes. 5. A implantação do SIAFIC deve ser concluída até prazo limite de 01.01.2023, sendo necessária a adoção das providências preconizadas no Decreto n.º 10.540/2020 antes desse prazo. **(grifou-se)**

Registra-se que adoção de um único software, mantido e gerenciado pelo Poder Executivo, que faça a integração da execução orçamentária e administração financeira e controle e que atenda a todos os órgãos e entidades de todos os Poderes Municipais é uma exigência ínsita no art. 48, § 1º, inciso III, e § 6º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Dessa forma, considerando-se que o atual software em utilização atende somente ao Poder Executivo, conforme Contrato Administrativo nº 072/2023, e que



isso vai de encontro ao que dispõe o § 1º do artigo 1º do Decreto Federal nº 10.540/2020, sugere-se ao Conselheiro Relator que expeça a seguinte Determinação ao Chefe do Poder Executivo do Município de Vale de São Domingos:

Para atendimento ao que dispõe o artigo 1º, § 1º, do Decreto Federal nº 10.540/2020, adote as providências necessárias para a efetiva contratação de solução tecnológica que viabilize a implementação do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC) no âmbito Municipal, para que, sob manutenção e gerenciamento do Poder Executivo, seja utilizado um único software que faça, em tempo real, a integração da execução orçamentária e administração financeira e controle e que atenda a todos os órgãos e entidades de todos os Poderes Municipais. **Prazo de Implementação: Imediato.**

## 12. RESULTADO DOS PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO

De acordo com a Orientação Normativa n.º 02/2016 TCE/MT, as irregularidades relevantes identificadas nos processos de fiscalização julgados do Poder Executivo municipal devem ser elencadas no relatório das contas de governo com a finalidade de formar o convencimento do relator sobre o parecer prévio e subsidiar o julgamento pela Câmara Municipal.

Assim, segue abaixo quadro contendo o Resultado dos Processos de Fiscalização, incluindo os processos de RNI e RNE:

Processos		Descrição do Processo	Houve Julgamento
Assunto	Número		
Resultado dos Processos de Fiscalização			
REPRESENTACAO (NATUREZA EXTERNA)	1951912/2025	REPRESENTACAO DE NATUREZA EXTERNA, COM PEDIDO DE CAUTELAR, REFERENTE A POSSIVEIS IRREGULARIDADES NO PREGAO ELETRONICO Nº 88 /2024	NÃO

Sistema Control-P

A Informação acima apresentada, obtida junto ao ao Sistema Control-P deste Tribunal de Contas, refere-se a processo de Representação de Natureza Externa (RNE) protocolizada no exercício de 2025. Ou seja, o feito não está compreendido no período da análise do presente processo de Contas Anuais de Governo (2024).



O andamento do processo de RNE pode ser acompanhado por meio do site do TCE-MT < <https://www.tce.mt.gov.br/processo/1951912/2025#/> >.

### 13. CUMPRIMENTO DAS DECISÕES TCE/MT

Entre outras atribuições, o TCE-MT exerce a atividade de monitoramento que consiste em verificar se suas determinações e recomendações decorrentes de decisões anteriores foram observadas pelo gestor municipal.

Nesse sentido, a seguir são descritas as posturas do gestor municipal diante das recomendações relevantes contidas nos Pareceres Prévios dos exercícios de 2022 e 2023:

EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
Processo de Contas de Governo Anteriores					
2023	537144 /2023	31/2024	10/09/2024		
				I) implemente medidas que visem o atendimento de 100% dos requisitos de transparência, em observância aos preceitos constitucionais e legais;	Conforme a análise apresentada no tópico 13.1 deste Relatório Técnico Preliminar, o Município manteve, em 2024, o indicador de 'Nível de Transparência' na faixa de 'Intermediário', a mesma obtida no exercício de 2023.
				II) continue adotado medidas para melhorar o IGFM;	De acordo com as informações apresentadas no tópico 2.3. deste Relatório Técnico Preliminar, observa-se que em 2024 o Município obteve IGFM Geral de 0,74 pontos, superior àqueles obtidos em exercícios anteriores. Assim, em 2024, considerando-se o conjunto de índices que compõem o IGFM, pode-se classificar a gestão do Município de Vale de São Domingos no conceito B: 'Boa Gestão'.
				III) aplique os recursos destinados ao fortalecimento e qualificação do Cadastro Único e cumpra integralmente as recomendações dispostas na Nota Recomendatória CPSA/TCE-MT nº 2/2023;	Recomendação incluída pelo Gabinete do Relator, exigindo o exame de atos de gestão não passíveis de serem verificados em sede de Contas Anuais de Governo.



EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
				IV) defina, nas próximas leis de diretrizes orçamentárias, percentual máximo, e não um percentual mínimo, para a Reserva de Contingência e assim possa servir de subsídio à elaboração da LOA.	Conforme análise apresentada no tópico 3.1.2., item 6, deste Relatório Técnico preliminar, na LDO-2024 a Determinação não foi atendida pela gestão municipal. Contudo, considerando-se que essa Determinação vem deste o Parecer Prévio nº 88, de 17/10/2023, e que a Lei nº 730/2023 (LDO-2024) foi publicada em 06/09/2023, ou seja, antes da emissão do Parecer Prévio TCE-MT nº 88/2023, opina-se que a situação deve ser novamente analisada nas Contas Anuais de Governo para o exercício de 2025, para fins de verificação do cumprimento da Determinação ou de reincidência da irregularidade constatada nas contas de 2022.
2022	89281/2022	88/2023	03/10/2023		
				I) diligencie junto ao Setor de Contabilidade da Administração Municipal, a fim de que haja o efetivo acompanhamento do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, comparando as receitas de capital realizadas com as previstas para o período, adotando, se necessário, em caso de aquelas apresentarem baixa efetividade, as medidas previstas no artigo 9º, §§ 1º, 2º e 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, a fim de assegurar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais da LDO e os custos ou resultados dos programas na gestão orçamentária;	De acordo a análise evidenciada no tópico 8.1. deste Relatório Técnico Preliminar, em 2024 houve o descumprimento da meta de resultado primário estabelecida na LDO/2024, contudo, foram registradas atenuantes à irregularidade.
				II) aplique na manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE, até o final do exercício de 2023, além do limite mínimo anual, o valor de R\$ 226.764,81 (duzentos e vinte e seis mil, setecentos e sessenta e quatro reais e oitenta e um centavos), referente à diferença a menor entre o valor aplicado e o mínimo exigido constitucionalmente no exercício de 2021, conforme Emenda Constitucional nº 119/2022;	Conforme apresentado no subtópico 6.2.1. do Relatório Técnico Preliminar das contas anuais de governo do exercício de 2023 (processo TCE-MT nº 537144/2023) foram cumpridas as disposições inseridas na Emenda Constitucional nº 119/2022.



EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
				III) estude um plano de ação no sentido de, não só, assegurar a cobrança dos tributos de sua competência, como também de viabilizar a máxima efetividade na arrecadação destes, a fim de aumentar as Receitas Próprias do Município;	Esta Determinação não foi atendida no exercício de 2024, haja vista que, conforme a análise apresentada no tópico 4.1.3. deste Relatório Técnico, os principais tributos da competência instituidora e de cobrança do Município apresentaram significadas reduções: IPTU reduziu em 44,63%; o ISSQN foi menor em R\$ 13,55%; e, o ITBI diminuiu em 67,32%. Salientando-se, ainda, que em todos os anos do período de 2020-2024 os valores arrecadados do IPTU foram ínfimos (inferiores a R\$ 738,20), sendo que em 2024 foi Somente de R\$ 335,00. Isso revela a necessidade de identificação e solução de problemas na efetividade da cobrança do IPTU.
				IV) adote medidas efetivas no sentido de que o balanço geral anual e os respectivos demonstrativos contábeis sejam encaminhados a este Tribunal, com dados e informações fidedignas, assegurando que os fatos contábeis estejam devidamente registrados à luz das prescrições normativas aplicáveis, e das Instruções, Manuais e Procedimentos Contábeis da STN;	Conforme as análises apresentadas nos itens do tópico 5 deste Relatório Técnico, foram identificadas várias inconsistências de integridade numérica e de situação qualitativa das informações contábeis apresentadas sobretudo no Balanço Patrimonial do exercício de 2024.
				V) publique as demonstrações contábeis anuais do município no veículo de imprensa oficial e, paralelamente, as divulgue no Portal de Transparência;	As Demonstrações Contábeis Consolidadas levantadas pela gestão do Município de Vale de São Domingos para o exercício de 2024, e respectivas Notas Explicativas, foram publicadas na edição nº 4.723, de 25 /04/2025, no Jornal AMM, havendo, também a respectiva divulgação no Portal Transparência do Município.
				VI) proceda, segundo o princípio da gestão fiscal responsável (§ 1º do art. 1º da LRF), ao controle das receitas e das despesas, mediante exame atento dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal, adotando, em caso de constatação de queda das receitas estimadas ou mesmo de elevação dos gastos, medidas efetivas à luz da prescrição do art. 9º da LRF, a fim de que ao final do exercício financeiro,	Determinação de cunho genérico, contudo, registra-se que, especificamente à suficiência de disponibilidades para inscrição de Restos a Pagar, restou evidenciado que, de forma global, não há disponibilidade de caixa líquida negativa no exercício de 2024 (vide



EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
				haja disponibilidade financeira para custear despesas inscritas em Restos a Pagar nas fontes até 31-12 (art. 50, caput, e art. 55, inciso III, alínea "b", itens 3 e 4, da LRF), com observância ao disposto no parágrafo único do art. 8º da LRF, evitando assim o incremento da composição da dívida flutuante e garantindo a sustentabilidade fiscal do Município;	informações apresentadas no Quadro: 5.2 deste Relatório Técnico Preliminar.) Observando-se que esse quadro não considera outras obrigações de despesas pagar (art. 42 da LRF).
				VII) realize à luz do princípio da gestão fiscal responsável (§ 1º do art. 1º da LRF), avaliação em cada fonte, mês a mês, da ocorrência ou não de recursos disponíveis (superávit ou excesso de arrecadação), para que, em sendo constatada existência de saldo ou estando as receitas estimadas dentro da tendência observada para o exercício financeiro, se possa então promover abertura de créditos adicionais, em cumprimento ao disposto no art. 167, II, da CF, e nos artigos 43 e 59 da Lei 4.320/64;	Conforme análise procedida no subtópico 3.1.3.1., itens 1-4, deste Relatório Técnico Preliminar, não foram constatadas, em 2024, aberturas de créditos adicionais por superávits financeiros ou excessos de arrecadação, sem os necessários créditos disponíveis.
				VIII) observe o Comunicado Aplic 13 /2021, bem como a Portaria Conjunta STN/SOF 20/2021, Portaria STN 710 /2021, de modo realocar/mapear /vincular no Sistema Aplic cada fonte /destinação de recursos utilizada até então a uma nova codificação de fonte /destinação de recursos, de acordo com a especificidade e a natureza de cada recurso para que haja equiparação dos saldos do Sistema àqueles constantes nos controles internos administrativos e contábeis da Prefeitura;	Conforme análises procedidas neste Relatório Técnico Preliminar, não foram detectadas divergências de saldos entre fontes/destinações de recursos, no exercício de 2024.
				IX) defina, nas próximas leis de diretrizes orçamentárias, percentual máximo e não um percentual mínimo,	Conforme análise apresentada no tópico 3.1.2., item 6, deste Relatório Técnico preliminar, na LDO-2024 a Determinação não foi atendida pela gestão municipal. Contudo, considerando-se que essa Determinação vem deste o Parecer Prévio nº 88, de 17/10/2023, e que a Lei nº 730/2023 (LDO-2024) foi publicada em 06/09/2023, ou seja, antes da emissão do Parecer Prévio





EXERCÍCIO	Nº PROCESSO	PARECER	DT PARECER	RECOMENDAÇÃO	SITUAÇÃO VERIFICADA
				para a Reserva de Contingências e assim possa servir de subsídio à elaboração da LOA.	TCE-MT nº 88/2023, opina-se que a situação deve ser novamente analisada nas Contas Anuais de Governo para o exercício de 2025, para fins de verificação do cumprimento da Determinação ou de reincidência da irregularidade constatada nas contas de 2022.

Control-p

### 13. 1. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Considerando a relevância da transparência pública na aferição da responsabilidade legal, social e como indicador da boa e regular governança pública - em especial por garantir o acesso às prestações de contas e demais informações e serviços públicos, em observância aos princípios constitucionais e disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Acesso à Informação - este Tribunal de Contas, juntamente com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), o Tribunal de Contas da União (TCU), com o apoio de outros Tribunais de Contas brasileiros e instituições do sistema, instituíram o Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), com os objetivos de padronizar, orientar, estimular, induzir e fiscalizar a transparência nos Poderes e órgãos públicos em todo o país.

De acordo com a metodologia nacionalmente padronizada, os portais avaliados são classificados a partir dos índices obtidos, que variam de 0 a 100%. Assim, a metodologia definiu níveis de transparência para cada faixa de índices, conforme se demonstra abaixo:

Faixa de Transparência	Nível Mínimo de Transparência	Requisito Adicional
Diamante	Entre 95% e 100%	100% dos critérios essenciais
Ouro	Entre 85% e 94%	100% dos critérios essenciais
Prata	Entre 75% e 84%	100% dos critérios essenciais
Elevado	Entre 75% e 100%	Menos de 100% dos critérios essenciais
Intermediário	Entre 50% e 74%	-
Básico	Entre 30% e 49%	-
Inicial	Entre 1% e 29%	-
Inexistente	0%	-



Fonte: Cartilha PNTP 2024

Assim, apresenta-se abaixo o resultado da avaliação realizada em 2024 acerca da transparência da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos, cujos resultados foram homologados por este Tribunal mediante Acórdão 918/2024 - PV.

EXERCÍCIO	ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA	NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA
2023	0.6435	Intermediário
2024	0.5917	Intermediário

Conforme se observa no quadro anterior, os Índices de Transparência auferidos nos exercícios de 2023 e 2024 revelam níveis intermediários de transparência na Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos, sendo imprescindível e urgente a implementação de medidas para o atingimento de níveis mais elevados e satisfatórios.

Nesse contexto, recomenda-se ao Conselheiro Relator que expeça a seguinte Determinação ao atual Chefe do Poder Executivo do Município de Vale de São Domingos:

Determine à área técnica competente na Prefeitura para que implemente melhorias visando alcançar o atendimento de 100% dos requisitos de Transparência estabelecidos pelo Programa Nacional de Transparência Pública – PNTP, em observância ao processo de avaliação julgado pelo Acórdão TCE-MT nº 918/2024 – PV. **Prazo de Implementação: Imediato.**

As avaliações completas e demais informações atinentes ao ciclo de 2024, assim como toda metodologia e ferramentas do PNTP, estão disponíveis em [www.radardatransparencia.atricon.org.br](http://www.radardatransparencia.atricon.org.br).

### 13. 2. PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES (Decisão Normativa n.º 10/2024)

A Lei n.º 14.164/2021 alterou a Lei 9.394/1996 (LDB Nacional), determinando no §9º, do art. 26, a inclusão de temas transversais, conteúdos sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, e no art. 2º, instituiu a realização da “Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher” a se realizar preferencialmente no mês de março.



Assim, a publicação desse normativo incentiva a comunidade escolar a uma reflexão sobre a prevenção e o combate à violência contra a mulher, bem como permite o debate desse tema desde a infância (Fonte: Agência Senado).

Dada a importância do tema, foram avaliadas as ações adotadas pelo Município quanto ao assunto, podendo-se concluir que:

1) Não forma alocados recursos, na Lei Orçamentária Anual do ano de 2024, para execução de ações específicas vinculadas a políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher.

A situação acima foi confirmada pela gestão municipal, conforme declaração firmada e encaminhada ao Sistema APLIC (APLIC>2024>UG: Prefeitura>Prestação de Contas>Conta de Governo>Código Tipo: 173).

Neste sentido, a fim de fomentar a implementação e execução de políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher, buscando observar o viés protetivo insito na Lei Federal n. 14.164/2021, sugere-se ao Conselheiro Relator que expeça a seguinte Recomendação ao atual Chefe do Poder Executivo do Município de Vale de São Domingos:

Determine à área de planejamento da Prefeitura para que avalie a possibilidade/necessidade de inclusão de programas e/ou ações governamentais voltados à implementação e execução de políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher, em observância ao viés protetivo insito na Lei Federal n. 14.164/2021. **Prazo de Implementação: Próximo projeto de Lei Orçamentária Anual.**

2) Não foram realizadas nenhuma das ações necessárias ao cumprimento da Lei n.º 14.164/2021. OB02.

### **Dispositivo Normativo:**

Lei n.º 14.164/2021.



2.1) *Não houve a implementação e execução das ações previstas nos artigos 1º e 2º da Lei Nacional nº 14.164/2021, que instituiu obrigação de inclusão de conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e a instituição da Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher. - OB02*

Conforme declaração firmada e encaminhada ao Sistema APLIC (APLIC>2024>UG: Prefeitura>Prestação de Contas>Conta de Governo>Código Tipo: 173), o gestor municipal se manifestou negativamente quanto à implementação das ações requeridas pelos termos obrigacionais previstos na Lei Nacional nº 14.164/2021, seja quanto ao incluir a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica municipal, seja pela inclusão e realização da 'semana escolar de combate à violência contra a mulher'.

### 13. 3. ACS E ACE (Decisão Normativa n.º 07/2023)

A Decisão Normativa n.º 7/2023 - PP/TCE-MT homologou as soluções técnico-jurídicas produzidas na Mesa Técnica n.º 4/2023, que teve como objetivo estabelecer consenso sobre questões relacionadas ao vínculo empregatício e à remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e dos Agentes de Combate às Endemias (ACE). Essa decisão visa promover o cumprimento dos dispositivos legais e constitucionais que regulamentam essas categorias, especialmente aqueles introduzidos pelas Emendas Constitucionais n.º 51/2006 e n.º 120/2022.

Dessa forma, foram analisados os seguintes pontos para fins de verificação do cumprimento às Emendas Constitucionais.

1) O salário mensal percebido pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e pelos Agentes de Combate às Endemias (ACE) se encontra no patamar correspondente ao montante de, no mínimo, 02 (dois) salários-mínimos conforme estabelece a Emenda Constitucional n.º 120/2022.

A afirmação acima é evidenciada pela informação encaminhada pela gestão municipal ao Sistema APLIC (APLIC>2024>UG: Prefeitura>Prestação de Contas>Conta de Governo>Código Tipo: 166).



Ademais, observa-se que a fixação do piso salarial exigido pela EC n. 120 /2022 ocorreu por meio da Lei Municipal nº 742, de 09 de fevereiro de 2024.

2) Houve pagamento de adicional de insalubridade aos ACS e ACE, nos seguintes termos: 40% (quarenta por cento) do vencimento ou salário-base para os agentes que executam atividades de grau máximo; 20% (vinte por cento) do vencimento ou salário base para os agentes que executam atividades de grau médio; 10% (dez por cento) do vencimento ou salário-base para os agentes que executam atividades de grau mínimo.

A afirmação acima é evidenciada pela informação encaminhada pela gestão municipal ao Sistema APLIC (APLIC>2024>UG: Prefeitura>Prestação de Contas>Conta de Governo>Código Tipo: 166 e 167).

3) Houve concessão de RGA para a categoria de forma igualitária com as demais carreiras.

Para o exercício de 2024 a concessão de RGA para os servidores públicos do Município de Vale de São Domingos foi aprovada pela Lei Municipal nº 746, de 22/02/2024, essa revisão foi equivalente ao percentual de 4,62%.

Considerando-se que o piso dos ACE e ACS foi equiparado a, no mínimo, 2 (dois) salários mínimos no mês de fevereiro de 2024 (LM nº 742/2024), observa-se que, na prática, o índice de RGA concedido aos agentes foi superior àquele aplicado aos demais servidores públicos, pois a revisão aplicada aos agentes baseia-se na variação do salário mínimo nacional, que é composto por variação inflacionária mais ganho real.

4) Conforme o Relatório de Avaliação Atuarial de 2025, data focal 31/12/2024, encaminhado pela gestão municipal (Doc. Digital n. 647206/2025 juntado a estes autos), é constatado que o Plano de Benefícios utilizado no cálculo atuarial de 2024 do VALE-PREVI não considerou a previsão de aposentadoria especial para os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e os Agentes de Combate às Endemias (ACE).

Neste sentido, considerando-se o teor normativo ínsito na Emenda Constitucional n. 120/2022, sugere-se ao Conselheiro Relator que seja expedida a seguinte Determinação ao atual Chefe do Poder Executivo do Município de Vale de São Domingos:



Determine à gestão do VALE-PREVI para que, no processo de elaboração do Relatório da Avaliação Atuarial de 2026 (data focal 31/12/2025) e exercícios seguintes, seja considerado no cálculo atuarial, no Plano de Benefícios, a concessão de Aposentadorias Especiais para os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e os Agentes de Combate às Endemias (ACE) que se encontrarem na condição de servidores efetivos do Município vinculados ao RPPS, em observância ao teor normativo insito na Emenda Constitucional n. 120/2022. **Prazo de Implementação: Imediato.**

#### 13. 4. OUVIDORIA

A existência de ouvidorias ou unidades responsáveis pelo recebimento de manifestações é uma exigência legal prevista na Lei nº 13.460/2017, que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos da administração pública. No contexto das contas de governo analisadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT), a implementação dessas estruturas tem papel fundamental na promoção da transparência, no fortalecimento do controle social e na melhoria da gestão pública.

Com o objetivo de fomentar a criação e o funcionamento dessas unidades nos municípios, o TCE-MT lançou, em 2021, o projeto "Ouvidoria para Todos", estruturado em quatro fases. A primeira fase consistiu em uma pesquisa de cenário sobre a existência das ouvidorias municipais, acompanhada da atualização cadastral.

Na segunda fase, foi emitida a Nota Técnica n.º 002/2021 ( < <https://www.tce.mt.gov.br/conteudo/download/nota-tecnica-no-02-2021-processo-no-6008572021/103596> >), que dispõe sobre o posicionamento do TCE-MT quanto à adequação das unidades jurisdicionadas à Lei nº 13.460/2017, além da realização de um evento de sensibilização para gestores e servidores. A terceira fase teve foco na capacitação, por meio de um curso voltado à implantação e funcionamento das ouvidorias. Agora, na quarta e última fase, será realizada a fiscalização da efetiva implementação dessas unidades nos municípios.

O presente relatório técnico tem como propósito analisar a existência e o funcionamento das ouvidorias no âmbito municipal, bem como a existência e



atualização de carta de serviços subsidiando a avaliação das contas de governo e contribuindo para o aprimoramento das políticas de transparência e participação cidadã.

Assim, abaixo apresenta-se as seguintes conclusões sobre o tema 'Ouvidoria' no âmbito do Município de Vale de São Domingos:

1) Foi constatada a existência de ato formal de criação da Ouvidoria no âmbito da Prefeitura de Vale de São Domingos.

A afirmação acima pode ser evidenciada pela constatação da edição das Leis Municipais nºs. 362 e 363/2013, encaminhadas ao Sistema APLIC (APLIC>2024>UG: Prefeitura>Prestação de Contas>Conta de Governo>Código Tipo: 161-163).

2) Foi constatada a existência de ato administrativo que designa oficialmente o responsável pela Ouvidoria.

A afirmação acima pode ser evidenciada pela constatação da edição da Portaria nº 054/2025, encaminhada ao Sistema APLIC (APLIC>2024>UG: Prefeitura>Prestação de Contas>Conta de Governo>Código Tipo: 162).

3) Foi constatada a existência de regulamentação específica que estabelece as regras, competências e funcionamento da Ouvidoria.

A afirmação acima pode ser evidenciada pela constatação da edição das Leis Municipais nº 362 e 363/2014, encaminhadas ao Sistema APLIC (APLIC>2024>UG: Prefeitura>Prestação de Contas>Conta de Governo>Código Tipo: 161 e 163).

4) Foi constatado que a Prefeitura disponibiliza Carta de Serviços ao Usuário atualizada com informações claras sobre os serviços prestados, requisitos, prazos e formas de acesso e com os canais disponíveis para contato com a Ouvidoria e para registro de manifestações.

O endereço eletrônico de divulgação da Carta de Serviços foi apresentado ao Sistema APLIC (APLIC>2024>UG: Prefeitura>Prestação de Contas>Conta de Governo>Código Tipo: 164).





A Carta está divulgada no Portal Transparência do Município < <https://valedesaodomingos.mt.gov.br/ouvidoria/uploads/carta/9W0hGotKjKxCbt3.pdf> >, acesso em 19/08/2025. Acessando-se ao documento, constata-se que o teor atende razoavelmente as informações prescritas/requeridas no artigo 7º da Lei Nacional n. 13.460/2017.

## 14. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS DE GOVERNO

Neste tópico é realizada a compilação das sugestões de determinações /recomendações a serem emitidas pelo Conselheiro Relator e dirigidas ao Chefe do Poder Executivo Municipal, visando a implementação de medidas saneadoras com objetivo de melhorar a gestão pública municipal e, evitar a ocorrência de falhas ou a reincidência daquelas detectadas. Também, é apresentada a conclusão do presente Relatório Técnico Preliminar, por meio da consolidação e do detalhamento de todas as irregularidades/achados apontados no decorrer do Relatório.

### 14. 1. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Independentemente da apreciação quanto à procedência, ou não, das irregularidades descritas no tópico 14.2. seguinte, abaixo apresenta-se sugestões para expedições de Recomendações/Determinações ao atual Chefe do Poder Executivo do Município de Vale de São Domingos.

1 - Determine à área competente na Prefeitura para que, conjuntamente com a publicação do texto legal das LDO anuais no veículo de imprensa oficial, seja indicado /referenciado o endereço eletrônico do Portal de Transparência em que os quadros anexos obrigatórios dessas leis possam ser consultados/obtidos pela sociedade em geral. **Prazo de Implementação: até a publicação da LDO para o exercício de 2026.**

2 - Faça determinação à área de Planejamento da Prefeitura para que, nos anexos de projeções das Metas Fiscais constantes das propostas anuais de LDO, sejam apresentadas, detalhadas e explicadas as respectivas memórias e metodologias dos



cálculos que justificam os resultados fiscais pretendidos, conforme instruções previstas no Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, editado anualmente pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN. **Prazo de Implementação: Próximas elaborações de PLDO.**

3 - Determine à área competente na Prefeitura para que, conjuntamente com a publicação do texto legal da LOA anual no veículo de imprensa oficial, seja indicado /referenciado o endereço eletrônico do Portal de Transparência em que os quadros anexos obrigatórios dessas leis possam ser consultados/obtidos pela sociedade em geral. **Prazo de Implementação: até a publicação da LOA para o exercício de 2026.**

4 - Determine às áreas de Planejamento, Tesouraria e de Contadoria da Prefeitura para que observem/utilizem - para previsão e registros das receitas orçamentárias arrecadadas, sobretudo das Transferências Intergovernamentais - as Naturezas de Receitas próprias instituídas/aprovadas por meio da "Especificação de Receitas" constante dos leiautes anuais aprovados para o Sistema APLIC, considerando-se cada identificação/desdobramento de receita por origem específica. **Prazo de Implementação: Imediato.**

5 - Determine à Contadoria Municipal para que, na elaboração/publicação dos quadros anexos de Restos a Pagar do Balanço Orçamentário anual, especificamente quanto às informações das colunas de INSCRITOS, seja observado a forma e o conteúdo informacional prescrito nos termos da IPC – 07. **Prazo de implementação: até a publicação do Balanço Orçamentário da competência do exercício de 2025.**

6 - Faça expedir determinação à Contadoria Municipal para que, na elaboração /publicação de Balanços Orçamentários dos exercícios futuros, sejam integradas notas explicativas ou quadros auxiliares detalhando também: as receitas e despesas intraorçamentárias (Operações INTRA); e, os créditos adicionais abertos no exercício, especificando por tipos de créditos (suplementar, especial ou extraordinário), por fontes de financiamento (superávit financeiro, excessos de arrecadação ou anulações), e por fontes/destinações de recursos. **Prazo de implementação: até a publicação do Balanço Orçamentário do exercício de 2025 e seguintes.**

7 - Determine à Contadoria do Município que, para fins de correta consolidação das contas municipais, promova, quando necessário, ajustes contábeis manuais



devidamente fundamentados objetivando evitar a apresentação/publicação de Demonstrações Contábeis com saldos finais/totais desequilibrados, independentemente de haver necessidade de expedição de Nota Explicativa. **Prazo de Implementação: Na apresentação/publicação do Balanço Orçamentário do exercício de 2025, e seguintes.**

8 - Determine à Contadoria do Município para que, na apresentação/publicação anual do Balanço Financeiro, apresente notas explicativas ou quadros auxiliares detalhando as receitas e as despesas orçamentárias por fontes/destinações de recursos, segregadas em destinações não vinculadas (livres) e vinculadas, bem como o detalhamento das deduções das receitas, conforme requer o MCASP 11a edição e a IPC 06. **Prazo de Implementação: Na apresentação/publicação do Balanço Orçamentário do exercício de 2025, e seguintes.**

9 - Determine às áreas competentes na Prefeitura para que, ao fazerem a elaboração /publicação anual do Balanço Patrimonial Consolidado do município, assegurem-se de que todos os Anexos/Quadros Auxiliares exigidos pela IPC-04 também sejam elaborados/publicados na forma/valores consolidados. **Prazo de Implementação: Na elaboração/publicação do Balanço Patrimonial do exercício de 2025, e seguintes.**

10 - Determine à Contadoria Municipal para que, na elaboração/publicação das Notas Explicativas integrantes das Demonstrações Contábeis de cada ano, sejam observadas, a título de modelo e no que couber, as Notas Explicativas emitidas pela Contadoria do ente federado Estado de Mato Grosso nas Demonstrações levantadas para o exercício de 2024, conforme publicação no D.O.E., edição nº 28.940, de 27 de fevereiro de 2025, páginas 34-105. **Prazo de Implementação: Até a elaboração /publicação das Demonstrações Contábeis da competência do exercício de 2025.**

11 - Determine à Contadoria Municipal para que, as notas explicativas das Demonstrações Consolidadas do exercício de 2025, sejam integradas por informações acerca do estágio de cumprimento do Plano de Implementação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP, em observância a Portaria STN 548/2015 e visando subsidiar análises futuras nas Contas de Governo. **Prazo de implementação: até a publicação das demonstrações contábeis do exercício de 2025 e seguintes.**



12 - Determine às áreas administrativas competentes na Prefeitura Municipal para que realizem, até o final do exercício de 2025, a aplicação dos saldos remanescentes dos recursos do FUNDEB não-aplicados nos exercícios de 2023 e 2024 que totalizam R\$ 32.863,70. **Prazo de implementação: até 31/12/2025.**

13 - Determine à gestão do Fundo Municipal de Previdência Social de Vale de São Domingos (VALE-PREVI) para que providencie a adesão ao 'Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social - Pró- Gestão RPPS', objetivando a obtenção da certificação institucional oferecida pelo programa, em observância às diretrizes estabelecidas pela Portaria MPS n.º 185/2015 e da Nota Recomendatória COPSPAS n.º 008/2024. **Prazo de Implementação: Imediato.**

14 - Determine ao atual gestor do VALE-PREVI para que, na apresentação das suas Contas Anuais de Gestão ao Tribunal de Contas, certifique-se de que todos os documentos exigidos pelo leiaute do Sistema APLIC constem da prestação de contas, especialmente quanto ao Parecer Conclusivo da Unidade de Controle Interno - UCI do RPPS, o qual deve conter, inclusive, as manifestações requeridas pela Resolução Normativa TCE-MT n. 12/2020. **Prazo de Implementação: Na prestação das contas anuais de gestão do exercício de 2025.**

15 - Determine às áreas administrativas competentes para que adotem providências concretas a fim de melhorar o Índice de Cobertura das Reservas Matemáticas, de modo a fortalecer os ativos garantidores do plano de benefícios, compatibilizar o crescimento da provisão matemática e a política de custeio vigente e realizar o acompanhamento periódico do índice. **Prazo de Implementação: Imediato.**

16 - Adote providências necessárias e imediata visando a aprovação de Lei Municipal implementando a alíquota de custo suplementar do ente definida no Relatório de Avaliação Atuarial de 2025 (data focal: 31/12/2024). **Prazo de implementação: Imediato.**

17 - Determine à área competente na Prefeitura para que planeje adequadamente as metas de resultados primário e nominal, considerando todos os componentes e



variáveis pertinentes a previsão das despesas primárias, inclusive quanto à possível utilização de superávit financeiro do exercício anterior para pagar despesas primárias no exercício de referência da LDO. **Prazo de Implementação: Imediato.**

18 - Determine às áreas competentes na Prefeitura para que estabeleçam rotinas administrativas necessárias para a efetiva e tempestiva prestação de informações ao DATASUS, a fim de sejam informados dados atualizados e de forma contínua sobre os Indicadores de Saúde avaliados no tópico 9.3 deste Relatório Técnico das Contas Anuais de Governo do exercício de 2024. **Prazo de Implementação: Imediato.**

19 - Para atendimento ao que dispõe o artigo 1º, § 1º, do Decreto Federal nº 10.540 /2020, adote as providências necessárias para a efetiva contratação de solução tecnológica que viabilize a implementação do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC) no âmbito Municipal, para que, sob manutenção e gerenciamento do Poder Executivo, seja utilizado um único software que faça, em tempo real, a integração da execução orçamentária e administração financeira e controle e que atenda a todos os órgãos e entidades de todos os Poderes Municipais. **Prazo de Implementação: Imediato.**

20 - Determine à área técnica competente na Prefeitura para que implemente melhorias visando alcançar o atendimento de 100% dos requisitos de Transparência estabelecidos pelo Programa Nacional de Transparência Pública – PNTP, em observância ao processo de avaliação julgado pelo Acórdão TCE-MT nº 918/2024 – PV. **Prazo de Implementação: Imediato.**

21 - Determine à área de planejamento da Prefeitura para que avalie a possibilidade /necessidade de inclusão de programas e/ou ações governamentais voltados à implementação e execução de políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher, em observância ao viés protetivo insito na Lei Federal n. 14.164/2021. **Prazo de Implementação: Próximo projeto de Lei Orçamentária Anual.**

22 - Determine à gestão do VALE-PREVI para que, no processo de elaboração do Relatório da Avaliação Atuarial de 2026 (data focal 31/12/2025) e exercícios seguintes, seja considerado no cálculo atuarial, no Plano de Benefícios, a concessão de Aposentadorias Especiais para os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e os



Agentes de Combate às Endemias (ACE) que se encontrarem na condição de servidores efetivos do Município vinculados ao RPPS, em observância ao teor normativo ínsito na Emenda Constitucional n. 120/2022. **Prazo de Implementação: Imediato.**

## 14. 2. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DESTE RELATÓRIO TÉCNICO

No entendimento desta equipe, o Senhor **GERALDO MARTINS DA SILVA**, Prefeito do Município de **VALE DE SÃO DOMINGOS** - exercício **2024** deve ser citado para prestar esclarecimentos sobre as irregularidades abaixo elencadas, das quais decorrem achados, constantes deste relatório sobre as contas anuais de governo.

**Importante:** o gestor acima identificado veio aos autos (Doc. Digital n. 630071/2025) requerendo "*que todos os relatórios (preliminar e de análise da defesa), Parecer do Ministério Público de Contas e demais documentos relativos as contas anuais do exercício de 2024 sejam encaminhados ao advogado constituído nesse momento, através do e-mail: agnaldoadvoficial@gmailcom – contato-fone/watssap (65) 99987-5123*". Observa-se que o gestor apresentou instrumento de mandato ao Sr. Advogado ANTONIO AGNALDO DA SILVA, o qual foi habilitado a funcionar nos presentes autos pelo Conselheiro Relator (Doc. Digital n. 630579/2025).

Registra-se, ainda, que o Senhor Leandro Azevedo da Cunha, atual Prefeito do Município de Vale de São Domingos, também deve ser citado para fins de conhecimento do teor e para adoção das providências sugeridas neste Relatório Técnico Preliminar.

**GERALDO MARTINS DA SILVA** - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01 /2017 a 31/12/2024

**1) CB04 CONTABILIDADE\_GRAVE\_04.** Ausência de registros contábeis de atos e/ou fatos relevantes que implicam a inconsistência das demonstrações contábeis (arts. 83 a 106 da Lei nº 4.320/1964; e Lei nº 6.404/1976).

1.1) *Não houve a implementação tempestiva do Procedimento Contábil Patrimonial (PCP) referente ao 'Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações*





*por competência decorrentes de benefícios a empregados', especificamente quanto às férias devidas a servidores públicos. - Tópico - 5. 2. 5. APROPRIAÇÃO DE 13º SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA) E FÉRIAS*

*1.2) Não houve a implementação tempestiva do Procedimento Contábil Patrimonial (PCP) relativo ao 'reconhecimento, mensuração e evidenciação' do ajuste para perdas das dívidas ativas tributárias. - Tópico - 5. 2. 3. AJUSTE PARA PERDAS DAS DÍVIDAS ATIVAS*

*1.3) Não houve a implementação tempestiva do Procedimento Contábil Patrimonial (PCP) de 'Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques', razão pela qual, em 2024, a conta contábil 'Estoques' não apresentou saldo financeiro, isso tornou o Balanço Patrimonial do exercício inconsistente. - Tópico - 5. 2. 2. ESTOQUES DE BENS E MATERIAIS*

*1.4) Não houve reconhecimento contábil (provisões) de obrigações passivas patrimoniais decorrentes de Sentenças Judiciais e/ou Precatórios a Pagar, no valor de R\$ 230.631,12, acarretando a inconsistência e subavaliação do Passivo Total demonstrado no Balanço Patrimonial Consolidado de 2024, bem como distorcendo o Resultado Patrimonial do exercício. - Tópico - 5. 2. 1. PROVISÕES DE OBRIGAÇÕES - PRECATÓRIOS*

*1.5) O valor contabilizado para o Plano de Amortização do Déficit Atuarial no RPPS (VALE-PREVI), um direito no montante de R\$ 1.159.312,02, não está refletido em contrapartida de valor igual na contabilidade da Prefeitura Municipal (Ente), acarretando a inconsistência e subavaliação do Passivo Total demonstrado no Balanço Patrimonial Consolidado de 2024, bem como distorcendo o Resultado Patrimonial do exercício. - Tópico - 5. 2. 4. CONTABILIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES ATUARIAIS DO RPPS*

**2) CB05 CONTABILIDADE\_GRAVE\_05.** Registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando a inconsistência das demonstrações contábeis (arts. 83 a 106 da Lei nº 4.320/1964; arts. 176, caput, e 177 da Lei nº 6.404/1976; itens 3.3 a 3.6 da NBC TSP Estrutura Conceitual; itens 27 a 58 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis).





2.1) *Ocorrência de divergência numérica relevante entre os valores das provisões matemáticas previdenciárias registrados no Balanço Patrimonial de 2024 e os valores apurados no Relatório de Avaliação Atuarial de 2025, com data focal em 31/12/2024, no montante de R\$ 3.204.035,70.* - Tópico - 5. 2. 4. CONTABILIZAÇÃO DAS AVALIAÇÕES ATUARIAIS DO RPPS

**3) DA01 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA\_GRAVISSIMA\_01.** Disponibilidade de caixa insuficiente para o pagamento de obrigação de despesa contraída nos dois últimos quadrimestres do mandato (art. 42, caput e parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000).

3.1) *Houve a contração de obrigações de despesas no ano de 2024 não pagas e sem a existência de suficiente Disponibilidade de Caixa (Suficiência Financeira) para adimpli-las no exercício seguinte, na fonte/destinação de recursos 800, no valor total de R\$ 101.064,57.* - Tópico - 10. 2. OBRIGAÇÃO DE DESPESAS CONTRAÍDA NOS ÚLTIMOS QUADRIMESTRES DO ANO DE FINAL DE MANDATO

**4) FB99 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO\_GRAVE\_99.** Irregularidade referente a "Planejamento/Orçamento" não contemplada em classificação específica).

4.1) *Proposição e sanção de leis municipais que requeriam autorizações legislativas para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais com especificações genéricas e importâncias ilimitadas, em desconformidade com as disposições inseridas nos artigos 7º, I, 42 e 43 da Lei 4.320/64.* - Tópico - 3. 1. 3. 1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

**5) LC99 RPPS\_MODERADA\_99.** Irregularidade referente a Regime Próprio de Previdência Social - RPPS não contemplada em classificação específica).

5.1) *O Poder Executivo não tomou providências para edição de lei municipal visando a elevação da alíquota de custeio suplementar do Ente, contrariando o cálculo demonstrado no Relatório de Avaliação Atuarial de 2024 (data focal: 31/12/2023).* - Tópico - 7. 2. 5. 1. DA COMPATIBILIDADE DO PLANO DE CUSTEIO COM A AVALIAÇÃO ATUARIAL



**6) MC05 PRESTAÇÃO DE CONTAS\_MODERADA\_05.** Divergência entre as informações enviadas por meio físico e/ou eletrônico e as constatadas pela equipe técnica (art. 152, § 3º, do Anexo Único da Resolução Normativa do TCE-MT nº 16 /2021).

*6.1) Divergências entre as informações sobre a abertura de créditos adicionais encaminhadas no Sistema APLIC e os respectivos atos legislativos/normativos embaixadores editados.* - Tópico - 3. 1. 3. 1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

**7) NB05 TRANSPARÊNCIA\_GRAVE\_05.** Ausência de transparência nas contas públicas, inclusive quanto à realização das audiências públicas (arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49 da Lei Complementar nº 101/2000).

*7.1) Houve a abertura de créditos orçamentários adicionais sem as tempestivas publicações e divulgações dos respectivos decretos na imprensa oficial e no Portal Transparência do Município.* - Tópico - 3. 1. 3. 1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

**8) OB02 POLÍTICAS PÚBLICAS\_GRAVE\_02.** Ineficiência no planejamento, na execução, governança e/ou avaliação de programas ou ações do poder público para desenvolvimento, implementação e melhoria das políticas públicas na área de educação (arts. 6º, 37, caput, e 208 da Constituição Federal).

*8.1) Não houve a implementação e execução das ações previstas nos artigos 1º e 2º da Lei Nacional nº 14.164/2021, que instituiu obrigação de inclusão de conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e a instituição da Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher.* - Tópico - 13. 2. PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES (Decisão Normativa n.º 10/2024)

### 14. 3. APÊNDICES



Os Apêndices mencionados no decorrer do texto deste Relatório Técnico podem ser acessados via ferramenta de leitura de PDF pela opção Anexos (Símbolo

“clip” na margem esquerda do Relatório.



Em Cuiabá-MT, 1 de setembro de 2025

---

**EDICARLOS LIMA SILVA**

AUDITOR PÚBLICO EXTERNO

RESPONSÁVEL DA EQUIPE TÉCNICA



## ANEXOS

### REL. PRELIMINAR CONTAS ANUAIS GOVERNO MUNICIPAL MUNICÍPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS - 2024

#### Anexo: 1 - ORÇAMENTO

#### Quadro: 1.1 - Créditos Adicionais - por Fonte de Financiamento (Agrupados por Destinação de Recursos)

FONTE	DESCRIÇÃO DA DESTINAÇÃO DE RECURSO	VALOR (R\$)
FONTE DE FINANCIAMENTO: ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 3.761.956,95
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 709.514,63
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 9.999,00
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 7.674,48
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 41.265,25
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 86.926,51
604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	R\$ 3.998,00
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 7.519,76
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 120.702,12
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 5.314,81
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 2.052,42
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 149.996,00
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 494.316,63
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 30.000,00
		<b>R\$ 5.431.236,56</b>
FONTE DE FINANCIAMENTO: EXCESSO DE ARRECADAÇÃO		
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 3.498.099,58
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 1.012.107,05
543	Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAR	R\$ 11.439,51
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 83.870,59
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 770,88
	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de	



FONTE	DESCRIÇÃO DA DESTINAÇÃO DE RECURSO	VALOR (R\$)
553	Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 8.269,09
599	Outros Recursos Vinculados à Educação	R\$ 55.405,70
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 481.827,26
604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	R\$ 11.445,78
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 332.881,23
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 5.352.859,75
706	Transferência Especial da União	R\$ 9.068,39
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 1.940,46
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 106.058,14
		<b>R\$ 10.966.043,41</b>
FONTE DE FINANCIAMENTO: OPERAÇÕES DE CRÉDITOS		
FONTE DE FINANCIAMENTO: SUPERÁVIT FINANCEIRO		
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 24.040,44
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 6.174,81
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 111.408,23
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 1.427.267,54
599	Outros Recursos Vinculados à Educação	R\$ 93.329,91
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 26.544,37
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 12.638,36
604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	R\$ 11.376,00
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 648,99
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 360.014,76
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 31.280,80
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 490.501,59
706	Transferência Especial da União	R\$ 401.607,38
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 3.613,51
754	Recursos de Operações de Crédito	R\$ 740.703,80
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 49.837,60
		<b>R\$ 3.790.988,09</b>
FONTE DE FINANCIAMENTO: RESERVA DE CONTINGÊNCIA		



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

FONTE	DESCRIÇÃO DA DESTINAÇÃO DE RECURSO	VALOR (R\$)
FONTE DE FINANCIAMENTO: RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES		
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 20.188.268,06</b>

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > por Fonte/Financiamento > Dados Consolidados do Ente



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

**Quadro: 1.2 - Créditos Adicionais do Período por Unidade Orçamentária**

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO/ TRANSFERÊNCIAS/ REMANEJAMENTOS	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
Orçamentários								
ASSESSORIA JURIDICA	R\$ 180.000,00	R\$ 10.807,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 15.844,11	R\$ 174.963,09	-2,79%
CAMARA MUNICIPAL	R\$ 1.440.000,00	R\$ 153.048,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 162.820,41	R\$ 1.430.227,79	-0,67%
DEPARTAMENTO DE AGROPECUARIA	R\$ 490.000,00	R\$ 237.725,15	R\$ 45.994,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 86.477,10	R\$ 687.242,12	40,25%
DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO	R\$ 1.206.750,00	R\$ 4.443.596,13	R\$ 32.285,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 118.217,00	R\$ 5.564.414,88	361,10%
DEPARTAMENTO DE COMPRAS ALMOXARIFADO E PATRIMONIO	R\$ 70.000,00	R\$ 31.975,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 11.213,33	R\$ 90.761,92	29,66%
DEPARTAMENTO DE EDUCACAO E CULTURA	R\$ 3.133.714,70	R\$ 877.409,47	R\$ 1.843.883,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 737.288,86	R\$ 5.117.718,78	63,31%
DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER	R\$ 115.647,30	R\$ 29.902,36	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.999,00	R\$ 140.550,66	21,53%
DEPARTAMENTO DE OBRAS TRANSPORTE E SERV PUBLICOS	R\$ 4.147.250,00	R\$ 2.573.216,59	R\$ 2.373.126,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 901.048,80	R\$ 8.192.544,02	97,54%
DEPARTAMENTO DE TRANSITO	R\$ 65.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 54.995,00	R\$ 10.005,00	-84,60%





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO/ TRANSFERÊNCIAS/ REMANEJAMENTOS	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
DEPTO ADM GERAL REC. HUM. MAT. E PATRIMONIO	R\$ 85.000,00	R\$ 21.817,21	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 13.253,17	R\$ 93.564,04	10,07%
DEPTO DE COMPRAS	R\$ 120.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 29.026,48	R\$ 90.973,52	-24,18%
DEPTO EDUCACAO INFANTIL	R\$ 80.000,00	R\$ 40.091,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 17.515,68	R\$ 102.576,17	28,22%
DEPTO RECEITA TRIB. CONTABILIDADE E CONTROLE INTER	R\$ 90.000,00	R\$ 2.585,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 29.315,10	R\$ 63.270,83	-29,69%
FUNDO DE MANUT. E DESENVOLVIMENTO DA EDUC BASICA	R\$ 2.906.000,00	R\$ 1.543.644,81	R\$ 11.439,51	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 707.781,68	R\$ 3.753.302,64	29,15%
FUNDO MANUT DESENV EDUCACAO BASICA - FUNDEB	R\$ 110.000,00	R\$ 19.465,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 14.777,61	R\$ 114.687,46	4,26%
FUNDO MUN DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	R\$ 195.000,00	R\$ 36.071,36	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 18.033,73	R\$ 213.037,63	9,25%
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	R\$ 140.000,00	R\$ 16.553,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.999,00	R\$ 151.554,16	8,25%
FUNDO MUNICIPAL								



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: quartasecex@tce.mt.gov.br

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO/ TRANSFERÊNCIAS/ REMANEJAMENTOS	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
DE ASSISTENCIA SOCIAL	R\$ 1.519.500,00	R\$ 150.357,70	R\$ 31.280,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 186.757,43	R\$ 1.514.381,07	-0,33%
GABINETE DO PREFEITO	R\$ 1.210.000,00	R\$ 249.334,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 219.565,11	R\$ 1.239.769,79	2,46%
GABINETE DO SECRETARIO	R\$ 490.000,00	R\$ 51.202,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 42.167,96	R\$ 499.034,66	1,84%
GABINETE DO SECRETARIO	R\$ 600.000,00	R\$ 37.303,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 290.033,27	R\$ 347.270,39	-42,12%
GABINETE DO SECRETARIO	R\$ 121.000,00	R\$ 6.850,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.999,00	R\$ 122.851,46	1,53%
GABINETE DO SECRETARIO	R\$ 80.000,00	R\$ 2.412,72	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 21.465,27	R\$ 60.947,45	-23,81%
MANUTENCAO E ENCARGOS COM A ILUMINACAO PUBLICA	R\$ 370.000,00	R\$ 162.522,43	R\$ 206.340,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 738.862,93	99,69%
SEC. GERAL DE ADM. FINANÇAS E ORÇAMENTO	R\$ 1.965.000,00	R\$ 686.490,05	R\$ 715.499,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 183.983,08	R\$ 3.183.006,42	61,98%
SEC. MUNICIPAL DE EDUCACAO	R\$ 1.429.830,00	R\$ 713.034,02	R\$ 25.204,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 544.120,09	R\$ 1.623.948,28	13,57%
SECRETARIA AGRIC DES E MEIO AMBIENTE	R\$ 5.946.064,00	R\$ 1.967.770,16	R\$ 479.487,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 847.665,62	R\$ 7.545.656,36	26,90%
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	R\$ 67.000,00	R\$ 17.490,86	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 14.998,00	R\$ 69.492,86	3,72%



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPosição/ TRANSFERÊNCIAS/ REMANEJAMENTOS	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
VALE-PREVI - FUNDO MUN. DE PREV. SOC. DOS SER. PUB	R\$ 1.765.364,00	R\$ 30.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 30.000,00	R\$ 1.765.364,00	0,00%
	<b>R\$ 30.138.120,00</b>	<b>R\$ 14.112.679,32</b>	<b>R\$ 5.764.541,95</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 5.313.360,89</b>	<b>R\$ 44.701.980,38</b>	
Intraorçamentários								
ASSESSORIA JURIDICA	R\$ 12.000,00	R\$ 6.390,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 18.390,04	53,25%
CAMARA MUNICIPAL	R\$ 60.000,00	R\$ 13.400,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.627,79	R\$ 69.772,21	16,28%
DEPARTAMENTO DE AGROPECUARIA	R\$ 10.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 520,51	R\$ 9.479,49	-5,20%
DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO	R\$ 16.000,00	R\$ 5.426,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 21.426,18	33,91%
DEPARTAMENTO DE COMPRAS ALMOXARIFADO E PATRIMONIO	R\$ 4.000,00	R\$ 4.709,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.709,45	117,73%
DEPARTAMENTO DE EDUCACAO E CULTURA	R\$ 30.000,00	R\$ 6.727,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 36.727,00	22,42%
DEPARTAMENTO DE OBRAS TRANSPORTE E SERV PUBLICOS	R\$ 78.000,00	R\$ 5.671,51	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.313,14	R\$ 77.358,37	-0,82%
DEPTO DE COMPRAS	R\$ 3.000,00	R\$ 2.730,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.730,25	91,00%
DEPTO EDUCACAO								



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPosição/ TRANSFERÊNCIAS/ REMANEJAMENTOS	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
INFANTIL	R\$ 1.000,00	R\$ 11.566,53	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 12.566,53	1.156,65%
FUNDO DE MANUT. E DESENVOLVIMENTO DA EDUC BASICA	R\$ 234.000,00	R\$ 177.976,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.732,95	R\$ 410.243,92	75,31%
FUNDO MANUT DESENV EDUCACAO BASICA - FUNDEB	R\$ 10.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.728,09	R\$ 5.271,91	-47,28%
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	R\$ 3.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.999,00	R\$ 1,00	-99,96%
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	R\$ 55.000,00	R\$ 2.873,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.999,00	R\$ 55.874,38	1,59%
GABINETE DO PREFEITO	R\$ 20.000,00	R\$ 6.972,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 26.972,75	34,86%
GABINETE DO SECRETARIO	R\$ 1.000,00	R\$ 999,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.998,00	R\$ 1,00	-99,90%
GABINETE DO SECRETARIO	R\$ 5.000,00	R\$ 695,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.695,80	13,91%
GABINETE DO SECRETARIO	R\$ 4.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.000,00	0,00%
SEC. GERAL DE ADM. FINANÇAS E ORÇAMENTO	R\$ 13.000,00	R\$ 14.188,74	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 27.188,74	109,14%
SEC. MUNICIPAL DE								



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO INICIAL (OI)	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO/ TRANSFERÊNCIAS/ REMANEJAMENTOS	REDUÇÃO	ORÇAMENTO FINAL (OF)	Variação % OF/OI
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO				
EDUCACAO	R\$ 6.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.059,56	R\$ 940,44	-84,32%
SECRETARIA AGRIC DES E MEIO AMBIENTE	R\$ 372.500,00	R\$ 50.719,29	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 88.897,63	R\$ 334.321,66	-10,24%
	<b>R\$ 937.500,00</b>	<b>R\$ 311.046,79</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 117.875,67</b>	<b>R\$ 1.130.671,12</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 31.075.620,00</b>	<b>R\$ 14.423.726,11</b>	<b>R\$ 5.764.541,95</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 5.431.236,56</b>	<b>R\$ 45.832.651,50</b>	<b>47,48%</b>

APLIC > Peças de Planejamento>Créditos Adicionais > Por Unidade Orçamentária>Dados Consolidados do Ente



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

**Quadro: 1.3 - Superávit Financeiro Exercício anterior X Créditos Adicionais  
Financiados por Superávit**

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E))	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
Superávit/Déficit Financeiro X Créditos Adicionais por Superávit							
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 8.514,11	R\$ 1.084,79	R\$ 9.598,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
502	Recursos não vinculados da compensação de impostos	-R\$ 40.000,00	R\$ 0,00	-R\$ 40.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 44.693,64	R\$ 0,00	R\$ 44.693,64	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
543	Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAR	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 24.506,67	R\$ 0,00	R\$ 24.506,67	R\$ 24.040,44	R\$ 0,00	R\$ 24.040,44
	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de						



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E)	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
552	Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 443,94	R\$ 0,00	R\$ 443,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 6.296,38	R\$ 0,00	R\$ 6.296,38	R\$ 6.174,81	R\$ 0,00	R\$ 6.174,81
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 111.238,97	R\$ 0,00	R\$ 111.238,97	R\$ 111.408,23	R\$ 169,26	R\$ 111.408,23
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 1.518.787,32	R\$ 0,00	R\$ 1.518.787,32	R\$ 1.427.267,54	R\$ 0,00	R\$ 1.427.267,54
599	Outros Recursos Vinculados à Educação	R\$ 93.336,61	R\$ 0,00	R\$ 93.336,61	R\$ 93.329,91	R\$ 0,00	R\$ 93.329,91
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 233.117,27	R\$ 0,00	R\$ 233.117,27	R\$ 26.544,37	R\$ 0,00	R\$ 26.337,17
	Transferências Fundo a						





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E)	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
601	Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 190.844,21	R\$ 0,00	R\$ 190.844,21	R\$ 12.638,36	R\$ 0,00	R\$ 12.638,36
604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	R\$ 11.376,35	R\$ 0,00	R\$ 11.376,35	R\$ 11.376,00	R\$ 0,00	R\$ 11.376,00
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 9.355,84	R\$ 0,00	R\$ 9.355,84	R\$ 648,99	R\$ 0,00	R\$ 648,99
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 383.855,73	R\$ 0,00	R\$ 383.855,73	R\$ 360.014,76	R\$ 0,00	R\$ 360.014,76



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E)	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 46.892,40	R\$ 0,00	R\$ 46.892,40	R\$ 31.280,80	R\$ 0,00	R\$ 31.280,80
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 807,59	R\$ 0,00	R\$ 807,59	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 1.120.389,68	R\$ 0,00	R\$ 1.120.389,68	R\$ 490.501,59	R\$ 0,00	R\$ 490.501,59
704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 0,00	R\$ 11.228,30	R\$ 11.228,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
706	Transferência Especial da União	R\$ 401.619,48	R\$ 0,00	R\$ 401.619,48	R\$ 401.607,38	R\$ 0,00	R\$ 401.598,38



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E)	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
711	Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 327,65	R\$ 0,00	R\$ 327,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195 /2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 34.321,81	R\$ 0,00	R\$ 34.321,81	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
716	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195 /2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	R\$ 13.903,30	R\$ 0,00	R\$ 13.903,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
719	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399 /2022	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 3.613,51	R\$ 0,00	R\$ 3.613,51	R\$ 3.613,51	R\$ 0,00	R\$ 3.613,51
	Recursos da						



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO - EXERCÍCIO ANTERIOR (c)	Cancelamento de Restos a Pagar Não Processados (R\$) (d)	Superávit/Déficit Financeiro Ajustado (R\$) (e) = c + d	Créditos Adicionais por Superávit Financeiro (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g) Se (E<=0; F); Se(E>=F; 0; F-E)	Empenhado com Recursos do Superávit Financeiro (R\$) (h)
751	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 85,25	R\$ 0,00	R\$ 85,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
754	Recursos de Operações de Crédito	R\$ 740.703,80	R\$ 0,00	R\$ 740.703,80	R\$ 740.703,80	R\$ 0,00	R\$ 740.703,80
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 49.843,09	R\$ 0,00	R\$ 49.843,09	R\$ 49.837,60	R\$ 0,00	R\$ 49.837,60
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 12.520.768,60	R\$ 0,00	R\$ 12.520.768,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
869	Outros recursos extraorçamentários	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		<b>R\$ 17.529.643,20</b>	<b>R\$ 12.313,09</b>	<b>R\$ 17.541.956,29</b>	<b>R\$ 3.790.988,09</b>	<b>R\$ 169,26</b>	<b>R\$ 3.790.771,89</b>

APLIC>Peças de Planejamento>Créditos Adicionais > Financiados por Superávit Financeiro > Dados Consolidados do Ente.



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

**Quadro: 1.4 - Excesso de Arrecadação X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação/Operação de Crédito**

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA (c)	RECEITA ARRECADADA (R\$) (d)	EXCESSO/DÉFICIT ARRECADADO (R\$) (e) =d-c	CRÉDITOS ADICIONAIS EXCESSO DE ARRECADADO (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g)=Se (e<0; f; Se (e>=f; 0; f-e))
Excesso de Arrecadação X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação						
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 20.878.297,30	R\$ 25.930.755,46	R\$ 5.052.458,16	R\$ 3.498.099,58	R\$ 0,00
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 3.140.000,00	R\$ 4.152.113,05	R\$ 1.012.113,05	R\$ 1.012.107,05	R\$ 0,00
543	Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAR	R\$ 0,00	R\$ 41.428,91	R\$ 41.428,91	R\$ 11.439,51	R\$ 0,00
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 140.500,00	R\$ 228.632,41	R\$ 88.132,41	R\$ 83.870,59	R\$ 0,00
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 58.122,00	R\$ 60.336,51	R\$ 2.214,51	R\$ 770,88	R\$ 0,00
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 37.819,20	R\$ 46.384,46	R\$ 8.565,26	R\$ 8.269,09	R\$ 0,00
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 150.000,00	R\$ 119.965,53	-R\$ 30.034,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 200.100,00	R\$ 80.281,46	-R\$ 119.818,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00
599	Outros Recursos Vinculados à Educação	R\$ 393.353,50	R\$ 448.764,10	R\$ 55.410,60	R\$ 55.405,70	R\$ 0,00
	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do					



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA (c)	RECEITA ARRECADADA (R\$) (d)	EXCESSO/DÉFICIT ARRECADADO (R\$) (e) =d-c	CRÉDITOS ADICIONAIS EXCESSO DE ARRECADADO (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g)=Se (e<0; f; Se (e>=f; 0; f-e))
600	Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 825.300,00	R\$ 1.989.480,37	R\$ 1.164.180,37	R\$ 481.827,26	R\$ 0,00
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 31.900,00	R\$ 24.302,13	-R\$ 7.597,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00
602	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	R\$ 3.100,00	R\$ 0,00	-R\$ 3.100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	R\$ 411.840,00	R\$ 434.264,00	R\$ 22.424,00	R\$ 11.445,78	R\$ 0,00
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 105.000,00	R\$ 93.040,69	-R\$ 11.959,31	R\$ 0,00	R\$ 0,00
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 246.224,00	R\$ 932.376,12	R\$ 686.152,12	R\$ 332.881,23	R\$ 0,00
631	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 70.100,00	R\$ 0,00	-R\$ 70.100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Transferências do Estado referentes a					



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA (c)	RECEITA ARRECADADA (R\$) (d)	EXCESSO/DÉFICIT ARRECADADO (R\$) (e) =d-c	CRÉDITOS ADICIONAIS EXCESSO DE ARRECADADO (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g)=Se (e<0; f; Se (e)>=f; 0; f-e))
632	Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	R\$ 40.100,00	R\$ 0,00	-R\$ 40.100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 164.400,00	R\$ 160.136,66	-R\$ 4.263,34	R\$ 0,00	R\$ 0,00
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 40.000,00	R\$ 43.553,06	R\$ 3.553,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00
665	Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	R\$ 30.100,00	R\$ 0,00	-R\$ 30.100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 427.000,00	R\$ 152.477,94	-R\$ 274.522,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 250.000,00	R\$ 6.633.498,00	R\$ 6.383.498,00	R\$ 5.352.859,75	R\$ 0,00
706	Transferência Especial da União	R\$ 0,00	R\$ 14.519,43	R\$ 14.519,43	R\$ 9.068,39	R\$ 0,00
715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 0,00	R\$ 2.748,54	R\$ 2.748,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00
716	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	R\$ 0,00	R\$ 1.113,40	R\$ 1.113,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00
719	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399 /2022	R\$ 0,00	R\$ 39.145,54	R\$ 39.145,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 40.000,00	R\$ 21.797,40	-R\$ 18.202,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Recursos da Contribuição para o Custeio					





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

FONTE (a)	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSO (b)	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA (c)	RECEITA ARRECADADA (R\$) (d)	EXCESSO/DÉFICIT ARRECADADO (R\$) (e) =d-c	CRÉDITOS ADICIONAIS EXCESSO DE ARRECADADO (R\$) (f)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (g)=Se (e<0; f; Se (e>=f; 0; f-e))
751	do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 265.000,00	R\$ 270.222,20	R\$ 5.222,20	R\$ 1.940,46	R\$ 0,00
754	Recursos de Operações de Crédito	R\$ 10.000,00	R\$ 0,00	-R\$ 10.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 1.352.000,00	R\$ 1.460.664,07	R\$ 108.664,07	R\$ 106.058,14	R\$ 0,00
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 1.590.364,00	R\$ 2.402.155,08	R\$ 811.791,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00
802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 175.000,00	R\$ 221.438,41	R\$ 46.438,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		<b>R\$ 31.075.620</b>	<b>R\$ 46.005.594,93</b>	<b>R\$ 14.929.974,93</b>	<b>R\$ 10.966.043,41</b>	<b>R\$ 0,00</b>

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Financiados por Excesso de Arrecadação > Dados Consolidados do Ente.



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: quartasecex@tce.mt.gov.br

**Quadro: 1.5 - Resultado da Execução Orçamentária X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação**

Fonte	Descrição da Fonte de Recurso	Excesso/Déficit de Arrecadação (R\$) (a)	Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação (R\$) (b)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (c) = Se (a<0; b; Se (a>=b; 0; b-a))	Receita Arrecadada (R\$) (d)	Despesa Empenhada com Recursos Arrecadados no Exercício (R\$) (e)	Superávit (Déficit) de Execução Orçamentária no Exercício (R\$) (f) = d - e	Créditos Adicionais abertos, sem Recursos Disponíveis, que impactaram negativamente no Resultado Orçamentário
Execução Orçamentária X Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação								
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 5.052.458,16	R\$ 3.498.099,58	R\$ 0,00	R\$ 25.930.755,46	R\$ 24.303.729,66	R\$ 1.627.025,80	R\$ 0,00
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 1.012.113,05	R\$ 1.012.107,05	R\$ 0,00	R\$ 4.152.113,05	R\$ 4.152.093,05	R\$ 20,00	R\$ 0,00
543	Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAR	R\$ 41.428,91	R\$ 11.439,51	R\$ 0,00	R\$ 41.428,91	R\$ 11.439,51	R\$ 29.989,40	R\$ 0,00
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 88.132,41	R\$ 83.870,59	R\$ 0,00	R\$ 228.632,41	R\$ 224.368,59	R\$ 4.263,82	R\$ 0,00
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 2.214,51	R\$ 770,88	R\$ 0,00	R\$ 60.336,51	R\$ 58.889,88	R\$ 1.446,63	R\$ 0,00
	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte							



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição da Fonte de Recurso	Excesso/Déficit de Arrecadação (R\$) (a)	Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação (R\$) (b)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (c) = Se (a<0; b; Se (a>=b; 0; b-a))	Receita Arrecadada (R\$) (d)	Despesa Empenhada com Recursos Arrecadados no Exercício (R\$) (e)	Superávit (Déficit) de Execução Orçamentária no Exercício (R\$) (f) = d - e	Créditos Adicionais abertos, sem Recursos Disponíveis, que impactaram negativamente no Resultado Orçamentário
553	Escolar (PNATE)	R\$ 8.565,26	R\$ 8.269,09	R\$ 0,00	R\$ 46.384,46	R\$ 46.087,29	R\$ 297,17	R\$ 0,00
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	-R\$ 30.034,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 119.965,53	R\$ 51.264,25	R\$ 68.701,28	R\$ 0,00
571	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	-R\$ 119.818,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 80.281,46	R\$ 0,00	R\$ 80.281,46	R\$ 0,00
599	Outros Recursos Vinculados à Educação	R\$ 55.410,60	R\$ 55.405,70	R\$ 0,00	R\$ 448.764,10	R\$ 448.738,21	R\$ 25,89	R\$ 0,00
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 1.164.180,37	R\$ 481.827,26	R\$ 0,00	R\$ 1.989.480,37	R\$ 1.307.115,26	R\$ 682.365,11	R\$ 0,00
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	-R\$ 7.597,87	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 24.302,13	R\$ 0,00	R\$ 24.302,13	R\$ 0,00
	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS							



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição da Fonte de Recurso	Excesso/Déficit de Arrecadação (R\$) (a)	Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação (R\$) (b)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (c) = Se (a<0; b; Se (a>=b; 0; b-a))	Receita Arrecadada (R\$) (d)	Despesa Empenhada com Recursos Arrecadados no Exercício (R\$) (e)	Superávit (Déficit) de Execução Orçamentária no Exercício (R\$) (f) = d - e	Créditos Adicionais abertos, sem Recursos Disponíveis, que impactaram negativamente no Resultado Orçamentário
602	provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	-R\$ 3.100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	R\$ 22.424,00	R\$ 11.445,78	R\$ 0,00	R\$ 434.264,00	R\$ 423.281,78	R\$ 10.982,22	R\$ 0,00
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	-R\$ 11.959,31	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 93.040,69	R\$ 90.142,36	R\$ 2.898,33	R\$ 0,00
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 686.152,12	R\$ 332.881,23	R\$ 0,00	R\$ 932.376,12	R\$ 578.660,23	R\$ 353.715,89	R\$ 0,00
	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios							



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição da Fonte de Recurso	Excesso/Déficit de Arrecadação (R\$) (a)	Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação (R\$) (b)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (c) = Se (a<0; b; Se (a>=b; 0; b-a))	Receita Arrecadada (R\$) (d)	Despesa Empenhada com Recursos Arrecadados no Exercício (R\$) (e)	Superávit (Déficit) de Execução Orçamentária no Exercício (R\$) (f) = d - e	Créditos Adicionais abertos, sem Recursos Disponíveis, que impactaram negativamente no Resultado Orçamentário
631	e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	-R\$ 70.100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
632	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	-R\$ 40.100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	-R\$ 4.263,34	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 160.136,66	R\$ 134.968,77	R\$ 25.167,89	R\$ 0,00
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 3.553,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 43.553,06	R\$ 37.355,16	R\$ 6.197,90	R\$ 0,00
665	Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	-R\$ 30.100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	-R\$ 274.522,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 152.477,94	R\$ 0,00	R\$ 152.477,94	R\$ 0,00
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 6.383.498,00	R\$ 5.352.859,75	R\$ 0,00	R\$ 6.633.498,00	R\$ 5.581.500,84	R\$ 1.051.997,16	R\$ 0,00
706	Transferência Especial da União	R\$ 14.519,43	R\$ 9.068,39	R\$ 0,00	R\$ 14.519,43	R\$ 9.068,39	R\$ 5.451,04	R\$ 0,00



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição da Fonte de Recurso	Excesso/Déficit de Arrecadação (R\$) (a)	Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação (R\$) (b)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (c) = Se (a<0; b; Se (a>=b; 0; b-a))	Receita Arrecadada (R\$) (d)	Despesa Empenhada com Recursos Arrecadados no Exercício (R\$) (e)	Superávit (Déficit) de Execução Orçamentária no Exercício (R\$) (f) = d - e	Créditos Adicionais abertos, sem Recursos Disponíveis, que impactaram negativamente no Resultado Orçamentário
715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 2.748,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.748,54	R\$ 0,00	R\$ 2.748,54	R\$ 0,00
716	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	R\$ 1.113,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.113,40	R\$ 0,00	R\$ 1.113,40	R\$ 0,00
719	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	R\$ 39.145,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 39.145,54	R\$ 0,00	R\$ 39.145,54	R\$ 0,00
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	-R\$ 18.202,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 21.797,40	R\$ 17.836,46	R\$ 3.960,94	R\$ 0,00
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 5.222,20	R\$ 1.940,46	R\$ 0,00	R\$ 270.222,20	R\$ 266.939,46	R\$ 3.282,74	R\$ 0,00
754	Recursos de Operações de Crédito	-R\$ 10.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 108.664,07	R\$ 106.058,14	R\$ 0,00	R\$ 1.460.664,07	R\$ 1.457.842,05	R\$ 2.822,02	R\$ 0,00
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 811.791,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.402.155,08	R\$ 787.238,53	R\$ 1.614.916,55	R\$ 0,00



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição da Fonte de Recurso	Excesso/Déficit de Arrecadação (R\$) (a)	Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação (R\$) (b)	Créditos Adicionais abertos sem Recursos Disponíveis (R\$) (c) =Se (a<0; b; Se (a>=b; 0; b-a))	Receita Arrecadada (R\$) (d)	Despesa Empenhada com Recursos Arrecadados no Exercício (R\$) (e)	Superávit (Déficit) de Execução Orçamentária no Exercício (R\$) (f) = d - e	Créditos Adicionais abertos, sem Recursos Disponíveis, que impactaram negativamente no Resultado Orçamentário
802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 46.438,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 221.438,41	R\$ 131.019,40	R\$ 90.419,01	R\$ 0,00
		<b>R\$ 14.929.974,93</b>	<b>R\$ 10.966.043,41</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 46.005.594,93</b>	<b>R\$ 40.119.579,13</b>	<b>R\$ 5.886.015,80</b>	<b>R\$ 0,00</b>

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Execução Orçamentaria vs Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação > Dados Consolidados do Ente.





### Quadro: 1.6 - Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias

TIPO UG	LEI	DECRETO	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
Alterações de Fontes de Recursos das dotações orçamentárias					
				R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Alterações de Fontes de Recursos/Destações de Recursos > Dados Consolidados do Ente.



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

**Quadro: 1.7 - Alterações Orçamentárias - Leis Autorizativas/Fontes de Financiamento**

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
Alterações Orçamentárias											
00736 /2023	00012/2024	R\$ 99.453,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 99.453,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00736 /2023	00025/2024	R\$ 204.516,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 204.516,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00736 /2023	00036/2024	R\$ 158.496,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 158.496,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00736 /2023	00043/2024	R\$ 171.278,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 171.278,82	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00736 /2023	00046/2024	R\$ 382.806,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 382.806,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00736 /2023	00056/2024	R\$ 323.912,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 323.912,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00736 /2023	00081/2024	R\$ 30.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 30.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00738 /2024	00011/2024	R\$ 307.907,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 307.907,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00738 /2024	00013/2024	R\$ 1.341.913,56	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.341.913,56	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00738						R\$					



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
/2024	00020/2024	R\$ 264.873,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	264.873,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00738 /2024	00021/2024	R\$ 0,00	R\$ 300,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 300,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00738 /2024	00027/2024	R\$ 693.417,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 693.417,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00738 /2024	00028/2024	R\$ 1.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00738 /2024	00038/2024	R\$ 485.561,99	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 485.561,99	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00738 /2024	00039/2024	R\$ 0,00	R\$ 11.775,51	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 11.775,51	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00738 /2024	00041/2024	R\$ 0,00	R\$ 78.305,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 78.305,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00738 /2024	00042/2024	R\$ 197.634,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 197.634,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00738 /2024	00044/2024	R\$ 170.484,12	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 170.484,12	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00738 /2024	00045/2024	R\$ 0,00	R\$ 509.068,39	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 509.068,39	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00738 /2024	00048/2024	R\$ 839.300,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 839.300,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00738 /2024	00049/2024	R\$ 141.314,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 141.314,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00738 /2024	00050/2024	R\$ 0,00	R\$ 700.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 700.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPosição	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
00738 /2024	00051/2024	R\$ 0,00	R\$ 27.308,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 27.308,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00738 /2024	00058/2024	R\$ 819.576,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 819.576,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00738 /2024	00059/2024	R\$ 273.034,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 273.034,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00738 /2024	00060/2024	R\$ 0,00	R\$ 30.502,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 30.502,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00738 /2024	00068/2024	R\$ 569.230,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 569.230,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00738 /2024	00070/2024	R\$ 0,00	R\$ 15.962,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 15.962,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00738 /2024	00071/2024	R\$ 314.050,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 314.050,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00738 /2024	00074/2024	R\$ 2.290.443,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.290.443,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00738 /2024	00075/2024	R\$ 292.307,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 292.307,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00738 /2024	00077/2024	R\$ 0,00	R\$ 264.377,15	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 264.377,15	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00738 /2024	00088/2024	R\$ 997.672,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 997.672,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00738 /2024	00089/2024	R\$ 250.479,91	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 250.479,91	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00738			R\$								



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
/2024	00090/2024	R\$ 0,00	333.185,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 333.185,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00738 /2024	00091/2024	R\$ 1.076.302,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.076.302,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00738 /2024	00094/2024	R\$ 14.643,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 14.643,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00738 /2024	00095/2024	R\$ 0,00	R\$ 23.987,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 23.987,38	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00738 /2024	00096/2024	R\$ 0,00	R\$ 1.757,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.757,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00738 /2024	00099/2024	R\$ 535.281,48	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 535.281,48	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00739 /2024	00010/2024	R\$ 0,00	R\$ 160.935,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 160.935,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00739 /2024	00015/2024	R\$ 0,00	R\$ 17.101,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 17.101,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00739 /2024	00018/2024	R\$ 154.855,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 154.855,61	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00739 /2024	00019/2024	R\$ 0,00	R\$ 353.471,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 353.471,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00739 /2024	00026/2024	R\$ 0,00	R\$ 582.975,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 582.975,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00739 /2024	00037/2024	R\$ 0,00	R\$ 484.959,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 484.959,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00739 /2024	00040/2024	R\$ 0,00	R\$ 164.611,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 164.611,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

LEI	DECRETO	CRÉDITOS ADICIONAIS			TRANSPOSIÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO					
		SUPLEMENTAR	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIO		ANULAÇÃO	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RECURSOS SEM DESPESAS CORRESPONDENTES
00739/2024	00047/2024	R\$ 0,00	R\$ 913.467,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 913.467,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00739/2024	00057/2024	R\$ 0,00	R\$ 61.739,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 61.739,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00739/2024	00069/2024	R\$ 0,00	R\$ 315.763,89	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 315.763,89	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00739/2024	00076/2024	R\$ 0,00	R\$ 394.958,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 394.958,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00739/2024	00087/2024	R\$ 0,00	R\$ 25.770,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 25.770,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00739/2024	00092/2024	R\$ 0,00	R\$ 292.257,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 292.257,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00
00739/2024	00093/2024	R\$ 22.977,48	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 22.977,48	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 14.423.726,11	R\$ 5.764.541,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.431.236,56	R\$ 10.966.043,41	R\$ 0,00	R\$ 3.790.988,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		R\$ 14.423.726,11	R\$ 5.764.541,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.431.236,56	R\$ 10.966.043,41	R\$ 0,00	R\$ 3.790.988,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC > Peças de Planejamento > Créditos Adicionais > Alterações orçamentárias/leis autorizativas/fontes de financiamento > Dados Consolidados do Ente.



## Anexo: 2 - RECEITA

### Quadro: 2.1 - Resultado da arrecadação orçamentária - Origem de recursos da receita

ORIGEM	PREVISÃO ATUALIZADA R\$	VALOR ARRECADADO R\$	% DA ARRECAÇÃO S/ PREVISÃO
<b>I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intra)</b>	<b>R\$ 38.782.827,91</b>	<b>R\$ 43.170.409,93</b>	<b>111,31%</b>
Receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	R\$ 2.125.350,00	R\$ 1.633.343,34	76,85%
Receita de Contribuições	R\$ 1.120.740,46	R\$ 1.296.790,84	115,70%
Receita Patrimonial	R\$ 384.856,76	R\$ 945.706,14	245,72%
Receita Agropecuária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita de Serviços	R\$ 72.500,00	R\$ 39.488,50	54,46%
Transferências Correntes	R\$ 34.896.008,99	R\$ 38.804.776,37	111,20%
Outras Receitas Correntes	R\$ 183.371,70	R\$ 450.304,74	245,56%
<b>II - RECEITAS DE CAPITAL (Exceto Intra)</b>	<b>R\$ 6.496.471,50</b>	<b>R\$ 6.766.113,91</b>	<b>104,15%</b>
Operações de Crédito	R\$ 10.000,00	R\$ 0,00	0,00%
Alienação de Bens	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Amortização de Empréstimos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Transferências de Capital	R\$ 6.486.471,50	R\$ 6.766.113,91	104,31%
Outras Receitas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
<b>III - RECEITA BRUTA (Exceto Intra)</b>	<b>R\$ 45.279.299,41</b>	<b>R\$ 49.936.523,84</b>	<b>110,28%</b>
<b>IV - DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>-R\$ 4.088.000,00</b>	<b>-R\$ 5.221.225,84</b>	<b>127,72%</b>
Deduções para o FUNDEB	-R\$ 4.088.000,00	-R\$ 5.221.225,84	127,72%
Renúncias de Receita	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Outras Deduções	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
<b>IV - RECEITA LÍQUIDA (exceto Intraorçamentária)</b>	<b>R\$ 41.191.299,41</b>	<b>R\$ 44.715.298,00</b>	<b>108,55%</b>
<b>V - Receita Corrente Intraorçamentária</b>	<b>R\$ 850.364,00</b>	<b>R\$ 1.290.296,93</b>	<b>151,73%</b>
<b>VI - Receita de Capital Intraorçamentária</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>0,00%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 42.041.663,41</b>	<b>R\$ 46.005.594,93</b>	<b>109,42%</b>

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente.



## Quadro: 2.2 - Resultado da arrecadação orçamentária - Origem de Receitas (Valores Líquidos)

ORIGEM	PREVISÃO ATUALIZADA R\$	VALOR ARRECADADO R\$	% DA ARRECADADAÇÃO S/ PREVISÃO
<b>I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intra)</b>	<b>R\$ 34.694.827,91</b>	<b>R\$ 37.949.184,09</b>	<b>109,38%</b>
Receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	R\$ 2.125.350,00	R\$ 1.633.343,34	76,85%
Receita de Contribuições	R\$ 1.120.740,46	R\$ 1.296.790,84	115,70%
Receita Patrimonial	R\$ 384.856,76	R\$ 945.706,14	245,72%
Receita Agropecuária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita Industrial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Receita de Serviços	R\$ 72.500,00	R\$ 39.488,50	54,46%
Transferências Correntes	R\$ 30.808.008,99	R\$ 33.583.550,53	109,00%
Outras Receitas Correntes	R\$ 183.371,70	R\$ 450.304,74	245,56%
<b>II - RECEITAS DE CAPITAL (Exceto Intra)</b>	<b>R\$ 6.496.471,50</b>	<b>R\$ 6.766.113,91</b>	<b>104,15%</b>
Operações de Crédito	R\$ 10.000,00	R\$ 0,00	0,00%
Alienação de Bens	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Amortização de Empréstimos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Transferências de Capital	R\$ 6.486.471,50	R\$ 6.766.113,91	104,31%
Outras Receitas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
<b>III - RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA</b>	<b>R\$ 850.364,00</b>	<b>R\$ 1.290.296,93</b>	<b>151,73%</b>
<b>IV - SUBTOTAL DA RECEITA</b>	<b>R\$ 42.041.663,41</b>	<b>R\$ 46.005.594,93</b>	<b>109,42%</b>
<b>V - OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>0,00%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 42.041.663,41</b>	<b>R\$ 46.005.594,93</b>	<b>109,42%</b>

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente.

## Quadro: 2.3 - Receita Corrente Líquida (RCL)

Receitas	Total R\$
Total de Receitas Correntes (I)	R\$ 43.170.409,93
(-) Deduções da Receita Corrente (Exceto deduções para o FUNDEB) (II)	R\$ 0,00
<b>(=) Subtotal (III) = (I - II)</b>	<b>R\$ 43.170.409,93</b>
(-) Receita Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência (IV)	R\$ 1.031.843,90
(-) Receita Compensação Financeira entre regimes previdenciários (V)	R\$ 0,00
(-) Deduções da Receita para formação do FUNDEB (VI)	R\$ 5.221.225,84
<b>(=) RCL antes da dedução da Receita de Aplicação Financeira do RPPS - Res. Consulta TCE/MT nº 19/2017 (VII) = (III-IV-V-VI)</b>	<b>R\$ 36.917.340,19</b>
(-) Receita de Aplicação Financeira do RPPS - Res. Consulta TCE/MT nº 19/2017 (VIII)	R\$ 298.467,82
<b>(=) Receita Corrente Líquida (IX) = (VII - VIII)</b>	<b>R\$ 36.618.872,37</b>
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da	





Receitas	Total R\$
CF) (X)	R\$ 0,00
<b>(=) Receita Corrente Líquida Ajustada para o Cálculo dos Limites de Endividamento (XI) = (IX-X)</b>	<b>R\$ 36.618.872,37</b>
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (XII)	R\$ 0,00
<b>(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (XIII)</b>	<b>R\$ 434.264,00</b>
<b>(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (XIX)</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>(=) Receita Corrente Líquida Ajustada para o Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal (XV) = (XI-XII-XIII-XIV)</b>	<b>R\$ 36.184.608,37</b>

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF Limites/Documentações > Receita Corrente Líquida Anual (preliminar)

#### Quadro: 2.4 - Deduções da Receita Corrente (Exceto deduções para FUNDEB)

DESCRIÇÃO	Total R\$
Receitas de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$ 0,00
Receita de Contribuição	R\$ 0,00
Receita Patrimonial	R\$ 0,00
Receita Agropecuária	R\$ 0,00
Receita Industrial	R\$ 0,00
Receita de Serviços	R\$ 0,00
Transferências Correntes	R\$ 0,00
Outras receitas correntes	R\$ 0,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 0,00</b>

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF Limites/Documentações > Receita Corrente Líquida Anual (preliminar)

#### Quadro: 2.5 - Receita Tributária Própria (Valores Líquidos)

Receita Tributária Própria	Previsão Atualizada R\$	Valor Arrecadado R\$	% Total da Receita Arrecadada
I - Impostos	R\$ 2.083.350,00	R\$ 1.574.045,01	96,37%
IPTU	R\$ 15.000,00	R\$ 335,00	0,02%
IRRF	R\$ 1.060.000,00	R\$ 862.132,52	52,78%
ISSQN	R\$ 642.850,00	R\$ 545.829,40	33,41%
ITBI	R\$ 365.500,00	R\$ 165.748,09	10,14%
II - Taxas (Principal)	R\$ 15.000,00	R\$ 8.056,13	0,49%
III - Contribuição de Melhoria (Principal)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
IV - Multas e Juros de Mora (Principal)	R\$ 4.200,00	R\$ 106,22	0,00%
V - Dívida Ativa	R\$ 14.100,00	R\$ 28.625,00	1,75%



Receita Tributária Própria	Previsão Atualizada R\$	Valor Arrecadado R\$	% Total da Receita Arrecadada
VI -Multas e Juros de Mora (Div. Ativa)	R\$ 7.600,00	R\$ 22.510,98	1,37%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 2.124.250,00</b>	<b>R\$ 1.633.343,34</b>	

APLIC > Informes Mensais > Receitas > Receita Tributária Própria (a partir de 2018).



## Anexo: 3 - DESPESA

### Quadro: 3.1 - Despesa por Categoria Econômica

ORIGEM	DOTAÇÃO ATUALIZADA R\$	VALOR EXECUTADO R\$	% DA EXECUÇÃO S/ PREVISÃO
<b>I - DESPESAS CORRENTES</b>	<b>R\$ 31.334.939,45</b>	<b>R\$ 31.101.888,60</b>	<b>99,25%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 14.263.008,80	R\$ 14.186.161,64	99,46%
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	R\$ 17.071.930,65	R\$ 16.915.726,96	99,08%
<b>II - DESPESA DE CAPITAL</b>	<b>R\$ 12.605.675,93</b>	<b>R\$ 11.690.849,67</b>	<b>92,74%</b>
Investimentos	R\$ 12.028.306,66	R\$ 11.113.481,40	92,39%
Inversões Financeiras	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
Amortização da Dívida	R\$ 577.369,27	R\$ 577.368,27	100,00%
<b>III - RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>R\$ 761.365,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>0,00%</b>
<b>IV - TOTAL DESPESA ORÇAMENTÁRIA (Exceto Intra)</b>	<b>R\$ 44.701.980,38</b>	<b>R\$ 42.792.738,27</b>	<b>95,72%</b>
<b>V - DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>R\$ 1.130.671,12</b>	<b>R\$ 1.117.612,75</b>	<b>98,84%</b>
VI - Despesa Corrente Intraorçamentária	R\$ 1.130.671,12	R\$ 1.117.612,75	98,84%
VII - Despesa de Capital Intraorçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
<b>IX - TOTAL DESPESA</b>	<b>R\$ 45.832.651,50</b>	<b>R\$ 43.910.351,02</b>	<b>95,80%</b>

APLIC> Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Dados Consolidados do Ente> Mês: Dezembro



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

**Quadro: 3.2 - Despesa por Função de Governo**

FUNÇÃO	DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	PAGO (R\$)
Despesa Orçamentária por Função						
01	Legislativa	R\$ 1.440.000,00	R\$ 1.430.227,79	R\$ 1.430.222,19	R\$ 1.430.222,19	R\$ 1.430.222,19
04	Administração	R\$ 4.909.830,00	R\$ 6.838.465,97	R\$ 6.816.083,21	R\$ 6.750.340,69	R\$ 6.726.201,63
08	Assistência Social	R\$ 1.714.500,00	R\$ 1.727.418,70	R\$ 1.665.229,63	R\$ 1.661.729,63	R\$ 1.650.467,01
09	Previdência Municipal	R\$ 974.000,00	R\$ 1.004.000,00	R\$ 918.257,93	R\$ 918.053,43	R\$ 917.676,91
10	Saúde	R\$ 5.946.064,00	R\$ 7.545.656,36	R\$ 7.384.889,52	R\$ 7.333.099,80	R\$ 7.264.359,79
12	Educação	R\$ 6.521.072,20	R\$ 9.370.055,08	R\$ 9.070.729,88	R\$ 8.809.721,25	R\$ 8.704.115,33
13	Cultura	R\$ 68.642,50	R\$ 3,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
15	Urbanismo	R\$ 3.123.000,00	R\$ 5.369.613,08	R\$ 5.240.555,01	R\$ 5.238.673,23	R\$ 5.208.321,72
17	Saneamento	R\$ 1.206.750,00	R\$ 5.564.414,88	R\$ 5.231.838,79	R\$ 5.231.838,79	R\$ 5.227.370,73
18	Gestão Ambiental	R\$ 67.000,00	R\$ 69.492,86	R\$ 69.489,86	R\$ 69.489,86	R\$ 68.824,98
20	Agricultura	R\$ 630.000,00	R\$ 838.796,28	R\$ 806.979,25	R\$ 806.279,25	R\$ 803.637,78
25	Energia	R\$ 370.000,00	R\$ 738.862,93	R\$ 738.859,93	R\$ 738.859,93	R\$ 738.859,93
26	Transporte	R\$ 1.689.250,00	R\$ 3.180.206,33	R\$ 3.162.249,98	R\$ 3.162.249,98	R\$ 3.162.249,98
27	Desporto e Lazer	R\$ 236.647,30	R\$ 263.402,12	R\$ 257.353,09	R\$ 257.353,09	R\$ 255.354,20
99	Reserva de Contingência ou Reserva Legal do RPPS	R\$ 1.241.364,00	R\$ 761.365,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		<b>R\$ 30.138.120,00</b>	<b>R\$ 44.701.980,38</b>	<b>R\$ 42.792.738,27</b>	<b>R\$ 42.407.911,12</b>	<b>R\$ 42.157.662,18</b>
Despesa Intraorçamentária por Função						
01	Legislativa	R\$ 60.000,00	R\$ 69.772,21	R\$ 69.772,21	R\$ 69.772,21	R\$ 69.772,21
04	Administração	R\$ 70.000,00	R\$ 105.771,11	R\$ 105.762,11	R\$ 105.762,11	R\$ 105.762,11
08	Assistência Social	R\$ 55.000,00	R\$ 55.874,38	R\$ 55.871,38	R\$ 55.871,38	R\$ 55.871,38
10	Saúde	R\$ 372.500,00	R\$ 334.321,66	R\$ 327.105,83	R\$ 327.105,83	R\$ 327.105,83



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

FUNÇÃO	DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EMPENHADO (R\$)	LIQUIDADO (R\$)	PAGO (R\$)
12	Educação	R\$ 269.000,00	R\$ 452.666,72	R\$ 452.660,72	R\$ 452.660,72	R\$ 452.660,72
15	Urbanismo	R\$ 78.000,00	R\$ 77.358,37	R\$ 77.357,37	R\$ 77.357,37	R\$ 77.357,37
17	Saneamento	R\$ 16.000,00	R\$ 21.426,18	R\$ 18.712,09	R\$ 18.712,09	R\$ 18.712,09
20	Agricultura	R\$ 13.000,00	R\$ 9.480,49	R\$ 9.478,49	R\$ 9.478,49	R\$ 9.478,49
27	Desporto e Lazer	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 892,55	R\$ 892,55	R\$ 892,55
		<b>R\$ 937.500,00</b>	<b>R\$ 1.130.671,12</b>	<b>R\$ 1.117.612,75</b>	<b>R\$ 1.117.612,75</b>	<b>R\$ 1.117.612,75</b>
		<b>R\$ 31.075.620,00</b>	<b>R\$ 45.832.651,50</b>	<b>R\$ 43.910.351,02</b>	<b>R\$ 43.525.523,87</b>	<b>R\$ 43.275.274,93</b>

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa por Função/Subfunção > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente.



### Quadro: 3.3 - Programas de Governo - Previsão e Execução

COD. PROGRAMA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EXECUÇÃO (EMPENHADO - R\$)	% Execução / Dotação Atualizada
Execução Orçamentária - Programas de Governo Previsão e Execução					
0101	ADMINISTACAO E GERENCIAMENTO	R\$ 5.048.472,50	R\$ 6.944.240,08	R\$ 6.921.845,32	99,67%
0030	AMPLIACAO E QUALIDADE NA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	R\$ 1.437.580,00	R\$ 2.427.422,51	R\$ 2.384.596,07	98,23%
0060	AMPLIACAO E QUALIDADE NA VIGILANCIA EPEDEMIOLÓGICA E AMBIENTAL	R\$ 177.640,00	R\$ 163.449,64	R\$ 163.442,64	99,99%
0050	AMPLIACAO E QUALIDADE NA VIGILANCIA SANITARIA	R\$ 133.000,00	R\$ 70.098,38	R\$ 69.092,38	98,56%
0040	APLICACAO E QUALIDADE NA ASSISTENCIA FARMACEUTICA	R\$ 206.500,00	R\$ 267.680,79	R\$ 262.745,39	98,15%
0090	DESENVOLVIMENTO DA ASSISTENCIA SOCIAL	R\$ 1.769.500,00	R\$ 1.783.293,08	R\$ 1.721.101,01	96,51%
0042	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL	R\$ 6.790.072,20	R\$ 9.822.721,80	R\$ 9.523.390,60	96,95%
0020	GERIR COM QUALIDADE A ATENCAO BASICA	R\$ 3.937.344,00	R\$ 4.530.516,91	R\$ 4.426.174,72	97,69%
0010	GESTÃO DO SUS	R\$ 426.500,00	R\$ 420.809,79	R\$ 405.944,15	96,46%
0044	INCENTIVO AO DESPORTO AMADOR E LAZER	R\$ 240.647,30	R\$ 267.402,12	R\$ 258.245,64	96,57%
0105	INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL	R\$ 5.260.250,00	R\$ 9.366.040,71	R\$ 9.219.022,29	98,43%
0028	PREVIDENCIA SOCIAL	R\$ 1.764.364,00	R\$ 1.764.364,00	R\$ 918.257,93	52,04%
0001	PROCESSO LEGISLATIVO	R\$ 1.500.000,00	R\$ 1.500.000,00	R\$ 1.499.994,40	100,00%
0015	PROMOÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	R\$ 67.000,00	R\$ 69.492,86	R\$ 69.489,86	99,99%
	PROMOCAO E				



COD. PROGRAMA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (R\$)	EXECUÇÃO (EMPENHADO - R\$)	% Execução / Dotação Atualizada
0018	EXTENSAO RURAL	R\$ 643.000,00	R\$ 848.276,77	R\$ 816.457,74	96,24%
0099	RESERVA DE CONTINGENCIA	R\$ 450.000,00	R\$ 1,00	R\$ 0,00	0,00%
0099	RESERVA DO RPPS	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	0,00%
0076	SANEAMENTO BASICO	R\$ 1.222.750,00	R\$ 5.585.841,06	R\$ 5.250.550,88	93,99%
		<b>R\$ 31.075.620,00</b>	<b>R\$ 45.832.651,50</b>	<b>R\$ 43.910.351,02</b>	

APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária por Programa > Dados Consolidados do Ente.



## Anexo: 4 - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

### Quadro: 4.1 - Resultado da Execução Orçamentária Ajustado - Poderes e Órgãos Integrantes do OFSS

Receita	Valor (R\$)
Receita Arrecadada (líquida das deduções) (I)	R\$ 46.005.594,93
Receitas próprias do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (II)	R\$ 2.623.593,49
Outros acréscimos promovidos pela equipe técnica (III)	R\$ 0,00
<b>Total Receita Ajustado (IV) = I - II + III</b>	<b>R\$ 43.382.001,44</b>
Despesa	Valor (R\$)
Total da Despesa Empenhada (V)	R\$ 43.910.351,02
Despesas próprias do RPPS superavitário (Item 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (VI)	R\$ 918.257,93
Despesas efetivamente realizadas, cujo fato gerador já tenham ocorrido, mas que não foram empenhadas no exercício (Item 5 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (VII)	R\$ 0,00
Ajustes promovidos pela equipe técnica na despesa empenhada (VIII)	R\$ 0,00
<b>Total Despesa Ajustado (IX) = V - VI + VII + VIII</b>	<b>R\$ 42.992.093,09</b>
<b>SUBTOTAL ANTES DO AJUSTE PREVISTO NO ITEM 6 DO ANEXO ÚNICO DA RN 43/2013 (X) = IV - IX</b>	<b>R\$ 389.908,35</b>
Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro - Item 6 Anexo único da RN 43/2013 (XI)	R\$ 3.790.771,89
<b>Resultado da Execução Ajustado (Conforme itens 5, 6 e 10 do Anexo da RN TCE-MT n° 43/2013) (XII) = Se (X) &lt;0; (X+XI); (X)</b>	<b>R\$ 389.908,35</b>
APLIC	

### Quadro: 4.2 - [AUXILIAR] - Resultado Orçamentário

Descrição	Valor (R\$)
(A) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO RPPS	R\$ 1.705.335,56
(B) RECEITA ORÇAMENTÁRIA RPPS	R\$ 2.623.593,49
(C) DESPESA ORÇAMENTÁRIA RPPS	R\$ 918.257,93
(D) DESPESA FINANCIADA POR CRÉDITO SUPERÁVIT FINANCEIRO RPPS AJUSTADA	R\$ 0,00
<b>(E) RECEITA - RPPS - SUPERAVITÁRIO</b>	<b>R\$ 2.623.593,49</b>
<b>(F) DESPESA - RPPS - SUPERAVITÁRIO</b>	<b>R\$ 918.257,93</b>
<b>(G) DESPESA FINANCIADA POR SUPERÁVIT FINANCEIRO - RPPS - SUPERAVITÁRIO</b>	<b>R\$ 0,00</b>
(H) DESPESA FINANCIADA POR CRÉDITO SUPERÁVIT	





Descrição	Valor (R\$)
FINANCEIRO - RECURSOS NÃO VINCULADOS	R\$ 0,00
(I) DESPESA FINANCIADA POR CRÉDITO SUPERÁVIT FINANCEIRO - RECURSOS VINCULADOS	R\$ 3.790.771,89
(J) TOTAL DESPESA FINANCIADA POR CRÉDITO SUPERÁVIT FINANCEIRO - EXCETO RPPS (H+I)	R\$ 3.790.771,89
(K) TOTAL DESPESA FINANCIADA POR CRÉDITO SUPERÁVIT FINANCEIRO - INCLUSIVE RPPS (D+H+I)	R\$ 3.790.771,89
(L) DESPESA FINANCIADA POR SUPERÁVIT FINANCEIRO A SER CONSIDERADA NO QUADRO RESULTADO DA EXECUÇÃO	R\$ 3.790.771,89

APLIC



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

**Quadro: 4.3 - Execução Orçamentária por Fonte X Superávit Financeiro  
(Exercício Corrente) - Inclusive RPPS**

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
Recursos Não Vinculados (Exceto RPPS)									
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 25.930.755,46	R\$ 24.303.729,66	R\$ 1.627.025,80	R\$ 9.598,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.627.025,80	R\$ 1.646.103,22
502	Recursos não vinculados da compensação de impostos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 173,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 173,78
		<b>R\$ 25.930.755,46</b>	<b>R\$ 24.303.729,66</b>	<b>R\$ 1.627.025,80</b>	<b>R\$ 9.772,68</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 1.627.025,80</b>	<b>R\$ 1.646.277,00</b>
Recursos Vinculados (Exceto RPPS)									
	Transferências do								



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
540	FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 4.152.113,05	R\$ 4.152.093,05	R\$ 20,00	R\$ 4.519,86	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 20,00	R\$ 20,00
543	Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAR	R\$ 41.428,91	R\$ 11.439,51	R\$ 29.989,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 29.989,40	R\$ 29.989,40
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 228.632,41	R\$ 248.409,03	-R\$ 19.776,62	R\$ 24.506,67	R\$ 24.040,44	R\$ 24.040,44	R\$ 4.263,82	R\$ 4.730,05
	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa								



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
552	Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 60.336,51	R\$ 58.889,88	R\$ 1.446,63	R\$ 244,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.446,63	R\$ 1.890,57
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 46.384,46	R\$ 52.262,10	-R\$ 5.877,64	R\$ 6.296,38	R\$ 6.174,81	R\$ 6.174,81	R\$ 297,17	R\$ 472,19
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 119.965,53	R\$ 162.672,48	-R\$ 42.706,95	R\$ 111.438,37	R\$ 111.408,23	R\$ 111.408,23	R\$ 68.701,28	R\$ 67.472,85
	Transferências do Estado referentes a Convênios e								



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
571	Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 80.281,46	R\$ 1.427.267,54	-R\$ 1.346.986,08	R\$ 1.518.787,32	R\$ 1.427.267,54	R\$ 1.427.267,54	R\$ 80.281,46	R\$ 171.801,24
599	Outros Recursos Vinculados à Educação	R\$ 448.764,10	R\$ 542.068,12	-R\$ 93.304,02	R\$ 93.336,61	R\$ 93.329,91	R\$ 93.329,91	R\$ 25,89	R\$ 1.791,68
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 1.989.480,37	R\$ 1.333.452,43	R\$ 656.027,94	R\$ 233.117,27	R\$ 26.337,17	R\$ 26.337,17	R\$ 656.027,94	R\$ 907.723,23



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
601	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 24.302,13	R\$ 12.638,36	R\$ 11.663,77	R\$ 190.844,21	R\$ 12.638,36	R\$ 12.638,36	R\$ 11.663,77	R\$ 202.507,98
	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de								



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
604	saúde e dos agentes de combate às endemias	R\$ 434.264,00	R\$ 434.657,78	-R\$ 393,78	R\$ 11.376,35	R\$ 11.376,00	R\$ 11.376,00	R\$ 10.982,22	R\$ 17.008,71
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 93.040,69	R\$ 90.791,35	R\$ 2.249,34	R\$ 9.355,84	R\$ 648,99	R\$ 648,99	R\$ 2.249,34	R\$ 10.635,36
	Transferências Fundo a Fundo de								



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
621	Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 932.376,12	R\$ 938.674,99	-R\$ 6.298,87	R\$ 383.855,73	R\$ 360.014,76	R\$ 360.014,76	R\$ 353.715,89	R\$ 382.456,08
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 160.136,66	R\$ 166.249,57	-R\$ 6.112,91	R\$ 46.892,40	R\$ 31.280,80	R\$ 31.280,80	R\$ 25.167,89	R\$ 41.351,26
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 43.553,06	R\$ 37.355,16	R\$ 6.197,90	R\$ 807,59	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.197,90	R\$ 7.005,59
	Outras Transferências de Convênios ou								





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
700	Instrumentos Congêneres da União	R\$ 152.477,94	R\$ 0,00	R\$ 152.477,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 152.477,94	R\$ 152.477,94
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 6.633.498,00	R\$ 6.072.002,43	R\$ 561.495,57	R\$ 1.120.389,68	R\$ 490.501,59	R\$ 490.501,59	R\$ 561.495,57	R\$ 1.681.885,25
704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 11.228,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 11.228,30
	Transferência								



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
706	Especial da União	R\$ 14.519,43	R\$ 410.666,77	-R\$ 396.147,34	R\$ 401.619,48	R\$ 401.598,38	R\$ 401.598,38	R\$ 5.451,04	R\$ 5.472,13
711	Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 327,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 327,65
715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 2.748,54	R\$ 0,00	R\$ 2.748,54	R\$ 34.321,81	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.748,54	R\$ 37.070,35
	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art.								



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
716	8º Demais Setores da Cultura	R\$ 1.113,40	R\$ 0,00	R\$ 1.113,40	R\$ 13.903,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.113,40	R\$ 15.016,70
719	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399 /2022	R\$ 39.145,54	R\$ 0,00	R\$ 39.145,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 39.145,54	R\$ 39.145,54
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 21.797,40	R\$ 21.449,97	R\$ 347,43	R\$ 3.613,51	R\$ 3.613,51	R\$ 3.613,51	R\$ 347,43	R\$ 3.960,94
	Recursos da Contribuição para o Custeio do								



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
751	Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 270.222,20	R\$ 266.939,46	R\$ 3.282,74	R\$ 85,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.282,74	R\$ 1.615,93
754	Recursos de Operações de Crédito	R\$ 0,00	R\$ 740.703,80	-R\$ 740.703,80	R\$ 740.703,80	R\$ 740.703,80	R\$ 740.703,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 1.460.664,07	R\$ 1.507.679,65	-R\$ 47.015,58	R\$ 49.843,09	R\$ 49.837,60	R\$ 49.837,60	R\$ 2.822,02	R\$ 3.398,79
		<b>R\$ 17.451.245,98</b>	<b>R\$ 18.688.363,43</b>	<b>-R\$ 1.237.117,45</b>	<b>R\$ 5.011.415,01</b>	<b>R\$ 3.790.771,89</b>	<b>R\$ 3.790.771,89</b>	<b>R\$ 2.019.914,82</b>	<b>R\$ 3.798.455,71</b>
Recursos utilizados na UG RPPS									
	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em								



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Receita Orçamentária Arrecadada (a)	Despesa Orçamentária Empenhada (b)	Resultado Execução Orçamentária (c) = a - b	Saldo Superávit /Déficit Financeiro do Exercício Anterior (+) Cancelamento de RPNP no exercício (d)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (e)	Despesa Empenhada com Recurso do Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores (Item 6 do Anexo da RN TCE-MT nº 43 /2013) (Ajustada até o limite do superávit financeiro) (f)=Se (d) <=0; 0; Se (d) > =(e); (e); (d)	Resultado Execução Orçamentária Ajustado (g) = Se (c) >=0; (c); (c + f)	Superávit/Déficit Financeiro no Encerramento do Exercício (h)
800	Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 2.402.155,08	R\$ 787.238,53	R\$ 1.614.916,55	R\$ 12.420.197,29	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.614.916,55	R\$ 14.389.557,66
802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 221.438,41	R\$ 131.019,40	R\$ 90.419,01	R\$ 100.571,31	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 90.419,01	R\$ 90.419,01
		<b>R\$ 2.623.593,49</b>	<b>R\$ 918.257,93</b>	<b>R\$ 1.705.335,56</b>	<b>R\$ 12.520.768,60</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 1.705.335,56</b>	<b>R\$ 14.479.976,67</b>
<b>&gt;&gt;&gt;&gt;</b>	<b>&gt;&gt;&gt;&gt;</b>	<b>R\$ 46.005.594,93</b>	<b>R\$ 43.910.351,02</b>	<b>R\$ 2.095.243,91</b>	<b>R\$ 17.541.956,29</b>	<b>R\$ 3.790.771,89</b>	<b>R\$ 3.790.771,89</b>	<b>R\$ 5.352.276,18</b>	<b>R\$ 19.924.709,38</b>

APLIC > Contabilidade > Execução orçamentária por Fonte x Superávit Financeiro - Inclusive RPPS > Dados Consolidados do Ente.



## Anexo: 5 - RESTOS A PAGAR

### Quadro: 5.1 - Restos a Pagar Processados e Não Processados

Exercício	Saldo Anterior (R\$)	Inscrição (R\$)	RP não Processados Liquidados e não Pagos (R\$)	Baixa (R\$)		Saldo para o Exercício Seguinte (R\$)
				Por Pagamento (R\$)	Por Cancelamento (R\$)	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
2022	R\$ 11.228,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 11.228,30	R\$ 0,00
2023	R\$ 286.744,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 285.659,29	R\$ 1.084,79	R\$ 0,00
2024	R\$ 0,00	R\$ 384.827,15	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 384.827,15
	R\$ 297.972,38	R\$ 384.827,15	R\$ 0,00	R\$ 285.659,29	R\$ 12.313,09	R\$ 384.827,15
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS						
2019	R\$ 30.060,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 30.060,18	R\$ 0,00
2020	R\$ 13.463,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 13.463,13
2021	R\$ 700,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 700,00
2022	R\$ 3.376,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.376,30
2023	R\$ 691.247,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 682.828,65	R\$ 0,00	R\$ 8.419,32
2024	R\$ 0,00	R\$ 250.248,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 250.248,94
	R\$ 738.847,58	R\$ 250.248,94	R\$ 0,00	R\$ 682.828,65	R\$ 30.060,18	R\$ 276.207,69
TOTAL	R\$ 1.036.819,96	R\$ 635.076,09	R\$ 0,00	R\$ 968.487,94	R\$ 42.373,27	R\$ 661.034,84

APLIC > Informes Mensais > Restos a Pagar > Execução dos Restos a Pagar > Dados Consolidados do Ente



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

**Quadro: 5.2 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder Executivo -  
Exceto RPPS (Inclusive Intra)**

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E- F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
RECURSOS ORDINÁRIOS									
500 - Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 1.935.944,11	R\$ 13.006,02	R\$ 149.812,74	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.773.125,35	R\$ 127.022,13	R\$ 1.646.103,22
502 - Recursos não vinculados da compensação de impostos	R\$ 173,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 173,78	R\$ 0,00	R\$ 173,78
	<b>R\$ 1.936.117,89</b>	<b>R\$ 13.006,02</b>	<b>R\$ 149.812,74</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 1.773.299,13</b>	<b>R\$ 127.022,13</b>	<b>R\$ 1.646.277,00</b>
RECURSOS VINCULADOS									
540 - Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 20,69	R\$ 0,69	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 20,00	R\$ 0,00	R\$ 20,00
543 - Transferências do									



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A - B - C - D - E - F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
FUNDEB Complementação da União VAAR	R\$ 29.989,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 29.989,40	R\$ 0,00	R\$ 29.989,40
550 - Transferência do Salário Educação	R\$ 4.730,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.730,05	R\$ 0,00	R\$ 4.730,05
552 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 1.890,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.890,57	R\$ 0,00	R\$ 1.890,57
553 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 472,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 472,19	R\$ 0,00	R\$ 472,19
569 - Outras									





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 118.480,80	R\$ 0,00	R\$ 51.007,95	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 67.472,85	R\$ 0,00	R\$ 67.472,85
571 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 397.855,64	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 397.855,64	R\$ 226.054,40	R\$ 171.801,24
599 - Outros Recursos Vinculados à Educação	R\$ 20.892,04	R\$ 0,00	R\$ 19.100,36	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.791,68	R\$ 0,00	R\$ 1.791,68
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de									



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 960.907,92	R\$ 9.587,54	R\$ 12.051,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 939.269,35	R\$ 31.546,12	R\$ 907.723,23
601 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 202.507,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 202.507,98	R\$ 0,00	R\$ 202.507,98
604 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de									



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A - B - C - D - E - F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
combate às endemias	R\$ 17.008,71	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 17.008,71	R\$ 0,00	R\$ 17.008,71
605 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 10.635,36	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.635,36	R\$ 0,00	R\$ 10.635,36
621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 382.456,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 382.456,08	R\$ 0,00	R\$ 382.456,08
660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 46.364,60	R\$ 0,00	R\$ 5.013,34	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 41.351,26	R\$ 0,00	R\$ 41.351,26
661 -									



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A - B - C - D - E - F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 7.005,59	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 7.005,59	R\$ 0,00	R\$ 7.005,59
700 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 152.477,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 152.477,94	R\$ 0,00	R\$ 152.477,94
701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 1.681.885,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.681.885,25	R\$ 0,00	R\$ 1.681.885,25
704 - Transferências da União Referentes a Compensações									



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 1111, 1112, 1113 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A - B - C - D - E - F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 11.228,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 11.228,30	R\$ 0,00	R\$ 11.228,30
706 - Transferência Especial da União	R\$ 5.472,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.472,13	R\$ 0,00	R\$ 5.472,13
711 - Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 327,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 327,65	R\$ 0,00	R\$ 327,65
715 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 37.070,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 37.070,35	R\$ 0,00	R\$ 37.070,35
716 - Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art.									



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A - B - C - D - E - F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
8º Demais Setores da Cultura	R\$ 15.016,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 15.016,70	R\$ 0,00	R\$ 15.016,70
719 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399 /2022	R\$ 39.145,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 39.145,54	R\$ 0,00	R\$ 39.145,54
750 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 3.960,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.960,94	R\$ 0,00	R\$ 3.960,94
751 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 1.615,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.615,93	R\$ 0,00	R\$ 1.615,93
759 - Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 16.285,79	R\$ 0,00	R\$ 12.887,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.398,79	R\$ 0,00	R\$ 3.398,79



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

#### 4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: quartasecex@tce.mt.gov.br

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
	R\$ 4.165.704,14	R\$ 9.588,23	R\$ 100.059,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.056.056,23	R\$ 257.600,52	R\$ 3.798.455,71
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS									
869 - Outros recursos extraorçamentários	R\$ 71.190,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 71.190,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	R\$ 71.190,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 71.190,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 6.173.012,11</b>	<b>R\$ 22.594,25</b>	<b>R\$ 249.872,42</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 71.190,08</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 5.829.355,36</b>	<b>R\$ 384.622,65</b>	<b>R\$ 5.444.732,71</b>

APLIC> UG: Prefeitura> CF/LRF - Limites/Documentações > Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente (Exceto RPPS).



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: quartasecex@tce.mt.gov.br

**Quadro: 5.3 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - RPPS (Inclusive Intra)**

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 1111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188 e 2288 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
RECURSOS ORDINÁRIOS									
RECURSOS VINCULADOS									
800 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	-R\$ 88.336,97	R\$ 3.364,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 9.363,10	R\$ 0,00	-R\$ 101.064,57	R\$ 0,00	-R\$ 101.064,57
802 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 91.436,33	R\$ 0,00	R\$ 376,52	R\$ 0,00	R\$ 436,30	R\$ 0,00	R\$ 90.623,51	R\$ 204,50	R\$ 90.419,01
	<b>R\$ 3.099,36</b>	<b>R\$ 3.364,50</b>	<b>R\$ 376,52</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 9.799,40</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>-R\$ 10.441,06</b>	<b>R\$ 204,50</b>	<b>-R\$ 10.645,56</b>
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS									
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 3.099,36</b>	<b>R\$ 3.364,50</b>	<b>R\$ 376,52</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 9.799,40</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>-R\$ 10.441,06</b>	<b>R\$ 204,50</b>	<b>-R\$ 10.645,56</b>

APLIC> UG: RPPS > CF/LRF - Limites/Documentações > Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar > Mês de dezembro.





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

**Quadro: 5.4 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar - Poder Legislativo  
(Inclusive Intra)**

Identificação dos Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105 e 218910108) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A -B-C-D-E-F	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (H)	Disponibilidade de Caixa Líquida (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício) (I) = G - H
RECURSOS ORDINÁRIOS									
RECURSOS VINCULADOS									
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS									
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>

APLIC > UG: Câmara > CF/LRF - Limites/Documentações > Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar > Mês de dezembro.



## Anexo: 6 - DIREITOS E OBRIGAÇÕES

### Quadro: 6.1 - Dívida Ativa

Tipo de Dívida Ativa	A receber (R\$) (a)	Recebida (R\$) (b)	Baixada (R\$) (c)	Saldo Final (R\$) (d) = a - b - c
Dívida Ativa Tributária	R\$ 722.398,28	R\$ 51.135,98	R\$ 0,00	R\$ 671.262,30
Dívida Ativa Não Tributária	R\$ 1.660,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.660,85
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 724.059,13</b>	<b>R\$ 51.135,98</b>	<b>R\$ 0</b>	<b>R\$ 672.923,15</b>

APLIC

### Quadro: 6.2 - Superávit/Déficit Financeiro - Total - Exceto RPPS

DESCRIÇÃO	PODER EXECUTIVO - EXCETO RPPS	PODER LEGISLATIVO	TOTAL
ATIVO FINANCEIRO	R\$ 6.173.012,11	R\$ 0,00	R\$ 6.173.012,11
PASSIVO FINANCEIRO	R\$ 728.279,40	R\$ 0,00	R\$ 728.279,40
<b>SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO</b>	<b>R\$ 5.444.732,71</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 5.444.732,71</b>

Relatório Contas de Governo > Anexo: Dívida > Quadro: Quociente da Situação Financeira por Fonte (QSF) - Exceto RPPS



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

**Quadro: 6.3 - Quociente da Situação Financeira por Fonte - Exceto RPPS**

Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
SUPERÁVIT X DÉFICIT - EXCETO RPPS						
500 - Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 1.935.944,11	R\$ 289.840,89	R\$ 1.646.103,22	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
502 - Recursos não vinculados da compensação de impostos	R\$ 173,78	R\$ 0,00	R\$ 173,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
540 - Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 20,69	R\$ 0,69	R\$ 20,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
543 - Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAR	R\$ 29.989,40	R\$ 0,00	R\$ 29.989,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
550 - Transferência do Salário Educação	R\$ 4.730,05	R\$ 0,00	R\$ 4.730,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
552 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 1.890,57	R\$ 0,00	R\$ 1.890,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
553 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao						



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 472,19	R\$ 0,00	R\$ 472,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
569 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 118.480,80	R\$ 51.007,95	R\$ 67.472,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
571 - Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 397.855,64	R\$ 226.054,40	R\$ 171.801,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
599 - Outros Recursos Vinculados à Educação	R\$ 20.892,04	R\$ 19.100,36	R\$ 1.791,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
600 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 960.907,92	R\$ 53.184,69	R\$ 907.723,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
601 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 202.507,98	R\$ 0,00	R\$ 202.507,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
604 - Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	R\$ 17.008,71	R\$ 0,00	R\$ 17.008,71	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
605 - Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 10.635,36	R\$ 0,00	R\$ 10.635,36	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
621 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 382.456,08	R\$ 0,00	R\$ 382.456,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
660 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 46.364,60	R\$ 5.013,34	R\$ 41.351,26	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
661 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 7.005,59	R\$ 0,00	R\$ 7.005,59	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
700 - Outras						



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 152.477,94	R\$ 0,00	R\$ 152.477,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
701 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 1.681.885,25	R\$ 0,00	R\$ 1.681.885,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
704 - Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 11.228,30	R\$ 0,00	R\$ 11.228,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
706 - Transferência Especial da União	R\$ 5.472,13	R\$ 0,00	R\$ 5.472,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
711 - Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 327,65	R\$ 0,00	R\$ 327,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
715 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 37.070,35	R\$ 0,00	R\$ 37.070,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
716 - Transferências Destinadas ao Setor						



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte de Recursos	PODER EXECUTIVO			PODER LEGISLATIVO		
	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	R\$ 15.016,70	R\$ 0,00	R\$ 15.016,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
719 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399 /2022	R\$ 39.145,54	R\$ 0,00	R\$ 39.145,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
750 - Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 3.960,94	R\$ 0,00	R\$ 3.960,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
751 - Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 1.615,93	R\$ 0,00	R\$ 1.615,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
759 - Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 16.285,79	R\$ 12.887,00	R\$ 3.398,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
869 - Outros recursos extraorçamentários	R\$ 71.190,08	R\$ 71.190,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	<b>R\$ 6.173.012,11</b>	<b>R\$ 728.279,40</b>	<b>R\$ 5.444.732,71</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 6.173.012,11</b>	<b>R\$ 728.279,40</b>	<b>R\$ 5.444.732,71</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>

APLIC > Informes Mensais > Contabilidade > Ativos e Passivos Financeiros por Fontes - Acumulado até o mês de dezembro.



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

**Quadro: 6.4 - Quociente da Situação Financeira por Fonte - RPPS**

Fontes de Recursos	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/Déficit
SUPERÁVIT X DÉFICIT - RPPS			
800 - Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	R\$ 14.402.285,26	R\$ 12.727,60	R\$ 14.389.557,66
802 - Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 91.436,33	R\$ 1.017,32	R\$ 90.419,01
	<b>R\$ 14.493.721,59</b>	<b>R\$ 13.744,92</b>	<b>R\$ 14.479.976,67</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 14.493.721,59</b>	<b>R\$ 13.744,92</b>	<b>R\$ 14.479.976,67</b>

APLIC: UG RPPS > Informes Mensais > Contabilidade > Ativos e Passivos Financeiros por Fontes





**Quadro: 6.5 - Dívida Consolidada Líquida (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")  
Exceto RPPS**

Descrição	Valor R\$
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>R\$ 2.164.547,85</b>
<b>1. Dívida Mobiliária</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>2. Dívida Contratual</b>	<b>R\$ 2.164.547,85</b>
2.1. Empréstimos	R\$ 1.332.964,53
2.1.1. Internos	R\$ 1.332.964,53
2.1.2. Externos	R\$ 0,00
2.2. Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	R\$ 0,00
2.3. Financiamentos	R\$ 171.752,70
2.3.1. Internos	R\$ 171.752,70
2.3.2. Externos	R\$ 0,00
2.4. Parcelamento e Renegociação de Dívidas	R\$ 659.830,62
2.4.1. De Tributos	R\$ 0,00
2.4.2. De Contribuições Previdenciárias	R\$ 659.830,62
2.4.3. De Demais Contribuições Sociais	R\$ 0,00
2.4.4. Do FGTS	R\$ 0,00
2.4.5. Com Instituição Não Financeira	R\$ 0,00
2.5. Demais Dívidas Contratuais	R\$ 0,00
<b>3. Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e Não Pagos</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>4. Outras Dívidas</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>R\$ 5.829.355,36</b>
<b>5. Disponibilidade de Caixa</b>	<b>R\$ 5.829.355,36</b>
5.1. Disponibilidade de Caixa Bruta	R\$ 6.173.012,11
5.2. (-) Restos a Pagar Processados	R\$ 272.466,67
5.3. (-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R\$ 71.190,08
<b>6. Demais Haveres Financeiros</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) (III)=(I - II)</b>	<b>-R\$ 3.664.807,51</b>
RCL AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (IV)	R\$ 36.618.872,37
% da DC sobre a RCL Ajustada	5,91%
<b>% da DCL sobre a RCL Ajustada</b>	<b>0,00%</b>
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: <120%>	R\$ 43.942.646,84
<b>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	R\$ 0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	R\$ 0,00
PASSIVO ATUARIAL - RPPS	R\$ 19.348.826,71
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	R\$ 364.269,95
ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	R\$ 0,00



Descrição	Valor R\$
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	R\$ 0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	R\$ 0,00
APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > Dívida Consolidada Líquida Anual (Composição)	

#### Quadro: 6.6 - Quociente de Dispendio da Dívida Pública (QDDP) - Exceto RPPS

DESCRIÇÃO	R\$
Amortização da Dívida	R\$ 577.368,27
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 0,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 577.368,27</b>
Receita Corrente Líquida - RCL Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	R\$ 36.618.872,37
<b>% do Dispendios da Dívida Pública sobre a RCL Ajustada &lt;11,5% RCL&gt;</b>	<b>1,57%</b>
APLIC > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária por Órgão/Unidade Orçamentária	

#### Quadro: 6.7 - Dívida Pública Contratada (art. 7º, I, da Resolução do Senado nº 43 /2001)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR R\$
Mobiliária	R\$ 0,00
Empréstimos	R\$ 0,00
Aquisição Financiada de Bens e Serviços de Arrendamento Mercantil Financeiro	R\$ 0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	R\$ 0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	R\$ 0,00
Operações de crédito não sujeitas aos limites para fins de contratação (art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 (I))	R\$ 0,00
<b>TOTAL (II)</b>	<b>R\$ 0,00</b>
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR (R\$)
RCL AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (III)	R\$ 36.618.872,37
OPERAÇÕES VEDADAS (IV)	R\$ 0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DE APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (V)=(II+IV-I)	R\$ 0,00
% DA DÍVIDA CONTRATADA SOBRE A RCL AJUSTADA (VI) =V / III x 100	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS <16% RCL>	R\$ 5.859.019,57



OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR R\$
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) <90% x16% RCL>	R\$ 5.273.117,62
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	R\$ 0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA <60% RCL>	R\$ 21.971.323,42

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > Dívida Pública Contratada

### Quadro: 6.8 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (Consolidado) - Restos a Pagar

TÍTULO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	RPNP LIQUIDADOS E NÃO PAGOS	BAIXA	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
2022	R\$ 11.228,30	R\$ 0,00	R\$ 0	R\$ 11.228,30	R\$ 0,00
2023	R\$ 286.744,08	R\$ 0,00	R\$ 0	R\$ 286.744,08	R\$ 0,00
2024	R\$ 0,00	R\$ 384.827,15	R\$ 0	R\$ 0,00	R\$ 384.827,15
	R\$ 297.972,38	R\$ 384.827,15	R\$ 0	R\$ 297.972,38	R\$ 384.827,15
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					
2019	R\$ 30.060,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 30.060,18	R\$ 0,00
2020	R\$ 13.463,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 13.463,13
2021	R\$ 700,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 700,00
2022	R\$ 3.376,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.376,30
2023	R\$ 691.247,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 682.828,65	R\$ 8.419,32
2024	R\$ 0,00	R\$ 250.248,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 250.248,94
	R\$ 738.847,58	R\$ 250.248,94	R\$ 0,00	R\$ 712.888,83	R\$ 276.207,69
TOTAL	R\$ 1.036.819,96	R\$ 635.076,09	R\$ 0,00	R\$ 1.010.861	R\$ 661.034,84

APLIC > Informes Mensais > Restos a Pagar > Consulta Parametrizada - Mês: Dezembro > Dados Consolidados do Ente.

### Quadro: 6.9 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (Consolidado) - Depósitos / Consignações/ ARO

TÍTULO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	INGRESSOS	BAIXA	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
DEPÓSITOS / CONSIGNAÇÕES / ARO				
21881010300 - ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES (F)	R\$ 704,60	R\$ 294.330,19	R\$ 293.243,48	R\$ 1.791,31
21881010400 -				



TÍTULO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	INGRESSOS	BAIXA	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF (F)	R\$ 0,00	R\$ 2.320,01	R\$ 2.320,01	R\$ 0,00
21881010500 - RESSARCIMENTOS E RESTITUIÇÕES (F)	R\$ 92.444,76	R\$ 642.648,76	R\$ 691.423,65	R\$ 43.669,87
21881011000 - PENSÃO ALIMENTÍCIA (F)	R\$ 867,69	R\$ 16.483,53	R\$ 16.075,33	R\$ 1.275,89
21881011100 - PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA (F)	R\$ 0,00	R\$ 950,84	R\$ 950,84	R\$ 0,00
21881011500 - RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (F)	R\$ 92.488,38	R\$ 1.134.631,03	R\$ 1.204.363,69	R\$ 22.755,72
21881019900 - OUTROS CONSIGNATÁRIOS (F)	R\$ 8.494,85	R\$ 93.008,42	R\$ 98.630,83	R\$ 2.872,44
21881030200 - DEPOSITOS PARA RECURSOS JUDICIAIS (F)	R\$ 0,00	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 0,00
21882010100 - RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS (F)	R\$ 0,00	R\$ 900.386,20	R\$ 900.386,20	R\$ 0,00
21882010400 - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - INTRA OFSS (F)	R\$ 1.997,05	R\$ 20.940,48	R\$ 14.313,28	R\$ 8.624,25
	<b>R\$ 196.997,33</b>	<b>R\$ 3.111.699,46</b>	<b>R\$ 3.227.707,31</b>	<b>R\$ 80.989,48</b>

APLIC > Informes Mensais > Restos a Pagar > Consulta Parametrizada - Mês: Dezembro > Dados Consolidados do Ente.

## Quadro: 6.10 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (Consolidado) - RESUMO

Título	Saldo Exercício Anterior	Saldo para o Exercício Seguinte
Restos a Pagar Não Processados	R\$ 297.972,38	R\$ 384.827,15
Restos a Pagar Processados	R\$ 738.847,58	R\$ 276.207,69
Depósitos/Consignações/ARO	R\$ 196.997,33	R\$ 80.989,48
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.233.817,29</b>	<b>R\$ 742.024,32</b>

APLIC



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)



## Anexo: 7 - EDUCAÇÃO

### Quadro: 7.1 - Receita base para Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (art.212, CF)

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
<b>Receita de Impostos (I)</b>	<b>R\$ 1.622.406,61</b>
1.1 IPTU - Imposto s/ Propriedade Territorial Urbana (Art. 156, I, da CF/88)	R\$ 48.430,11
1.2 ITBI - Imposto s/ Transmissão de Bens "Inter Vivos" (Art. 156, II, da CF/88)	R\$ 165.914,94
1.3 ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 156, III, da CF/88)	R\$ 545.929,04
1.4 IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte (Art. 158, I, da CF/88)	R\$ 862.132,52
1.5 ITR - Imposto Territorial Rural (Art. 158, II c/c Art. 153, § 4º, III, da CF/88)	R\$ 0,00
<b>Receita de Transferências Constitucionais e Legais (II)</b>	<b>R\$ 27.435.612,85</b>
2.1 Cota-Parte FPM (Art. 159, I, "b", da CF/88)	R\$ 12.882.503,72
2.2 Cota-Parte FPM (Art. 159, I, "d" e "e", da CF/88)	R\$ 1.325.086,68
2.3 Cota-Parte ICMS (Art. 158, IV, da CF/88)	R\$ 11.262.302,32
2.4 Cota-Parte IPI Exportação (Art. 159, § 3º, da CF/88 c/c LC 61/89)	R\$ 0,00
2.5 Cota-Parte ITR (Art. 158, II, da CF/88)	R\$ 1.577.174,71
2.6 Cota-Parte IPVA da CF/88)	R\$ 388.545,42
2.7 Cota-Parte IOF s/ Ouro - Imposto Parte IPVA (Art. 158, III, sobre Operações Financeiras (Art. 153, §5º CF)	R\$ 0,00
2.8 Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais (Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022 e LC 194/2022)	R\$ 0,00
<b>Total da Receita base - MDE (III) = (I+II)</b>	<b>R\$ 29.058.019,46</b>
<b>Total destinado ao Fundeb (IV)</b>	<b>R\$ 5.221.225,84</b>
<b>Valor mínimo para aplicação na MDE (25% de III)</b>	<b>R\$ 7.264.504,86</b>

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

### Quadro: 7.2 - Receita do FUNDEB

Receita do Fundeb Recebidas no Exercício	Valor (R\$)
<b>1. Fundeb - Impostos e Transferências de Impostos</b>	<b>R\$ 4.111.154,97</b>
1.1 Principal (1.7.5.1.50.0). Fonte 1.540	R\$ 4.081.223,02
1.2 Rendimento de Aplicação Financeira (1.3.2.1.01.0, 1.3.2.1.02.0, 1.3.2.1.03.0, 1.3.2.1.05.0, 1.3.2.9.99.0). Fonte 1.540	R\$ 29.931,95
1.3 Ressarcimento de Recursos (1.9.2.2.51.0). Fonte 1.540	R\$ 0,00
<b>2. Fundeb - Complementação da União - VAAF</b>	<b>R\$ 0,00</b>
2.1 Principal (1.7.1.5.51.0). Fonte 1.541	R\$ 0,00
2.2 Rendimento Aplicação Financeira (1.3.2.1.01.0, 1.3.2.1.02.0, 1.3.2.1.03.0, 1.3.2.1.05.0, 1.3.2.9.99.0). Fonte 1.541	R\$ 0,00
2.3 Ressarcimento de Recursos (1.9.2.2.51.0). Fonte 1.541	R\$ 0,00



Receita do Fundeb Recebidas no Exercício	Valor (R\$)
<b>3. Fundeb - Complementação da União - VAAT</b>	<b>R\$ 0,00</b>
3.1 Principal (1.7.1.5.50.0). Fonte 1.542	R\$ 0,00
3.2 Rendimento Aplicação Financeira (1.3.2.1.01.0, 1.3.2.1.02.0, 1.3.2.1.03.0, 1.3.2.1.05.0, 1.3.2.9.99.0). Fonte 1.542	R\$ 0,00
3.3 Ressarcimento de Recursos (1.9.2.2.51.0). Fonte 1.542	R\$ 0,00
<b>4. Fundeb - Complementação da União - VAAR</b>	<b>R\$ 82.386,99</b>
4.1 Principal (1.7.1.5.52.0). Fonte 1.543	R\$ 82.386,99
4.2 Rendimento Aplicação Financeira (1.3.2.1.01.0, 1.3.2.1.02.0, 1.3.2.1.03.0, 1.3.2.1.05.0, 1.3.2.9.99.0). Fonte 1.543	R\$ 0,00
4.3 Fundeb - Ressarcimento de Recursos (1.9.2.2.51.0). Fonte 1.543	R\$ 0,00
<b>5. Total Receita Recebida do Fundeb (1+2+3+4)</b>	<b>R\$ 4.193.541,96</b>
<b>6. Resultado Líquido das Transferências (Receita Recebida FUNDEB (1.540) - Dedução para o FUNDEB)</b>	<b>-R\$ 1.140.002,82</b>
<b>Recursos Recebidos em Exercícios Anteriores e Não Utilizados (Superávit)</b>	
7. Total do recurso do superávit	R\$ 44.693,64
<b>8. Total dos recursos do Fundeb disponíveis para utilização (5+7)</b>	<b>R\$ 4.238.235,60</b>

### Quadro: 7.3 - [AUXILIAR] FUNDEB - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS

Descrição	Valor (R\$)
Receita Recebida do FUNDEB - Principal (A)	R\$ 4.081.223,02
Total destinado ao FUNDEB (B)	R\$ 5.221.225,84
<b>Resultado Líquido das Transferências (C)= A-B</b>	<b>-R\$ 1.140.002,82</b>



#### Quadro: 7.4 - Despesas com Recursos do FUNDEB

Descrição	Valor Empenhado (a) R\$	Valor Liquidado (b) R\$	Valor Pago (c) R\$	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (d) R\$
Despesas com recursos do FUNDEB	R\$ 4.163.532,56	R\$ 4.163.532,56	R\$ 4.163.532,56	R\$ 0,00

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino





**Quadro: 7.5 - Despesas Custeadas com Receitas do FUNDEB Recebidas no Exercício**

Descrição	Valor Empenhado (a) R\$	Valor Liquidado (b) R\$	Valor Pago (c) R\$	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (d) R\$	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (Sem disponibilidade de Caixa) (e) R\$	Despesa Empenhada em valor superior ao total das receitas (f) R\$
FUNDEB - Impostos (Fonte 540)	R\$ 4.111.134,97	R\$ 4.111.134,97	R\$ 4.111.134,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FUNDEB - Complementação da União (Fontes 541, 542 e 543)	R\$ 52.397,59	R\$ 52.397,59	R\$ 52.397,59	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 4.163.532,56</b>	<b>R\$ 4.163.532,56</b>	<b>R\$ 4.163.532,56</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > MDE- Manutenção e Desenvolvimento do Ensino



## Quadro: 7.6 - Indicadores do FUNDEB

Indicador	Valor Empenhado (a) R\$	Inscrição de Restos a Pagar sem disponibilidade Financeira - FUNDEB (b) R\$	Valor Aplicado (c) = a-b R\$	Receita Base (R\$)	Percentual	Situação
Remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício (CF/88, Art. 212-A, XI. Fontes 1.540, 1.541 e 1.542 Função 12. Natureza de despesa 1. CAEO: 1070 Elementos despesas <> de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.03, 3.1.90.91.04, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.14, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.17, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.92.06, 3.1.90.92.69, 3.1.90.92.72, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.13, 3.1.90.94.98) Exceto Modalidade: 71 (Mínimo 70%)	R\$ 3.952.159,06	R\$ 0,00	R\$ 3.952.159,06	R\$ 4.111.154,97	96,13%	REGULAR
Aplicação da complementação da União (VAAT) em despesa de capital (CF/88, Art. 212-A, XI). Fonte 1.542. Função 12. Categoria Econômica 4 Exceto Modalidade: 71 (Mínimo 15%)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	REGULAR
Aplicação da complementação da União (VAAT) na educação infantil (CF/88, Art. 212-A, § 3º). Fonte 1.542. Subfunção 365. Categoria econômica 3 e 4 Elementos despesas <> de 01, 03 e 97 Exceto Natureza de Despesas (3.1.90.91.03, 3.1.90.91.04, 3.1.90.91.12, 3.1.90.91.13, 3.1.90.91.14, 3.1.90.91.16, 3.1.90.91.17, 3.1.90.92.01, 3.1.90.92.03, 3.1.90.92.06, 3.1.90.92.69, 3.1.90.92.72, 3.1.90.94.03, 3.1.90.94.04, 3.1.90.94.13,	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		REGULAR



Indicador	Valor Empenhado (a) R\$	Inscrição de Restos a Pagar sem disponibilidade Financeira - FUNDEB (b) R\$	Valor Aplicado (c) = a-b R\$	Receita Base (R\$)	Percentual	Situação
3.1.90.94.98) Exceto Modalidade: 71 (Mínimo de 50%)					0,00%	

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > MDE - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino > Aba: Indicadores do FUNDEB

## Quadro: 7.7 - [AUXILIAR] FUNDEB - RECEITA BASE - PROFISSIONAIS ED. BÁSICA

Descrição	Valor (R\$)
Total Receita Recebida do FUNDEB (A)	R\$ 4.193.541,96
Receita FUNDEB - Complementação União - VAAR - 1.543 (B)	R\$ 82.386,99
<b>Receita Base para verificação do cumprimento do limite de 70% (C)= A-B</b>	<b>R\$ 4.111.154,97</b>

## Quadro: 7.8 - FUNDEB - Receita Recebida e não aplicada no Exercício

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Receita Recebida no Exercício (FUNDEB) - Fontes: 1.540, 1.541, 1.542 e 1.543 (A)	R\$ 4.193.541,96
Despesas Empenhada no Exercício (FUNDEB) - Fontes: 1.540, 1.541, 1.542 e 1.543 (B)	R\$ 4.163.532,56
RP FUNDEB inscrito sem Disponibilidade - Fontes 1.540, 1.541, 1.542 e 1.543 (C)	R\$ 0,00
Desp Empenhada (FUNDEB) superior ao total das receitas recebidas no exercício (D)= (SE B-A,=0;0;B-A)	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Vlr. Máximo Permitido (E) A*10%</b>	<b>R\$ 419.354,19</b>
<b>Vlr. Não Aplicado (F)= A-(B-D)</b>	<b>R\$ 30.009,40</b>
<b>Vlr. Não Aplicado após ajustes (G) = F+(se(C-D&lt;=0;0;C-D))</b>	<b>R\$ 30.009,40</b>
<b>Vlr. Não Aplicado excedente ao Máximo de 10% (H)= (se(G-E&lt;=0; 0; G-E)</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>% Não Aplicado (I)=G/A</b>	<b>0,71%</b>

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > MDE - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino > Aba: Indicadores do FUNDEB



## Quadro: 7.9 - [AUXILIAR] FUNDEB - DESPESA EMPENHADA X RECEITA DO EXERCÍCIO

Descrição	Valor (R\$)
Valor Empenhado FUNDEB - Fonte 1.540 (A)	R\$ 4.111.134,97
Total Receita FUNDEB - Fonte 1.540 (B)	R\$ 4.111.154,97
<b>FUNDEB - 1.540 - Despesa Empenhada em valor superior ao total das receitas (C)= SE A-B&gt;0</b>	<b>R\$ 0,00</b>
Valor Empenhado FUNDEB - Complementação União - Fontes 1.541, 1.542, 1.543 (D)	R\$ 52.397,59
Total Receita FUNDEB - Fonte 1.541 (E)	R\$ 0,00
Total Receita FUNDEB - Fonte 1.542 (F)	R\$ 0,00
Total Receita FUNDEB - Fonte 1.543 (G)	R\$ 82.386,99
Total Receita FUNDEB Complementação União (1.541, 1.542 e 1.543) (H)	R\$ 82.386,99
<b>FUNDEB - 1.541, 1.542 E 1.543 - Despesa Empenhada em valor superior ao total das receitas (I)= SE D-H&gt;0</b>	<b>R\$ 0,00</b>

## Quadro: 7.10 - Despesas provenientes de Superávit Financeiro aplicado até o 1º quadrimestre - FUNDEB

Descrição	valor (R\$)
Valor máximo de superávit permitido no exercício anterior (A)	R\$ 331.806,29
Valor não aplicado no exercício anterior (B)	R\$ 2.854,30
Valor de superávit aplicado até o primeiro quadrimestre (C)	R\$ 0,00
Valor de superávit permitido no exercício anterior não aplicado até o primeiro quadrimestre do exercício atual (D)	R\$ 2.854,30

APLIC



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

**Quadro: 7.11 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar dos Recursos do Fundeb e MDE no final do exercício**

Fonte	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121 e 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	Inscritos em RPP - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A - B - C - D - E - F	Inscritos em RPNP - Do Exercício (H)	Restos a Pagar não processados inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos (I) = SE (G<=0, H, se (G>=H, 0, H-G))
Recursos de Impostos e Transferências de Impostos (Fontes 500, 502 e 718)	R\$ 1.936.117,89	R\$ 13.006,02	R\$ 149.812,74	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.773.299,13	R\$ 9.338,98	R\$ 0,00
FUNDEB - Impostos (Fonte 540)	R\$ 20,69	R\$ 0,69	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 20,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FUNDEB - Complementação da União VAAF (Fonte 541)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FUNDEB - Complementação da União VAAT (Fonte 542)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121 e 11131 (A)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (B)	Inscritos em RPP - Do Exercício (C)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (D)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (E)	Insuficiência Financeira no Consórcio (F)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (G) = A - B - C - D - E - F	Inscritos em RPNP - Do Exercício (H)	Restos a Pagar não processados inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos (I) = SE (G<=0, H, se (G>=H, 0, H-G))
FUNDEB - Complementação da União VAAR (Fonte 543)	R\$ 29.989,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 29.989,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>TOTALIZAÇÃO</b>									
TOTAL (Fontes 540 + 541 + 542)	R\$ 20,69	R\$ 0,69	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 20,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL - FUNDEB COMPL UNIÃO (FONTES 541 + 542 + 543)	R\$ 29.989,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 29.989,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APLIC



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

**Quadro: 7.12 - Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino**

Fonte	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121 e 11131 (A)	RP Processados - De Exercícios Anteriores (B)	RP Não Processados de Exercícios Anteriores (C)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (D)	(In)Disponibilidade Caixa Líquida antes de cancelamentos de Restos a Pagar Não Processados (E) = A - B - C - D	Cancelamento, no exercício, de RP de Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino (F)	Cancelamento, no exercício, de RPNP Inscritos com Disponibilidade Financeira de Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino (G) (G) = SE (E<=0, 0, SE(E<F, F-E, F))
Recursos de Impostos e Transferências de Impostos (Fontes 500, 502 e 718)	R\$ 732.167,23	R\$ 610.491,31	R\$ 153.161,81	R\$ 0,00	-R\$ 31.485,89	R\$ 715,19	R\$ 0,00
FUNDEB - Impostos (Fonte 540)	R\$ 44.694,33	R\$ 0,69	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 44.693,64	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 776.861,56</b>	<b>R\$ 610.492,00</b>	<b>R\$ 153.161,81</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 13.207,75</b>	<b>R\$ 715,19</b>	<b>R\$ 0,00</b>

APLIC



### Quadro: 7.13 - Apuração da Despesas Com Ações Típicas de MDE para Fins de Limites Constitucionais

Descrição	Valor Empenhado (a) R\$
Despesas com MDE custeadas com receita de impostos-Exceto FUNDEB (A)	R\$ 2.474.885,77
Despesas que se enquadram como MDE, mas classificadas em outras funções (Inclusão pela Equipe Técnica) (B)	R\$ 0,00
Outras Despesas que não se enquadram na MDE (Inclusão pela Equipe Técnica) (C)	R\$ 96.631,13
<b>Despesas considerada como Aplicação em MDE (D)=A+B-C</b>	<b>R\$ 2.378.254,64</b>
Apuração do Limite Constitucional com Ações Típicas de MDE	Valor(R\$)
Total das receitas transferidas ao FUNDEB (E)	R\$ 5.221.225,84
(-) Receitas do FUNDEB não utilizadas no exercício, em valor superior a 10% (F)	R\$ 0,00
(-) Superávit permitido no exercício imediatamente anterior não aplicado até o primeiro quadrimestre do exercício atual (G)	R\$ 2.854,30
(-) Restos a pagar não processados inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos (H)	R\$ 0,00
(-) Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino (I)	R\$ 0,00
<b>(=) Total das despesas para fins de limite (J)=D+E-F-G-H-I</b>	<b>R\$ 7.596.626,18</b>
Receita base da MDE (Conforme Quadro Receita base) (K)	R\$ 29.058.019,46
<b>Percentual aplicado na MDE (L) = (J/K) %</b>	<b>26,14%</b>
Percentual mínimo de aplicação em MDE (M)	25%
<b>Percentual aplicado a maior (menor) no exercício (N) = (L-M)</b>	<b>1,14%</b>
<b>Situação (O)</b>	<b>REGULAR</b>

APLIC

### Quadro: 7.14 - Despesas não consideradas como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Nº Liquidação	Nº Empenho	Credor	Objeto	Valor
Apêndice 'C'	Apêndice 'C'	Apêndice 'C'	Alimentação Escolar	R\$ 96.631,13

APLIC>Informes Mensais>Despesas>Empenhos

### Quadro: 7.15 - Despesas Empenhadas que se enquadram como MDE classificadas em outras funções





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: quartasecex@tce.mt.gov.br

Nº Liquidação	Nº Empenho	Função	Subfunção	Fonte	Elemento	Objeto	Valor
							R\$ 0,00

APLIC>Informes Mensais>Despesas>Empenhos



## Anexo: 8 - SAÚDE

### Quadro: 8.1 - Receita base para verificação da aplicação mínima de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
<b>Receitas Resultantes de Impostos (I)</b>	<b>R\$ 1.622.406,61</b>
IPTU - Imposto s/ Propriedade Territorial Urbana (Art. 156, I, da CF/88)	R\$ 48.430,11
ITBI - Imposto s/ Transmissão de Bens "Inter Vivos" (Art. 156, II, da CF/88)	R\$ 165.914,94
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 156, III, da CF/88)	R\$ 545.929,04
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte (Art. 158, I, da CF/88)	R\$ 862.132,52
ITR - Imposto Territorial Rural (Art. 158, II c/c Art. 153, § 4º, III, da CF/88)	R\$ 0,00
<b>Transferências (II)</b>	<b>R\$ 26.110.526,17</b>
Cota - Parte FPM - Fundo de Participação dos Municípios (Art. 159, I, "b", da CF/88)	R\$ 12.882.503,72
Cota - Parte ITR (Art. 158, II, da CF/88)	R\$ 1.577.174,71
Cota - Parte IPVA (Art. 158, III, da CF/88)	R\$ 388.545,42
Cota - Parte ICMS (Art. 158, IV, da CF/88)	R\$ 11.262.302,32
Cota - Parte IPI Exportação (Art. 159, § 3º, da CF/88 c/c LC 61/89)	R\$ 0,00
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais (LC 194/2022)	R\$ 0,00
<b>Total da Receita base - ASPS (III) = (I+II)</b>	<b>R\$ 27.732.932,78</b>
<b>Valor mínimo para aplicação na ASPS (15% de III)</b>	<b>R\$ 4.159.939,91</b>

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > ASPS - Ações e Serviços Públicos de Saúde



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

**Quadro: 8.2 - Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar dos Recursos Base de Aplicação em ASPS**

Fonte	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	RP Liquidados e Não Pagos - De Exercícios Anteriores (b)	Inscritos em RPP - Do Exercício (c)	RP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (e)	Insuficiência Financeira no Consórcio (f)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (g) = a - b - c - d - e - f	Inscritos em RPNP - Do Exercício (h)	Restos a Pagar não processados inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos (i)=SE (G<=0, H, Se (G>=H,0,H-G)
500 e 502 - Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 1.936.117,89	R\$ 13.006,02	R\$ 149.812,74	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.773.299,13	R\$ 20.243,60	R\$ 0,00

APLIC



**Quadro: 8.3 - Demonstrativo de cálculo da aplicação de recursos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)**

Descrições	Valor (R\$)
Despesa Corrente (IV)	R\$ 4.626.304,20
Despesa de Capital (V)	R\$ 223.204,24
<b>Total das Despesa com ASPS (VI) = IV+V</b>	<b>R\$ 4.849.508,44</b>
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (VII)	R\$ 0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (VIII)	R\$ 0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (IX)	R\$ 0,00
(+) Outras despesas Empenhadas que se enquadram como ASPS. Fontes/ destinação de Recursos 500 e 502 (X)	R\$ 0,00
(-) Despesas Empenhadas que não se enquadram nas ASPS (Inclusão pela Equipe Técnica) (XI)	R\$ 0,00
<b>(=) Valor Aplicado em ASPS (XII) = VI-VII-VIII-IX+X-XI</b>	<b>R\$ 4.849.508,44</b>
Receita base das ASPS (Conforme Quadro 8.1) (XIII)	R\$ 27.732.932,78
<b>Percentual aplicado nas ASPS (XIV) = XII/XIII</b>	<b>17,48%</b>
Percentual mínimo de aplicação nas ASPS (XV)	15%
<b>Percentual aplicado a maior (menor) no exercício (XVI)=XIV-XV</b>	<b>2,48%</b>
<b>SITUAÇÃO (XVII)</b>	<b>REGULAR</b>
APLIC	



**Quadro: 8.4 - Despesas não consideradas como Ações e Serviços Públicos de Saúde**

Nº Liquidação	Nº Empenho	Credor	Objeto	Valor
				R\$ 0,00

APLIC>Informes Mensais>Despesas>Empenhos



**Quadro: 8.5 - Outras despesas Empenhadas que se enquadram como ASPS.**  
**Fonte/ destinação de Recursos 500 e 502**

Nº Liquidação	Nº Empenho	Função	Subfunção	Fonte	Elemento	Objeto	Valor
							R\$ 0,00

APLIC> Informes Mensais > Despesas > Empenhos



## Anexo: 9 - PESSOAL

### Quadro: 9.1 - Gastos com Pessoal - Poderes Executivo e Legislativo (Arts. 18 a 22 da LRF)

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(ÚLTIMOS 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
<b>1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL = (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)</b>	<b>R\$ 15.303.774,39</b>	<b>R\$ 0,00</b>
1.1 - Pessoal Ativo	R\$ 14.516.535,86	R\$ 0,00
1.2 - Pessoal Inativo e Pensionista	R\$ 787.238,53	R\$ 0,00
1.3 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.4 - Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>2 - DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) = (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5 + 2.6)</b>	<b>R\$ 1.355.033,94</b>	<b>R\$ 0,00</b>
2.1 - Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	R\$ 58.644,09	R\$ 0,00
2.2 - Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3 - Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4 - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 787.238,53	R\$ 0,00
2.5 - Despesas com recursos da fonte 604 (Art. 198, §11, CF/88)	R\$ 434.657,78	R\$ 0,00
2.6 - Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	R\$ 74.493,54	R\$ 0,00
2.7 - Outras Deduções lançadas pela Equipe Técnica	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL = (1-2)</b>	<b>R\$ 13.948.740,45</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>4 - DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP - STN (3a + 3b)</b>	<b>R\$ 13.948.740,45</b>	

Relatório de Contas Anuais de Governo - Anexo: Pessoal - Quadro: Gastos com Pessoal Detalhado.

### Quadro: 9.2 - Gastos com Pessoal - Poder Executivo (Arts. 18 a 22 LRF)



DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(ÚLTIMOS 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
<b>1 - DESPESA BRUTA COM PESSOAL = (1.1 + 1.2 + 1.3)</b>	<b>R\$ 14.373.758,98</b>	<b>R\$ 0,00</b>
1.1 - Pessoal Ativo	R\$ 13.586.520,45	R\$ 0,00
1.2 - Pessoal Inativo e Pensionista	R\$ 787.238,53	R\$ 0,00
1.3 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1.4 Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>2 - DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) = (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)</b>	<b>R\$ 1.296.389,85</b>	<b>R\$ 0,00</b>
2.1 - Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.2 - Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3 - Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.4 - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 787.238,53	R\$ 0,00
2.5 - Despesas com recursos da fonte 604 (Art. 198, §11, CF/88)	R\$ 434.657,78	R\$ 0,00
2.6 - Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	R\$ 74.493,54	R\$ 0,00
2.7 - Outras Deduções lançadas pela Equipe Técnica	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>3 - DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL = (1-2)</b>	<b>R\$ 13.077.369,13</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>4 - DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP (3a + 3b)</b>	<b>R\$ 13.077.369,13</b>	

Relatório de Contas Anuais de Governo - Anexo: Pessoal - Quadro: Gastos com Pessoal Detalhado

### Quadro: 9.3 - Apuração do Cumprimento do Limite Legal Individual - MCASP - STN

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	EXECUTIVO	LEGISLATIVO
DTP (I)	R\$ 13.948.740,45	R\$ 13.077.369,13	R\$ 871.371,32
<b>RCL Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal (II)</b>	<b>R\$ 36.184.608,37</b>		
<b>% sobre a RCL Ajustada (III) = I / II x 100</b>	<b>38,54%</b>	<b>36,14%</b>	<b>2,40%</b>
LIMITE MÁXIMO (inciso III do art.20 da LRF)	60%	54%	6%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da			





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	EXECUTIVO	LEGISLATIVO
LRF)	57%	51,30%	5,70%

Relatório de Contas Anuais de Governo - Anexo: Pessoal - Quadro - Gastos com Pessoal Detalhado.



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

**Quadro: 9.4 - Gastos com Pessoal - Detalhado**

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS CONSOLIDADAS		EXECUTIVO		LEGISLATIVO	
	(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>R\$ 15.303.774,39</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 14.373.758,98</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 930.015,41</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>1. Pessoal Ativo</b>	<b>R\$ 14.516.535,86</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 13.586.520,45</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 930.015,41</b>	<b>R\$ 0,00</b>
1.1 Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis:	R\$ 12.946.544,41	R\$ 0,00	R\$ 12.118.115,41	R\$ 0,00	R\$ 828.429,00	R\$ 0,00
1.2 Obrigações Patronais:	R\$ 1.569.991,45	R\$ 0,00	R\$ 1.468.405,04	R\$ 0,00	R\$ 101.586,41	R\$ 0,00
1.3 Outros Valores acrescidos pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>2. Pessoal Inativo e Pensionistas</b>	<b>R\$ 787.238,53</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 787.238,53</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>
2.1 Aposentadorias, Reserva e Reformas:	R\$ 714.478,31	R\$ 0,00	R\$ 714.478,31	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.2 Pensões:	R\$ 72.760,22	R\$ 0,00	R\$ 72.760,22	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3 Outros Valores acrescidos pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>3 Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Terceirização (§1º do art. 18 da LRF):</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>4 Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>5 DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)</b>	<b>R\$ 1.355.033,94</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 1.296.389,85</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 58.644,09</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>5.1 Indenizações por Demissão e</b>						



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS CONSOLIDADAS		EXECUTIVO		LEGISLATIVO	
	(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses)		(últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
Incentivos à Demissão Voluntária:	R\$ 58.644,09	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 58.644,09	R\$ 0,00
5.2 Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração:	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.3 Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração:	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.4 Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	R\$ 787.238,53	R\$ 0,00	R\$ 787.238,53	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.5 Despesas com recursos da fonte 604 (Art. 198 §11, CF/88)	R\$ 434.657,78	R\$ 0,00	R\$ 434.657,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.6 Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	R\$ 74.493,54	R\$ 0,00	R\$ 74.493,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5.7 Outras Deduções Lançadas pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 13.948.740,45	R\$ 0,00	R\$ 13.077.369,13	R\$ 0,00	R\$ 871.371,32	R\$ 0,00
DTP	R\$ 13.948.740,45		R\$ 13.077.369,13		R\$ 871.371,32	

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > Despesa com Pessoal (Preliminar)



## Anexo: 10 - REPASSE A CÂMARA

### Quadro: 10.1 - Limite de repasse para a Câmara Municipal. Receita Base (art. 29-A, CF)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$
<b>Receitas Tributárias</b>	<b>R\$ 1.846.417,80</b>
<b>Impostos</b>	<b>R\$ 1.843.645,12</b>
IPTU	R\$ 12.561,25
IRRF	R\$ 692.396,27
ITBI	R\$ 507.124,09
ISSQN	R\$ 631.563,51
<b>TAXAS</b>	<b>R\$ 2.772,68</b>
<b>Contribuição de Melhoria</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Transferências da União</b>	<b>R\$ 13.383.803,42</b>
FPM	R\$ 12.360.493,43
Transf. ITR	R\$ 1.023.309,99
IOF s/ ouro	R\$ 0,00
ICMS Desoneração	R\$ 0,00
<b>Transferências do Estado</b>	<b>R\$ 7.361.821,33</b>
ICMS	R\$ 7.019.654,88
IPVA	R\$ 339.227,19
IPI (Exportação)	R\$ 0,00
CIDE	R\$ 2.939,26
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 22.592.042,55</b>
População do Município	2.907
<b>Limite percentual autorizado - art. 29-A, CF</b>	<b>7,00%</b>
<b>Valor máximo de repasse</b>	<b>R\$ 1.581.442,97</b>
Valor fixado na LOA e créditos adicionais	R\$ 1.500.000,00
Valor gasto pela Câmara Municipal	R\$ 1.499.994,40

APLIC > UG: Prefeitura > Exercício Anterior > Informes Mensais > Receitas > Receita Orçamentária > Mês de dezembro > Dados Consolidados do Ente > Exportar Planilha para o Excel. APLIC > UG: Câmara Municipal > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Mês de dezembro > Valor total da Dotação Atualizada. APLIC > UG: Câmara Municipal > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Mês de dezembro > Coluna Valor Empenhado.

### Quadro: 10.2 - Índices e Limites Câmara Municipal (Artigo 29-A da CF)

DESCRIÇÃO	VALOR R\$	RECEITA BASE R\$	% S/ RECEITA BASE	LIMITE MÁXIMO (%)	SITUAÇÃO
Repasse do Poder Executivo	R\$ 1.500.000,00	R\$ 22.592.042,55	6,64%	7,00%	REGULAR
Gasto do Poder Legislativo	R\$ 1.499.994,40	R\$ 22.592.042,55	6,63%	7,00%	



DESCRIÇÃO	VALOR R\$	RECEITA BASE R\$	% S/ RECEITA BASE	LIMITE MÁXIMO (%)	SITUAÇÃO
Folha de Pagamento do Poder Legislativo	R\$ 930.015,41	R\$ 1.500.000,00	62,00%	70%	
Limite Gastos com Pessoal - LRF	R\$ 871.371,32	R\$ 36.184.608,37	2,40%	6%	REGULAR

APLIC > Informes Mensais>Contabilidade>Lançamento Contábil>Razão Contábil> (UG: Câmara - Conta: 45112020100 e UG: Prefeitura - Conta: 35112020100). APLIC > UG: Câmara Municipal > Informes Mensais > Despesas > Despesa Orçamentária > Mês de dezembro. Anexo - Limites Constitucionais e Legais - Quadro 1.7 - Gastos com pessoal - Poder Legislativo (artigos 18 a 22 LRF)

### Quadro: 10.3 - Despesa com Folha de Pagamento do Poder Legislativo (Art. 29-A, §1º, da CF/88)

DESCRIÇÃO	Valor Liquidado - R\$ (A)	Valor Inscrito em Restos a Pagar não Processados (B)
1. Pessoal Ativo. Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	R\$ 828.429,00	R\$ 0,00
2. Obrigações Patronais	R\$ 101.586,41	R\$ 0,00
3. Aposentadorias, Reserva e Reformas	R\$ 0,00	R\$ 0,00
4. Pensões	R\$ 0,00	R\$ 0,00
5. Outras despesas lançadas pela Equipe	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Soma</b>	<b>R\$ 930.015,41</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Total Despesa com Folha de Pagamento</b>	<b>R\$ 930.015,41</b>	

APLIC > Informes Mensais > Despesas>Despesas Orçamentária

### Quadro: 10.4 - Auxiliar – Gastos com Inativos

DESCRIÇÃO	VALOR LIQUIDADO	VALOR INSCRITOS EM RPNP
Aposentadorias, Reserva e Reformas	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Pensões	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Soma	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>Total Gastos Inativos</b>	<b>R\$ 0,00</b>	

APLIC > Informes Mensais > LRF > Despesa com Pessoal (Preliminar)

### Quadro: 10.5 - Auxiliar – Valor Gasto pela Câmara Municipal - Art. 29-A, CF/88

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Despesas Câmara	R\$ 1.499.994,40
Gastos com Inativos	R\$ 0,00
<b>Gasto Poder Legislativo - Art. 29-A CF</b>	<b>R\$ 1.499.994,40</b>



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

APLIC>Informes Mensais>Despesas>Despesa Orçamentária



## Anexo: 11 - METAS FISCAIS

### Quadro: 11.1 - Receitas Primárias (Exceto RPPS)

Receitas Primárias	Valor R\$
Receitas Primária Correntes (I)	R\$ 35.851.899,21
Receita Primária de Capital (II)	R\$ 6.766.113,91
<b>Receita Primária Total (III) = I + II</b>	<b>R\$ 42.618.013,12</b>

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > Metas Fiscais

### Quadro: 11.2 - Despesas Primárias (Exceto RPPS)

Despesas Primárias	Despesa Paga R\$ (a)	Restos a Pagar Pagos R\$ (b)
Despesas Primária Correntes (IV)	R\$ 31.001.964,78	R\$ 797.067
Despesa Primária de Capital (V)	R\$ 10.798.617,67	R\$ 151.168,27
<b>Despesa Primária Total (VI) = IVa+IVb+Va+Vb</b>	<b>R\$ 42.748.818,51</b>	
<b>Receita Primária (VII)</b>	<b>R\$ 42.618.013,12</b>	
<b>Resultado Primário (Acima da Linha) (VIII) = VII-VI</b>	<b>-R\$ 130.805,39</b>	
Meta de Resultado Primário fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício (Valor Corrente) (IX)	R\$ 141.682,70	
<b>Juros Nominais</b>	<b>Valor (R\$)</b>	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (X)	R\$ 647.238,32	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XI)	R\$ 0,00	
<b>Resultado Nominal (Sem RPPS) Acima da Linha (XII) = VIII + (X-XI)</b>	<b>R\$ 516.432,93</b>	
Meta de Resultado Nominal fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício (Valor Corrente) (XIII)	R\$ 0,00	

APLIC > Informes Mensais > CF/LRF - Limites/Documentações > Metas Fiscais



## Anexo: 12 - LIMITE CONSTITUCIONAL ART. 167-A

### Quadro: 12.1 - Relação entre Despesas e Receitas Correntes - Art. 167-A CF

Exercicio	Receita Corrente Arrecadada (a) R\$	Despesa Corrente Liquidada (b) R\$	Despesas Inscritas em RPNP (c) R\$	Indicador Despesa /Receita (d) %
2021	R\$ 24.336.638,20	R\$ 20.925.259,98	R\$ 108.546,30	86,42%
2022	R\$ 28.475.012,41	R\$ 24.819.548,87	R\$ 81.083,61	87,44%
2023	R\$ 31.482.010,59	R\$ 27.989.520,83	R\$ 125.323,93	89,30%
2024	R\$ 39.239.481,02	R\$ 32.106.696,55	R\$ 112.804,80	82,11%

Anexo: Receita> Quadro: Resultado da Arrecadação Orçamentária. Origem de recursos da receita (valores Líquidos). Anexo: Despesa> Quadro: Despesa por Categoria Econômica.





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

**Anexo: 13 - REGRAS FINAL DE MANDATO**

**Quadro: 13.1 - Disponibilidade Líquida Pagamento de Restos a Pagar em 31/12  
/2024 - Poder Executivo (Art. 42 LRF)**

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a - b - c - d - e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f - g
Recurso Não Vinculados (Exceto RPPS)									
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 1.935.944,11	R\$ 13.006,02	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 149.812,74	R\$ 1.773.125,35	R\$ 127.022,13	R\$ 1.646.103,22
502	Recursos não vinculados da compensação de impostos	R\$ 173,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 173,78	R\$ 0,00	R\$ 173,78
		<b>R\$ 1.936.117,89</b>	<b>R\$ 13.006,02</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 149.812,74</b>	<b>R\$ 1.773.299,13</b>	<b>R\$ 127.022,13</b>	<b>R\$ 1.646.277,00</b>
Recursos Vinculados (Exceto RPPS)									
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 20,69	R\$ 0,69	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 20,00	R\$ 0,00	R\$ 20,00
	Transferências do								



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a - b - c - d - e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f - g
543	FUNDEB Complementação da União VAAR	R\$ 29.989,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 29.989,40	R\$ 0,00	R\$ 29.989,40
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 4.730,05	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.730,05	R\$ 0,00	R\$ 4.730,05
552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 1.890,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.890,57	R\$ 0,00	R\$ 1.890,57
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 472,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 472,19	R\$ 0,00	R\$ 472,19
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 118.480,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 51.007,95	R\$ 67.472,85	R\$ 0,00	R\$ 67.472,85
	Transferências do								



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a - b - c - d - e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f - g
571	Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	R\$ 397.855,64	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 397.855,64	R\$ 226.054,40	R\$ 171.801,24
599	Outros Recursos Vinculados à Educação	R\$ 20.892,04	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 19.100,36	R\$ 1.791,68	R\$ 0,00	R\$ 1.791,68
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 960.907,92	R\$ 9.587,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 12.051,03	R\$ 939.269,35	R\$ 31.546,12	R\$ 907.723,23
	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal -								



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a - b - c - d - e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f - g
601	Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 202.507,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 202.507,98	R\$ 0,00	R\$ 202.507,98
604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	R\$ 17.008,71	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 17.008,71	R\$ 0,00	R\$ 17.008,71
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 10.635,36	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.635,36	R\$ 0,00	R\$ 10.635,36



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a - b - c - d - e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f - g
621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 382.456,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 382.456,08	R\$ 0,00	R\$ 382.456,08
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 46.364,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.013,34	R\$ 41.351,26	R\$ 0,00	R\$ 41.351,26
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 7.005,59	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 7.005,59	R\$ 0,00	R\$ 7.005,59
700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	R\$ 152.477,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 152.477,94	R\$ 0,00	R\$ 152.477,94
	Outras Transferências de								



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a - b - c - d - e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f - g
701	Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 1.681.885,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.681.885,25	R\$ 0,00	R\$ 1.681.885,25
704	Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 11.228,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 11.228,30	R\$ 0,00	R\$ 11.228,30
706	Transferência Especial da União	R\$ 5.472,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.472,13	R\$ 0,00	R\$ 5.472,13
711	Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 327,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 327,65	R\$ 0,00	R\$ 327,65
715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 37.070,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 37.070,35	R\$ 0,00	R\$ 37.070,35



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a - b - c - d - e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f - g
716	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	R\$ 15.016,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 15.016,70	R\$ 0,00	R\$ 15.016,70
719	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399 /2022	R\$ 39.145,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 39.145,54	R\$ 0,00	R\$ 39.145,54
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 3.960,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.960,94	R\$ 0,00	R\$ 3.960,94
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 1.615,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.615,93	R\$ 0,00	R\$ 1.615,93



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	RP Liquidados e Não Pagos - Do Exercício (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes da inscrição dos RP não processados (f) = a - b - c - d - e	RP a pagar Empenhados e não Liquidados do Exercício (g)	(In) Disponibilidade Financeira após a Inscrição de Restos a pagar não processados do exercício (Em 31/12) (h) = f - g
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 16.285,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 12.887,00	R\$ 3.398,79	R\$ 0,00	R\$ 3.398,79
869	Outros recursos extraorçamentários	R\$ 71.190,08	R\$ 0,00	R\$ 71.190,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		<b>R\$ 4.236.894,22</b>	<b>R\$ 9.588,23</b>	<b>R\$ 71.190,08</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 100.059,68</b>	<b>R\$ 4.056.056,23</b>	<b>R\$ 257.600,52</b>	<b>R\$ 3.798.455,71</b>
RPPS									
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	-R\$ 88.336,97	R\$ 3.364,50	R\$ 9.363,10	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 101.064,57	R\$ 0,00	-R\$ 101.064,57
802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 91.436,33	R\$ 0,00	R\$ 436,30	R\$ 0,00	R\$ 376,52	R\$ 90.623,51	R\$ 204,50	R\$ 90.419,01
		<b>R\$ 3.099,36</b>	<b>R\$ 3.364,50</b>	<b>R\$ 9.799,40</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 376,52</b>	<b>-R\$ 10.441,06</b>	<b>R\$ 204,50</b>	<b>-R\$ 10.645,56</b>
>>>>>>	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 6.176.111,47</b>	<b>R\$ 25.958,75</b>	<b>R\$ 80.989,48</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 250.248,94</b>	<b>R\$ 5.818.914,30</b>	<b>R\$ 384.827,15</b>	<b>R\$ 5.434.087,15</b>

APLIC





Tribunal de Contas  
Mato Grosso

4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: quartasecex@tce.mt.gov.br

**Quadro: 13.2 - Disponibilidade Líquida em 30/04/2024 - (ART. 42 – LRF)**

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
Recurso Não Vinculados (Exceto RPPS)									
500	Recursos não Vinculados de Impostos	R\$ 1.076.573,58	R\$ 43.113,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 748.850,96	R\$ 284.609,08	R\$ 3.215.352,30	-R\$ 2.930.743,22
502	Recursos não vinculados da compensação de impostos	-R\$ 40.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 40.000,00	R\$ 0,00	-R\$ 40.000,00
		<b>R\$ 1.036.573,58</b>	<b>R\$ 43.113,54</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 748.850,96</b>	<b>R\$ 244.609,08</b>	<b>R\$ 3.215.352,30</b>	<b>-R\$ 2.970.743,22</b>
Recursos Vinculados (Exceto RPPS)									
540	Transferências do FUNDEB Impostos e Transferências de Impostos	R\$ 350.262,82	R\$ 0,69	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 41.345,50	R\$ 308.916,63	R\$ 0,00	R\$ 308.916,63
550	Transferência do Salário Educação	R\$ 55.019,27	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 55.019,27	R\$ 0,00	R\$ 55.019,27
	Transferências de								



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
552	Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	R\$ 5.662,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 18.261,37	-R\$ 12.598,39	R\$ 0,00	-R\$ 12.598,39
553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	R\$ 29.120,76	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 29.120,76	R\$ 0,00	R\$ 29.120,76
569	Outras Transferências de Recursos do FNDE	R\$ 75.554,91	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 75.554,91	R\$ 0,00	R\$ 75.554,91
	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos								



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
571	Congêneres vinculados à Educação	R\$ 1.363.466,13	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.363.466,13	R\$ 104.761,14	R\$ 1.258.704,99
599	Outros Recursos Vinculados à Educação	R\$ 21.188,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 21.188,45	R\$ 164,00	R\$ 21.024,45
600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R\$ 427.717,08	R\$ 17.352,67	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 26.589,23	R\$ 383.775,18	R\$ 75.945,65	R\$ 307.829,53
	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da								



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
601	Rede de Serviços Públicos de Saúde	R\$ 199.249,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 11.738,36	R\$ 187.511,26	R\$ 0,00	R\$ 187.511,26
604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	R\$ 17.118,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 17.118,80	R\$ 0,00	R\$ 17.118,80
605	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem	R\$ 6.479,77	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.479,77	R\$ 267,00	R\$ 6.212,77
	Transferências								



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
621	Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	R\$ 316.124,89	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 121.062,77	R\$ 195.062,12	R\$ 392,00	R\$ 194.670,12
660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	R\$ 90.149,78	R\$ 553,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 33.473,15	R\$ 56.123,18	R\$ 5.424,00	R\$ 50.699,18
661	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	R\$ 860,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 860,06	R\$ 0,00	R\$ 860,06
701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	R\$ 3.453.394,39	R\$ 1.281,12	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.452.113,27	R\$ 1.100.000,00	R\$ 2.352.113,27
	Transferências da União Referentes								



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
704	a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	R\$ 11.228,30	R\$ 11.228,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
706	Transferência Especial da União	R\$ 412.295,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 412.295,25	R\$ 382.207,38	R\$ 30.087,87
711	Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas	R\$ 327,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 327,65	R\$ 0,00	R\$ 327,65
715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º Audiovisual	R\$ 35.234,15	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 35.234,15	R\$ 0,00	R\$ 35.234,15
	Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC								



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
716	nº 195/2022 - Art. 8º Demais Setores da Cultura	R\$ 14.272,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 14.272,88	R\$ 0,00	R\$ 14.272,88
750	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	R\$ 12.989,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 12.989,98	R\$ 0,00	R\$ 12.989,98
751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	R\$ 58.386,83	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 53.000,00	R\$ 5.386,83	R\$ 0,00	R\$ 5.386,83
754	Recursos de Operações de Crédito	R\$ 740.703,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 740.703,80	R\$ 0,00	R\$ 740.703,80
759	Recursos Vinculados a Fundos	R\$ 55.640,63	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 55.640,63	R\$ 167.671,16	-R\$ 112.030,53
869	Outros recursos extraorçamentários	R\$ 214.325,67	R\$ 0,00	R\$ 214.511,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-R\$ 186,12	R\$ 0,00	-R\$ 186,12



Tribunal de Contas  
Mato Grosso

**4ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO**

Telefone(s): 65 3613-7668 / 7653

Email: [quartasecex@tce.mt.gov.br](mailto:quartasecex@tce.mt.gov.br)

Fonte	Descrição	Disponibilidade de Caixa Bruta - Contas 11111, 11121, 11131 (a)	Restos a Pagar de - De Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (2188, 2288, 218910105, 218910108 e 86321000000) (c)	Insuficiência Financeira no Consórcio (d)	Despesas do Exercício Liquidadas e Não Pagas até abril (e)	(In) Disponibilidade Caixa Líquida antes Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e	Despesas do Exercício Empenhadas e não Liquidadas até abril (g)	((In) Disponibilidade Caixa Líquida após Despesas Empenhadas e Não Liquidadas (f) = a - b - c - d - e (Em 30/04) (h) = f - g
		R\$ 7.966.774,85	R\$ 30.416,23	R\$ 214.511,79	R\$ 0,00	R\$ 305.470,38	R\$ 7.416.376,45	R\$ 1.836.832,33	R\$ 5.579.544,12
RPPS									
800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	-R\$ 5.466,84	R\$ 3.364,50	R\$ 1.175,15	R\$ 0,00	R\$ 41.045,58	-R\$ 51.052,07	R\$ 16.944,00	-R\$ 67.996,07
802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	R\$ 6.532,20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 463,20	R\$ 6.069,00	R\$ 20.142,36	-R\$ 14.073,36
		R\$ 1.065,36	R\$ 3.364,50	R\$ 1.175,15	R\$ 0,00	R\$ 41.508,78	-R\$ 44.983,07	R\$ 37.086,36	-R\$ 82.069,43
>>>>>>	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 9.004.413,79</b>	<b>R\$ 76.894,27</b>	<b>R\$ 215.686,94</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 1.095.830,12</b>	<b>R\$ 7.616.002,46</b>	<b>R\$ 5.089.270,99</b>	<b>R\$ 2.526.731,47</b>

APLIC